ANO DO 35º ANIVERSÁRIO
MARÇO 1982
VOL. 36 Nº 3 Cr$ 500,00
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

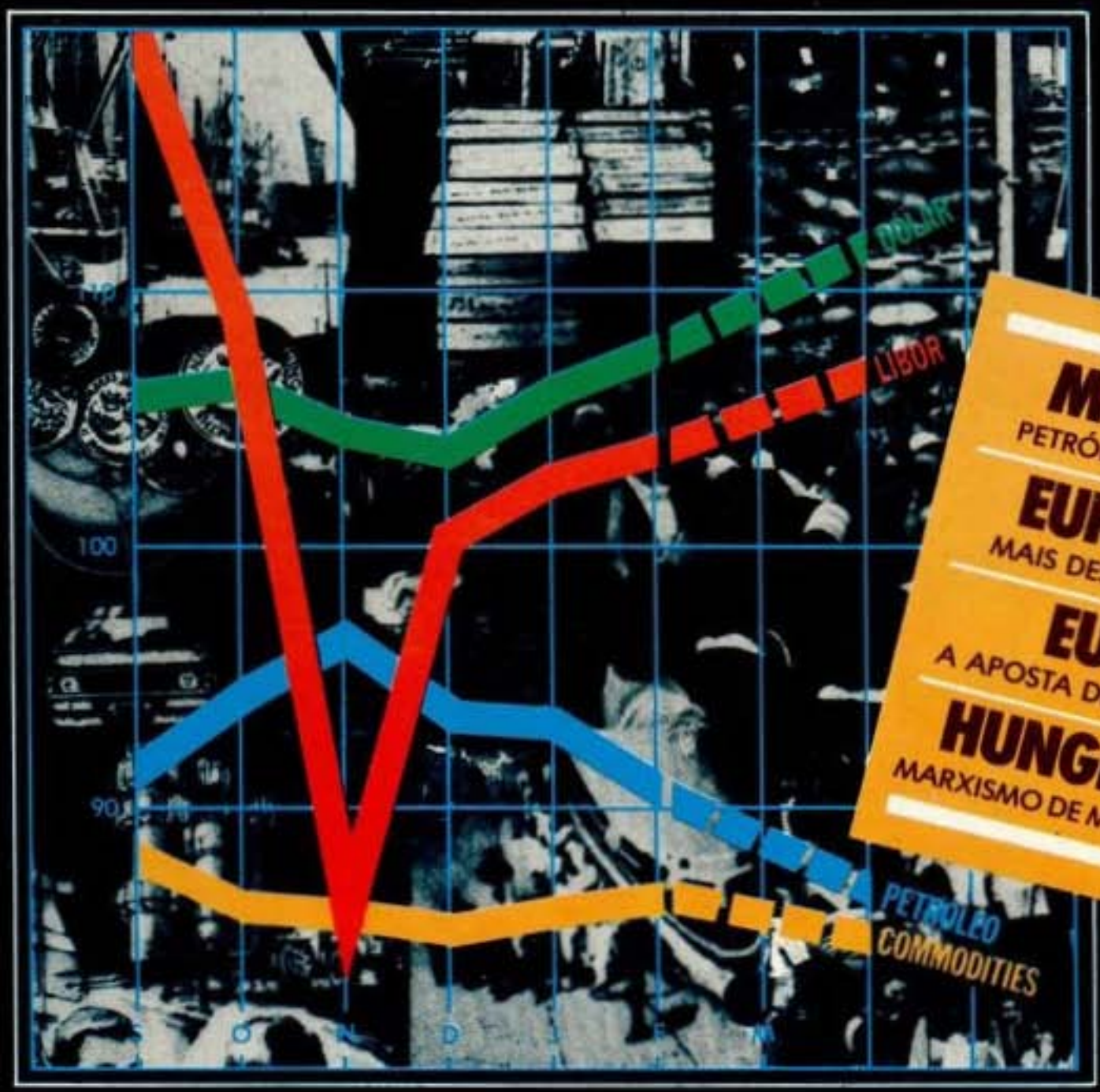
conjuntura

a análise da atualidade econômica

Contas Nacionais: parâmetros atualizados

FINANÇAS x COMÉRCIO

a problemática internacional



MÉXICO
PETRÓLEO, DÍVIDAS

EUROPA
MAIS DESEMPREGO

EUA
A APOSTA DE REAGAN

HUNGRIA
MARXISMO DE MERCADO

ISSN 0010-5945



O Homem é agressivo por instinto?



Livros de bolso de O CORREIO DA UNESCO

A PAZ: e o homem, e o desenvolvimento, e a guerra, e a sobrevivência, e a nova ordem mundial.

Tudo isso você lerá no livro de Eduardo Haro Tecglen, *O Homem e a Paz*, n.º 10 da série Bolsilivros da Unesco, mais um lançamento oportuno da Fundação Getulio Vargas.

Procure nas livrarias da FGV:
Rio • Praia de Botafogo, 188
São Paulo • Nove de Julho, 2029
Brasília • CLS 104, Bloco A, loja 37

Ou peça pelo Reembolso Postal:
FGV/Editora - Divisão de Vendas
Caixa Postal 9052
20.000 - Rio de Janeiro - RJ

A linha do bom senso. Desde quando o homem civilizado começou a andar mais sobre quatro rodas do que sobre dois pés, muitas marcas de automóveis passaram em sua vida. Poucas ficaram. E só uma conseguiu atravessar os tempos com a economia de sempre, a qualidade de sempre.

Hoje, neste exato momento, milhões de pessoas em todo mundo estão dirigindo essa mesma marca. E se tanta gente com tantos hábitos, gostos, crenças, ideologias e exigências diferentes de repente tem a mesma opinião, é porque uma razão muito forte levou a esse ponto comum: a própria razão. A lógica. O bom senso.

VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.

Conjuntura

a análise da atualidade econômica

Revista mensal editada pela Fundação Getulio Vargas/ Instituto Brasileiro de Economia.
Fundador: Richard Lewinsohn.
Conselho editorial: Eugênio Gudin, Octávio Gouvêa de Bulhões, Mario Henrique Simonsen, Julian M. Chacel, Janes Angelo de Souza.
Supervisor: Julian M. Chacel
Redator-chefe: Paulo Rabello de Castro
Assistente-técnico: Ib Teixeira
Secretário: Newton Luiz do Rêgo
Coordenação-editorial: Maria Adelaide de Oliveira
Corpo redatorial: *Editores*: Eden Gonçalves de Oliveira, Ib Teixeira, Margaret Hanson Costa e Pedro Eberle. *Redatores*: Arthur V. C. Meyer, Dionísio Rios, Fernando Antonio Moraes Rêgo Caldas, Fernando Roberto F. Almeida, Flaviano Pereira Trindade, Helio Magalhães Escobar, Jader Riso Barbosa, Paulo Oscar França, Sebastião Marcos Vital e Silvio Rodrigues Alves. *Colaboradores*: Afonso Duarte de Paiva, Alexandre Alves de Seabra, Angelo Jorge de Souza, Francisca Salete Esteves, Gelio Bazoni, Heloisa Valverde Filgueiras, Ida Kôs, Janes Angelo de Souza, João Correia de Aquino Neto, Julio Maria Weber Presto, Luiz Aranha Correa do Lago, Marcos Ferreira de Souza, Maria Alice de Gusmão Veloso, Maria Lívia Mancebo Rodrigues, Maria Lúcia Moraes Fioravanti, Paulo Cesar Stilpen, Paulo Nogueira Batista Jr., Paulo Sidney de Melo Cota, Ralph Miguel Zerkowski, Sebastião Paixão dos Santos e Vera Maria Guida.

Correspondentes no exterior: Alberto Tamer (Londres) e Luiz Gonçalves Avila (Nova Iorque).

Ensaístas convidados: Edson P. Guimarães, Helson C. Braga e James Wygand.

Redação: Av. Gomes Freire, 647 – Tel.: 252-1462 – CEP 20.231 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil.

As matérias assinadas por colaboradores, mesmo do IBRE, quando desvinculados de sua posição funcional, não refletem, necessariamente, a posição deste Instituto ou da Redação de Conjuntura Econômica, embora sejam consideradas úteis para o debate de idéias econômicas.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta Revista, desde que seja citada a fonte.

Assinatura (1 ano)	Cr$ 4.500,00
Assinatura (2 anos c/bonificação)	Cr$ 8.400,00
Número normal	Cr$ 500,00
Número especial	Cr$ 700,00

Composto e impresso por Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda., Rua Irineu Marinho, 30, sobreloja 206 – Rio de Janeiro – RJ. Distribuidor exclusivo para todo o Brasil: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 – Rio de Janeiro – RJ.

Este periódico está registrado na Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal sob o número 737-P.209/73.

ISSN 0010-5945.

Conjuntura Econômica ano 1 – n. 1 nov. 1947 – Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1947.

v. ilustr. 28 cm. mensal

Diretores: Nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinsohn – Mai. 1952-dez. 1968, José Garrido Tôrres – Jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital – Abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber – Abr. 1979, Paulo Rabello de Castro.

1. Brasil – Economia – Periódicos. 2. Economia política – Brasil – Periódicos.
II. Lewinsohn, Richard Dir. III. Tôrres, José Garrido, Dir. IV. Vital, Sebastião Marcos, Dir. V. Lemgruber, Antonio Carlos, Dir. VI. Castro, Paulo Rabello de, Dir.

CDD 330.5
CDU 33(05)

Fundação Getulio Vargas

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas da organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa.

CONSELHO DIRETOR: **Presidente**: Luiz Simões Lopes. **Vice-presidente**: Jorge Oscar de Mello Flôres. **Membros**: Alberto Sá Souza de Britto Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Octávio Gouvêa de Bulhões. **Membros suplentes**: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Manoel Fernando Thompson Motta.

CONSELHO CURADOR: **Presidente**: Alberto Pires Amarante. **Vice-presidente**: João Carlos Vital. **Membros**: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Correa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
COMISSÃO DIRETORA: **Presidente**: Octávio Gouvêa de Bulhões. **Vice-presidente**: Mario Henrique Simonsen. **Membros**: Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen. **Assessor da direção**: Jorge Kingston.

DEPARTAMENTO DE ENSINO: **Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia**: Mario Henrique Simonsen.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS: **Diretor**: Julian Magalhães Chacel.

DIVISÃO DE CONTABILIDADE SOCIAL: **Diretor**: Angelo Jorge de Souza. **Centro de Contas Nacionais**: Ralph Miguel Zerkowski. **Centro de Estudos Fiscais**: Margaret Hanson Costa. **Centro de Estudos Industriais**: Eden Gonçalves de Oliveira.

DIVISÃO DE ESTATÍSTICA E ECONOMETRIA: **Diretor**: Janes Angelo de Souza. **Centro de Estudos Agrícolas**: Sylvio Wanick Ribeiro. **Centro de Estatística Econômica**: Marcos Ferreira de Souza. **Centro de Processamento de Dados**: Eugênio Decourt.

CENTRO DE ESTUDOS MONETÁRIOS E DE ECONOMIA INTERNACIONAL: **Chefe**: Luis Aranha Correa do Lago

INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO
Diretor: Benedicto Silva.
Vice-diretor: José J. Veiga.

EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
Chefia: Mauro Gama
Coordenação editorial: Walter Barboza da Silva
Comercialização: Jorge Rangel da Matta
Promoção e publicidade: Maria de Lourdes Vignoli
Supervisão de produção: César Romero Garcia
Gráficos, diagramação e capa: C. A. T. Torres
Ilustrações – miolo: Marcos Tupper
Ilustrações – capa: Marcos Tupper
Revisão: André Pinheiro, Anires Castilhos, Raymundo Arruda e Izidoro Rangel

Praia de Botafogo, 188 – Tel.: 551-1542 r. 351 e 551-0498 – Caixa Postal 9052 – Rio de Janeiro, RJ – 20.000.

(QUASE) TUDO SOBRE COMERCIALIZAÇÃO AQUI



194 p.

Veja e compre nas Livrarias da FGV:
Rio - Praia de Botafogo, 188

São Paulo - Nove de Julho, 2029;
Brasília - CLS 104 - Bloco A, loja 37

ou

Peça pelo Reembolso Postal à FGV / Editora - Divisão de Vendas - Caixa Postal 9052 20.000 - Rio de Janeiro - RJ

Agenda do Redator

Data de quase 20 anos, na primeira metade da década dos 60, a última vez que o produto industrial brasileiro exibiu um retrocesso – lembra a carta do Instituto Brasileiro de Economia – Ibre, nesta edição de março. O País chegava ao fim de um longo processo de substituição de importações, iniciado nos primeiros anos 50.

Mas a recessão de 1981 – que ensaia permanecer em cena ainda este ano – resulta de fatores diversos. Agora, problemas estruturais, *e portanto de extraordinária magnitude, tornam as coisas mais difíceis. Alguns deles podem ser citados: o superdimensionamento dos projetos, avantajados cronogramas de investimentos, uma excessiva dependência das indústrias às encomendas governamentais, má estrutura patrimonial etc.*

Infelizmente, todos esses problemas são agravados pelos imperativos da política de estabilização e o reequilíbrio do balanço de pagamentos. Mas o Ibre lembra que os desequilíbrios são inerentes ao processo de desenvolvimento. Resta saber como apressar as mudanças necessárias, aperfeiçoando também os mecanismos de ação do Governo.

O mundo tampouco é o mesmo dos anos 60. Os problemas eram bem menores ou repercutiam em forma um tanto isolada no contexto internacional.

Lembra The Economist *que a questão do Canal de Suez, em 1956, era apenas um problema a separar os Estados Unidos de seus aliados europeus, a Inglaterra e a França. Hoje, às questões políticas juntaram-se os desafios econômicos, de muito maior gravitação no interior de cada país, industrializado ou não, subdesenvolvido ou não.*

Agora, não se trata de discutir apenas sobre o Canal de Suez, mas sobre questões tão complexas e abrangentes como o protecionismo, as exportações de grãos, o avanço das taxas de juros, os mísseis, Israel, El Salvador etc. Cada uma dessas questões forma uma fina teia a envolver muitas outras, desde os limites da soberania nacional ao desafio de crescimento e bem-estar de todos os países.

A crise do petróleo está aí para evidenciar que o mundo vai ficando cada vez menor. De Londres, nosso correspondente Alberto Tamer lembra as vinculações da crise com a taxa de juros, o fortalecimento do dólar, e pede alguma prudência aos que estão antevendo o colapso da OPEP.

Ainda neste número, Conjuntura *faz uma análise do recente processo de desenvolvimento da Hungria, onde os planificadores começam a se inclinar às imposições do mercado. Em setores estratégicos da agricultura, principalmente na área da alimentação, o livre jogo das forças do mercado permitiu ao país reduzir substancialmente sua dependência. Os analistas estão se perguntando se isso não seria uma espécie de adeus a Marx.*

Que lições extrair desse mosaico?

Em meio à complexidade das múltiplas atribulações internacionais – que a arte de capa deste mês procurou exprimir em termos das variáveis contraditórias atualmente em jogo – uma coisa é certa: nenhuma nação pode correr o risco da autarquia, caindo no expediente fácil, mas fatal a longo prazo, do protecionismo, da rigidez institucional e do nacionalismo sem competência. Pelo contrário, diversas matérias desta edição mostram que cada país está procurando, a seu modo, vencer a corrida darwiniana de adaptação *a esses tempos difíceis.*

Transformar-se, é preciso.

P.R.C.

Nesta

Mayflower ou mayday?

Para a economia norte-americana, o ano de 1981 foi realmente muito especial. A posse do Presidente Reagan veio acompanhada da promessa de libertar os Estados Unidos da inflação. Nesse caso, a vitória foi completa: uma inflação de 9,5%, inferior às previsões. Mas subsistem problemas (Perspectivas, p. 102). Veja também os comentários sobre a grande aposta orçamentária de Reagan para 83 (Comentário, p. 105).

Papel de Schumpeter

Joseph Schumpeter, um economista americano de origem austríaca, foi quem vislumbrou a importância da inovação tecnológica e sua dimensão no processo econômico. A inovação e seu papel fundamental no processo capitalista (Comentário, p. 51).

Sai IR entra IPI

O imposto de renda, que desde o exercício de 1979 era a principal fonte de recursos do Tesouro, tem em 82 uma previsão de arrecadação ligeiramente inferior à do imposto sobre produtos industrializados: Cr$ 1.040 bilhões contra Cr$ 1.023 bilhões do imposto de renda (Setor Público, p. 47).

edição

Mercado de imóveis: muita oferta

Como rescaldo da euforia de 1980, o mercado imobiliário ainda deglute os grandes lançamentos iniciados naquele período. Os mutuários do SFH, por sua vez, vão enfrentar uma correção salgada (Sistema Financeiro, p. 75).

México: perto de Deus

Os mexicanos sempre se queixaram de estar longe de Deus e perto dos Estados Unidos. Mas as grandes descobertas de Petróleo mostraram que eles estavam mesmo perto de Deus e era uma sorte estar perto dos Estados Unidos, mercado em linha reta para seu óleo. Apesar de tão boa estrela, o petróleo ainda não paga a dívida do México (Ensaio, p. 87).

Mundo: esfera turbulenta

Sobem as taxas de juros internacionais e o dólar se valoriza. Preocupa a posição cambial relativamente frágil do Brasil neste contexto adverso (Setor Externo p. 53). Enquanto isso, os países avançados se vêem diante de forte recessão; os índices de desemprego começam a alarmar. Quais os desdobramentos da crise? (Comentário p. 59).

Hungria: adeus a Marx

Durante anos, os países marxistas exorcizaram o Fundo Monetário; mas agora, ante a extensão da crise internacional que igualmente os atinge, resolveram socorrer-se no FMI. Este é o caso da Hungria, que além disso está marchando aceleradamente para um tipo de economia mais apoiada no mercado (Comentário, p. 27).

Sondagem regional

Com base na Sondagem Conjuntural junto à indústria de transformação, o Centro de Estudos Industriais (Ibre-CEI) realizou levantamento a respeito do setor secundário de cada região do País, abrangendo o quarto trimestre de 1981. (p. 109).

Intenções oficiais

Entre as metas da política econômica para 1982 estariam uma taxa de inflação em torno de 75%, uma taxa de crescimento da ordem de 5%, um superávit da balança comercial de US$ 3 bilhões e uma captação de recursos externos de cerca de US$ 14 bilhões. Quais as implicações destas metas e sua possível viabilidade? (Política monetária p. 40).

Conjuntura

a análise da atualidade econômica

Tendências

7 *Carta do Ibre*
13 *Indicadores de Conjuntura*
23 *Parâmetros da economia brasileira*

Política econômica

30 *Preços, salários, suprimentos*
40 *Política monetária*
47 *Setor público, política fiscal*
53 *Setor externo, economia mundial*
75 *Sistema financeiro*

Ensaios

87 *México: petróleo não paga dívidas*

91 *Proteção à indústria mediante tarifas e custos de transporte*

Perspectivas

95 *Energia – reflexos e respostas*
102 *Economia americana – mayflower ou mayday?*
109 *Economias regionais – 12.ª sondagem*
117 *Safras de verão – estimativas preliminares*

Atualidades

27 *Caminho húngaro para o mercado*
51 *C & T – a pesquisa como atividade econômica*
59 *O inquietante desemprego europeu*
99 *Petróleo, dólares e déficits*



105 *A grande aposta de Ronald Reagan*
121 *Fertilizantes: ascensão e queda*
125 *Índices econômicos*
63 *SEA (Série Estatística Atualizada)*

50 anos: jovem ainda para crescer mais 50!

Ao completar 50 anos, a Revista Bancária Brasileira se orgulha de sua parcela de contribuição ao crescimento econômico deste país.

Veiculando com isenção e tratando em profundidade a informação da área financeira é hoje das mais importantes publicações do gênero no Brasil, contando entre seus assinantes nada menos de 500 bancos estrangeiros.

Além de artigos selecionados, publica mensalmente os balanços e balancetes da grande maioria das instituições financeiras, brasileiras ou do exterior, que atuam no Brasil, tornando-se, assim, um confiável instrumento de consulta e análise.

Paralelamente à área editorial, produz e comercializa todos os impressos recomendados pelo Banco Central.

Experiência conta muito: leia e programe a Revista Bancária Brasileira - o caminho mais curto entre as pessoas que decidem.

Revista Bancária Brasileira

Rio de Janeiro: Av. Almirante Barroso, 63 conj. 1110/1111 – Tel.: 240-4175 e 240-7275; Belo Horizonte: Av. Afonso Pena, 526 sala 927; Recife: Rua Vigário Tenório, 105 – 6º and. Tel.: 4-2384; São Paulo: Rua Alvares Penteado, 87 salas 2/3 Tel.: 32-2856; EUA: 7004 Wisconsin Avenue – Chevy Chase, Maryland – 20015 Tel.: (031) 656-5930.



Carta do IBRE*

O Governo, ao divulgar o III Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico – III PND, em maio 80, mostrou haver conseguido fugir ao fascínio das projeções quantitativas, mas não foi imune à tentação de acenar com a possibilidade de sustentar um crescimento acelerado e simultâneo combate à inflação. Dez meses após, em 1981, passou-se a testemunhar queda monotônica na produção industrial. Ao final de 1981, os levantamentos preliminares acusavam retração de 8,4% no produto industrial e de 3,5% no produto interno bruto.

O sentimento de frustração contido nesses valores assume cores fortes, porque nas diretrizes do Plano a indústria era considerada o segmento mais amadurecido e moderno da economia nacional, de cujo comportamento dependeriam, na malha de interações, os setores prioritários da agricultura, do abastecimento e da energia. A verdade, porém, é que as proposições do Plano estavam embebidas da força viva imanente dos pesados programas de investimento herdados do passado, que o simples abandono de projeções quantitativas não foi capaz de amortecer.

As raízes históricas

Data de quase 20 anos, na primeira metade da década dos 60, a última vez que o produto industrial brasileiro mostrou retrocesso. Chegava ao fim um longo período de substituição de importações, iniciado no começo da década dos 50. Não há que se inferir daí que houvesse uma natural propensão cíclica a fases industriais descendentes em intervalos de 20 anos, como decorrência do "esgotamento" das oportunidades de substituição de importações.

Isto porque o recesso de 1981 parece possuir textura diversa do quadrante negativo iniciado em 1961; o fenômeno atual resulta de um conjunto de problemas estruturais – *superdimensionamento de projetos, concentração no tempo de investimentos, excessiva dependência das indústrias de encomendas governamentais, má estrutura patrimonial, entre tantos outros problemas – infelizmente agravados pelos imperativos das* políticas de estabilização *dos preços e reequilíbrio do balanço de pagamentos.*

Uma breve retrospectiva põe à mostra, de maneira clara, as dificuldades atuais. O fulcro da questão se assenta em 1974.

Imbuído do desejo de consolidar a posição do País como "potência emergente", o Governo elaborou, e pôs em execução, o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico – II PND – que reconhecia as dificuldades da nova ordem energética internacional, mas adotava, como estratégia de desenvolvimento, o crescimento acelerado como forma de reduzir a distância entre o País e as demais nações ocidentais. E, nesse contexto, papel excepcional era reservado à indústria que cresceria a taxas mais elevadas que as dos demais setores e 50% superior à sua própria tendência histórica (12% ao ano contra os 8% ao ano prevalecentes). Ao final da execução do Plano, em 1979, a indústria teria sua participação na renda interna elevada para 37%.

A ênfase no crescimento industrial era tal que das oito tarefas arroladas como necessárias ao cumprimento dos objetivos almejados, as três primeiras estavam diretamente a ela relacionadas.

A adaptação da estrutura produtiva ao petróleo escasso deveria conduzir a um novo estágio de evolução industrial; perseguia-se, até o fim da década de 70, a consolidação de uma sociedade industrial moderna para o Brasil, dentro de um modelo de economia competitiva; explicitava-se que a política de energia passaria a desempenhar papel decisivo na estratégia nacional.

Dito e feito. Foi posto em execução um vigoroso programa de desenvolvimento industrial com ênfase nos setores básicos – indústria de bens de capital, indústria eletrônica de base e insumos básicos – de modo a configurar o novo perfil industrial e consolidar um modelo brasileiro de capitalismo industrial. Tudo fundamentado na superestimativa do futuro.

As bases do otimismo

A demanda agregada à época se mostrava excitada pela política creditícia liberal que se vinha exercitando desde 1967. A capacidade produtiva nacional se encontrava plenamente ocupada no início da década de 70, após anos seguidos de crescimento tão acelerado que se convencionou chamá-lo de "milagre brasileiro", num mimetismo com o ocorrido no Japão na década anterior. O clima era, por tudo, propício a projeções otimistas.

Os sinais emitidos pelo discurso oficial eram claros e a eles de fato corresponderam efetivos mecanismos financeiros e fiscais necessários ao cumprimento dos objetivos colimados. E, sem dúvida, vários resultados foram satisfatórios e permitiram, no horizonte do

planejamento, aproximar as metas do efetivamente realizado. Contudo, a euforia foi má conselheira, ensejando utilização apenas parcial da capacidade instalada: siderurgia, bens de capital, material ferroviário e de telecomunicações, para citar apenas os mais notáveis.

A taxionomia disponível permite analisar em pormenor a capacidade ociosa, dividindo-a, em tese, em dois grande grupos: a) global e b) setorial.

A ociosidade setorial decorre de: a) erros de dimensionamento ou da cronologia de investimentos; b) obsolescência tecnológica; c) flutuações devidas ao processo de produção por encomenda. A ociosidade global, ou resulta de reduções bruscas no nível de crédito (liquidez geral) ou pela escassez de oportunidades de investir (no melhor estilo de desemprego keynesiano).

Ao que tudo indica, no caso brasileiro, a atual recessão industrial sobrepõe dois fenômenos negativos: erros de dimensionamento e de programação temporal de investimentos, flutuações nas encomendas de um lado e, de outro lado, retração global da atividade econômica, pela redução brusca da liquidez global e aumento insólito da taxa de juros real.

Nos ramos já citados – siderurgia, bens de capital, material ferroviário e de telecomunicações – o simples crescimento da renda em escala inferior à prevista seria suficiente para reduzir o ritmo da demanda. Tais setores dependem, para sua evolução favorável, muito mais da taxa de crescimento da renda dos consumidores, que do seu nível absoluto (tudo mais mantido constante). Tornam-se, então, muito sensíveis às flutuações dos negócios. A discrepância entre os ritmos efetivo e previsto de crescimento da renda per capita foi gerando, ao longo da fase de implantação do projeto, "folgas" em relação à capacidade nominal instalada, mas ainda em níveis aceitáveis. Contudo, ao entrarem em efetivo funcionamento, essas unidades produtoras se depararam com um ano de forte controle de preços (1980) seguido por outro de forte contração monetária (1981).

Intenção e gesto

O ajustamento da demanda agregada por meio de instrumentos de política monetária, com a intenção final de equacionar as sérias dificuldades enfrentadas pelo balanço de pagamentos, deixou um rastro de inconvenientes diversos, não pela política em si, mas pelo modo como foi executado.

Ao definir suas prioridades para 1980-85, o Governo elegeu os setores de agricultura, exportação e energia, dentro da famosa Lei Pendular Indústria-Agricultura, de Kafka-Campos. O espírito da "lei" é que os governos latino-americanos oscilam entre extremos: ora oferecem todo o apoio à indústria, relegando a agricultura a papel secundário, ora fixam prioridade inversa. Ao se apaixonarem pela industrialização (a qualquer custo) abandonam a agricultura. Como o processo de industrialização nessa fase consome as divisas, e os alimentos se tornam insuficientes para atender às populações urbanas, eles não tardam a abandonar a paixão industrializante e se devotam temporariamente à salvação da agricultura.

Aos setores prioritários do III PND – agricultura, energia e exportação – foram oferecidas grandes facilidades creditícias, através das chamadas contas em aberto e juros subsidiados. Cerca de 3/4 de todos os créditos concedidos pelo sistema de autoridade monetária – Banco Central + Banco do Brasil – têm sido alocados aos setores em foco.

O financiamento do setor industrial foi confiado, na maioria, ao sistema bancário privado sujeito aos tetos de expansão creditícia de 50% ao ano, exceto para repasses de fundos governamentais (aos setores prioritários) e recursos captados no exterior.

A impossibilidade de o sistema de autoridade monetária atender os setores prioritários, e mais a demanda creditícia da indústria deriva da necessidade de se manter a oferta monetária em níveis adequados à contenção do ritmo inflacionário e do reequilíbrio do balanço de pagamentos. E os subsídios do crédito excitam a demanda de empréstimos, obrigando as autoridades a comprimirem as disponibilidades de crédito aos demais setores, o que por si só lhes causaria problemas de ociosidade.

As possibilidades de política fiscal compensatória, de forma a injetar demanda nas empresas, ficam comprometidas pela forma brasileira de financiar o componente de subsídios: é através das autoridades monetárias (via emissão de papel-moeda ou de dívida pública), pela inexistência de recursos no Orçamento da União destinados a este fim. A tentativa de conter os gastos globais do Governo recai, então, sobre os dispêndios das empresas estatais. Dado o montante dos subsídios – algo acima de Cr$1 trilhão em 1981 – as políticas contencionistas acabam atingindo os investimentos públicos. O problema é que estes representam, do lado das empresas, encomendas, atividade, emprego e,

finalmente, renda. Perde-se, assim, a possibilidade de se compensar os efeitos da política monetária sobre as empresas privadas com o dispêndio governamental. Os subsídios comprometem a execução da política monetária e inibem a política fiscal compensatória.

A dependência de alguns ramos industriais em relação ao Governo se apresenta então numa moldura extremada: dependem da oferta *de crédito e da* demanda *de seus produtos. Em alguns casos, as encomendas do Governo passam a condicionar a existência do empreendimento. Isso é particularmente importante na indústria de bens de capital, e reconhecido pelas autoridades, que no III PND listam entre os traços da política industrial: "procurar, com relação às indústrias de base, assegurar-lhes, em todo o período, um mínimo de demanda que propicie sua operação em nível satisfatório, inclusive mediante apoio e estímulo à exportação de seus produtos."*

A justiça obriga a esclarecer que as dimensões de alguns empreendimentos não decorreram de erros de previsão do empresariado, pois foram definidas pelos próprios órgãos governamentais e, não raro, financiados pelas suas instituições de fomento. A sinalização para investir não correspondeu à demanda efetiva. A saída para o exterior é tida, muitas vezes, como tábua de salvação: o que equivale a reintroduzir o argumento do "efeito-cunha", utilizado no passado recente, segundo o qual nossa posição secundária no comércio mundial permitiria aumentar a nossa participação, mesmo num contexto de contração global. Argumento cuja veracidade resta ainda comprovar. Pode, assim, muito bem acontecer que, como na imagem poética, entre a intenção e o gesto . . . cai a sombra.

O instinto de preservação

De qualquer modo, as restrições à demanda no mercado doméstico levaram muitas empresas industriais a procurar vender no exterior. Mas as dificuldades a enfrentar não foram (e não são) pequenas.

O primeiro desses óbices diz respeito às deseconomias geradas pelo atualmente baixo nível de ocupação industrial, aumentando os custos diretos de produção.

A estes se juntam as despesas financeiras provenientes das altas taxas de juros procedentes da política monetária contencionista acoplada a limites quantitativos de crédito.

Junte-se a isso os mercados cada vez mais competitivos, e mais ainda a proliferação de práticas protecionistas. Se não bastasse, a política econômica americana tem levado todos os países a elevar suas taxas internas de juros na tentativa de coibir fugas de capital (hot-money) *e defender a estabilidade de suas moedas. Daí resulta uma inibição das demandas internas e, conseqüentemente, das compras do exterior.*

Na verdade, há, no meio dos técnicos e da imprensa especializada internacional, uma crescente preocupação quanto à evolução da problemática econômica mundial – caldo de cultura propício à irrupção de nova onda recessiva de longa duração, no estilo dos ciclos de Kondratieff.

A conjugação de uma alta temporária da inflação mensal internamente, com a queda na inflação americana, e a valorização do dólar americano ante as moedas européias, e a recessão se instalando nos mercados compradores, tornam a defasagem no ritmo de desvalorização do cruzeiro um problema ainda mais agudo, dificultando ainda mais a difícil arte de sobreviver no mundo.

Mais complicadores

O custo da nossa mão-de-obra doméstica, mais baixo que no exterior, foi vantagem comparativa que o País sempre usufruiu nas vendas internacionais. As fórmulas de política salarial pós-64 foram instituídas de modo que, dentre outras coisas, as correções salariais guardassem compatibilidade com a evolução da taxa cambial, de modo a manter a vantagem do custo da nossa mão-de-obra.

A nova fórmula de reajuste salarial posta em vigor pela Lei n.º 6.708 veio modificar o panorama em relação a este ponto, ao corrigir os salários dos trabalhadores com remuneração de até três salários mínimos em ritmo sistematicamente superior 10% à alta semestral dos preços. O esquema abre, persistentemente, uma brecha entre correção salarial e cambial, ao atar a segunda apenas à estrita variação do INPC, mesmo não descontando a inflação externa. Reduz-se, assim, o poder de competição das exportações, posto que, em média, quase 80% da mão-de-obra do setor industrial percebe remuneração até o limite de três salários mínimos.

Além do efeito imediato que a lei salarial veio impor sobre o custo da mão-de-obra, há outra influência que merece destaque. O aumento de salários nominais, para uma determinada oferta de moeda, corresponde a um aperto de

liquidez pela maior necessidade de capital de giro das empresas. Quando, simultaneamente, se elevam os salários e se contrai a oferta monetária o efeito é sinérgico, correspondendo a um "tranco" no nível da liquidez global. Se se adiciona a isso a imposição de limites ao crédito e o Governo, concomitantemente, disputa a liquidez com o setor privado, as taxas de juros disparam para o alto. A produção e o emprego se retraem, enquanto o ritmo de alta dos preços, pela influência dos custos, ainda se mantém elevado, ou o que é pior, em elevação. Daí resulta desagradável mistura de recessão e inflação.

Em economias onde as empresas possuem adequado grau de capitalização e, portanto, baixa dependência de recursos de terceiros, a elevação da taxa de juros não põe em risco durante certo tempo sua saúde financeira. Esse não parece ser, entretanto, o caso brasileiro. As empresas nacionais, a julgar pelos levantamentos relativos às sociedades anônimas, têm má estrutura patrimonial, a qual se vem deteriorando ao longo do tempo, com o crescimento dos recursos de terceiros em relação aos próprios.

As explicações para a inadequada e frágil estrutura patrimonial das empresas brasileiras são variadas: a) falta de um mercado de capitais eficiente; b) tradição da empresa familiar fechada; c) tratamento fiscal diferenciado entre juros e dividendos; e d) linhas de crédito subsidiadas que induzem ao endividamento.

Os baixos índices de capitalização tornam, então, as empresas nacionais muito sensíveis às mudanças no nível da liquidez global e das políticas creditícias, o que gera efeitos colaterais indesejáveis quando se decide conter a demanda global através da política monetária.

Aumenta a pressão

A maneira brasileira de se adaptar à crise energética de 1973/4, foi a de manter o ritmo de crescimento e financiar a necessidade de recursos com empréstimos externos obtidos, na época, a taxas de juros reais baixas, ou até negativas. A situação, contudo, foi-se invertendo no correr dos anos, e, atualmente, as taxas atingiram níveis então inimagináveis. Nesse meio tempo, o Brasil assumiu considerável dívida externa que se vê agora obrigado a estender para o futuro, até que consiga obter superávits crescentes na balança comercial de modo a contrabalançar os déficits de conta de serviços. E, nessa sistemática de financiar déficits, a indústria nacional passa por mais duas fontes de pressão: a) os créditos de fornecedores (supplier's credits) *atados a empréstimos em moeda; b) as trocas bilaterais.*

No primeiro caso, a aguda necessidade de "caixa" do País retira dos nossos negociadores alguns graus de liberdade. Assim, em cada "rodada" internacional de negociação em busca de recursos, a indústria doméstica se prepara para receber a concorrência dos produtores estrangeiros. Isso costuma ocorrer mesmo com produtos em relação aos quais a indústria nacional possui capacidade de atendimento e, até mesmo, custos competitivos.

Nas trocas bilaterais acontece fenômeno similar. A acumulação de saldos favoráveis ao nosso País, ao exigir uma via de retorno, obriga a importação, entre outros, de material ferroviário e equipamentos agrícolas, a despeito da existência de amplas condições internas para atender a esses tipos de demanda.

Depois do inverno . . .

A recessão industrial que se instalou no País em 1981 teve precedente mais moderado em 1965, quando o produto industrial recuou 4,7%. Em outros anos, como 1963, 1965, 1975 e 1977, observou-se crescimento em ritmo inferior à média histórica (8% ao ano), caracterizando "desaquecimento" das atividades.

O traço-de-união entre os períodos de recessão ou de quebra no ritmo histórico de crescimento é a execução de política monetária fortemente restritiva num período de 12 a 24 meses precedente. A exceção é o ano de 1963, quando a instabilidade política e a desordem sindical puseram em marcha lenta a produção industrial.

A política fiscal (por vezes, compensatória) foi aplicada, em cada situação, de maneira diferente. Em 1965 observou-se forte contenção das despesas, gerando superávit fiscal; em 1967 os gastos públicos funcionaram como fator de expansão da liquidez; em 1975 procurou-se de novo conter os gastos governamentais, o mesmo se dando em 1977. Em 1981, a grande fonte de expansão da liquidez foram os próprios gastos globais do Governo, compensados pela política de open-market.

Todas as vezes que o processo recessivo ou de desaquecimento atingiu o setor industrial, o ritmo de alta dos preços desacelerou significativamente, como em 1965, 1967, 1975 e 1977. Em 1981, contudo, a história não se repetiu na mesma intensidade. Além das dificuldades estruturais

Carta do IBRE

citadas – dimensionamento excessivo de projetos, baixo grau de capitalização, concorrência externa etc. – há, nos anos recentes, dois outros fatores a tornar mais lento e penoso o processo de acomodação: a) a indexação generalizada; e b) a vulnerabilidade da economia brasileira ao que se passa no resto do mundo.

O sistema ampliado de indexação torna mais rígida a estrutura econômica, acentuando o dilema entre inflação e desemprego. Quedas significativas de inflação só ocorrem com retrocessos sensíveis na produção e emprego, aumentando os custos sociais no processo de estabilização.

A vulnerabilidade da economia brasileira expõe o mercado doméstico aos choques externos oriundos de altas de preços de produtos, taxas de juros, inflação e recessão em outras economias, e assim por diante.

O planejamento econômico deve ser flexível e pragmático, e adaptar as táticas às novas situações. A conjuntura mundial de juros elevados, práticas protecionistas e políticas recessivas atinge o Brasil pela vulnerabilidade de nossa economia.

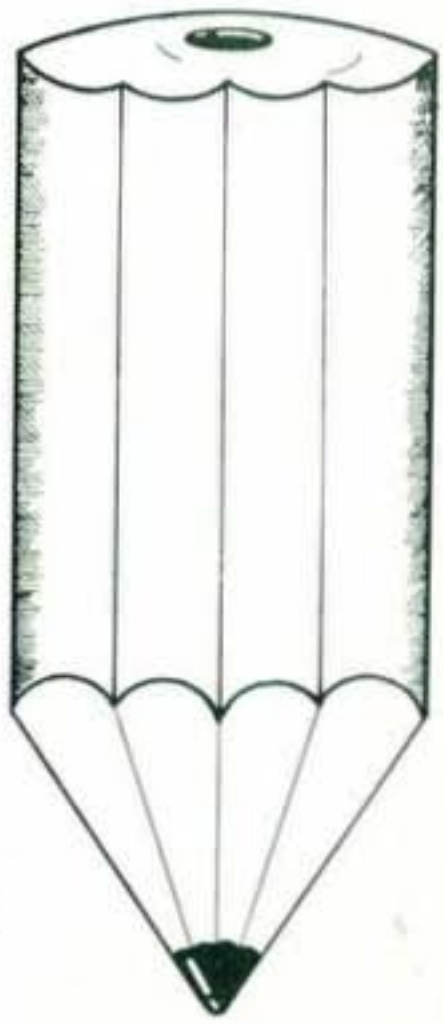
Como os pressupostos que enformaram as propostas do planejamento de 1980-85 estão-se desvanecendo diante dos fatos, seria desejável, dentro do corolário da flexibilidade, que um novo roteiro fornecesse as sinalizações necessárias para a Nação e o empresariado, sobre os novos rumos a tomar.

É certo que o desenvolvimento, como processo, é caracterizado por uma sucessão de desequilíbrios. Ora por falta, ora por excesso. Mas sua correção, ainda que para levá-los a "equilíbrios instáveis", não pode ficar ao sabor de atitudes fatalistas ou de concepção mecanicista dos ciclos. Isto seria o mesmo que se deixar levar pela crença, à maneira do personagem admiravelmente encarnado por Peter Sellers em seu último filme, que a mera sucessão das estações do ano garantiria, após o inverno, uma explosão primaveral de atividade. ♦

** Texto elaborado em conjunto, com base numa média de opiniões extraída de discussão prévia do tema abordado, por economistas do quadro permanente do Instituto. Portanto, não expressa, necessariamente, a opinião unânime do Conselho Editorial da revista nem de cada economista do quadro, em particular.*

Faça e renove suas assinaturas nas livrarias da Fundação Getulio Vargas. Anote aí os endereços:

No Rio, Praia de Botafogo, 188 e Av. Graça Aranha, 26 - lojas C e H
Em São Paulo, Av. Nove de Julho, 2029. Em Brasília, CLS 104, Bloco A, Loja 37.



Assim, você desburocratiza a sua vida. E a nossa também.

BANCO DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS JAN/82

C.G.C. 00.000.000/0001-91

EM MILHARES DE CRUZEIROS

Setor Bancário Sul — Brasília - DF

BALANCETE PATRIMONIAL EM 31.01.82
Direção Geral e Agências no País

ATIVO	
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.477.066.038
Disponibilidades	89.234.760
Operações de Crédito	2.028.330.586
Empréstimos e títulos descontados	993.842.374
Financiamentos rurais	1.038.733.053
Créditos em liquidação	47.316.241
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(46.930.896)
(Rendas a apropriar)	(4.630.186)
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	540.156.540
Pagamentos e recebimentos a liquidar	149.356.650
Correspondentes no exterior em moedas estrangeiras	249.410.713
Correspondentes em moeda nacional	117.777
Departamentos e congêneres no exterior em moeda nacional	25.709
Contas interdepartamentais — País	141.246.691
Créditos Diversos	2.808.288.399
Banco Central — recolhimentos e depósitos	110.691.722
Operações de conta do Banco Central	1.579.244
Operações de conta do Tesouro Nacional	666.314.775
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	95.609.436
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	6.849.783
Financiamentos em moedas estrangeiras	1.427.338
Outros créditos em moeda nacional	839.846.399
Outros créditos em moedas estrangeiras	1.081.981.398
(Rendas a apropriar)	(11.696)
Valores e Bens	10.536.386
Títulos de renda fixa	5.368.712
Valores em moedas estrangeiras	674.865
Outros valores e bens	4.492.809
Despesas de Exercícios Futuros	519.367
PERMANENTE	219.747.160
Investimentos	113.232.169
Departamentos no exterior	46.299.344
Investimentos em sociedades ligadas	50.960.880
Outros investimentos	15.971.945
Imobilizado	105.161.875
Imóveis de uso	91.534.243
Imobilizações em curso	23.261.488
Outros bens de uso	23.557.921
(Provisão para depreciação)	(33.191.777)
Diferido	1.353.116
Despesas de organização e expansão	2.433.007
(Provisão para amortização)	(1.079.891)
TOTAL	5.696.813.198

PASSIVO	
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.142.793.539
Depósitos	791.713.595
À vista	696.691.093
A prazo	95.022.502
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	261.325.693
Pagamentos e recebimentos a liquidar	137.196.422
Cobrança efetuada, em trânsito	12.253.625
Correspondentes no exterior em moedas estrangeiras	96.905.920
Correspondentes em moeda nacional	584.284
Ordens de pagamento	14.381.392
Departamentos e congêneres no exterior em moeda nacional	4.050
Obrigações por Empréstimos	348.535.419
Redescontos e empréstimos do Banco Central	10.579
Obrigações por empréstimos no país	340.207.494
Obrigações por empréstimos externos	254.409.814
Obrigações em moedas estrangeiras	153.907.132
Obrigações por Recebimentos — Tributos e Encargos Sociais	38.465.508
Outras Obrigações	3.302.753.324
Operações de conta do Banco Central	209.298.911
Operações de conta do Tesouro Nacional	203.585.114
Provisão para pagamentos	133.397.864
Banco Central, conta de movimento	1.235.702.163
Obrigações diversas em moeda nacional	590.874.627
Obrigações diversas em moedas estrangeiras	929.894.645
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	549.720.553
Capital Social	88.128.000
Reservas de Capital	140.151.479
Reservas de Reavaliação	16.366.598
Reservas e Retenção de Lucros	96.071.566
Lucros Acumulados	209.002.918
CONTAS DE RESULTADO	4.299.106
Contas de resultado — credoras	43.220.965
Receitas operacionais	42.640.449
Receitas não operacionais	580.516
(Contas de resultado — devedoras)	(38.921.859)
(Despesas operacionais)	(38.885.347)
(Despesas não operacionais)	(36.512)
TOTAL	5.696.813.198

BALANCETE SINTÉTICO DA CARTEIRA DE CÂMBIO EM 31.01.82

ATIVO	
EM MOEDAS ESTRANGEIRAS	1.340.344.097
Correspondentes no exterior em moedas estrangeiras	249.410.713
Cambiais e documentos a prazo, em moedas estrangeiras	6.849.783
Contas gráficas em moedas estrangeiras	918.907.449
Cotas de contribuição a receber de exportadores	565.388
Créditos registrados em moedas estrangeiras, a receber	162.508.561
Financiamentos em moedas estrangeiras	1.427.338
Valores em moedas estrangeiras	674.865
EM MOEDA NACIONAL	415.520.023
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	99.609.436
Empréstimos e títulos descontados — câmbio	145.171.024
Devedores por créditos liquidados no exterior	1.337.714
Banco Central — recolhimentos e depósitos	105.617.765
Correspondentes no exterior em moeda nacional	7.036
Departamentos no exterior — conta capital	46.299.344
Departamentos e congêneres no exterior em moeda nacional	25.709
Rendas a receber — câmbio	270.615
Outros créditos em moeda nacional	19.307.367
(Rendas a apropriar)	(206.944)
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(1.919.043)
TOTAL	1.755.864.120

PASSIVO	
EM MOEDAS ESTRANGEIRAS	1.180.707.697
Correspondentes no exterior em moedas estrangeiras	96.905.920
Obrigações em moedas estrangeiras	153.907.132
Contas gráficas em moedas estrangeiras	928.960.624
Cotas de contribuição a entregar	934.021
EM MOEDA NACIONAL	307.300.730
Depósitos vinculados	11.546.455
Outros depósitos	60.839
Correspondentes no exterior em moeda nacional	26.549
Departamentos e congêneres no exterior em moeda nacional	4.050
Obrigações por empréstimos externos	249.011.817
Provisão para pagamentos a efetuar — câmbio	36.470.944
Outras obrigações em moeda nacional	10.180.076
CONTAS DE RESULTADO	4.403.091
Resultados de câmbio — saldo credor	4.944.733
Outras contas credoras	1.174.598
(Outras contas devedoras)	(1.716.240)
EXCESSO DOS SALDOS DEVEDORES SOBRE OS CREDORES — VALOR PARA BALANCEAMENTO	263.452.602
TOTAL	1.755.864.120

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 — POSIÇÃO CAMBIAL — É a seguinte, registrada em contas de compensação:

Câmbio Comprado a Liquidar	Cr$	275.196.435.029,73	D
Câmbio Vendido a Liquidar	Cr$	222.598.429.840,29	C
Câmbio Liquidado	Cr$	159.636.400.405,92	D
Movimento de Câmbio	Cr$	212.234.405.595,36	C
Responsabilidades por Créditos para Importação	Cr$	107.870.358.278,29	C

NOTA 2 — DESPESAS DE OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS EXTERNOS:

— Provisionado o valor de Cr$ 5.397.996.564,66 inscrito na rubrica "OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS EXTERNOS".

NOTA 3 — PARTICIPAÇÃO DA CARTEIRA DE CÂMBIO EM COMISSÕES DE REPASSE DE OPERAÇÕES DA RESOLUÇÃO Nº 63:

— Percentual de participação — 100%
— Valor incorporado como resultado da Carteira de Câmbio: Cr$ 219.926.034,12

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Oswaldo Roberto Colin (Presidente)
Eduardo de Castro Neiva (Vice-Presidente)
Angelo Calmon de Sá
Carloman da Silva Oliveira
Carlos Geraldo Langoni
Carlos José Muniz
Cid Heráclito de Queiroz
Luiz de Moraes Barros
Nestor Jost

CONSELHO DIRETOR

Presidente:
Oswaldo Roberto Colin

Vice-Presidentes:
Dinar Goyheneix Gigante
Eduardo de Castro Neiva
Giampaolo Marcello Falco

Diretores:
Alcio Carvalho Portella
Alcir Augustinho Calliari
Aldásio Vaz Primo
Amilcar de Souza Martins
Antônio Arnaldo Gomes Taveira
Antônio Machado de Macedo
Benedicto Fonseca Moreira
Cesar Dantas Bacellar Sobrinho
Fernando Baptista Martins
José Aristophanes Pereira
José Luiz Silveira Miranda
Luis Fernando Duarte Siqueira
Nilson Miranda Motta

CONSELHO FISCAL

Odette de Castro Gouveia
Guilherme da Silveira Filho
Maurício Chagas Bicalho
Sergio Andrade de Carvalho

CONTADORIA GERAL

Oswaldo dos Santos Pereira
Contador Geral em exercício
Téc.Cont. CRC-DF 4476
CPF 001.717.782-00

Parâmetros da economia brasileira

O Centro de Contas Nacionais e o Centro de Estudos Fiscais, como habitualmente o fazem, apresentam neste número de março, em caráter preliminar, alguns agregados do Sistema de Contas Nacionais para o ano de 1981, retroagindo a 1977.
Igualmente são apresentados os parâmetros da economia brasileira com base nestes e noutros agregados para o período 1970/81.
Para maiores detalhes, consultar *Conjuntura Econômica* de dezembro de 1981.

Tabela 1 – Renda e produto nacional – 1977/81 – em Cr$ milhões

Especificação	1977	1978	1979	1980	1981[1]
1. Produto interno líquido (custo de fatores)	2.104.961,7	3.131.090,0	5.321.810,0	11.104.579,4	22.491.637,1
1.1 – Setor primário	314.640,9	421.933,4	708.848,1	1.446.050,1	2.718.111,5
1.2 – Setor secundário	719.939,8	1.046.289,3	1.726.161,1	3.778.060,0	7.179.413,8
1.3 – Setor terciário	1.070.381,0	1.662.867,3	2.886.800,8	5.880.469,3	12.594.111,8
Menos: renda líquida enviada ao exterior	40.217,4	83.835,0	162.704,2	404.285,2	1.016.516,5
2. Renda nacional – produto nacional líquido (custo de fatores)	2.064.744,3	3.047.255,0	5.159.105,8	10.700.294,2	21.475.120,6
Mais: impostos indiretos	315.248,2	454.977,6	674.265,5	1.512.580,6	2.906.389,5
Menos: subsídios	21.182,5	38.463,5	60.334,9	147.513,2	227.860,9
3. Produto nacional líquido (preços de mercado)	2.358.810,0	3.463.769,1	5.773.036,4	12.065.361,6	24.153.649,2
Mais: depreciação	124.073,4	182.194,3	303.661,7	634.638,0	1.270.481,9
4. Produto nacional bruto	2.482.883,4	3.645.963,4	6.076.698,1	12.699.999,6	25.424.131,1

[1] Dados preliminares.
Fonte: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais – DCS/Ibre/FGV.

Tabela 2 – Oferta total de bens e serviços – 1977/81 – em Cr$ milhões

Especificação	1977	1978	1979	1980	1981[1]
1. Produto interno líquido (custo de fatores)	2.104.961,7	3.131.090,0	5.321.810,0	11.104.579,4	22.491.637,1
2. Impostos indiretos	315.248,2	454.977,6	674.265,5	1.512.580,6	2.906.389,5
3. Subsídios (menos)	21.182,5	38.463,5	60.334,9	147.513,2	227.860,9
4. Depreciação de capital fixo	124.073,4	182.194,3	303.661,7	634.638,0	1.270.481,9
5. Importação de mercadorias e serviços	197.192,7	285.215,6	555.949,7	1.402.901,7	2.399.867,7
6. Total	2.720.293,5	4.015.014,0	6.795.352,0	14.507.186,5	28.840.515,3

[1] Dados preliminares.
Fonte: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais – DCS/Ibre/FGV.

Tabela 3 – Procura total de bens e serviços – 1977/81 – em Cr$ milhões

Especificação	1977	1978	1979	1980	1981[1]
1. Consumo global	1.965.342,2	2.996.156,6	5.129.219,3	10.617.182,4*	21.379.719,2*
2. Formação bruta de capital fixo	537.551,9	788.845,5	1.269.174,0	2.768.849,5	5.151.055,7
3. Variação de estoques	36.776,7	−12.088,8	−34.680,2	...	...
4. Exportação de mercadorias e serviços	180.622,7	242.100,7	431.638,9	1.121.154,6	2.309.740,4
5. Total	2.720.293,5	4.015.014,0	6.795.352,0	14.507.186,5	28.840.515,3

* Inclui variação de estoques.
[1] Dados preliminares.
Fonte: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais – DCS/Ibre/FGV.

Parâmetros da economia

Tabela 4 — Parâmetros da economia brasileira — contas nacionais do Brasil a preços correntes — em % — anos: 1970/1981 e períodos selecionados

Especificação	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
1. Renda do setor agrícola/renda interna	10,1	10,4	10,5	11,3	11,5	11,0	12,8	14,9	13,5
2. Renda do setor secundário/renda interna	35,9	35,7	36,1	36,6	37,9	37,1	35,7	34,2	33,4
3. Renda do setor terciário/renda interna	54,0	53,9	53,4	52,1	50,6	51,9	51,5	50,9	53,1
4. Renda disponível do setor privado/produto nacional bruto	83,8	83,3	83,6	83,4	85,8	85,5	85,2	85,7	87,7
5. Renda disponível do setor governo/produto nacional bruto	16,2	16,7	16,4	16,6	14,2	14,5	14,8	14,3	12,3
5.1 — Tributos indiretos menos subsídios/ produto nacional bruto	14,8	13,8	14,1	13,8	12,7	11,3	11,8	11,8	11,4
5.2 — Tributos diretos menos transferências/ produto nacional bruto	0,3	1,8	2,4	2,9	3,6	3,8	3,2	3,5	2,5
5.3 — Outras receitas do governo/produto nacional bruto	1,1	1,1	−0,1	−0,1	−2,1	−0,6	−0,2	−1,0	−1,6
6. Formação bruta de capital/produto nacional bruto***	22,9	24,6	24,8	26,9	31,3	27,7	24,9	23,1	21,3
7. Consumo pessoal/renda disponível do setor privado*	81,0	81,2	80,5	78,1	76,7	78,7	80,5	81,1	82,9
8. Poupança líquida do setor privado/renda disponível do setor privado**	13,1	12,8	13,5	15,9	17,5	15,5	13,6	13,1	11,5
9. Poupança do governo/renda disponível do setor governo	34,9	38,1	37,5	39,4	33,3	28,8	30,3	32,5	22,6
10. Formação bruta de capital fixo do setor governo/renda disponível do setor governo	25,4	23,9	22,5	22,7	27,6	27,6	27,0	25,5	25,4

Especificação	1979	1980	1981[1]	70/73	74/78	79/80	74/80	70/80	70/81[1]
1. Renda do setor agrícola/renda interna	13,3	13,0	12,1	10,6	12,7	13,2	12,9	12,0	12,0
2. Renda do setor secundário/renda interna	32,4	34,0	31,9	36,1	35,7	33,2	34,9	35,4	35,1
3. Renda do setor terciário/renda interna	54,3	53,0	56,0	53,3	51,6	53,6	52,2	52,6	52,9
4. Renda disponível do setor privado/produto nacional bruto	87,7	88,0	...	83,5	86,0	87,8	86,5	85,4	...
5. Renda disponível do setor governo/produto nacional bruto	12,3	12,0	...	16,5	14,0	12,2	13,5	14,6	...
5.1 — Tributos indiretos menos subsídios/ produto nacional bruto	10,1	10,7	10,5	14,1	11,8	10,4	11,4	12,4	12,2
5.2 — Tributos diretos menos transferências/ produto nacional bruto	2,8	2,4	...	1,9	3,3	2,6	3,1	2,7	...
5.3 — Outras receitas do governo/produto nacional bruto	−0,6	−1,1	...	0,5	−1,1	−0,8	−1,0	−0,5	...
6. Formação bruta de capital/produto nacional bruto***	20,3	21,8	20,3	24,8	25,7	21,1	24,3	24,5	24,2
7. Consumo pessoal/renda disponível do setor privado*	85,3	84,7	...	80,2	80,0	85,0	81,4	81,0	...
8. Poupança líquida do setor privado/renda disponível do setor privado**	9,1	9,7	...	13,8	14,2	9,4	12,8	13,2	...
9. Poupança do governo/renda disponível do setor governo	21,6	24,2	...	37,5	29,5	22,9	27,6	31,2	...
10. Formação bruta de capital fixo do setor governo/renda disponível do setor governo	19,8	18,8	...	23,6	26,6	19,3	24,5	24,2	...

[1] Dados preliminares.

* O consumo pessoal, nos anos de 1980 e 1981, inclui a variação de estoques.

** A estimativa de poupança está afetada pela não inclusão de variação de estoques, nos anos de 1980.

*** A formação bruta de capital, nos anos de 1980 e 1981, não inclui a variação de estoques.

Fonte: Centro de Contas Nacionais — DCS/Ibre/FGV.

Parâmetros da economia

Tabela 5-A – Parâmetros da economia brasileira – contas nacionais do Brasil a preços de 1970 – em % – anos: 1970 a 1978 e períodos selecionados

Especificação	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
1. Produto real total (taxas de incremento)	8,3	12,0	11,1	14,0	9,5	5,6	9,7	5,4	4,8
1.1 – Agricultura	1,5	11,3	4,1	3,6	8,2	5,2	2,9	11,8	–2,6
1.2 – Indústria	10,5	11,8	12,7	16,0	9,1	5,6	12,5	3,9	7,4
1.3 – Comércio	8,3	13,1	11,7	13,3	9,9	2,4	8,6	4,6	3,9
1.4 – Transportes e comunicações	6,4	11,6	12,2	21,0	13,5	16,8	8,0	5,8	4,6
2. Produto do setor agrícola/produto interno líquido (custo de fatores)	10,1	10,1	9,5	8,6	8,5	8,5	7,9	8,4	7,8
3. Produto do setor secundário/produto interno líquido (custo de fatores)	35,9	35,8	36,3	37,0	36,8	36,8	37,8	37,3	38,2
4. Produto do setor terciário/produto interno líquido (custo de fatores	54,0	54,1	54,2	54,4	54,7	54,7	54,3	54,3	54,0
5. Consumo total/produto nacional bruto	78,4	77,9	77,0	74,1	72,7	75,2	75,6	75,6	78,5
5.1 – Consumo pessoal/produto nacional bruto	67,8	67,6	66,8	64,0	63,2	64,9	65,3	65,9	69,0
5.2 – Consumo do governo/produto nacional bruto	10,6	10,3	10,2	10,1	9,5	10,3	10,3	9,7	9,5
6. Formação bruta de capital/produto nacional bruto	22,9	24,9	25,2	27,8	32,5	29,4	28,1	26,5	24,8
6.1 – Formação bruta de capital fixo/produto nacional bruto	21,7	22,5	22,7	23,4	24,9	26,8	26,6	24,9	25,2
7. Poupança interna bruta/produto nacional bruto	21,6	22,1	23,0	25,9	27,3	24,8	24,4	24,4	21,5
8. Saldo do balanço de pagamentos em c/c produto nacional bruto	–1,3	–2,8	–2,2	–1,9	–5,2	–4,6	–3,7	–2,1	–3,3
9. Exportação (mercadorias e serviços)/produto nacional bruto	6,5	5,8	7,0	7,8	6,0	6,1	6,3	6,9	6,5
10. Importação (mercadorias, serviços mais renda líquida enviada para o exterior)/produto nacional bruto	7,8	8,6	9,2	9,7	11,2	10,7	10,0	9,0	9,8
11. Importação (mercadorias, serviços mais renda líquida enviada para o exterior)/produto nacional bruto mais importações	7,3	8,0	8,5	8,8	10,1	9,7	9,1	8,3	8,9

Fonte: Centro de Contas Nacionais – DCS/Ibre/FGV.

Parâmetros da economia

Tabela 5-B — Parâmetros da economia brasileira — contas nacionais do Brasil a preços de 1970 — em % — anos: 1979 a 1981 e períodos selecionados

Especificação	1979	1980	1981[1]	70/73	74/78	79/80	74/80	70/80	70/81[1]
1. Produto real total (taxas de incremento)	6,7	7,9	−3,5***	11,3	7,0	7,3	7,1	8,6	7,6***
1.1 — Agricultura	5,0	6,3	6,8	5,1	5,0	5,6	5,2	5,1	5,3
1.2 — Indústria	6,6	7,9	−8,4	12,7	7,7	7,2	7,5	9,4	8,0
1.3 — Comércio	6,7	8,0	−6,0	11,6	5,8	7,3	6,3	8,2	7,0
1.4 — Transportes e comunicações	10,6	10,8	0,8	12,7	9,6	10,7	9,9	10,9	10,2
2. Produto do setor agrícola/produto interno líquido (custo de fatores)	7,7	7,6	8,4	9,6	8,2	7,7	8,1	8,6	8,6
3. Produto do setor secundário/produto interno líquido (custo de fatores)	38,1	38,1	36,2	36,2	37,4	38,1	37,6	37,1	37,0
4. Produto do setor terciário/produto interno líquido (custo de fatores)	54,2	54,3	55,4	54,2	54,4	54,2	54,3	54,3	54,4
5. Consumo total/produto nacional bruto	80,1	80,2*	...	76,9	75,5	80,2*	76,9*	76,8*	...
5.1 — Consumo pessoal/produto nacional bruto	70,5	71,1	...	66,6	65,7	70,8*	67,2*	66,9*	...
5.2 — Consumo do governo/produto nacional bruto	9,6	9,1	...	10,3	9,8	9,4	9,7	9,9	...
6. Formação bruta de capital/produto nacional bruto	24,1	...	...	25,2	28,3	24,2**	27,1**	26,4**	...
6.1 — Formação bruta de capital fixo/produto nacional bruto	24,7	24,3	22,0	22,6	25,7	24,5	25,3	24,3	24,1
7. Poupança interna bruta/produto nacional bruto	19,9	19,8**	...	23,1	24,5	19,8**	23,1**	23,2**	...
8. Saldo do balanço de pagamentos em c/c produto nacional bruto	−4,2	−4,5	...	−2,1	−3,8	−4,4	−4,0	−3,2	...
9. Exportação (mercadorias e serviços)/produto nacional bruto	6,1	5,8	...	6,8	6,4	5,9	6,2	6,5	...
10. Importação (mercadorias, serviços mais renda líquida enviada para o exterior)/produto nacional bruto	10,3	10,3	...	8,9	10,2	10,3	10,2	9,7	...
11. Importação (mercadorias, serviços mais renda líquida enviada para o exterior)/produto nacional bruto mais importações	9,3	9,4	...	8,1	9,2	9,3	9,2	8,8	...

[1] Dados preliminares.

* Consumo pessoal, no ano de 1980 inclui a variação de estoques.

** Para 1980 e 1981, a relação está prejudicada pela não inclusão da variação de estoques.

*** Na estimativa da taxa de produto real de 1981, foram consideradas, para os setores de intermediários financeiros e Governo, taxas de 5,0% e 0,0% respectivamente.

Fonte: Centro de Contas Nacionais — DCS/Ibre/FGV.

Caminho húngaro para o mercado



Durante muitos anos, os chamados países socialistas exorcizaram dramaticamente o FMI. "O Fundo Monetário Internacional não passa de um mero instrumento do imperialismo para impor a política econômico-financeira dos Estados Unidos" – diziam os editoriais do mundo marxista. Não faz muito tempo, o Pravda *escreveu que a sede do Fundo estava realmente mal localizada em Washington D. C., "pois funcionaria em forma mais adequada entre os arranha-céus de Wall Street".*

Assim, foi uma grande surpresa o comunicado 81/75, do FMI, anunciando que o Governo da República Popular Húngara apresentara seu pedido de ingresso no Fundo. Textualmente, informa esse organismo internacional:

"Após a adoção da Resolução de Ingresso, a República Popular Húngara terá que adotar as disposições legais que sejam necessárias para poder firmar o Convênio Constitutivo do Fundo e cumprir as obrigações derivadas de sua qualidade de país-membro."

Parafraseando a dúvida de Carlos Drummond de Andrade, seria o caso de perguntar: – Mudou a Hungria ou mudou o Fundo Monetário Internacional?

De fato, tudo faz crer que a República Popular Húngara é que tenha mudado. Pressionada pela "Opep" soviética, que desde 1975 vem ajustando os valores de seu petróleo aos vigentes entre os fornecedores árabes,[1] o governo de Budapeste viu-se obrigado a encarar uma série de reformas econômicas para evitar uma espécie de polonização *do país. Nessa corrida contra o tempo, as autoridades não hesitaram em recorrer aos tradicionais instrumentos de mercado, "que só na mera aparência é irracional", segundo reconhece um burocrata húngaro.*

A Hungria no caminho do Chile?

Entre os remédios heróicos estavam:

a) a liberação de um sem-número de produtos, tanto industriais quanto agrícolas;

b) um violentíssimo aumento da gasolina que colocou o combustível entre os mais caros do mundo;

c) a supressão ou, em muitos casos, uma drástica redução nos subsídios à alimentação e serviços;

d) redução das barreiras alfandegárias e ampliação da política de abertura do país ao capital estrangeiro. O programa, sob muitos aspectos, lembra o Chile de hoje, com seu bem-sucedido plano de estabilização.

Mas foi na área da agricultura que a mudança húngara foi mais notável. A eliminação dos subsídios agrícolas ou sua redução foi compensada por aumentos de preços que colocaram muitos produtos a nível real. O chamado setor privado da agricultura foi estimulado a produzir mais e convocado a fazer chegar sua produção aos mercados livres de Budapeste. "Aqui a burocracia não manda" – disse um administrador de um desses mercados em Peste. De fato, segundo a nova ordem de coisas na Hungria, onde manda o mercado, não desmanda a planificação.

Mesmo os mais ortodoxos analistas do mundo soviético estão reconhecendo agora que os efeitos das reformas econômicas húngaras foram notáveis. O crescimento do setor agrícola está acompanhando os níveis de desenvolvimento rápido da área industrial, o que em termos dominantes nas chamadas democracias populares chega a ser extraordinário. A comparação não seria desfavorável nem mesmo com alguns países de economia de mercado. Assim, as superfícies agrícolas da Hungria representam apenas 0,15% das superfícies agrícolas totais do globo, mas são capazes de uma produção equivalente a 0,7% da produção mundial. Em outras palavras, em proporção ao seu território, a produção do país é de quatro a cinco vezes superior à produção mundial.

Os resultados são ainda mais expressivos quando se examina a produção da agricultura em determinados setores. Realmente, dos campos húngaros estão saindo de 1,2 a 1,5% da produção mundial de trigo, 1,9 a 2,2% da produção mundial de milho etc. A produção de carne é equivalente a 200 kg/per capita por ano, o que é um nível excepcional em termos internacionais. Dentro do campo socialista, os resultados são simplesmente inacreditáveis.

Caminho húngaro

Qual a razão dessa espécie de milagre húngaro? A mais importante delas parece residir no fato de que a iniciativa privada – considerando entre elas as cooperativas – detém atualmente 78,2% das terras aráveis do país, cabendo às fazendas do Estado não mais de 15,4% dessa mesma superfície. Os próprios membros das cooperativas detêm privadamente 5,6% do total da superfície de terras aráveis, enquanto as pequenas fazendas particulares representam cerca de 6,4% do total.

Sugundo o testemunho de Albert Kiss, vice-presidente do organismo húngaro de estatísticas, as pequenas fazendas particulares produziram, em todo o decorrer dos anos 70, mais de 1/3 das colheitas totais do país; entre 34 e 35% da produção global da agricultura húngara. Cifra que levou um especialista da FAO a observar: "Não se pode concluir que as pequenas propriedades individuais sejam extraordinariamente rentáveis na Hungria; o que parece estar claro, isto sim, é que as fazendas do Estado são terrivelmente ineficientes."

Aliás, como acentuam os especialistas, a sorte da burocracia húngara foi não ter estatizado o campo da mesma forma adotada pelo modelo soviético. A pequena propriedade, tal como ocorrera na União Soviética antes de Stalin, foi bastante preservada.

Atualmente, a pequena exploração agrícola compreende dois tipos principais: as terras controladas pelos integrantes das cooperativas agrícolas e as pequenas propriedades pertencentes ao resto da população.

Conforme a legislação vigente, os membros das cooperativas e das próprias fazendas estatais podem dispor para si de 0,5 ha de terra para fins agrícolas. Atualmente, se calcula que exista no país um total de 700 mil granjas particulares. Outras 800 mil pequenas propriedades são exploradas, tanto nas cidades como no interior, pelos chamados "agricultores nas horas vagas". Paradoxalmente, é esse variado espectro de produtores que assegura boas colheitas para o país. Isto também significa que mais de 40% das famílias húngaras se ocupam, de uma forma ou de outra, das atividades da agricultura. Mas, ainda assim, as tendências são regressivas.

As pequenas propriedades cultivadas em 1970 representavam 14,4% do total da superfície agrícola do país; atualmente estão abaixo dos 10%. "Isso bem pode ser uma ameaça para o futuro êxito de nossa agricultura" – admite um funcionário governamental entusiasta das pequenas propriedades. Ou seria apenas esse, um resquício de preconceito em favor dos chamados "pequenos"?

O tamanho médio da pequena exploração húngara é equivalente a 0,55 ha de superfície arável e todas elas estão perfeitamente sintonizadas com os clássicos indicadores de mercado para a produção de coisas tão variadas como o vinho, o leite, cereais, hortigranjeiros e até mesmo produtos florestais. "É o mercado e não a planificação estatal que explica o fato das pequenas fazendas particulares produzirem na Hungria mais de 1/3 das colheitas, embora possuam apenas entre 10 e 11% das superfícies aráveis" – diz um professor de economia da universidade nacional.

Isto também explica o poderio do chamado setor secundário da economia – áreas privadas da agricultura e indústria – onde os húngaros podem encontrar mais e melhores empregos. Tais os níveis de produtividade dessa amplíssima área econômica que os empresários podem se dar ao luxo de pagar salários quatro a cinco vezes superiores aos existentes no setor socializado.

Enquanto nos demais países do bloco oriental, e na própria União Soviética, filas serpenteiam na periferia dos mercados, numa evidência bastante concreta da escassez produtiva, tanto em Buda como em Peste, as duas cidades cortadas pelo Danúbio, os mercados estão abarrotados de uma exuberante produção hortigranjeira. Aliás, o espetáculo de abundância oferecido pelos mercados húngaros constitui uma espécie de atração turística para o país. Turistas provenientes dos demais países socialistas não se cansam de admirar a abundância e o tamanho dos tomates, frutas e a excelência das batatas. "Até parece que estamos num país capitalista" – se comenta entre os estrangeiros do bloco oriental que chegam à Hungria.

De fato, é a eficiência do setor privado – muito estimulado por uma grande flexibilidade em matéria de preços – quem está ajudando a nação a reduzir seu déficit comercial, que em 1979 já havia chegado a US$1 bilhão.

Atualmente, não só os húngaros podem desfrutar de boas hortaliças, como elas também estão presentes em Moscou, Praga, Berlim Oriental etc. graças às crescentes exportações do país. Essa variada gama de produtos agrícolas não só ajuda a equilibrar o balanço de pagamentos como contribui para a criação de milhares de novas fontes de trabalho. Enfim, o círculo vicioso da prosperidade: melhores preços, melhores empregos, melhores salários.

I. T.

UM LEQUE DE SUCESSOS



as últimas reedições da FGV

- **Chefia, sua técnica seus problemas**
  10ª edição, de Wagner Estelita Campos
  380 p.
- **O Regime disciplinar do servidor público no judiciário** - 2ª edição, de Waldir dos Santos
  74 p.
- **Teoria das Organizações** - 5ª edição, de James March e Herbert Simon
  354 p.
- **Planejamento da Educação; um levantamento mundial de problemas e prospectivas.** Unesco - vários autores
  3ª edição,
  244 p.
- **Custos, princípios, cálculos e contabilização**
  7ª edição, de Américo M. Florentino
  336 p.

Procure nas livrarias da FGV:
Rio • Praia de Botafogo, 188
São Paulo • Nove de Julho, 2029
Brasília • CLS 104, Bloco A, loja 37

Ou peça pelo Reembolso Postal:
FGV/Editora - Divisão de Vendas
Caixa Postal 9052
20.000 - Rio de Janeiro - RJ

FGV
Fundação Getúlio Vargas

Preços, salários, suprimentos

A taxa de inflação, resultado convencional da combinação dos Índices de Preços por Atacado, Índices de Preços ao Consumidor e Índice do Custo da Construção — os dois últimos calculados para a cidade do Rio de Janeiro — alcançou, em fevereiro, ritmo de alta de 6,8% no conceito de disponibilidade interna e de 6,5% no de oferta global. As variações observadas em fevereiro apresentaram-se um pouco superiores àquelas verificadas no mês anterior, quando foram registradas taxas de 6,3% e 6,1%, respectivamente.

Em relação às taxas acumuladas nos últimos 12 meses, ainda se observou, em fevereiro, certa desaceleração relativamente a semelhante medida calculada para o período anterior, quando as taxas foram de 94,7% para o Índice em seu conceito de disponibilidade interna e de 91,9% para o de oferta global.

Preços ao consumidor

O comunicado do Instituto Brasileiro de Economia — Ibre — da Fundação Getulio Vargas revela que, no decorrer de fevereiro, o Índice de Preços ao Consumidor apresentou alta de 6,6%. Tal aumento concentrou-se, em termos de intensidade de alta, acima do índice médio, nos grupos serviços pessoais (7,8%) e alimentação (7,3%). A alimentação, em face da sua elevada variação de preços e da grande participação com que entra nos orçamentos familiares, explicou 46% da formação total do índice.

Tabela 1 — Índice geral de preços

Discriminação	N.º índice de fevereiro (1977 = 100)	Variação percentual		
		Fevereiro	Jan.-fev.	Últimos 12 meses
Disponibilidade interna (Col. 2)	1.318,9	6,8	13,6	91,8
Oferta global (Col. 1)	1.274,6	6,5	12,9	89,7

Fonte: Centro de Estatística Econômica — Ibre/FGV.

Tabela 2 — Índice de preços ao consumidor na cidade do Rio de Janeiro

Discrininação	N.º índice de fevereiro (1977 = 100)	Fevereiro		Jan.-fev.		Últimos 12 meses
		Var. (%)	Infl. (%)	Var. (%)	Infl. (%)	Var. (%)
Geral	1.191,3	6,6	100,0	14,2	100,0	97,4
Alimentação	1.349,3	7,3	46,2	17,5	51,3	89,3
Vestuário	607,7	5,6	1,9	12,3	1,9	77,7
Habitação	756,8	5,3	9,7	9,5	8,2	82,7
Artigos de residência	983,9	5,4	7,2	9,9	6,2	99,0
Assist. saúde e higiene	1.234,8	5,8	4,2	10,7	3,6	132,2
Serviços pessoais	1.390,4	7,8	21,9	15,3	19,6	116,8
Serviços públicos	1.471,4	4,8	8,9	10,7	9,2	103,9

Fonte: Centro de Estatística Econômica — Ibre/FGV.

Tabela 3 — Índice de preços ao consumidor — RJ — grupo alimentação — maiores variações percentuais

Nome do produto	Variação percentual	Nome do produto	Variação percentual
1) Carne defumada	35,85	11) Café em pó	18,54
2) Chuchu	28,78	12) Presunto	17,45
3) Cafezinhos	27,69	13) Suíno pernil	16,99
4) Banha	26,76	14) Feijão manteiga	16,22
5) Banana-prata	25,18	15) Queijo-de-minas	15,48
6) Laranja-pera	23,50	16) Refrigerantes	14,89
7) Tomate	23,47	17) Mortadela	14,55
8) Suíno lombo	22,09	18) Mamão	13,96
9) Ovos	18,72	19) Bebidas quentes (Toddy, etc.)	13,87
10) Carne salgada	18,63	20) Manga	13,79

Fonte: Centro de Estatística Econômica — Ibre/FGV.

O Ibre mostra numa outra abordagem – na qual a variação observada nos preços combina-se com a ponderação do produto na estrutura do Índice – e a tabela 4 que registra os 20 principais produtos em sua capacidade de explicação do movimento de alta de preços dos alimentos. Os produtos assim listados "explicam" 35% da elevação do índice geral e cerca de 76% da alta de preços observada para o consumo de produtos alimentares.

Tabela 4 – Índice de preços ao consumidor – RJ – grupo alimentação – maiores influências

Nome do produto	Influência percentual	Nome do produto	Influência percentual
1) Galinha morta	4,11	11) Cafezinhos	1,40
2) Pão-francês	3,62	12) Sanduíches	1,34
3) Massas	3,18	13) Suíno lombo	1,32
4) Café em pó	2,90	14) Refeições (rest. e lanch.)	1,23
5) Ovos	2,33	15) Óleo de soja	0,91
6) Feijão-preto	1,89	16) Sardinha	0,90
7) Banha	1,83	17) Arroz amarelão	0,88
8) Banana-prata	1,70	18) Chuchu	0,87
9) Tomate	1,63	19) Presunto	0,72
10) Carne salgada	1,63	20) Margarina	0,70

Fonte: Centro de Estatística Econômica – Ibre/FGV.

Atacado

Comparativamente a janeiro, os valores observados para os índices de Preços por Atacado denotam taxas de crescimento muito próximas nos dois conceitos utilizados – disponibilidade interna e oferta global.

Entre os produtos de maior variação percentual nesse grupo, estão os fumos (90,5), o abacaxi (53,6), couro de porco (40,7), maçã (38,4) e a banha de porco refinada (37,7). De outro lado, combinando-se as variações com seus respectivos pesos na composição do índice geral, são os seguintes os produtos de maior influência percentual no IPA: soja (Di) (6,46), petróleo em bruto (5,85), milho (4,44), ovos (4,10) e gasolina (3,40).

Tabela 5 – Índice de preços por atacado

Discriminação	N.º índice de fevereiro (1977 = 100)	Fevereiro		Jan.-fev.		Últimos 12 meses
		Var. (%)	Infl. (%)	Var. (%)	Infl. (%)	Var. (%)
Disponibilidade interna						
Geral	1.407,6	6,4	100,0	13,1	100,0	91,4
Alimentação	1.540,8	6,0	37,4	13,4	42,1	86,9
Matérias-primas (N.A.)	1.158,6	7,4	20,9	12,6	17,0	80,0
Materiais de construção	1.446,5	6,2	7,5	14,4	8,4	71,6
Oferta global						
Geral	1.333,8	5,8	100,0	12,1	100,0	88,1
Produtos agrícolas	1.299,6	3,6	19,2	9,1	24,0	72,1
Produtos industriais	1.341,2	6,7	80,8	13,4	76,0	95,4
Metalúrgica	1.013,2	10,5	16,1	15,2	11,0	83,1
Química	1.713,7	7,2	17,5	11,2	12,8	108,2

Fonte: Centro de Estatística Econômica – Ibre/FGV.

Construção

O Índice de Custo da Construção na Cidade do Rio de Janeiro refletiu um aumento de 10,9%, distribuído em 16,1% em mão-de-obra e 6,7% em materiais de construção. Essa variação, bem superior à de janeiro, decorreu do fenômeno sazonal, de ordem institucional, ou seja, dos reajustes salariais, fato que se repete no bimestre fev.-mar. e ago.-set.

Tabela 6 – Índice de custo da construção na cidade do Rio de Janeiro

Discrininação	N.º índice de fevereiro (1977 = 100)	Fevereiro		Jan.-fev.		Últimos 12 meses
		Var. (%)	Infl. (%)	Var. (%)	Infl. (%)	Var. (%)
Geral	1.168,9	10,9	100,0	15,0	100,0	78,4
Mão-de-obra	1.149,1	16,1	65,7	16,4	50,0	86,9
Materiais de construção	1.186,3	6,7	34,3	13,9	50,0	71,7

Fonte: Centro de Estatística Econômica – Ibre/FGV.

Tabela 7 — Custo da construção civil e obras públicas

Período	Mão-de-obra				Materiais de construção				
	Carpinteiro	Servente	Pedreiro	Cimento	Vergalhão* CA50(fino)	Tábua de pinho 3.ª	Porta interna (cedro)	Azulejo branco 1.ª	Tacos peroba
1980									
Ago.	409,0	445,5	414,4	528,5	526,7	598,9	534,9	392,8	523,3
Set.	421,3	456,0	428,0	555,2	565,7	670,2	574,1	420,4	574,8
Out.	432,8	467,9	437,2	572,2	580,1	694,7	599,3	444,4	605,6
Nov.	455,6	508,5	461,7	648,5	627,8	706,4	643,4	488,2	668,4
Dez.	508,0	569,0	511,5	764,9	696,2	748,7	670,9	522,4	723,3
1981									
Jan.	531,3	600,3	546,7	799,5	753,1	816,3	733,2	561,0	738,6
Fev.	569,3	632,9	578,9	840,2	792,4	863,4	765,6	616,0	795,7
Mar.	588,1	653,0	602,3	877,5	816,3	907,4	808,0	646,3	817,7
Abr.	598,6	669,7	611,7	929,4	823,6	939,0	843,3	667,0	850,7
Mai.	638,6	716,8	647,5	1.005,0	839,1	943,5	860,8	696,0	865,2
Jun.	715,5	864,1	772,6	998,1	839,7	945,9	887,4	734,4	869,0
Jul.	797,4	903,8	829,6	1.020,5	847,7	961,4	910,0	773,0	891,6
Ago.	834,6	946,6	868,7	1.006,3	827,8	973,6	939,8	795,8	883,8
Set.	854,8	977,1	893,5	1.066,0	844,9	975,7	954,4	825,3	903,3
Out.	877,4	997,8	903,4	1.095,8	870,4	998,9	960,3	841,9	903,9
Nov.	926,1	1.065,5	952,6	1.083,0	910,4	1.012,9	986,9	857,2	919,0
Dez.	1.068,0	1.240,1	1.112,9	1.155,3	1.002,0	1.069,3	1.032,6	872,8	935,0
1982									
Jan.	1.104,3	1.265,6	1.159,3	1.273,3	1.160,4	1.106,7	1.058,3	998,8	970,7
Fev.	1.172,9	1.334,9	1.250,9	1.324,6	1.231,0	1.142,2	1.115,5	1.113,2	1.031,9

Período	Chapa ondulada fibrocim.	Tubo ferro galvan.	Tijolo barro maciço	Tijolo furado	Areia lavada	Tinta lavável	Vaso sanitário	Pedra britada
1980								
Ago.	390,0	382,2	372,3	347,7	371,1	461,2	360,5	397,0
Set.	435,5	400,5	388,1	371,5	381,7	486,2	370,4	409,7
Out.	453,8	428,2	403,8	389,8	398,4	505,9	365,8	439,8
Nov.	469,9	478,7	430,2	420,4	423,7	540,4	385,8	473,1
Dez.	483,4	512,3	451,7	439,8	450,4	604,4	433,5	516,5
1981								
Jan.	534,4	546,0	455,3	468,6	488,5	677,3	499,2	535,2
Fev.	608,5	577,1	490,4	480,8	520,2	708,8	430,6	559,8
Mar.	638,9	634,8	510,5	492,0	567,3	725,9	596,0	588,7
Abr.	681,9	707,9	520,4	496,8	585,3	741,6	579,5	628,9
Mai.	720,1	783,3	551,1	510,7	628,3	794,5	634,2	679,0
Jun.	748,2	864,4	574,1	521,0	670,0	899,2	642,6	733,1
Jul.	772,1	899,8	580,9	529,7	709,4	973,9	661,9	763,5
Ago.	797,3	928,5	606,3	543,8	751,1	1.037,0	690,2	803,8
Set.	842,7	985,6	611,4	554,9	782,0	1.097,4	743,7	837,4
Out.	878,1	1.021,1	608,6	567,1	823,6	1.150,4	895,4	853,7
Nov.	895,0	1.079,5	637,0	587,1	861,8	1.209,1	932,7	888,2
Dez.	924,0	1.157,5	662,2	613,4	934,3	1.286,4	999,1	957,8
1982								
Jan.	1.021,0	1.172,5	723,7	636,1	990,7	1.333,4	1.074,8	1.051,5
Fev.	1.036,6	1.204,8	856,8	687,5	1.030,1	1.513,5	1.133,9	1.166,5

* Com a reformulação do Índice de Edificações (jan.82), este material foi substituído pelo CA50 (fino).

Fonte: Divisão de Estatística e Econometria Ibre/DEE.

Tabela 8 – Custo de edificações – Brasil – base: dez. 81 = 100,0

Discriminação	Fev.82
H.1 – 1 pavimento	111,9
H.4 – 4 pavimentos	111,8
H.8 – 8 pavimentos	111,7
H.12 – 12 pavimentos	111,9
Média	112,2

A queda da indústria

Indicadores conjunturais da indústria, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – revelam que a produção industrial brasileira decresceu 9,56% em 1981, em relação ao ano anterior, tendo o setor extrativo mineral crescido 2,21%, enquanto a indústria de transformação apresentava queda de 9,91% no mesmo período.

Revela o IBGE que, embora a retração tenha se dado de forma generalizada (tanto em termos de ramo industrial como em relação aos desempenhos regionais), ela foi particularmente intensa nas áreas: metalurgia, mecânica, material elétrico, material de transporte e produtos de matérias plásticas, todos com decréscimos superiores a 15%.

Em conjunto, essas áreas respondem por 75% do desempenho global da indústria de transformação. A nível de produtos, os que mais influenciaram o desempenho das áreas anteriormente mencionadas foram o ferro e aço fundido em fôrmas e peças (–25,29%), motoniveladoras (–34,87%), televisores preto e branco (–23,04%), automóveis de passageiros (–35,58%) e laminados de matérias plásticas (–25,30%).

Dentre os ramos industriais com desempenho positivo em 1981, a indústria farmacêutica foi a que obteve o maior crescimento (4,97%), vindo a seguir a indústria do fumo (1,24%) e perfumaria (1,23%).

Por categoria de uso, os bens intermediários (com a taxa anual de –10,51%) foram os que mais influenciaram o desempenho global da indústria, vindo a seguir os bens de consumo durável (taxa anual de –27,23%). Esses dois segmentos respondem por 75% da queda global do setor da indústria de transformação.

*Tabela 9 – Montagens industriais – índices auxiliares por subsetor – base: dez.81 = 100,0**

Discriminação	Fev.82
Siderúrgicas a alto-forno	
Mão-de-obra direta de execução	114,0
Mão-de-obra direta de operação	123,3
Mão-de-obra indireta	113,8
Equipamentos principais	110,8
Equipamentos auxiliares	109,0
Ferramental e material de consumo	113,8
Siderúrgicas a sucata	
Mão-de-obra direta de execução	114,1
Mão-de-obra direta de operação	122,7
Mão-de-obra indireta	113,9
Equipamentos principais	110,0
Equipamentos auxiliares	109,0
Ferramental e material de consumo	113,9
Mineração de ferro	
Mão-de-obra direta de execução	113,8
Mão-de-obra direta de operação	122,9
Mão-de-obra indireta	114,0
Equipamentos principais	113,2
Equipamentos auxiliares	107,4
Ferramental e material de consumo	114,4

Tabela 9 – (continuação)

Discriminação	Fev.82
Pelotização	
Mão-de-obra direta de execução	113,9
Mão-de-obra direta de operação	124,6
Mão-de-obra indireta	113,9
Equipamentos principais	112,4
Equipamentos auxiliares	109,5
Ferramental e material de consumo	113,8
Geração hidráulica	
Mão-de-obra direta de execução	113,8
Mão-de-obra direta de operação	125,7
Mão-de-obra indireta	113,9
Equipamentos principais	111,6
Equipamentos auxiliares	109,0
Ferramental e material de consumo	113,7
Geração térmica	
Mão-de-obra direta de execução	113,9
Mão-de-obra direta de operação	125,1
Mão-de-obra indireta	113,7
Equipamentos principais	110,1
Equipamentos auxiliares	109,6
Ferramental e material de consumo	114,0
Transmissão	
Mão-de-obra direta de execução	113,9
Mão-de-obra direta de operação	122,1
Mão-de-obra indireta	113,8
Equipamentos principais	105,1
Equipamentos auxiliares	108,0
Ferramental e material de consumo	114,4

Tabela 9 – (continuação)

Discriminação	Fev.82
Subestação	
Mão-de-obra direta de execução	113,1
Mão-de-obra direta de operação	123,0
Mão-de-obra indireta	113,4
Equipamentos principais	109,1
Equipamentos auxiliares	108,2
Ferramental e material de consumo	114,7
Refino	
Mão-de-obra direta de execução	114,2
Mão-de-obra direta de operação	123,9
Mão-de-obra indireta	114,0
Equipamentos principais	107,0
Equipamentos auxiliares	109,5
Ferramental e material de consumo	113,6

* Metodologia e início da série na edição de fev.82.

Tabela 10 – Montagens Industriais – índices específicos por subsetor – base: dez. 81 = 100,0

Discriminação	Fev.82
Siderúrgicas a alto-forno	
Tubulação	113,2
Equipamento mecânico	113,2
Estrutura metálica	114,9
Calderaria	113,5
Eletricidade	113,2
Instrumentação	116,2
Revestimento refratário	110,8
Pintura	116,1
Isolamento térmico	110,9
Siderúrgicas a sucata	
Tubulação	113,1
Equipamento mecânico	113,3
Estrutura metálica	115,0
Eletricidade	112,8
Instrumentação	116,2
Revestimento refratário	111,1
Pintura	116,1
Isolamento térmico	110,9

Tabela 10 – (continuação)

Discriminação	Fev.82
Mineração de ferro	
Tubulação	112,9
Equipamento mecânico	113,5
Estrutura metálica	115,8
Eletricidade	113,3
Instrumentação	116,2
Pintura	113,8
Pelotização	
Tubulação	113,3
Equipamento mecânico	113,9
Estrutura metálica	114,8
Calderaria	114,7
Eletricidade	113,5
Instrumentação	116,3
Revestimento refratário	110,5
Pintura	115,9
Isolamento térmico	110,9
Geração hidráulica	
Tubulação	112,9
Equipamento mecânico	113,6
Estrutura metálica	114,7
Calderaria	115,2
Eletricidade	112,1
Pintura	115,7
Geração térmica	
Tubulação	113,0
Equipamento mecânico	113,1
Estrutura metálica	114,1
Eletricidade	112,6
Instrumentação	116,3
Pintura	116,7
Isolamento térmico	110,8
Transmissão	
Estrutura metálica	113,7
Eletricidade	112,2
Subestação	
Estrutura metálica	114,1
Eletricidade	112,8

Tabela 10 – (continuação)

Discriminação	Fev.82
Refino	
Tubulação	113,2
Equipamento mecânico	113,3
Estrutura metálica	114,8
Calderaria	113,7
Eletricidade	112,1
Instrumentação	116,3
Pintura	115,8
Isolamento térmico	111,1

Tabela 11 – Montagens industriais – índices auxiliares médios dos vários setores – base: dez. 81 = 100,0

Discriminação	Fev.82
Mão-de-obra direta de execução	113,5
Mão-de-obra direta de operação	125,6
Mão-de-obra indireta	114,3
Equipamentos principais	110,6
Equipamentos auxiliares	109,0
Ferramental e material de consumo	114,0

Tabela 12 – Montagens industriais – índices específicos médios dos vários setores – base: dez.81 = 100,0

Discriminação	Fev.82
Tubulação	113,0
Equipamento mecânico	113,4
Estrutura metálica	114,6
Calderaria	114,5
Eletricidade	112,6
Instrumentação	115,9
Revestimento refratário	111,0
Pintura	115,5
Isolamento térmico	110,9

Tabela 13 – Montagens industriais – índices gerais dos subsetores – base: dez.81 = 100,0

Discriminação	Fev.82
Siderúrgica a alto-forno	113,4
Siderúrgica a sucata	113,2
Mineração de ferro	113,9
Pelotização	113,7
Geração hidráulica	113,6
Geração térmica	113,2
Transmissão	112,9
Subestação	112,8
Refino	133,2

A pesquisa observa que o segmento produtor de bens não-duráveis – com queda de 2,25% em 1981 – devido à sua elevada participação na estrutura de ponderação, "amorteceu" em certa medida os efeitos das retrações mais intensas observadas nas demais categorias de uso que, em conjunto, tiveram decréscimo de 13,61%.

A expansão do salário médio

Indicadores conjunturais levantados pela FIBGE revelam que a expansão do salário médio nominal da indústria geral, no período jan.-nov.81 (indicador acumulado) foi de 113,81%. Na indústria de transformação, o crescimento nominal do salário médio foi de 113,77% e na indústria extrativa mineral de 111,82%.

A pesquisa observa que o aumento na média salarial no período está associado ao pagamento de um determinado número de salários adicionais e outros encargos trabalhistas na época da dispensa, a reajustes salariais em alguns setores industriais ocorridos em nov.-81, bem como ao pagamento do 13.º salário.

As maiores elevações do salário médio nominal a nível de setores industriais, no período jan.-nov. (indicador acumulado) são observadas em farmacêutica (128,17%), perfumaria (122,60%) fumo (122,04%), borracha (119,71%) material de transporte (119,19%), material elétrico e de comunicações (118,54%), química (117,98%) e metalurgia (117,79%).

Emprego & desemprego

O indicador de emprego da indústria em geral vem indicando uma queda na absorção de mão-de-obra da ordem de 6,68% no período jan.-nov.81 (indicador acumulado) em relação a igual período do ano anterior. Na indústria de transformação registrou-se um decréscimo de 6,98% no mesmo período e na indústria extrativa mineral verificou-se uma diminuição de 5,15%.

A nível de gêneros industriais, todos apresentaram decréscimo no nível de emprego, ocorrendo as maiores quedas nos de produtos de matérias plásticas (–12,35%), borracha (–11,96%), material de transporte (–11,68%), material elétrico e comunicações (–11,65%) e têxtil (–10,42%).

Em relação ao indicador acumulado de 12 meses, este apresentou uma queda de 5,95% (indústria em geral) até nov.81, reforçando a tendência declinante no nível de absorção da mão-de-obra esboçada desde o início do ano. Para a indústria extrativa mineral, as taxas são positivas mas decrescentes, passando de 7,71% até fevereiro (resultado mais elevado do ano), para 5,09% até novembro.

Tabela 14 – Taxa de desemprego – % sobre a população economicamente ativa

Regiões metropolitanas	Dez. 81	Jan. 81	Jan. 82
Rio de Janeiro	8,25	7,99	9,97
Belo Horizonte	7,71	9,58	9,50
Recife	7,04	8,18	9,46
Salvador	8,62	8,57	9,29
São Paulo	6,01	7,27	8,96
Porto Alegre	4,40	4,81	6,25

Fonte: IBGE.

Desemprego

Já o desemprego aumentou no decorrer do mês de janeiro deste ano, segundo uma pesquisa do IBGE que inclui as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Salvador e São Paulo. Segundo os especialistas, o aumento do desemprego em janeiro é normal (efeito sazonal), mas eles também frisam que em 1982 o aumento das taxas foi mais elevado que nos anos anteriores.

A maior taxa de desemprego em janeiro ficou com a região metropolitana do Rio de Janeiro (9,97%), e a mais baixa registrou-se em Porto Alegre: 6,25%

No Rio, em jan. 82, o desemprego atingia 342 mil pessoas, enquanto na mesma época em São Paulo o mesmo número chegou a 390 mil.

Energia: –2,7%

O consumo de energia no Brasil, caiu 2,7% no mês de janeiro em relação a igual período do ano passado – informou o Departamento de Mercado da Eletrobrás. Esta é a primeira vez, nos últimos 15 anos, que se registra uma queda no consumo de energia elétrica no País. A pesquisa da Eletrobrás estima que o consumo de energia em janeiro alcançou 9,3 milhões kw em todo o Brasil, o que significa uma redução de 2,7% em relação aos 10,1 milhões kw consumidos em janeiro do ano passado.

A região Sudeste, que representa 68% do mercado total do País, foi a principal responsável pela retração do consumo com crescimento de 6,2% negativos em jan. 82 contra 12,6% positivos no mesmo período de 1980. ♦

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BALANCETE EM 29.01.82

ATIVO

FINANCEIRO EXTERNO			
Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras		596.927.125.734,80	
Valores em Moedas Estrangeiras		147.093.713.729,37	
Ouro		120.480.725.844,01	864.501.565.308,18
FINANCEIRO INTERNO			
OPERAÇÕES			
Operações de Assistência Financeira	11.158.654.978,97		
Empréstimos Conduzidos pela Área Bancária	16.488.670.701,28		
Operações de Redesconto	18.650.081.891,79		
Operações de Refinanciamento da Área Bancária	350.370.926.386,76		
Operações com Títulos-Mercado Aberto	973.460.798.196,10		
Outras Operações com Títulos	8.770.151.509,90		
Outras Operações com Recursos não Vinculados	181.013.811.546,36	1.559.913.095.211,16	
OUTROS CRÉDITOS			
Créditos Fiscais Inscritos em Dívida Ativa	76.260.080,13		
Banco do Brasil S.A. – Conta de Movimento	1.238.715.663.156,63		
Banco do Brasil S.A. – Conta de Suprimentos Especiais	1.075.734.111,18		
Créditos a Receber	8.274.149.267,59		
Adiantamentos a Fundos e Programas	401.893.730.838,80		
Devedores por Compromissos Imobiliários	1.634.135.237,67		
Títulos a Receber	8.537.199.425,15	1.660.206.872.117,15	
OUTRAS CONTAS		1.203.415.215.472,82	
VALORES E BENS			
Valores Mobiliários	557.939.433,52		
Imóveis não Destinados a Uso	864.194.607,45	1.422.134.040,97	4.424.957.316.842,10
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			5.289.458.882.150,28
PERMANENTE			
QUOTAS DE CAPITAL DE ENTIDADES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS		162.617.689.103,31	
BENS MÓVEIS		1.330.067.839,82	
BENS IMÓVEIS		7.903.480.928,84	171.851.237.871,97
PENDENTE			29.376.437.942,01
SUBTOTAL			5.490.686.557.964,26
COMPENSAÇÃO			
Reserva de Numerário		820.426.126,92	
Demais Contas		15.639.896.997.424,31	15.640.717.423.551,23
TOTAL DO ATIVO			21.131.403.981.515,49

Nota explicativa: este balancete registra, no subgrupamento Outras Exigibilidades, as disponibilidades das Operações de Crédito da União e, globalmente, as dos Fundos e Programas.

TESOURO NACIONAL–TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS
(OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA UNIÃO)
BALANCETE EM 29.01.82

ATIVO

DISPONÍVEL			1.080.126.172.075,08
REALIZÁVEL			
– Repasses		75.869.028.756,13	
– Transferências Reembolsáveis para Fundos e Programas		4.883.920.281,62	
– Outras Contas		1.936.112,20	80.754.885.149,95
PENDENTE			
– Despesas a Apropriar de Conta de Terceiros		2.494.811.531,39	
– Custos a Apropriar		1.390.163.428.075,30	
– Custos Efetivados		78.015.053.001,15	
– Déficit de Exercícios Encerrados		857.145.290.104,10	2.327.818.582.711,94
SUBTOTAL			3.488.699.639.936,97
COMPENSAÇÃO			1.262.003.211.501,65
TOTAL DO ATIVO			4.750.702.851.438,62

Nota explicativa: o disponível figura na rubrica Operações de Crédito da União do subgrupamento Outras Exigibilidades do Balancete do Banco Central do Brasil.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BALANCENTE EM 29.01.82

PASSIVO

FINANCEIRO EXTERNO			
OBRIGAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS		688.718.662.684,63	
DEPÓSITOS EM CRUZEIROS DE ENTIDADES INTERNACIONAIS			
Associação Internacional de Desenvolvimento	4.150.400.139,09		
Banco Interamericano de Desenvolvimento	61.895.083.855,37		
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	2.301.481.968,62		
Fundo Monetário Internacional	74.650.495.181,42		
Fundo Africano de Desenvolvimento	20.783.728,07		
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata	748.041.374,99	143.766.286.247,56	832.484.948.932,19
FINANCEIRO INTERNO			
DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
Reservas Bancárias - Em Espécie - Bancos Comerciais	474.988.392.927,15		
Reservas Bancárias - Em Espécie - Outras Instituições Financeiras	206.123.950,30		
Reservas Bancárias - Em Títulos - Bancos Comerciais	27.601.495.429,81		
Depósitos para Constituição e Aumento de Capital de Instituições Financeiras	4.669.834.877,38		
Depósitos Decorrentes de Vendas de Câmbio	49.427,56	507.465.896.612,20	
OUTROS DEPÓSITOS			
Depósitos Registrados em Moedas Estrangeiras	1.582 403.430.212,96		
Diversos	58.864.451.958,60	1.641.267.882.171,56	
OUTRAS EXIGIBILIDADES			
Fundo de Resgate e Controle da Dívida Pública Interna Fundada Federal	8.969.640,45		
Restos a Pagar	359.503.737,39		
Recolhimentos Restituíveis	31.106.308.191,54		
Despesas Orçamentárias do Exercício, a Pagar	20.205.653,17		
Operações de Fundos e Programas	97.824.325.889,50		
Operações de Crédito da União	1.080.126.172.075,08	1.209.445.485.187,13	
OUTRAS CONTAS		246.460.708.186,23	3.604.639.972.157,12
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			4.437.124.921.089,31
PERMANENTE			
MEIO CIRCULANTE		572.488.607.760,08	
PATRIMÔNIO E PROVISÕES		207.452.135.435,80	779.940.743.195,88
PENDENTE			273.620.893.679,07
SUBTOTAL			5.490.686.557.964,26
COMPENSAÇÃO			
Meio Circulante em Poder do Banco Central		820.426.126,92	
Demais Contas		15.639.896.997.424,31	15.640.717.423.551,23
TOTAL DO PASSIVO			21.131.403.981.515,49

Nota explicativa: este balancete registra, no subgrupamento Outras Exigibilidades, as disponibilidades das Operações de Crédito da União e, globalmente, as dos Fundos e Programas.

TESOURO NACIONAL–TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS (OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA UNIÃO) BALANCETE EM 29.01.82

PASSIVO

EXIGÍVEL		
– Título em Circulação	3.416.584.001.824,80	
– Outras Exigibilidades	799.136,64	3.416.584.800.961,44
PENDENTE		
– Rendas em Suspenso de Conta de Terceiros	1.834.684.091,45	
– Rendas em Suspenso	68.439.117.634,15	
– Rendas Efetivas	1.841.037.249,93	72.114.838.975,53
SUBTOTAL		3.488.699.639.936,97
COMPENSAÇÃO		1.262.003.211.501,65
TOTAL DO PASSIVO		4.750.702.851.438,62

Nota explicativa: o disponível figura na rubrica Operações de Crédito da União do subgrupamento Outras Exigibilidades do Balancete do Banco Central do Brasil.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BALANCETE CONSOLIDADO DE FUNDOS E PROGRAMAS EM 29.01.82

ATIVO

DISPONÍVEL			
FUNAGRI		76.087.260.630,61	
PROTERRA		1.867.076.686,37	
FUNINSO		7.216.730,59	
RESERVA MONETÁRIA		19.958.787.604,66	
FDPE		4.094.853.330,43	
FUMCAP		11.554.771,60–	
PROAGRO		26.809.523.796,45–	
FINEX		16.850.332.009,17	
FUNCHEQUE		3.432.649.558,29	
FUNDO DE CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS		2.345.696.464,44	
ACORDO BRASIL-SUÍÇA		1.531.442,99	97.824.325.889,50
REALIZÁVEL			
ADIANTAMENTOS			
FUNAGRI	4.318.372.980,85	4.318.372.980,85	
REFINANCIAMENTOS			
FUNAGRI	164.602.272.905,83		
PROTERRA	836.926.325,17	165.439.199.231,00	
REPASSES			
FUNAGRI	96.110.741.699,87		
PROTERRA	653.037.762,62		
FUNINSO	938.181.700,80		
RESERVA MONETÁRIA	48.460.644.893,23		
FDPE	19.217.503.905,14		
FINEX	194.125.625.295,39		
FUNDO DE CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	4.916.294.595,81	364.422.029.852,86	
TRANSFERÊNCIAS REEMBOLSÁVEIS PARA OUTROS FUNDOS			
FUNAGRI	4.612.104.114,20		
RESERVA MONETÁRIA	12.530.793.186,25		
FDPE	20.865.131.517,45		
FUNDO DE CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	8.303.784.257,00	46.311.813.074,90	
OUTROS			
FUNAGRI	5.524.159.550,23		
RESERVA MONETÁRIA	13.643.228.970,07		
FUMCAP	144.910.423,50		
PROAGRO	0,07–		
FUNDO DE CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	20.543.644.127,03	39.855.943.070,76	620.347.358.210,37
PENDENTE			
DESPESAS OPERACIONAIS			
FUNAGRI	906.200.259,44		
FUNINSO	73.294.129,15		
RESERVA MONETÁRIA	1.184.975.323,19		
FDPE	1.826.424.248,51		
PROAGRO	415,84–		
FINEX	2.277.834.831,16–		
FUNCHEQUE	21.766.456,02		
FUNDO DE CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	1.023.956.582,75	2.758.781.752,06	
APLICAÇÕES A FUNDO PERDIDO			
FUNAGRI	2.087.732.028,19		
PROTERRA	202.752,00		
RESERVA MONETÁRIA	377.569.110,62		
PROAGRO	2.821.697.207,16		
FINEX	2.039.913.817,53		
FUNDO DE CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	9.437.184,32	7.336.552.099,82	
TRANSFERÊNCIAS NÃO REEMBOLSÁVEIS PARA OUTROS FUNDOS			
RESERVA MONETÁRIA	2.305.168,41–	2.305.168,41–	
DESPESAS A APROPRIAR			
FUNAGRI	2.489.866.524,54		
PROTERRA	38.158.539,18		
RESERVA MONETÁRIA	10.458.270.865,71		
FDPE	8.331.793.390,89		
FUMCAP	1.200.280,00		
FINEX	1.793.159.997,36		
FUNDO DE CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	176.837.729.212,63	199.950.178.810,31	
RETENÇÕES			
PROTERRA	9.716.883.158,88		
PIN	7.490.998.710,36		
RESERVA MONETÁRIA	13.395.084.613,66		
FUMCAP	65.501.528,15		
PROAGRO	1.656.081,23	30.670.124.092,28	240.713.331.586,06
SUBTOTAL			958.885.015.685,93
COMPENSAÇÃO			287.894.930.857,78
TOTAL DO ATIVO			1.246.779.946.543,71

Notas explicativas: 1) O disponível figura na rubrica Operações de Fundos - Programas do subgrupamento Outras Exigibilidades do balancete do Banco Central do Brasil.
2) O subgrupamento Despesas a Apropriar engloba, também, as Aplicações Pendentes de Prestação de Contas
3) O subgrupamento Aplicações a Fundo Perdido engloba, também, as Aplicações com Prestação de Contas Auditadas

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BALANCETE CONSOLIDADO DE FUNDOS E PROGRAMAS EM 29.01.82

PASSIVO

EXIGÍVEL			
BANCO CENTRAL			
FUNAGRI	171.334.110.841,61		
RESERVA MONETÁRIA	35.468.450.000,00		
FDPE	55.764.549.422,54		
PROAGRO	15.000.000.000,00		
FINEX	124.326.620.574,65	401.893.730.838,80	
FUNDOS E PROGRAMAS			
FUNAGRI	35.216.740.372,90		
PROTERRA	426.468.445,00		
FINEX	2.364.820.000,00	38.008.028.817,90	
ENTIDADES EXTERNAS			
FUNAGRI	8.200.194.632,64		
FUNINSO	32.841.314,49		
FUMCAP	70.748.309,88		
FINEX	19.080.192.695,64		
FUNDO DE CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	213.080.671.967,23	240.464.648.919,88	
OUTRAS ORIGENS			
FUNAGRI	3.145.440.128,00		
FINEX	489.725.461,22	3.635.165.589,22	
OUTRAS EXIGIBILIDADES			
FUNAGRI	226.043.122,17	226.043.122,17	684.227.617.287,97
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ENCERRADOS			
FUNAGRI		109.744.665.417,45	
PROTERRA		2.968.949.831,79	
FUNINSO		19.494.724,05	
RESERVA MONETÁRIA		64.585.300.850,30	
FDPE		15.669.729.489,50–	
FUMCAP		63.807.622,02	
PROAGRO		40.457.541.425,87–	
FINEX		58.089.316.552,29	
FUNCHEQUE		2.943.196.064,31	
FUNDOS DE CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS		11.572.434.315,35–	
ACORDO BRASIL-SUIÇA		1.531.442,99	170.716.557.274,48
PENDENTE			
RECEITAS OPERACIONAIS			
FUNAGRI	1.293.411.174,13		
PROTERRA	16.211,45–		
FUNINSO	70.390.179,55		
RESERVA MONETÁRIA	311.241.401,33		
FDPE	102.698.936,60		
PROAGRO	5.077.875,61		
FUNDO DE CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	930.627.437,14	2.713.430.792,91	
RECEITAS DIVERSAS			
PROAGRO	1.464.636.545,06		
FUNCHEQUE	511.219.950,00	1.975.856.495,06	
TRANSFERÊNCIAS			
FUNAGRI	21.966.020,41–	21.966.020,41–	
RECURSOS RETIDOS			
PROTERRA	9.716.883.158,88		
PIN	7.490.998.710,36		
RESERVA MONETÁRIA	13.395.084.613,66		
FUMCAP	65.501.528,15		
PROAGRO	1.656.081,23	30.670.124.092,28	
RENDAS EM SUSPENSO			
FUNAGRI	27.600.071.025,27		
FUNINSO	895.966.342,45		
RESERVA MONETÁRIA	6.246.972.533,69		
FDPE	14.138.187.522,78		
FINEX	8.180.521.004,49		
FUNDO DE CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	11.541.677.334,96	68.603.395.763,64	103.940.841.123,48
SUBTOTAL			958.885.015.685,93
COMPENSAÇÃO			287.894.930.857,78
TOTAL DO PASSIVO			1.246.779.946.543,71

Notas explicativas: 1) O disponível figura na rubrica Operações de Fundos e Programas do subgrupamento Outras Exigibilidades do balancete do Banco Central do Brasil.
2) O subgrupamento Despesas a Apropriar engloba, também, as Aplicações Pendentes de Prestação de Contas
3) O subgrupamento Aplicações a Fundo Perdido engloba, também, as Aplicações com Prestação de Contas Auditadas

PRESIDENTE: Carlos Geraldo Langoni

Brasília (DF), 10 de Fevereiro de 1982.

DIRETORES: Antônio Augusto dos Reis Veloso; Antônio Chagas Meirelles; Claudio Luiz da Silva Haddad; Hermann Wagner Wey; José Carlos Madeira Serrano; José Kleber Leite de Castro

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: Clair Ienite Gobbo – Cont. – CRC – RJ 8.736-0

Política monetária

Foram as seguintes as metas de política econômica definidas pelo Governo brasileiro para o exercício de 1982:

a) taxa de inflação da ordem de 75%, com redução de cerca de 20 pontos de percentagem sobre o IGP (DI) de dez. 81 (95,2%);

b) taxa de crescimento do produto interno bruto da ordem de 5%, contra uma queda estimada de 3,5%, em 1981;

c) superávit da balança comercial em torno de US$3 bilhões, contra US$1,2 bilhão, em 1981;

d) captação bruta de recursos externos junto ao sistema financeiro internacional da ordem de US$14 bilhões, inferior portanto aos US$16 bilhões captados em 1981;

e) taxa de expansão de 50% para os meios de pagamento e a base monetária, supondo que o valor absoluto do multiplicador permaneça estável.

O Governo pretende manter, no corrente exercício, a mesma política de minidesvalorizações cambiais adotada em 1981, com o cruzeiro sendo desvalorizado em relação ao dólar americano a taxas próximas a da correção monetária, que por sua vez deverá acompanhar de perto a taxa de inflação. É muito provável que a variação cambial fique um pouco abaixo da taxa de inflação, de modo a suavizar a pressão sobre a taxa de juros e sobre a própria inflação.

Os empréstimos continuarão comprimidos para determinados segmentos do sistema econômico, dando-se prioridade aos setores rural, exportador e energético. As operações de crédito dos bancos comerciais, dos bancos de investimento e das financeiras estarão ao longo do ano, segundo critério definido pelo Banco Central, sujeitas aos limites de 50%, 60% e 80%, respectivamente. Considera-se, automaticamente, fora desses limites as aplicações com recursos externos ou com repasses governamentais.

No que se refere à taxa de juros, o orçamento monetário de 1982 não previu nenhuma alteração substancial. Em tese, uma possível queda nas taxas internacionais, associada à expectativa de menor desvalorização cambial certamente afetaria favoravelmente as taxas internas de juros, beneficiando, de imediato, o comércio e a indústria, onde se situam a maior parte das operações de crédito a taxas de juros livres. É interessante notar que, do total dos empréstimos concedidos pelo sistema financeiro ao setor privado, cerca de 70% dispõe de taxas favorecidas, em particular os programas governamentais de crédito subsidiado (agricultura, exportação, energia e desenvolvimento regional) onde as taxas são bastante baixas.

Verifica-se, portanto, que o grande desafio para as autoridades monetárias em 1982 será o de se conseguir reativar a atividade econômica, sem causar modificações substanciais nas tendências de declínio da taxa de inflação e de melhoria das contas externas. Este será, sem dúvida, o grande dilema macroeconômico de 1982, em torno do qual as atenções das autoridades monetárias deverão concentrar-se, seja por motivos técnicos, seja por motivos políticos.

Influência fiscal

Para tanto, será necessário que o Governo leve em consideração a inter-relação dos orçamentos monetário e fiscal. Quanto maiores forem os recursos líquidos do Tesouro Nacional junto às autoridades monetárias, maiores serão as fontes de recursos não-monetários e, portanto, menor será a emissão primária de moeda para atender o mesmo nível de operações ativas.

Historicamente, o principal foco de expansão monetária no Brasil têm sido os elevados déficits do setor público, vinculado, em grande parte, ao volume de subsídios concedidos à atividade econômica. Desse modo, a viabilização das metas monetárias, nos níveis de expansão desejados para 1982, dada a sua vinculação cada vez maior a programas prioritários de corte problemático e o seu impacto direto sobre a capacidade de crescimento do setor privado via expansão do crédito, irá depender, fundamentalmente, da execução da política fiscal, mesmo porque algumas das tradicionais fontes de contração monetária já não poderão ser utilizadas este ano com a mesma intensidade de anos anteriores.

Mas, infelizmente, as metas ideais ficam mais longe de serem alcançadas. Os números de janeiro mostram isso. A taxa de inflação foi de 6,3%, contra 3,8% em dezembro; a oferta de moeda apresentou queda estimada de apenas 7,1%, quando o desejável seria pelo menos 10%; a base monetária explodiu, aumentando 8,4% num mês que tradicionalmente é de queda.

Política monetária

Tabela 1 – Meios de pagamento, base monetária e multiplicador – saldos em Cr$ bilhões

Final de período	Meios de pagamento			Quase-moeda			Base monetária	Variação %		Multiplicador (valor absoluto)
	M1	Variação %		M2	Variação %					
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)/(7)
1981 – Jan.	1.233,4	–9,8	67,2	1.461,5	–5,2	60,7	686,1	–1,9	60,9	1,797
Fev.	1.289,7	4,6	68,2	1.525,5	4,4	62,8	689,2	0,4	64,7	1,871
Mar.	1.256,5	–2,6	58,8	1.551,8	1,7	63,4	697,8	1,3	63,6	1,800
Abr.	1.363,3	8,5	57,5	1.701,8	9,7	61,9	692,5	–0,8	47,8	1,968
Mai.	1.424,1	4,5	56,5	1.783,4	4,8	65,5	732,5	5,8	56,6	1,944
Jun.	1.550,1	8,8	56,9	1.887,1	5,8	65,8	793,4	8,3	55,9	1,954
Jul.	1.548,6	–0,1	60,1	1.981,0	5,0	75,2	836,6	5,4	57,0	1,851
Ago.	1.617,4	4,4	59,3	2.065,7	4,3	74,4	864,1	3,3	60,8	1,872
Set.	1.687,2	4,3	60,4	2.194,5	6,2	79,3	912,4	5,6	63,3	1,849
Out.	1.891,9	12,1	72,0	2.446,4	11,5	92,7	959,0	5,1	64,6	1,973
Nov.	2.063,2	9,1	72,3	2.705,7	10,6	94,8	1.081,4	12,8	71,2	1,908
Dez.*	2.365,6	14,7	73,0	3.025,9	11,8	96,3	1.188,1	9,9	69,9	1,991
1982 – Jan.*	2.196,4	–7,1	78,1	2.987,8	–1,3	104,4	1.287,7	8,4	87,7	1,706

* Dados provisórios para meios de pagamento em dez. 81 e jan. 82. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 2 – Componentes dos meios de pagamento

A – Saldos em Cr$ bilhões

Final de período	Papel-moeda em poder do público	Depósitos a vista			M1	Depósitos a vista nas Caixas Econômicas	LTN em poder do público	M2
		No Banco do Brasil	Nos bancos comerciais	Total				
	(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)=(1)+(4)	(6)	(7)	(8)=(5)+(6)+(7)
1981 – Jan.	263,2	156,2	814,0	970,2	1.233,4	60,3	167,8	1.461,5
Fev.	282,1	165,7	841,9	1.007,6	1.289,7	61,8	174,0	1.525,5
Mar.	243,5	173,7	839,3	1.013,0	1.256,5	63,3	232,0	1.551,8
Abr.	282,1	174,5	906,7	1.081,2	1.363,3	67,6	270,9	1.701,8
Mai.	293,0	186,4	944,7	1.131,1	1.424,1	72,6	286,7	1.783,4
Jun.	279,8	200,7	1.069,6	1.270,3	1.550,1	76,4	260,6	1.887,1
Jul.	326,4	203,5	1.018,7	1.222,2	1.548,6	80,4	352,0	1.981,0
Ago.	318,9	212,1	1.086,4	1.298,5	1.617,4	84,1	364,2	2.065,7
Set.	330,0	241,7	1.115,5	1.357,2	1.687,2	89,6	417,7	2.194,5
Out.	388,6	257,1	1.246,2	1.503,3	1.891,9	91,6	462,9	2.446,4
Nov.	398,8	292,8	1.371,6	1.664,4	2.063,2	98,6	543,9	2.705,7
Dez.	500,5	295,8	1.569,3	1.865,1	2.365,6	107,9	552,4	3.025,9
1982 – Jan.	499,7	306,8	1.389,9	1.696,7	2.196,4	117,7	673,7	2.987,8

B – Variações percentuais

Em dez. 81	25,5	1,1	14,4	12,1	14,7	9,4	1,6	11,8
Em jan. 82	–0,2	3,7	–11,4	–9,0	–7,1	9,1	22,0	–1,3
Em 12 meses	89,8	96,5	70,8	74,9	78,1	95,2	301,5	104,4

Política monetária

Em período de 12 meses a inflação ainda continua em declínio, passando de 95,2% em dez. 81 para 94,7% em jan. 82. Esta é a 10.ª queda consecutiva da taxa de inflação medida em período de 12 meses, desde que alcançou 121,2%, em mar. 81. As taxas de expansão dos meios de pagamento e da base monetária, por outro lado, aumentaram consideravelmente, contrariando a tendência desejável que seria de desaceleração (tabela 1).

A redução do estoque de moeda em janeiro resultou essencialmente do comportamento do multiplicador (−14,40%), tendo em vista que a base monetária expandiu-se de 8,4% no período.

Dentre os componentes dos meios de pagamento, o papel-moeda em poder do público permaneceu praticamente no mesmo nível de dezembro, com queda de apenas 0,2%. Os depósitos a vista caíram 9%, tendo evoluído 3,7% no Banco do Brasil e se contraído 11,4% nos bancos comerciais.

Comportamento atípico da emissão primária

A nível de componentes, o crescimento da base monetária (+Cr$99,5 bilhões) concentrou-se integralmente nas reservas compulsórias dos bancos comerciais, que aumentaram de Cr$104,8 bilhões o aumento dos depósitos compulsórios, em janeiro, está diretamente relacionado ao elevado crescimento dos depósitos a vista em dezembro (+14,4%), sendo provável, portanto, comportamento inverso em fevereiro.

O aumento dos depósitos compulsórios em janeiro segue comportamento sazonal. Foi assim em 1980 (+37,5%), em 1981 (+22,2%), em 1982 (+35,8%), e em anos anteriores. Acontece que, *à exceção de 1982*, boa parte da moeda recolhida à caixa das autoridades monetárias nos meses de janeiro, sob a forma de depósito compulsório, sempre foi esterilizada, aumentando o saldo dos depósitos compulsórios e reduzindo o volume de papel-moeda em circulação, com a base monetária não sofrendo qualquer variação por essa operação. É interessante notar, também, que o mês de fevereiro é tradicionalmente um mês de emissão. E a razão é exatamente a mesma, ou seja, nesse mês os bancos que perderam depósitos a vista em janeiro vão ao Banco Central acertar as contas do compulsório, com redução substancial no saldo dessa rubrica e aumento da mesma intensidade no papel-moeda em circulação, reflexo da emissão.

Na realidade, um dos principais sintomas do provável descontrole monetário neste início de ano está diretamente relacionado com a não-esterilização pelas autoridades monetárias de parte da substancial parcela do papel-moeda emitido em dezembro último, e que deveria retornar sem muito esforço aos cofres do Banco Central em janeiro. Janeiro é tradicionalmente um mês em que o Governo consegue "recolher" boa parte da moeda "injetada" no mês anterior. Os dados históricos confirmam esta tendência: em dez. 78 foram emitidos Cr$13,8 bilhões, dos quais Cr$6 bilhões foram recolhidos em jan. 79; em dez. 79 foram emitidos Cr$38,5 bilhões, sendo quase 70% dessa quantia recolhida em jan. 80 (Cr$26 bilhões); em dez. 80 foram emitidos Cr$59 bilhões, tendo o saldo do papel-moeda emitido sofrido contração de Cr$30 bilhões no mês seguinte; dez. 81 as emissões de papel-moeda bateram seu próprio recorde, totalizando Cr$106 bilhões, tendo o saldo do papel-moeda emitido alcançado Cr$577,3 bilhões com recolhimento de apenas Cr$4 bilhões em jan. 82.

Não tendo havido recolhimento substancial de papel-moeda, para onde então foram direcionados os recursos que aportaram à caixa das autoridades monetárias em janeiro? Na verdade, é o balanceamento das operações ativas e passivas das autoridades monetárias que nos permitirá explicar o destino desses recursos.

A base monetária — emissão primária de alto poder de expansão — aumentou Cr$99,5 bilhões (+8,4%), quando a expectativa era de uma contração da ordem de 2% a 4%, tendo em vista que nos dois últimos meses de 1981 já haviam ocorrido expansões de 12,8% e 9,9%, respectivamente.

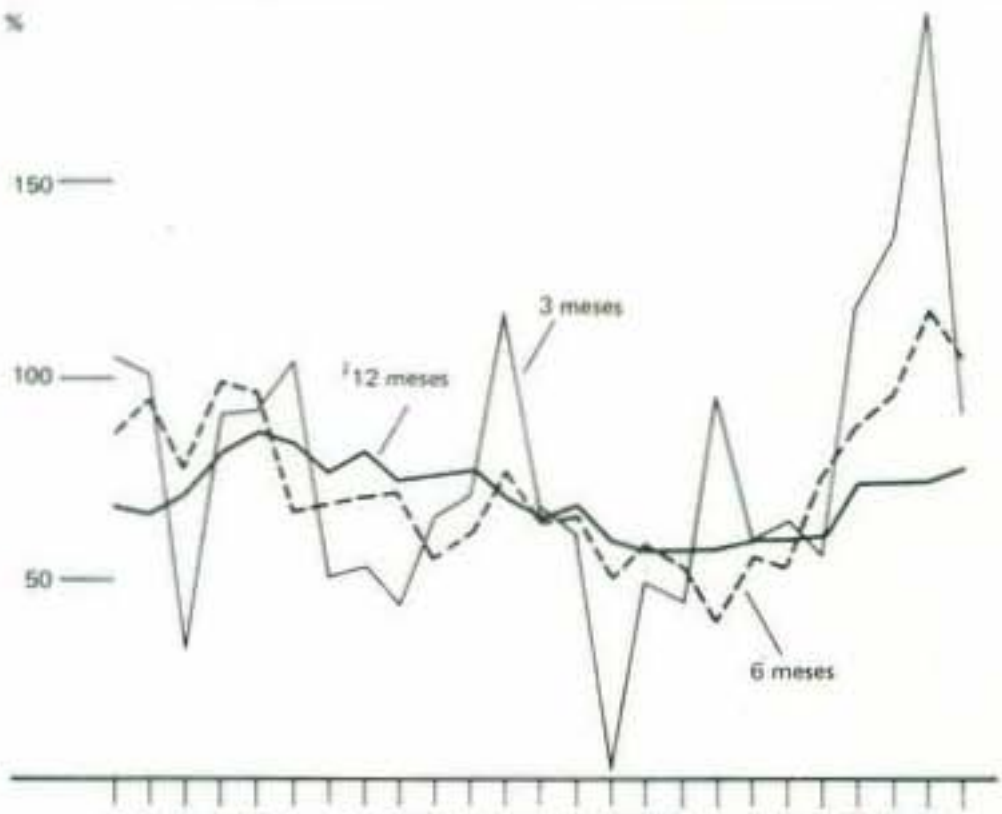
A tabela 3 mostra para onde foram direcionados boa parte dos recursos das autoridades monetárias. O principal item consumidor de recursos primários do Governo foram os adiantamentos do Banco do Brasil para operações especiais de entidades públicas; aí estão incluídos os déficits do IAPAS, pagamentos do Banco do Brasil por conta do BNH/FGTS, cobertura de compromissos externos não honrados pelas empresas estatais, etc.

Punição aos inadimplentes

Como se sabe, para preservar a imagem do País junto aos credores internacionais, todos os compromissos cambiais vencidos de responsabilidade de entidades públicas, inclusive autarquias e sociedades de economia mista, com ou sem aval do Tesouro, são automaticamente cobertos pelo Banco do Brasil, que debita o contravalor em cruzeiros ao Banco Central.

Política monetária

1 – Variações anualizadas de M1 (dados ajustados)



2 – Variações anualizadas da base monetária (dados ajustados)

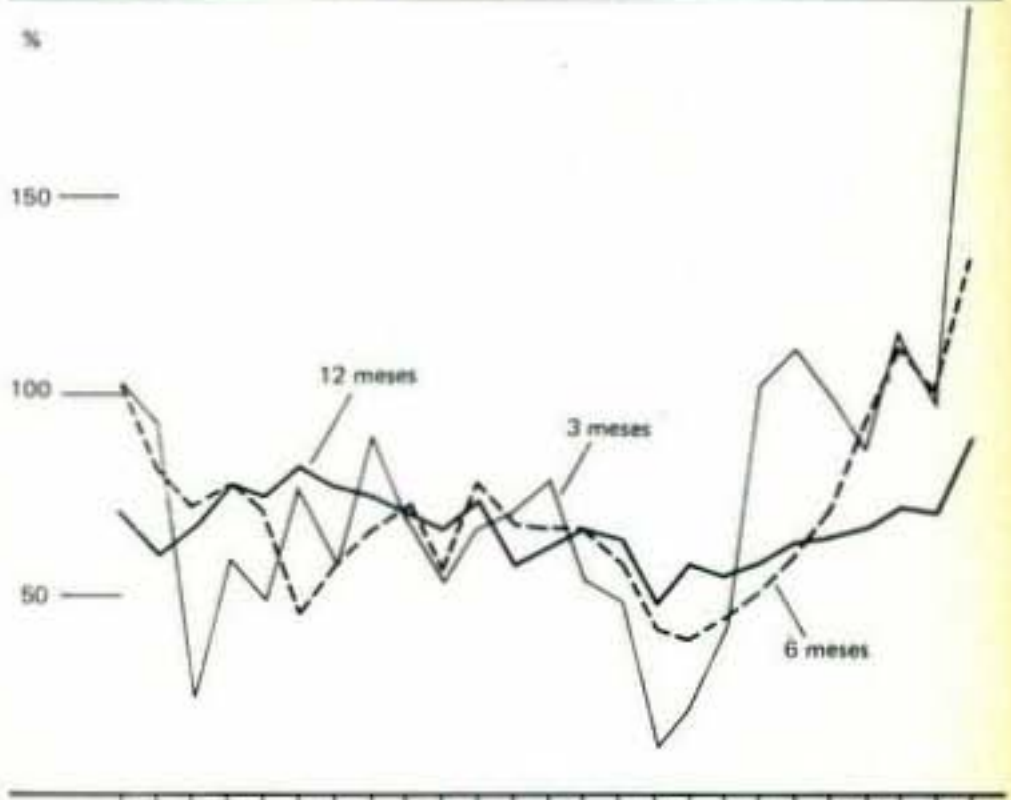


Tabela 3 – Principais fatores de expansão e contração da base monetária – variações em Cr$ bilhões

A. *Fatores de expansão*	*Cr$ 154,4*
1. Adiantamentos do Banco do Brasil a entidades públicas	Cr$ 32,6
2. Operações da área cambial	Cr$ 31,3
3. Déficit de caixa do Tesouro Nacional	Cr$ 24,8
4. Pagamento de dividendos pelo Banco do Brasil	Cr$ 22,4
5. Repasses do Banco Central ao setor exportador	Cr$ 16,6
6. Repasses do Banco Central ao setor rural	Cr$ 9,2
7. Empréstimos de liquidez a bancos comerciais	Cr$ 3,7
8. Outras contas (saldo líquido)	Cr$ 13,8
B. *Fatores de contração*	*Cr$ 54,9*
1. Colocação líquida de títulos federais	Cr$ 36,0
2. Redução do saldo dos empréstimos do Banco do Brasil	Cr$ 18,9
C. *Base monetária* (A – B)	*Cr$ 99,5*

Fonte: Banco Central do Brasil.

O problema estava ficando tão fora de controle que o Governo, através do Decreto-lei n.º 1.928, de 18.2.82, decidiu criar condições para que não ocorram mais os atrasos, prevendo, inclusive, punição aos administradores que não respeitarem as normas do referido Decreto-lei.

O Decreto-lei estabelece o pagamento de compromissos externos como prioridade absoluta nos cronogramas financeiros dos órgãos de administração pública direta, indireta ou fundações instituídas ou mantidas pelo poder público. Os administradores que concorrerem, por ação ou omissão, para o descumprimento da prioridade serão pessoal ou solidariamente responsáveis. Além disso, o Decreto-lei permite ao Banco Central bloquear recursos existentes ou a ingressar de empresas em atraso em qualquer instituição financeira, até quantos baste para pagar os débitos. ♦

Política monetária

Outro importante item a demandar recursos das autoridades monetárias foram os depósitos em moedas estrangeiras, cujos saques foram muito superiores à queda no saldo das reservas internacionais do País.

Quanto ao déficit de caixa do Tesouro Nacional, a rigor esse foi o principal item a pressionar a caixa das autoridades monetárias, tendo em vista que no total da receita arrecadada em janeiro está contabilizada a parcela de Cr$12,5 bilhões referentes a dividendos creditados pelo Banco do Brasil. Não fora essa transferência de recursos da própria autoridade monetária para o Tesouro, o déficit de caixa teria sido de Cr$37,3 bilhões e não de Cr$24,8 bilhões como aparece na contabilidade. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, os dividendos pagos pelo Banco do Brasil pressionaram a base monetária em apenas Cr$9,9 bilhões, parcela referente aos pagamentos efetivamente feitos junto ao público.

Cabe destacar que a taxa de expansão da base monetária teria sido bem superior não fosse o esforço de contenção desenvolvido pelo Banco do Brasil, traduzido pela redução de Cr$18,9 bilhões no saldo de suas aplicações.

Comportamento do sistema

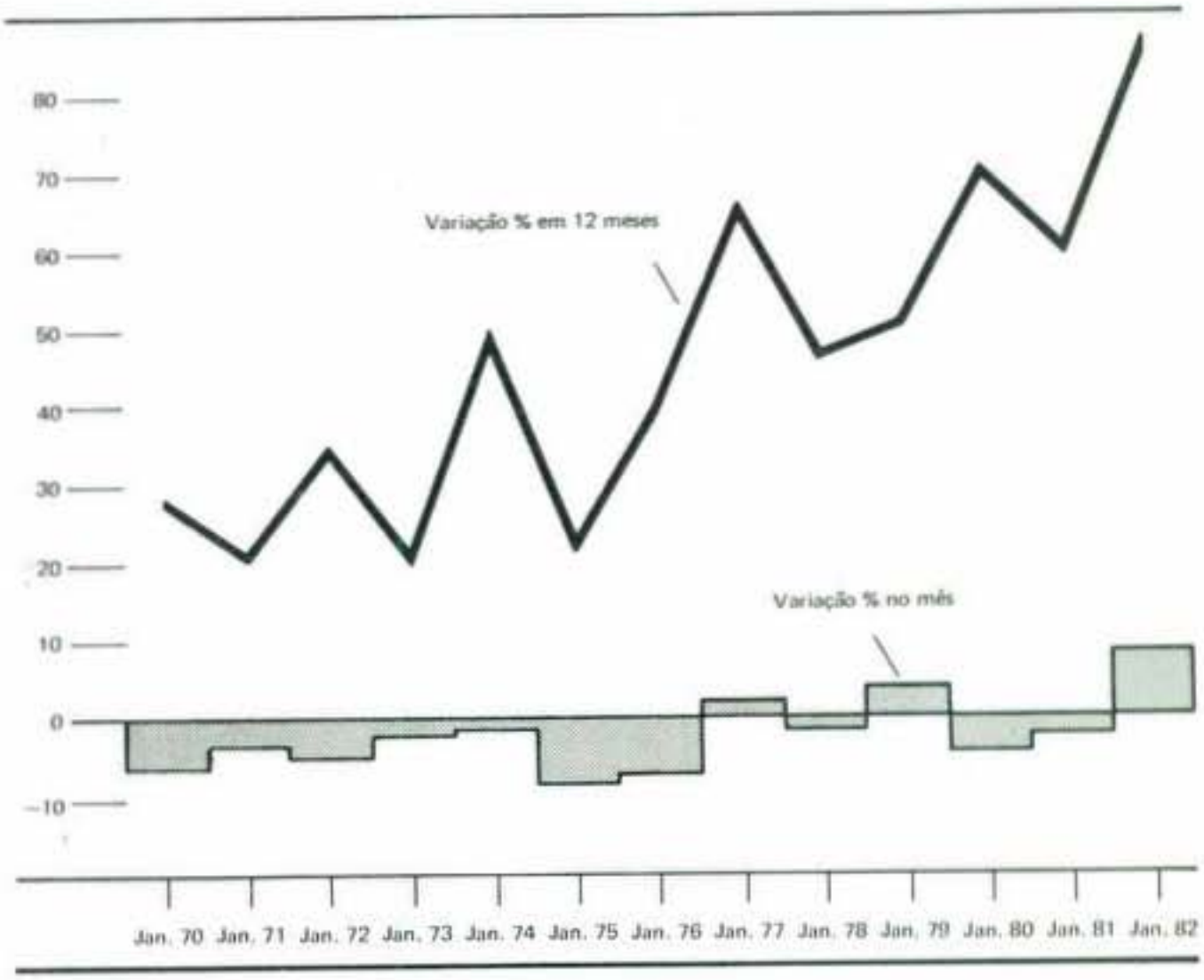
Os empréstimos concedidos pelo sistema financeiro ao setor privado atingiu valor estimado de Cr$13.368,3 bilhões, com aumentos de 7,9%, no mês, e de 109,8%, nos últimos 12 meses, taxas que se mostram bastante superiores às verificadas em igual período de 1981 (+5,4% e +70,9%, respectivamente).

Tabela 4 — Empréstimos do sistema financeiro ao setor privado — por emprestadores finais

Discriminação	Saldos em 31.1.82* (Cr$ bilhões)	Participações percentuais	Variações percentuais	
			No mês (jan. 82)	Em 12 meses
A. *Sistema monetário*	*5.753,4*	*43,0*	3,1	89,9
1. Banco do Brasil	2.003,3	15,0	−1,1	64,1
2. Bancos comerciais	3.750,1	28,0	5,5	107,3
B. *Sistema não-monetário*	*7.614,9*	*57,0*	11,9	127,9
1. Bancos de investimento	1.424,6	10,6	3,1	108,2
2. Financeiras	682,0	5,1	7,0	89,8
3. BNH, SCI e APE	2.298,5	17,2	20,4	150,9
4. Caixas econômicas	1.790,4	13,4	15,6	140,2
5. BNDE e BED	1.349,1	10,2	7,0	119,1
6. BNCC	70,3	0,5	0,2	248,4
C. *Total* (A + B)	*13.368,3*	*100,0*	7,9	109,8

* Dados provisórios.
Fonte: Banco Central do Brasil.

3 — Base monetária — taxa de crescimento em janeiro: no mês e em 12 meses



Política monetária

Tabela 5 – Bancos comerciais – recursos e aplicações

Discriminação	Saldos jan. 82* (Cr$ bilhões)	Variações			
		No mês		Em 12 meses	
		Absoluta	%	Absoluta	%
A. *Recursos*	*5.688,9*	*227,4*	4,2	*3.091,5*	119,0
1. Depósitos	2.066,9	−144,9	−6,5	943,9	84,0
– a vista	1.389,9	−179,3	−11,4	575,9	70,7
– a prazo	446,9	30,8	7,4	253,6	31,2
– outros	230,1	3,6	1,6	114,4	98,9
2. Obrigações junto às autoridades e entidades financeiras oficiais	1.528,9	183,3	13,6	884,5	137,2
3. Obrigações por arrecadações	384,4	61,4	19,0	213,8	125,3
4. Operações cambiais (saldo líquido)	1.623,9	58,9	3,8	1.011,9	165,3
– Res. n.º 63	1.277,4	53,8	4,4	830,2	185,6
– Outras operações	346,5	5,1	1,5	181,7	110,3
5. Outras contas (saldo líquido)	84,8	68,7	426,7	37,4	78,9
B. *Aplicações*	*5.688,9*	*227,4*	4,2	*3.091,5*	119,0
1. Empréstimos	4.325,3	275,3	6,8	2.300,1	113,6
2. Títulos e Valores mobiliários	726,0	−41,4	−5,4	492,4	210,8
3. Encaixe	637,6	−6,5	−1,0	299,0	88,3
– voluntário	166,7	−112,7	−40,4	111,0	199,3
– compulsório	470,9	106,2	29,1	188,0	66,5

* Estimativas preliminares. Fonte: Banco Central do Brasil.

As aplicações das instituições componentes do sistema financeiro da habitação apresentaram expansões bastante acentuadas, sendo superadas apenas pelos créditos do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, como mostra a tabela 4.

O sistema não-monetário, que já detém 57% das aplicações de todo o sistema financeiro ao setor privado, aumentou em 11,9% o saldo de suas operações de crédito em janeiro, contra aumento de apenas 3,1% nos empréstimos concedidos pelas instituições componentes do sistema monetário.

Através da Resolução n.º 718, de 22.12.81, o Banco Central decidiu limitar os empréstimos dos bancos comerciais (com exceção daqueles decorrentes de programas governamentais de repasses de recursos de instituições oficiais, das operações de repasses de recursos externos e das aplicações no programa de Crédito Educativo com Recursos do Compulsório) em 70% para os bancos não autorizados a operar em câmbio, em 60% para os bancos pequenos e em 50% para os bancos médios e grandes. Em média, no mês de janeiro, essas operações aumentaram apenas 1,9%, contra um incremento de 6,8% no saldo global dos empréstimos dos bancos comerciais.

Tabela 6 – Dívida pública federal

Discriminação	Saldos em 31.1.81 (Cr$ bilhões)	Participações percentuais	Saldos em 31.1.82 (Cr$ bilhões)	Participações percentuais	Variação percentual em 12 meses
1. LTN	277,3	30,6	1.265,0	37,0	356,2
2. ORTN	626,7	69,3	2.151,2	63,0	243,3
3. Outros	0,4	0,1	0,4	0,0	0,0
4. Total	904,4	100,0	3.416,6	100,0	277,8

Fonte de recursos bancários

Os repasses do Banco Central, BNH e Finame, além dos recursos externos, foram as principais fontes de recursos com que contaram os bancos comerciais para o financiamento de seus empréstimos em janeiro. Cabe ressaltar que o saldo dos depósitos a vista, que sofreu queda de 11,4% no mês, já foi superado, como fonte de recursos, pelos repasses de órgãos públicos e pelas operações cambiais, como mostra a tabela 5.

Política monetária

As operações combinadas da dívida pública e de mercado aberto propiciaram às autoridades monetárias absorção líquida de recursos no valor de Cr$36 bilhões em janeiro. Esse resultado foi obtido fundamentalmente nas operações com o setor privado, de vez que no extramercado os resgates superaram as colocações em Cr$1,2 bilhão.

As colocações foram efetivadas exclusivamente com papéis de longo prazo (ORTN) junto ao mercado no montante de Cr$57,8 bilhões, tendo as operações com LTN registrado resgate líquido de Cr$20,7 bilhões junto ao setor privado e de Cr$0,7 bilhão, junto ao setor público, que ainda resgatou Cr$0,4 bilhão de ORTN.

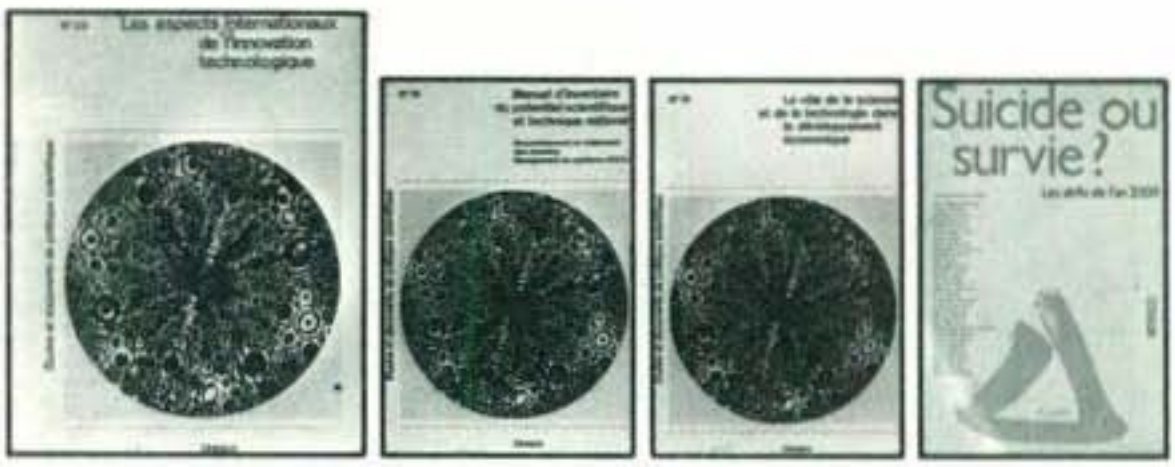
Em janeiro, as ofertas públicas de LTN de todos os prazos alcançaram a cifra de Cr$300 bilhões, dos quais Cr$151,8 bilhões foram absorvidos pelas instituições financeiras.

No leilão de ORTN realizado em janeiro verificou-se colocação de Cr$58,6 bilhões, sendo Cr$21,6 bilhões com títulos de dois anos de prazo e Cr$37 bilhões com papéis de cinco anos. Ao término do mês, o valor nominal de uma ORTN era de Cr$1.453,96, revelando valorização de 5,2% em janeiro e de 96,9% nos últimos 12 meses.

Ao final de janeiro, a dívida pública federal interna atingiu o expressivo valor de Cr$3.416,6 bilhões (tabela 6), com incremento de 277,8% nos últimos 12 meses. O prazo médio dessa dívida era de 24 meses e 9 dias. ♦

PUBLICAÇÕES UNESCO

Ciências & Tecnologia



1. Les Aspects Internationaux de L'Innovation Technologique Cr$ 308,00
2. Manual del Inventario del Potencial Científico y Tecnológico Cr$ 504,00
3. Le Rôle de la Science et de la Technologie dans le Développement Economique Cr$ 616,00
4. Suicide ou Survie? Les Défis de L'An 2.000 Cr$ 1.064,00
5. Industrialization and Society Cr$ 880,00
6. Current Trends in Scientific Research Cr$ 644,00
7. Le Développement par la Science Cr$ 560,00
8. Utilisation et Conservation de la Biosphère Cr$ 672,00



Compre ou encomende
nas livrarias da FGV
ou peça pelo Reembolso Postal:
À FGV/Editora
Caixa Postal 9052
20.000 - Rio de Janeiro - RJ
Você só pagará quando retirar a mercadoria
na agência dos Correios
mais próxima de seu endereço.

UNESCO

Setor público, política fiscal

O Orçamento da União para o corrente exercício estimou a receita do Tesouro em Cr$4.000,2 bilhões e fixou a despesa em igual valor. O aumento em relação ao Orçamento original de 1981, que também previa idênticos valores para a receita e despesa, é de 111,8%. Comparativamente aos valores efetivamente ocorridos, a expansão prevista para a receita é de 76,8% e, para a despesa, de 77,1%.

Interessante observar que o imposto de renda, que desde o exercício de 1979 tem-se constituído na principal fonte de recursos do Tesouro, tem no Orçamento de 1982 uma previsão de arrecadação ligeiramente inferior à do IPI, que deverá render Cr$1.040 bilhões (+153,7%), contra Cr$1.023 bilhões (+109,6%) a serem canalizados pelo imposto de renda.

Considerando que o imposto de renda suplantou no ano passado em Cr$152,4 bilhões a estimativa orçamentária inicial, alcançando o total de Cr$640,4 bilhões, bastará um aumento de 59,7% na arrecadação desse imposto para ser alcançada a estimativa do orçamento, sendo de se esperar crescimento muito maior – pelo menos em nível compatível com a inflação, estimada em cerca de 80%. Note-se que este ano, além da redução dos incentivos fiscais às pessoas físicas (CCA e investimentos incentivados), o Tesouro Nacional contará também com recursos adicionais decorrentes da elevação (direta e indireta) do imposto de renda incidente sobre os lucros dos bancos.

Quanto ao IPI, se considerarmos sua receita efetiva em 1981 (Cr$500,9 bilhões), a taxa de crescimento estimada para sua receita este ano fica reduzida para 107,6%, nível ainda bastante elevado, mesmo tendo-se em conta a redução do crédito-prêmio à exportação, o aumento das alíquotas sobre produtos supérfluos e a esperada recuperação do ritmo de crescimento industrial, que deverá processar-se de forma gradativa, de maneira a não comprometer os resultados obtidos na contenção da inflação e no balanço de pagamentos.

Por conseguinte, é provável que o imposto de renda, contrariando a previsão orçamentária, continue este ano como primeira fonte de recursos do Tesouro.

O terceiro mais importante tributo em volume de arrecadação é o imposto sobre operações financeiras (IOF), que deverá canalizar Cr$404 bilhões para o Tesouro, segundo a estimativa orçamentária. O crescimento esperado é de 104,5%, em relação ao Orçamento do ano anterior, e de 51,9% comparativamente à receita efetiva desse imposto, que totalizou Cr$266 bilhões.

Tabela 1 – Tesouro Nacional – receita – Cr$ milhões

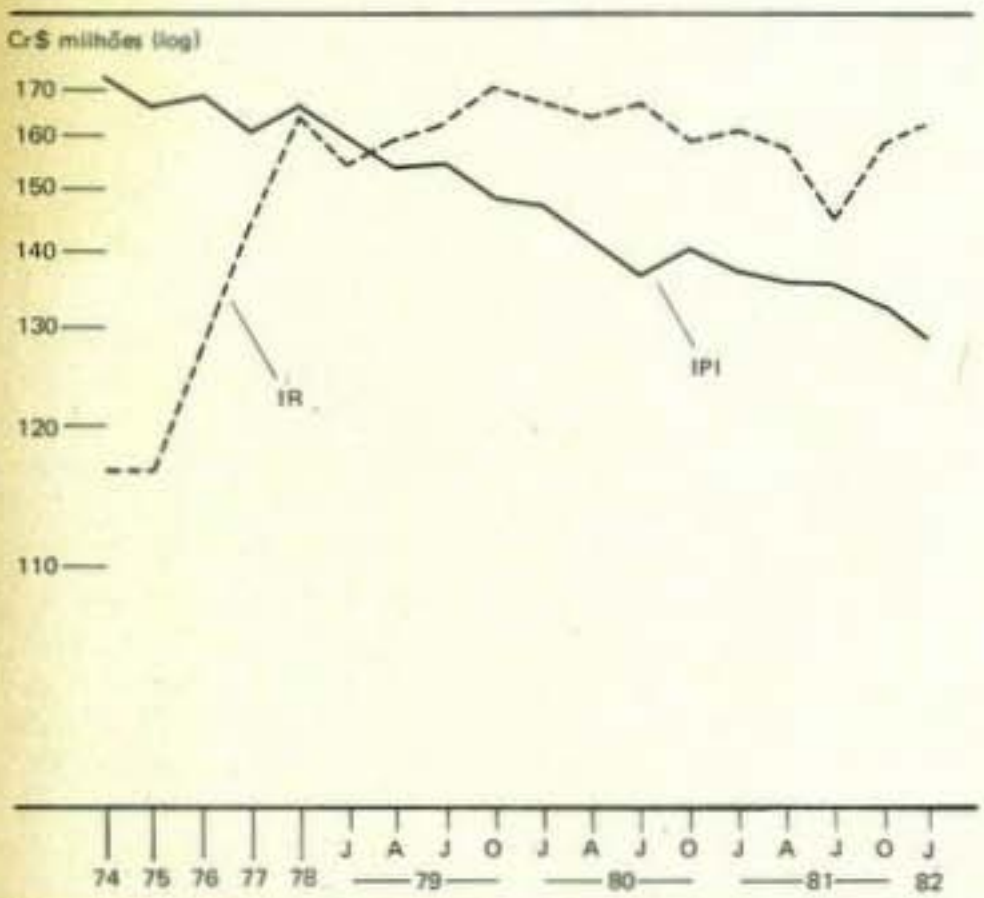
Discriminação	Orçamento			Execução		Variação % 82/81
	1981	1982	Variação % 82/81	Jan./81	Jan./82	
Receitas (1 + 2)	*1.888.500*	*4.000.200*	111,8	*107.938*	*210.345*	94,9
1. *Receita tributária* (a + b)	*1.468,545*[2]	*3.296,701*[2]	124,5	*59.490*	*109.318*	83,8
a) Impostos	1.347.020	3.074.350	128,2	56.487	104.458	84,9
Renda	488.000	1.023.000	109,6	16.518	23.439	41,9
Produtos industrializados	410.000	1.040.000	153,7	16.832	33.907	101,4
Operações financeiras	197.600	404.000	104,5	15.482	32.388	109,2
Importação	118.000	280.000	137,3	2.167	6.048	179,1
Exportação	200	200	0	1.386	804	–42,0
Lubrificantes e combustíveis	65.300	111.000	70,0	1.437	3.649	153,9
Energia elétrica	37.400	133.000	255,6	392	638	62,8
Transporte rodoviário	14.600	36.000	146,6	1.207	2.030	68,2
Minerais	10.700	34.500	222,4	1.046	1.534	46,7
Imposto territorial rural	4.000	9.000	125,0	–	–	–
ICM e ITBI dos territórios	1.220	3.650	199,2	20	21	5,0
b) Taxas	117.627	206.337	75,4	3.003	4.860	61,8
2. *Outras receitas*[1]	*419.955*	*703.499*	67,5	*48.448*	*101.027*	108,5

[1] Inclui receita não classificada e recursos em trânsito.

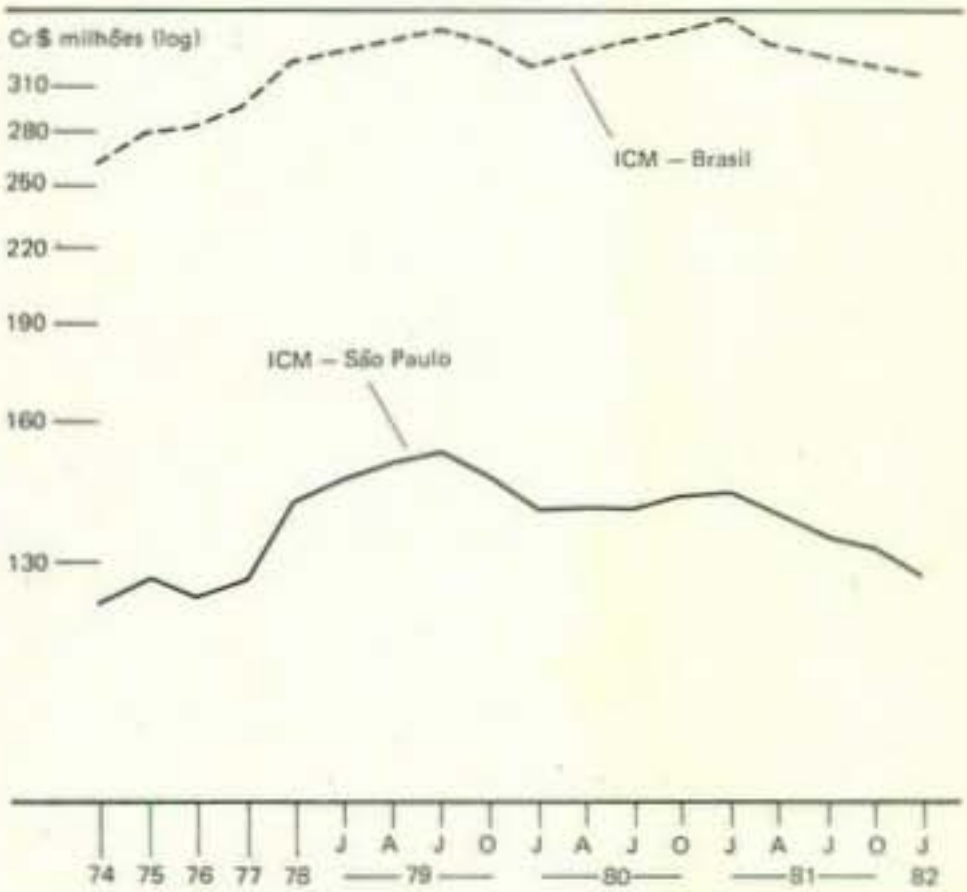
[2] Inclui correção monetária incidente nos tributos (Cr$3.898 milhões em 1981 e Cr$16.014 milhões em 1982).

Fontes: Banco Central do Brasil e Orçamento da União.

Receita real de IPI e IR



Arrecadação do ICM



Todos os valores são acumulados em 12 meses e deflacionados pelo IGP (col. 2), para set. 79.

Orçamento enfatiza a correção dos desequilíbrios sociais

De acordo com a política social e econômica do Governo, na alocação de recursos orçamentários procurou-se atender aos objetivos considerados prioritários, quais sejam: atenuar os desequilíbrios sociais, reduzir a inflação e equilibrar o balanço de pagamentos. Na consecução desses objetivos, o desenvolvimento do setor agrícola ocupa posição de destaque pois, direta ou indiretamente, está associado a todos eles, exercendo forte influência tanto no perfil de distribuição de renda quanto no equilíbrio dos preços internos e da balança comercial.

Na composição da despesa orçamentária por funções, os recursos diretamente alocados à agricultura totalizaram Cr$204,1 bilhões, cabendo entretanto ressaltar que o principal instrumento de atendimento a esse setor não é o orçamento fiscal, mas o orçamento monetário, através de linhas de crédito com taxas de juros subsidiadas.

Em conformidade com a ênfase atribuída ao desenvolvimento social, os recursos destinados às funções representativas das aplicações nesta importante área (assistência e previdência, educação e cultura, saúde e saneamento, habitação e urbanismo, e trabalho) totalizaram Cr$976,5 bilhões, traduzindo expansão de 152,9% sobre o orçamento do ano anterior e aumento de 20,4% para 24,4% da representatividade dessas aplicações na despesa orçamentária.

Programa de Mobilização Energética receberá Cr$97,4 bilhões

Na área de energia e recursos minerais, as dotações consignadas no Orçamento alcançaram o montante de Cr$260,4 bilhões (+129,8%), dos quais Cr$97,4 bilhões destinados ao Programa de Mobilização Energética, de substancial importância na política de substituição do petróleo importado por fontes alternativas internas de suprimento de energia.

Note-se que os recursos destinados à despesa com administração e planejamento, no valor de Cr$427,4 bilhões, tiveram aumento de apenas 37,3% – o

Setor público, política fiscal

Tabela 2 – Tesouro Nacional – despesa orçamentária por funções governamentais – Cr$ milhões

Funções	Orçamento		1982/81 %
	1981	1982	
Legislativa	11.043	23.021	108,5
Judiciária	12.487	29.506	136,3
Administração e Planejamento	311.283	427.408	37,3
Agricultura	110.726	204.058	84,3
Comunicações	33.006	58.033	75,8
Defesa Nacional e Segurança Pública	125.181	276.123	120,6
Desenvolvimento Regional	236.793	550.228	132,4
Educação e Cultura	149.221	350.299	134,8
Energia e Recursos Minerais	113.299	260.382	129,8
Habitação e Urbanismo	6.972	15.291	119,3
Indústria, Comércio e Serviços	35.069	58.532	66,9
Relações Exteriores	12.510	34.531	176,0
Saúde e Saneamento	38.953	88.785	127,9
Trabalho	8.150	14.831	82,0
Assistência e Previdência	182.825	507.268	177,5
Transporte	204.019	441.504	116,4
Reserva de Contingência	296.963	660.400	122,4
Total	*1.888.500*	*4.000.200*	111,8

Fonte: Orçamento da União.

Tabela 3 – Tesouro Nacional – execução financeira – Cr$ milhões

Discriminação	Mês de janeiro				
	1978	1979	1980	1981	1982
Receita	21.219	21.740	51.717	107.938	210.345
Despesa	15.759	24.272	59.462	107.320	235.325
Resultado de caixa	5.460	–2.532	–7.745	618	–24.980

Fonte: Banco Central do Brasil.

menor entre todas as funções governamentais – absorvendo 10,7% do total de recursos, contra 16,5% em 1981. Assim, enquanto no exercício de 1981 administração e planejamento ocupava o primeiro lugar em volume de recursos entre todas as funções governamentais, este ano caiu para a quarta posição, superada pelas funções desenvolvimento regional (Cr$550,2 bilhões), assistência e previdência (Cr$507,3 bilhões) e transporte (Cr$441,5 bilhões).

Do total da despesa prevista no Orçamento de 1982, uma considerável parcela, no montante de Cr$660,4 bilhões, não teve sua aplicação previamente especificada, destinando-se à formação de reserva de contingência, para atendimento de situações emergenciais e de despesas adicionais com o pessoal civil e militar da União, decorrentes de reajustes salariais.

No que se refere às transferências do orçamento fiscal para o orçamento monetário, foram destinados inicialmente cerca de Cr$240 bilhões, esperando-se que, como ocorreu nos últimos anos a situação de caixa do Tesouro Nacional permita transferências adicionais ao final do exercício. Entre os compromissos a serem atendidos com esses recursos, destacam-se os seguintes: encargos das ORTN (Cr$53,5 bilhões); subsídio à comercialização do trigo (Cr$45,4 bilhões); benefícios pecuniários a tomadores de empréstimos e financiamentos externos (Cr$42 bilhões); e subsídios creditícios concedidos à pequenas e médias empresas através do BNDE/Finame (Cr$20 bilhões).

Execução deficitária em janeiro

No mês de janeiro, a receita do Tesouro Nacional totalizou Cr$210,3 bilhões, enquanto a despesa elevou-se a Cr$235,3 bilhões, acarretando déficit de caixa de Cr$25 bilhões no primeiro mês do exercício. O déficit do Tesouro em janeiro, um dos principais fatores responsáveis pela expansão de 8,4% da base monetária, teve intensa repercussão na área econômica quando foi divulgado, principalmente porque as primeiras estimativas indicavam desequilíbrio muito maior (Cr$50 bilhões).

Tal resultado, contudo, não significa descontrole na condução do orçamento fiscal, tendo resultado de um desencontro entre os fluxos de receita e despesa naquele mês, situação corrigida nos primeiros dias de fevereiro com a contabilização, a crédito do Tesouro, da primeira parcela da arrecadação efetivada pela rede bancária privada em janeiro.

Setor público, política fiscal

Tabela 4 – Tesouro Nacional – posição dos recursos – Cr$ milhões

Discriminação	Mês de janeiro	
	1981	1982
Fontes de recursos	*17.338*	*–59.150*
Resultado da execução financeira	618	–24.980
Endividamento junto ao público	17.348	36.015
Dívida mobiliária	17.348	36.004
Depósitos de contribuintes	–	11
Outras operações	–628	–70.185
Recursos líquidos	*17.338*	*–59.150*
Junto às autoridades monetárias	17.188	–58.967
Banco Central do Brasil	16.631	–31.775
Banco do Brasil S.A.	557	–27.192
Junto à Caixa Econômica Federal	150	–183

Fonte: Banco Central do Brasil.

No primeiro mês do exercício é mais difícil manter equilibradas as contas do Tesouro Nacional, considerando que a receita é normalmente fraca, de vez que o cronograma de recolhimento da rede bancária privada é diferente em dezembro, quando a quase-totalidade dos recursos arrecadados é recolhida ao Tesouro naquele mesmo mês, enquanto nos demais meses do ano esses recolhimentos só são feitos no mês seguinte ao da arrecadação, com exceção da arrecadação do Banco do Brasil que é recolhida ao Tesouro no mesmo mês, durante todo o exercício. Este ano a situação foi ainda agravada pelo fato de os dias 30 e 31 jan. terem coincidido com o fim de semana, acarretando a transferência para fevereiro de considerável parcela de recursos.

Por outro lado, as possibilidades de contenção da despesa ficam bastante limitadas pela necessidade de cumprimento dos cronogramas de desembolso já aprovados e pelos compromissos da União com o pagamento de pessoal e encargos sociais. Mesmo assim, a despesa autorizada em janeiro não passou de Cr$200,4 bilhões, com aumento de apenas 68,3% sobre jan.81 (Cr$119,1 bilhões). Como foram gastos também Cr$34,9 bilhões referentes a remanescentes de recursos liberados em 1981 mas não utilizados naquele exercício, a despesa efetiva elevou-se para Cr$235,3 bilhões.

De qualquer forma, o déficit verificado em janeiro foi amplamente compensado pela colocação de títulos federais, junto ao público, no total de Cr$36 bilhões, assegurando um efeito líquido contracionista sobre a base monetária das operações conjuntas do Tesouro. ♦

Em tempo:

ATIVIDADES PESQUEIRAS – Prorrogação de isenção (Ato Declaratório CST n.º 1, DOU de 21.1.82)

Dispõe sobre a prorrogação da isenção das empresas dedicadas a atividades pesqueiras bem como da dispensa de nova concessão ou ratificação das isenções anteriormente concedidas.

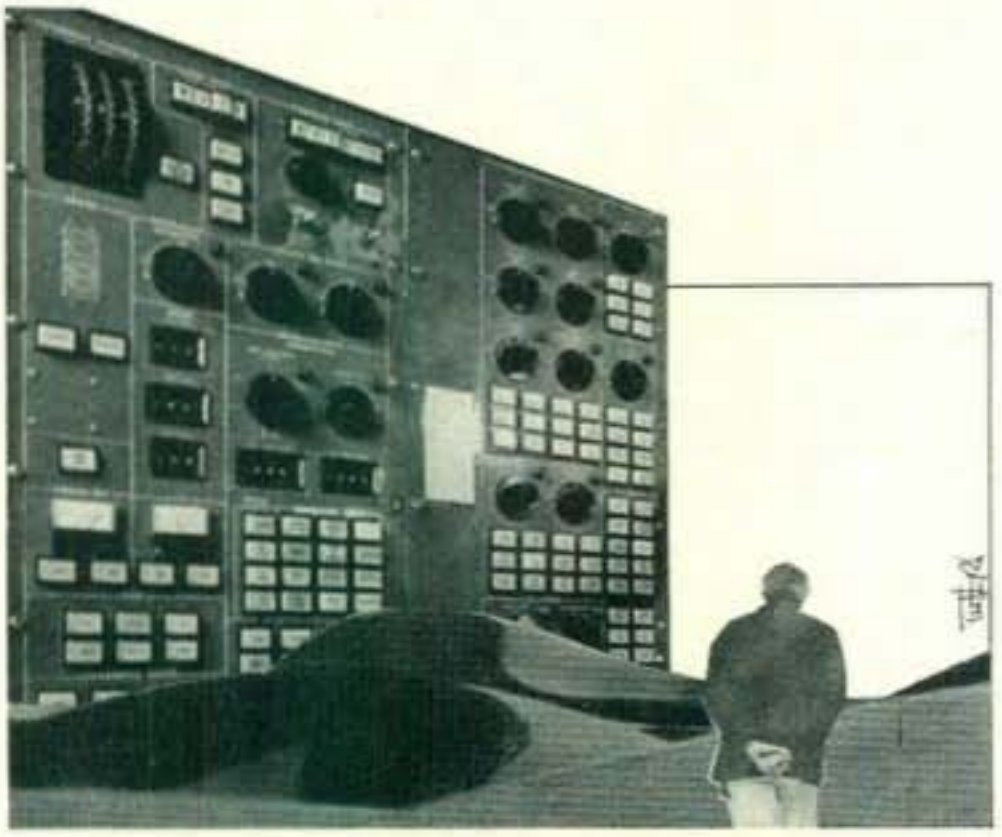
LOTERIA ESPORTIVA FEDERAL – Participação da receita bruta (DL n.º 1.923, DOU de 21.1.82)

Estabelece que aos clubes brasileiros de futebol profissional, filiados à Primeira Divisão das Federações dos Estados do respectivo desporto e, através destas, à Confederação Brasileira de Futebol – CBF, bem como àquelas federações, fica assegurada a participação de 5,2% na receita bruta da Loteria Esportiva Federal – LEF.

MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS – Crédito do IPI (Portaria MF n.º 4, DOU de 25.1.82)

Estabelece que o direito ao crédito do IPI de que trata a Portaria 96/81 independe de entrada em funcionamento do estabelecimento produtor de álcool, tendo efeito declaratório a referida Portaria 96 abrangendo assim as aquisições efetuadas anteriormente à sua publicação.

C & T: a pesquisa como atividade econômica



A problemática da inovação tecnológica, conquanto de importância fundamental tanto na microeconomia quanto na macroeconomia, foi durante longo tempo ignorada ou superficialmente tratada na ciência econômica. Na obra dos grandes economistas clássicos (Smith, Malthus, Ricardo, Stuart Mill), a inovação tecnológica ocupava um papel secundário na dinâmica do crescimento econômico, onde outras variáveis, tais como o aumento da população, a formação do capital e os rendimentos decrescentes na agricultura eram julgados mais importantes. Na obra de Marx, ainda pertencente, em larga medida, à tradição clássica, a inovação tecnológica ocupa um lugar de grande importância no processo do desenvolvimento capitalista, mas seu trabalho exerceu pouco efeito imediato sobre a linha central de investigação na economia. Ao fim do século XIX, com o início da revolução neoclássica, o foco principal de atenção dos economistas se voltou para os princípios da alocação ótima de recursos, estudada geralmente num contexto estático, onde se excluía a questão da inovação tecnológica.

O papel de Schumpeter

Já nos começos deste século, o grande economista americano de origem austríaca Joseph Schumpeter dá início a uma importante investigação sobre o papel da inovação tecnológica e de seus efeitos econômicos.

Ainda assim, embora na obra de Schumpeter a inovação tecnológica ocupe um lugar central na análise do capitalismo, tanto para a explicação dos ciclos econômicos quanto para a descrição de seu comportamento dinâmico de longo prazo, a abordagem do fenômeno era inadequada e incompleta, pois tratava a atividade inovadora como sendo essencialmente uma força exógena, com importantes efeitos econômicos, mas cujas causas não eram passíveis, de modo geral, de explicação por meio de motivações econômicas.

Em outras palavras, embora Schumpeter, na sua famosa obra A Teoria do desenvolvimento econômico, *publicada em 1912, explicasse os efeitos da ocorrência da inovação tecnológica em termos econômicos, tinha pouco a dizer dos fatores econômicos condicionando a atividade inovadora, que era considerada basicamente como determinada de forma exógena.*

Foi somente a partir de meados deste século que se formou entre os economistas, como resultado de uma grande acumulação de provas empíricas, um consenso a respeito de dois pontos fundamentais: a inovação tecnológica é um fator da maior importância no crescimento econômico; e as forças que induzem ou condicionam a inovação tecnológica são também, em larga medida, de natureza econômica, ou seja, não podem, em sua maioria, ser consideradas como forças puramente exógenas e impossíveis de ser explicadas por meio de causas econômicas.

Incentivos econômicos

A nível microeconômico, a inovação tecnológica aumenta os níveis de produtividade marginal dos fatores de produção e, conseqüentemente, reduz a quantidade necessária de cada insumo para a obtenção de uma certa quantidade do produto. Havendo adequada disponibilidade de fatores de produção (isto é, no jargão do economista, se a oferta desses fatores for suficientemente elástica), isso conduz a uma queda nas curvas de custos da empresa ou indústria que experimenta a inovação tecnológica. Em conseqüência, as curvas de oferta da mesma empresa ou indústria (grupo de empresas que se dedicam à mesma atividade) também se expandem a cada nível de preço. Por outro lado, o efeito-renda da inovação tecnológica, em condições normais, tende a provocar um aumento da demanda. Na maioria dos casos observados, o efeito final é de molde a provocar uma expansão da demanda, mas não suficientemente forte para anular a tendência à queda do preço do produto e ao aumento da quantidade vendida (ou consumida) no mercado.

Esse foi, para citar um exemplo importante, o caso geral da agricultura nos Estados Unidos da América. Os grandes economistas clássicos, especialmente David Ricardo, acreditavam que, no setor agrícola, não havia possibilidade de inovações

tecnológicas significativas, e esperavam a ocorrência de rendimentos decrescentes nesse setor, em razão da rigidez da oferta de terra, o que viria a comprometer, a longo prazo, todo crescimento econômico. Entretanto, a experiência demonstrou que a produtividade do setor agrícola americano tem crescido a taxas pelo menos tão elevadas quanto as observadas no setor industrial. Inovações tecnológicas de importância decisiva, como o milho híbrido, tratores mecânicos, fertilizantes e pesticidas, possibilitaram grande expansão das ofertas de produtos agrícolas nesse país (acompanhada de uma tendência secular de declínio dos seus preços), superando largamente os efeitos negativos da relativa inelasticidade da oferta da terra.

Se os efeitos econômicos da inovação tecnológica são, como se viu, de importância fundamental, também não o são menos as causas. Até pouco tempo, não se acreditava que as inovações tecnológicas pudessem ser afetadas significativamente por incentivos econômicos, de vez que seriam primariamente decorrentes da curiosidade e espírito criador do homem. Entretanto, o crescimento das atividades sistemáticas e em grande escala de pesquisa científico-tecnológica tem levado os economistas a reconhecer a importância decisiva das causas e incentivos econômicos na criação de tecnologias novas.

Produtividade e pesquisa

Numa primeira tentativa de formalização do processo econômico de investimento em pesquisa científico-tecnológica, que conduz à inovação tecnológica, pode-se dizer que uma empresa tem uma função relacionando, num dado período, seu nível de tecnologia aos seus gastos em pesquisa. Essa função pode ser incorporada à função de produção da empresa, estabelecendo-se uma relação entre o nível do produto, de um lado, e as quantidades dos insumos convencionais e dos insumos de tecnologia (que refletem os gastos em pesquisa), de outro. Dessa forma, proceder-se-ia à minimização dos custos totais da empresa, para um dado nível de produto, pela escolha da combinação apropriada dos insumos ou fatores de produção, de tal forma que a contribuição marginal de cada insumo dividida pelo seu preço ou custo fosse igual para todos os insumos (convencionais e de tecnologia). Empregando-se algumas hipóteses simplificadoras (tais como a homogeneidade linear da função de produção da empresa e a não-cumulatividade do progresso tecnológico, para evitar problemas de capitalização), chega-se à conclusão de que, no ponto de equilíbrio (minimização de custos), para cada insumo convencional, a razão de seu nível de produtividade marginal para o nível-base é igual ao gasto total no insumo dividido pelo custo marginal de aumentar sua produtividade. Dessa forma, um aumento do nível de produto acarreta um aumento do nível ótimo de gastos em pesquisa tecnológica, o que é consistente com a observação empírica de que grandes empresas tendem a investir mais do que as pequenas firmas em pesquisa e desenvolvimento.

A adoção de inovações tecnológicas não depende, é claro, unicamente do esforço de pesquisa; há também custos de fabricação e montagem dos novos equipamentos associados às novas técnicas, bem como os gastos de comercialização. No entanto, é fato comprovado que a capacidade de uma empresa de produzir inovações significativas está intimamente relacionada com o seu nível de gastos em pesquisa e desenvolvimento. Em conseqüência, dados estatísticos revelam que a taxa de incremento de produtividade de uma empresa também está relacionada, embora com um lapso de tempo, ao seu nível de gastos em pesquisa e desenvolvimento. Os fatores que condicionam o êxito final das atividades de pesquisa, a nível de empresa, são os seguintes: probabilidade de sucesso técnico, probabilidade de comercialização e probabilidade de sucesso econômico (aceitação pelos consumidores). A inovação tecnológica bem sucedida economicamente depende da integração desses três fatores.

Parece também existir (a partir de estudos realizados nos Estados Unidos da América) uma "compensação" (trade-off) entre as probabilidades de sucesso técnico e de sucesso econômico: à medida que aumentam os gastos da empresa em pesquisa e desenvolvimento, a probabilidade de sucesso técnico tende a decrescer e a probabilidade de sucesso econômico tende a elevar-se. Por outro lado, projetos de pequena envergadura, que requerem gastos reduzidos em pesquisa tecnológica, tendem a apresentar empiricamente probabilidades mais altas de sucesso técnico, embora sejam de menor potencialidade econômica.

Há, portanto, que se chegar a uma combinação adequada de projetos de pesquisa, no âmbito de cada empresa. A importância da seleção judiciosa dos projetos de pesquisa e desenvolvimento é, por conseguinte, fundamental para a própria rentabilidade da empresa. Nesse caso, um procedimento otimizador de resultados seria a maximização do valor esperado do lucro líquido associado a cada projeto, sujeita a uma restrição quantitativa na forma de um nível máximo de gastos em pesquisa. ♦

Arthur P. C. Meyer

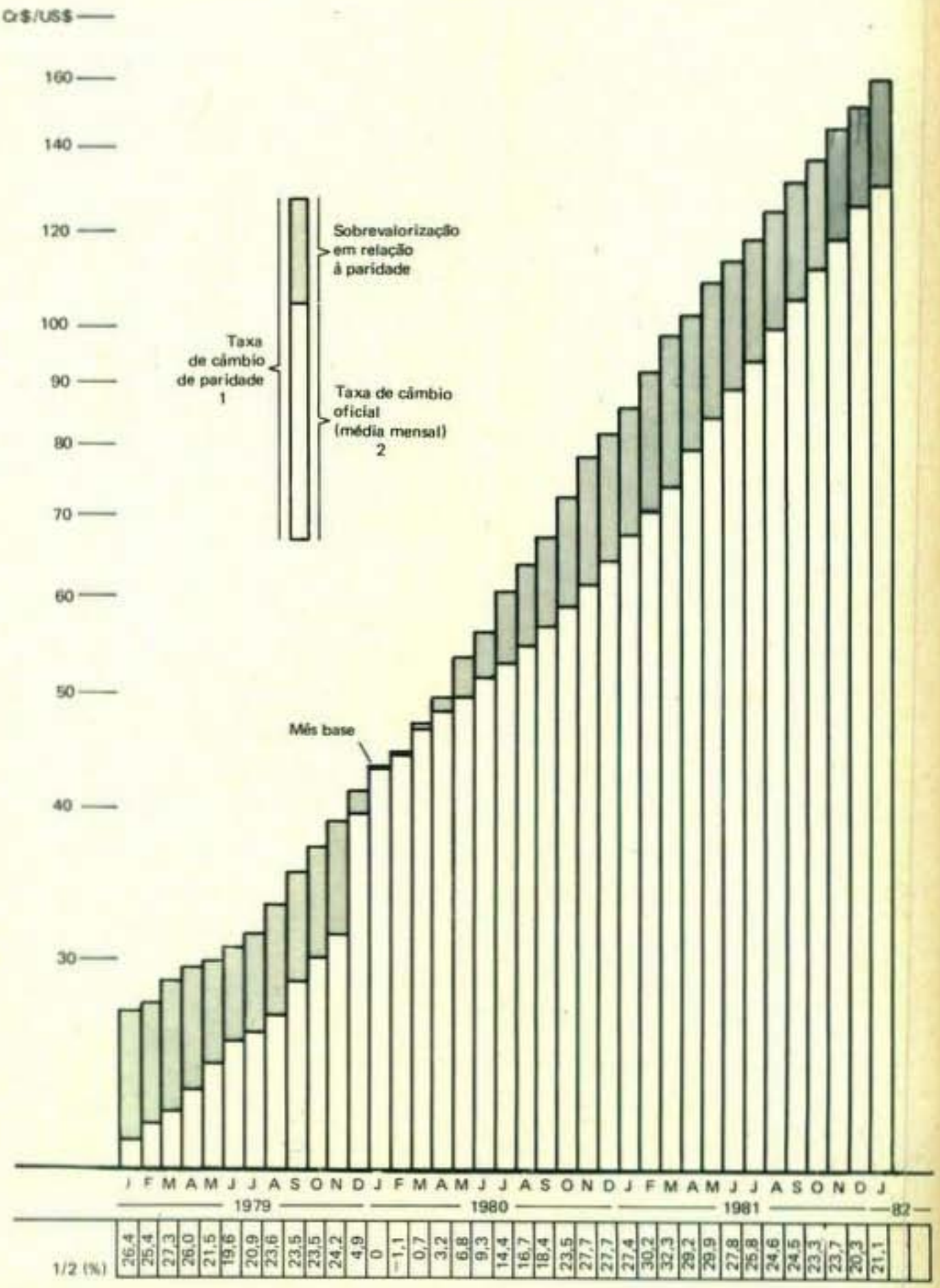
Setor externo economia mundial

As desvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar no mês de fevereiro processaram-se de acordo com o esperado. De fato, as cotações cruzeiro/dólar foram alteradas três vezes e o percentual de reajuste total no mês (4,99%) praticamente igualou-se ao índice de correção monetária válido para fevereiro (5%) e anunciado em dezembro do ano passado (tabela 1).

Dado já serem conhecidos os valores das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) para março e abril, ambos apresentando variações mensais de 5%, caso não ocorra mudança na política de correspondência entre as correções cambial e monetária, as taxas de venda do dólar aos finais destes meses serão de cerca de Cr$148,21 e de Cr$155,62, respectivamente.

Conforme pode ser visto na tabela 2 e no gráfico 1, verificou-se uma pequena valorização real do cruzeiro em relação ao dólar em janeiro, tendo-se em vista que a correção cambial do mês foi insuficiente para compensar o diferencial inflacionário entre os dois países. Isto deve ter-se repetido em fevereiro, pois os índices de preços domésticos voltaram a apresentar elevadas variações. Espera-se que a partir de março esta situação reverta-se, com as variações da taxa de câmbio cruzeiro/dólar novamente superando as variações da taxa de paridade. ♦

1 – Cr$/US$ – Taxas de câmbio oficial e de paridade
Diferencial de inflação: índices de preços por atacado – base: jan. 80



Fonte dos dados primários: Conjuntura Econômica (IPA-DI), International Financial Statistics (WP-AC) e Banco Central.

Setor externo

Tabela 1 — Variação da taxa de câmbio — Cr$/US$

Vigência	Prazo em dias	Taxa de compra	Taxa de venda	Variação (%) da taxa de compra sobre:	
				A anterior	01.01*
08.07.81	13	92,74	93,20	2,0	42,3
20.07.81	12	94,69	95,16	2,1	45,3
28.07.81	08	96,40	96,88	1,8	47,9
06.08.81	09	98,62	99,11	2,3	51,3
19.08.81	13	100,49	100,99	1,9	54,2
26.08.81	07	102,18	102,69	1,7	56,8
09.09.81	14	104,12	104,64	1,9	59,8
18.09.81	09	105,99	106,52	1,8	62,6
28.09.81	10	108,10	108,64	2,0	65,9
08.10.81	10	110,12	110,67	1,9	69,0
20.10.81	12	112,16	112,72	1,9	72,1
27.10.81	07	114,26	114,83	1,9	75,3
09.11.81	13	116,33	116,91	1,8	78,5
17.11.81	08	118,37	118,96	1,8	81,6
25.11.81	08	120,54	121,14	1,8	85,0
02.12.81	07	122,59	123,20	1,7	88,1
14.12.81	12	124,80	125,42	1,8	91,5
23.12.81	09	127,16	127,80	1,9	95,1
07.01.82	15	129,32	129,97	1,7	1,7
18.01.82	11	131,56	132,22	1,7	3,5
26.01.82	08	133,77	134,44	1,7	5,2
05.02.82	10	136,07	136,75	1,7	7,0
16.02.82	11	138,36	139,05	1,7	8,8
24.02.82	08	140,45	141,15	1,5	10,5
04.03.82	08	142,88	143,59	1,7	12,4

* Variação sobre a taxa vigente a 1 jan.

** Prazo contado desde 23.12.80, vigência da taxa de Cr$65,170.

Fonte: Banco Central — Decam (para as taxas de câmbio).

Tabela 2 — Taxas de paridade — variações percentuais

Período	Taxa Cr$/US$[1] (A)	IPA Brasil[2] (B)	IPA-EUA[3] (C)	Taxa de paridade[4] (D)
Jan. 82/dez. 81	5,2,	6,3	0,4p	5,9
Dez. 81/nov. 81	5,5	3,4	0,3p	3,1
Nov. 81/out. 81	5,5	5,9	−0,1	6,0
Jan. 82/jan. 81	96,4	94,6	5,0p	85,3
Dez. 81/dez. 80	95,1	94,3	5,7p	83,8
Nov. 81/nov. 80	93,8	97,4	6,2	85,9

[1] Taxa de venda em fim de período. [2] IPA — disponibilidade interna.
[3] *Wholesale prices.*
[4] Taxa de paridade = $\left\{[1 + (B/100)]/[1 + ((C)/100)] \times 100\right\} - 100$.
p — dado provisório.
Fontes: Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional — IBRE/CEMEI. (Dados elaborados a partir de dados brutos provenientes do Banco Central do Brasil, FGV, FMI e de jornais e revistas especializadas.)

Entretanto, mais preocupante do que esta ligeira inflexão da tendência de desvalorizações reais do cruzeiro relativamente ao dólar é o novo fortalecimento da moeda norte-americana frente às divisas européias e ao iene japonês, o qual se reflete nas taxas de câmbio do cruzeiro em relação a estas moedas (tabela 3). Vê-se que tanto no mês de janeiro quanto no de fevereiro os percentuais de desvalorização do cruzeiro frente às mesmas foram bastante inferiores aos registrados em relação ao dólar. Na hipótese de que a divisa norte-americana não apresente sinais de enfraquecimento a curto prazo, os produtos brasileiros sofrerão alguma perda de competitividade frente a produtos similares manufaturados nos países da Europa e no Japão.

Perspectivas de desvalorização do cruzeiro

A atual sobrevalorização do cruzeiro é reconhecida pelas autoridades governamentais, as quais têm inclusive utilizado este argumento para justificar a existência do crédito-prêmio à exportação como uma medida para compensar pelo menos parte desta sobrevalorização, desta forma descartando a caracterização de subsídio atribuído ao mesmo por nossos principais parceiros comerciais.

Como a alíquota do crédito-prêmio deverá passar dos atuais 15% para 9% no último dia de 1982, devendo a primeira alteração de alíquotas ocorrer no dia 31 deste mês (de 15% para 14%), espera-se a continuidade do processo de desvalorizações reais da taxa de câmbio cruzeiro/dólar iniciada em meados do ano passado, de maneira a não prejudicar a competitividade das exportações brasileiras.

Tabela 3 – Índices de taxas efetivas de câmbio – variações percentuais das taxas cambiais do cruzeiro em relação a:*

Período	Dólar EUA	Libra esterlina	Iene japonês	Marco alemão	Franco francês	Lira italiana	Florim holandês	Franco suíço	DES	Variação efetiva**
Fev.82/jan.82	4,99	1,46	0,67	1,70	1,61	1,21	1,69	1,98	3,07	2,44
Jan.82/dez.81	5,20	3,25	1,19	2,14	1,93	2,30	2,86	2,66	3,94	3,07
Fev.82/fev.81	96,40	59,67	71,58	73,56	60,26	55,46	74,77	101,17	80,92	75,76
Jan.82/jan.81	96,43	53,94	77,00	77,61	60,72	57,03	75,61	102,34	81,22	76,81
Fev.82/dez.81	10,45	4,76	1,87	3,88	3,57	3,55	4,59	4,70	7,13	5,58

* Taxas de venda em fim de período.

** Média ponderada das oito taxas cambiais, com pesos baseados na participação de cada país no total das exportações brasileiras e mundiais.

Fonte: Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional – Instituto Brasileiro de Economia – Fundação Getulio Vargas. (Dados elaborados a partir de dados brutos provenientes do Banco Central e de jornais e revistas especializadas.)

Entretanto, como a taxa de inflação norte-americana apresentou acentuada redução (entre jan.82 e jan.81 a variação do índice de preços por atacado foi de apenas 5,2%), uma desvalorização real de cerca de 5% em 1982 significaria a necessidade de uma desvalorização nominal praticamente em linha com o ritmo de elevação dos preços internos, desvalorização esta que em termos de exportação de produtos manufaturados apenas contrabalançaria a redução prevista das alíquotas do crédito-prêmio, não representando nenhum incentivo adicional para as vendas externas e não compensando uma eventual manutenção do fortalecimento do dólar frente às demais divisas conversíveis.

Tendo-se em vista que o Brasil precisa captar em 1982 empréstimos em moeda estrangeira em volume muito semelhante ao de 1981, é provável que as autoridades continuem a promover desvalorizações cambiais mensais aproximadamente iguais às variações correspondentes das ORTN, procurando desta forma transmitir tranqüilidade a um mercado que freqüentemente sofre sobressaltos (no início de março as cotações do dólar no chamado "câmbio negro" chegaram a superar em 40% as cotações oficiais) e que só deixará de considerar a possibilidade, ainda que remota, de uma maxidesvalorização quando a taxa de câmbio cruzeiro/dólar estiver próxima da taxa de paridade.

Tabela 4 – Balança comercial (dados preliminares) – US$ milhões FOB

Exportações				Importações			
	Jan./82	Jan./81	Variação (%)		Jan./82	Jan./81	Variação (%)
Total	1.707	1.696	+ 0,65	Total	1.657	1.829	– 9,40
Café	150	189	– 20,63	Petróleo	891	798	+ 11,65
Outros	1.557	1.507	+ 3,33	Outros	766	1.031	– 25,61

Fonte: Cacex/CIEF e jornais e revistas especializadas.

Novo superávit em janeiro

A balança comercial voltou em janeiro, pelo nono mês consecutivo, a apresentar superávit. Apesar do valor das exportações ter sido praticamente igual ao do mesmo mês do ano anterior, o superávit de US$50 milhões foi viabilizado pela contração de 9,4% em dólares nominais do valor das importações (tabela 4).

Note-se que, como a conta petróleo registrou expansão, a queda do valor total das compras externas brasileiras deveu-se a uma forte compressão das demais importações, em grande parte resultante da manutenção de um baixo nível de atividade econômica, a qual ainda não registra sinais de recuperação.

A tabela 5 nos mostra os dados detalhados da balança comercial no ano de 1981. Note-se que o crescimento de 15,7% do valor das exportações só foi possível devido ao excepcional desempenho dos produtos manufaturados, cujas vendas externas expandiram-se de 32,1%, apesar do comportamento adverso do mercado internacional (recessão generalizada, altas taxas de juros e fortalecimento do dólar). Do lado das importações, a queda de 3,8% em relação a 1980 deveu-se ao acentuado declínio do valor e do *quantum* das compras de outros produtos que não o petróleo, devido à retração generalizada de todos os setores da indústria, ocorrida no ano passado, e às restrições às importações impostas pelo Governo.

Setor externo

Tabela 5 – Brasil – principais dados de comércio exterior – período: jan.-dez.

Discriminação	Valor em US$1.000,00		Variação 81/80 (%)		
	1981	1980	Valor	Quantidade	Preço médio
Exportações					
Produtos básicos	8.910.940	8.470.313	+ 5,2	+ 11,2	–
Produtos industrializados	13.998.447	11.376.300	+ 23,1	+ 32,8	–
– Semimanufaturados	2.074.187	2.348.719	– 11,7	– 7,6	–
– Manufaturados	11.924.260	9.027.581	+ 32,1	+ 55,7	–
Outros*	383.650	285.788	+ 34,2	– 7,7	–
Total	23.293.037	20.132.401	+ 15,7	+ 13,3	–
Principais itens					
1. Farelo de soja	2.136.176	1.449.013	+ 47,4	+ 35,0	+ 9,2
2. Material de transporte	2.066.321	1.512.309	+ 36,6	+ 34,5	–
3. Minérios metalúrgicos	1.972.936	1.721.949	+ 14,6	+ 9,5	–
4. Caldeiras, máquinas, apar. e instrumentos mecânicos	1.546.520	1.381.759	+ 11,9	+ 3,3	–
5. Café cru em grão	1.516.646	2.486.055	– 39,0	+ 5,2	– 42,0
6. Produtos siderúrgicos manufaturados	800.750	624.809	+ 28,2	+ 35,3	–
7. Suco de laranja	659.206	338.714	+ 94,6	+ 59,3	+ 22,2
8. Calçados, suas partes e componentes	585.901	407.655	+ 43,7	+ 28,8	–
9. Açúcar demerara	578.928	624.500	– 7,3	+ 12,4	– 17,5
10. Máqs., apar. elétr. e obj. destinados ao uso eletrotécnico	566.492	458.842	+ 23,5	+ 20,7	–
11. Óleo de soja em bruto	503.318	411.111	+ 22,4	+ 37,7	– 11,1
12. Produtos químicos orgânicos	422.876	185.261	+ 128,3	+ 204,3	–
13. Soja em grão	403.672	393.930	+ 2,5	– 6,4	+ 9,5
14. Açúcar refinado	395.926	346.356	+ 14,3	+ 49,6	– 23,6
15. Óleos combustíveis de petróleo	366.059	194.937	+ 87,8	+ 104,4	– 8,2
Importações					
Petróleo e nafta para recondicionamento	10.603.997	9.372.420	+ 13,1	– 3,2	+ 16,8
Demais produtos	11.476.420	13.589.042	– 15,5	– 21,7	–
Total	22.080.417	22.961.462	– 3,8	– 10,4	–
Principais itens					
1. Caldeiras, máquinas; aparelhos mecânicos	2.308.325	2.355.222	– 2,0	– 7,9	–
2. Máquinas e equipamentos elétricos	1.129.283	1.158.609	– 2,5	– 25,2	–
3. Trigo sem casca	831.892	889.785	– 6,5	– 8,3	+ 2,0
4. Produtos químicos orgânicos	804.738	1.112.728	– 27,7	– 52,1	–
5. Ferro fundido e aço e suas manufaturas	736.827	584.380	+ 26,1	+ 52,7	–
6. Combustíveis e lubrificantes	736.101	837.488	– 12,1	– 14,7	–
7. Material de transporte	582.498	878.336	– 33,7	– 19,1	–
8. Fertilizantes	352.661	620.314	– 43,1	– 41,8	–
9. Aparelhos de ótica, fotografia, cinema, medição, etc.	341.773	422.701	– 19,1	– 22,6	–
10. Produtos químicos inorgânicos	313.387	585.262	– 46,5	– 49,5	–
11. Cobre e suas manufaturas	305.655	488.707	– 37,5	– 27,7	–
12. Sementes e frutos oleaginosos; plantas industriais	271.755	142.023	+ 91,3	+ 93,2	–
13. Cereais, exceto trigo	245.505	348.996	– 29,7	– 40,5	–
14. Produtos diversos da indústria química	215.932	255.300	– 15,4	– 18,3	–
15. Borracha natural e sintética; suas manufaturas	194.490	213.022	– 8,7	– 12,7	–
Saldo (exportações totais – importações totais)	+ 1.212.620	–2.829.061			

* Consumo de bordo, reexportação e transações especiais.

Fontes: Cacex/CIEF.

A dívida externa em 1981

Segundo informações do Banco Central, a dívida externa referente às obrigações de médio e longo prazo atingiu US$ 61,4 bilhões ao final de 1981, superando em 14,1% o volume registrado em 1980 (US$53,8 bilhões). A dívida externa líquida (dívida externa bruta menos reservas) sofreu um aumento ligeiramente superior (14,9%), apesar do volume das reservas ter passado de US$6,9 bilhões para US$7,5 bilhões entre os últimos dias de 1980 e 1981, respectivamente.

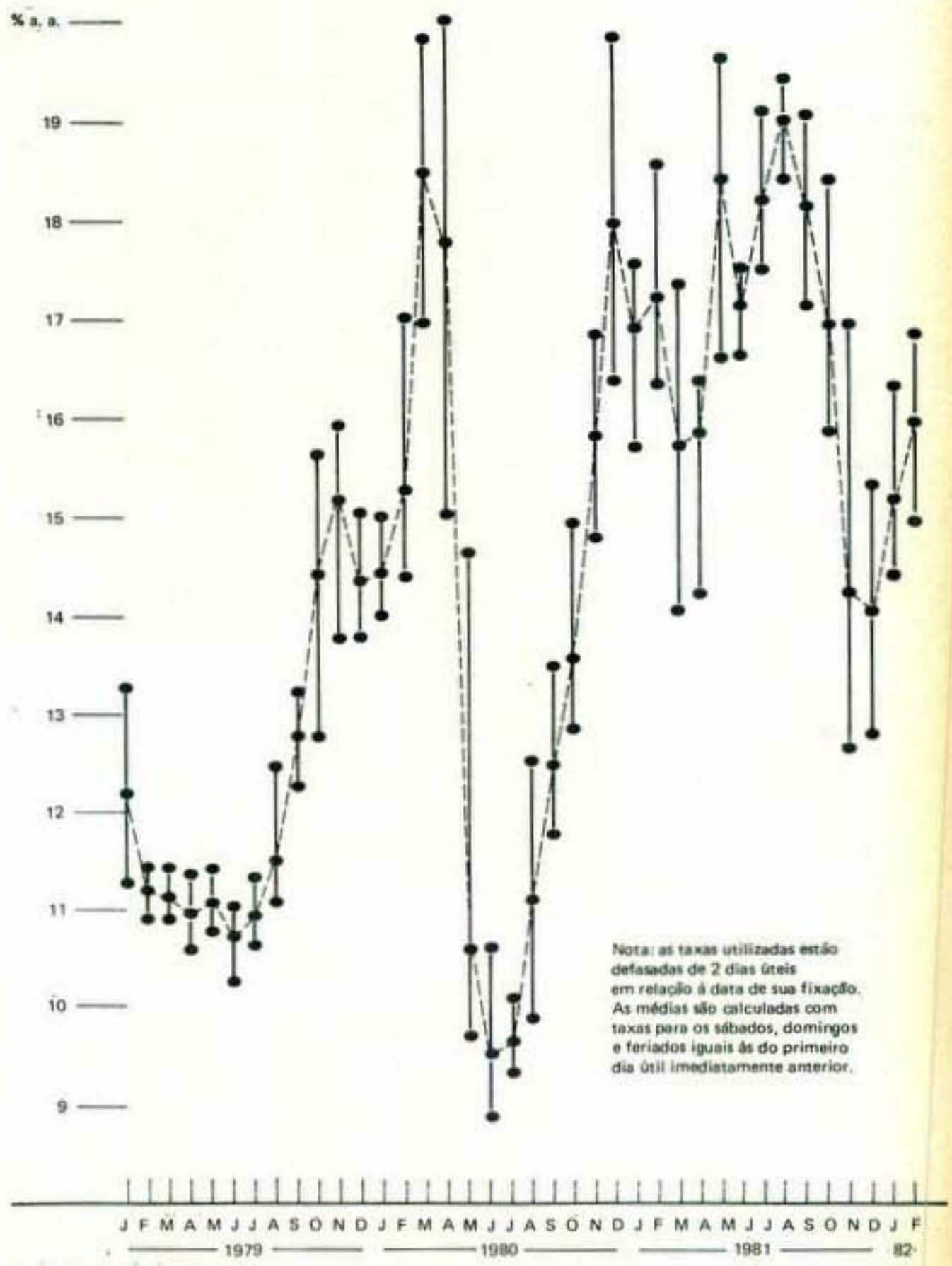
Tanto as projeções oficiais como as projeções de entidades privadas apontam que, ao final de 1982, o endividamento externo brasileiro deverá sofrer um incremento de cerca de US$8,5 a US$10 bilhões, situando-se o volume total na faixa de US$70 a US$71,5 bilhões.

Este crescimento em termos reais do endividamento ocorrido em 1981 e previsto para 1982 pode ser incluído entre os fatores que contribuem para a manutenção dos *spreads* de 2% ao ano a 2,25% ao ano atualmente pagos pelo Brasil no mercado financeiro internacional.

A nova alta das taxas internacionais de juros

As taxas de juros nos Estados Unidos (e conseqüentemente no mercado de eurodólares — gráfico 2) voltaram a elevar-se a partir do final de 1981. Esta alta é interpretada como uma reação antecipada do mercado financeiro à esperada adoção de medidas restritivas por parte das autoridades monetárias norte-americanas em virtude da expansão recente dos meios de pagamento, superior às metas previamente definidas. Por outro lado, a divulgação pelo governo de novas projeções para o déficit fiscal, que na ausência de cortes adicionais de despesas

2 — Libor 6 meses (% a.a.) — taxas máximas, médias e mínimas mensais



Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 6 – Situação macroeconômica nos países da OCDE

Países	Preços ao consumidor – taxa anual (%)			Saldo da balança comercial (US$ milhões)			Produção industrial (%)		
	Em 3 meses	Em 12 meses	Última observação	Último mês	Em 12 meses	Última observação	Em 3 meses**	Em 12 meses	Última observação
1. Alemanha	+ 5,5	+ 6,5	Jan.	+ 1.874	+ 12.000	Dez.	– 2,5	+ 0,5	Dez.
2. Canadá*	+ 9,5	+ 11,5	Jan.	+ 405	+ 3.600	Dez.	– 16,5	– 3,0	Nov.
3. Estados Unidos	+ 5,5	+ 9,0	Dez.	– 1.591	– 39.700	Dez.	– 21,0	– 8,0	Nov.
4. França*	+ 10,5	+ 13,0	Jan.	– 1.389	– 11.000	Dez.	+ 13,0	+ 4,0	Nov.
5. Holanda	+ 5,0	+ 7,0	Jan.	+ 865	+ 2.100	Nov.	– 1,0	+ 1,0	Nov.
6. Itália	+ 19,5	+ 18,0	Dez.	– 951	– 16.100	Nov.	+ 31,0	+ 0,5	Nov.
7. Japão*	+ 1,0	+ 3,0	Jan.	+ 1.081	+ 20.100	Dez.	+ 12,0	+ 5,0	Dez.
8. Reino Unido*	+ 10,0	+ 12,0	Jan.	+ 631	n.d.	Dez.	+ 2,5	– 1,0	Dez.
9. Suécia	+ 6,0	+ 9,0	Dez.	– 152	– 360	Dez.	– 7,5	– 6,0	Nov.

* Balança comercial FOB/FOB; demais países FOB/CIF. ** Média dos últimos 3 meses comparada com a média dos 3 meses anteriores.
Fonte: *The Economist*, 27.02.82.

deveriam superar US$100 bilhões em 1982 e US$150 bilhões nos dois anos seguintes, também contribuíram para pressionar as taxas de juros para cima.

Este movimento de alta das taxas de juros nos Estados Unidos coincidiu com um movimento em sentido contrário das taxas de juros na Europa e no Japão, precedidas por reduções das taxas de desconto anunciadas pelos bancos centrais. Enfrentando sérios problemas sociais e políticos em virtude da forte queda dos níveis de emprego, países como a Alemanha e a Holanda, onde as taxas de desemprego nos últimos 12 meses passaram de 4,5% para 6,7% e de 7,6% para 10,6%, respectivamente, decidiram-se por uma diminuição do custo do dinheiro para incentivar as atividades produtivas. As autoridades monetárias destes países acreditavam que o efeito destas medidas em termos de maior depreciação de suas moedas seria bastante reduzido, tendo-se em vista a melhoria das contas de transações correntes do balanço de pagamentos em função da maior competitividade de suas exportações e dos reflexos positivos dos novos preços do petróleo sobre os dispêndios com importações.

Entretanto, o que se verificou foi um renovado fortalecimento do dólar, com os capitais europeus e japoneses sendo atraídos para os Estados Unidos por um ainda maior diferencial de juros. O agravamento da recessão norte-americano (tabela 6) e seus reflexos sobre a demanda de importações, além das expectativas de ainda menores taxas de inflação nos Estados Unidos, contribuíram para o enfraquecimento generalizado das moedas européias e do iene, que porém não chegaram a retornar aos níveis mínimos atingidos em ago.81.

Caso se verifique uma manutenção das taxas internacionais de juros nos patamares atuais, conjuntamente com um cenário mais otimista em relação às tendências dos índices inflacionários, a recuperação da economia mundial poderá ser muito mais lenta do que a originalmente esperada, exigindo medidas restritivas extremamente severas por parte dos países mais afetados pela crise mundial. Salientam-se em fevereiro a desvalorização de 8,5% do franco belga em relação às demais moedas do Sistema Monetário Europeu e a maxidesvalorização de cerca de 30% do peso mexicano, depois que as autoridades deste último país verificaram ser impossível manter artificialmente valorizada a taxa de câmbio com as receitas de exportação de petróleo em acentuada queda. ♦

Em tempo:

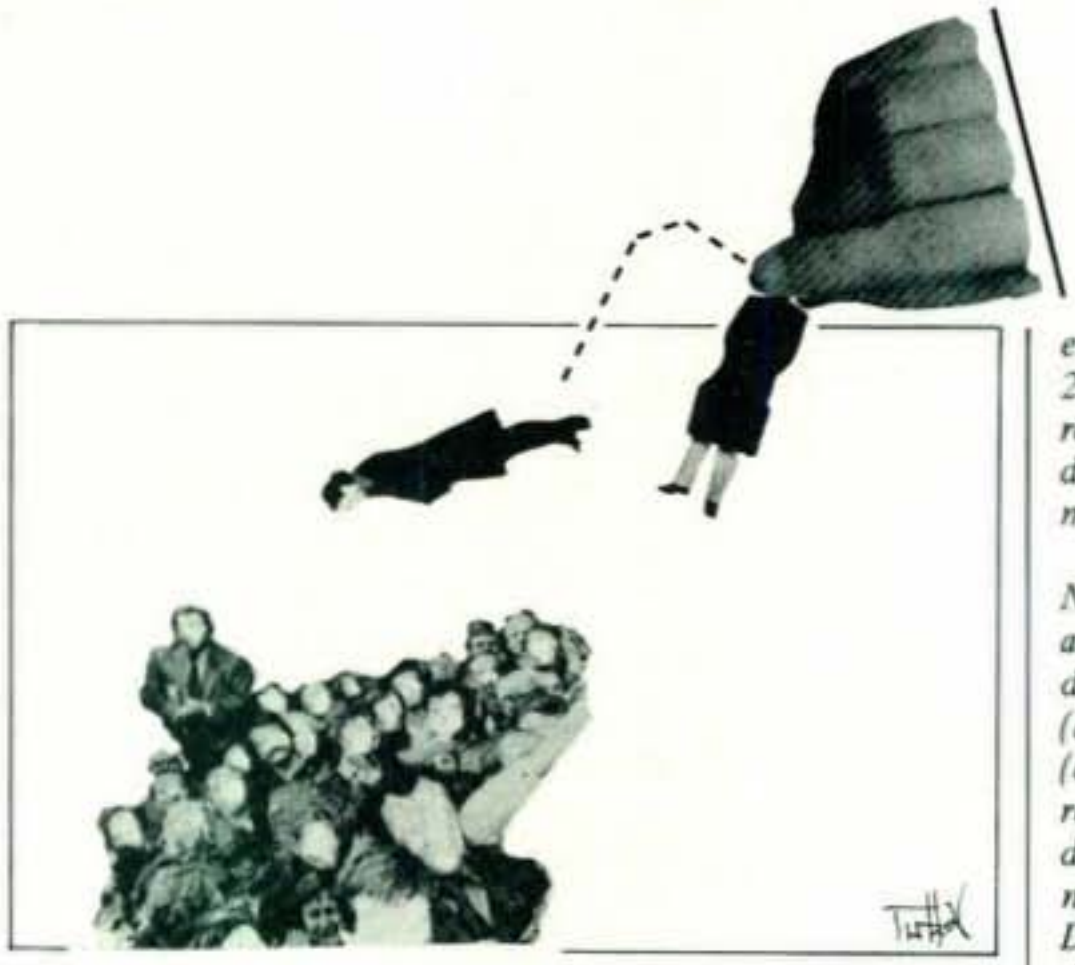
ALADI – Cláusula de salvaguarda na importação de queijos (Portaria MF n.º 7, DOU *de 14.1.82)*

A salvaguarda consistirá no restabelecimento do tratamento tarifário para terceiros países, a saber: alíquota de 70% ad valorem *mais a sobretaxa de 100%* ad-valorem.

COMÉRCIO EXTERIOR – Suspensão dos impostos na importação (Portaria MF n.º 22, DOU *de 25.1.82)*

Estabelece que a suspensão de pagamento dos tributos incidentes nas importações efetuadas sob o regime aduaneiro especial, poderá ser concedida por prazo de até um ano, prorrogável, desde que o prazo legal não ultrapasse o limite de dois anos mas no caso de importação de mercadorias destinadas à produção de bens de capital, a suspensão poderá ser concedida por prazo compatível com o de fabricação e exportação daqueles bens, observado o limite de cinco anos.

O inquietante desemprego europeu



Londres – *Dez milhões de desempregados na Europa, representando 9% da população ativa – mais do que toda a mão-de-obra utilizada na agricultura – este é o balanço que a CEE acaba de divulgar, confirmando que a taxa de desemprego aumentou em um terço entre dez. 80-dez. 81, fato que se torna mais inquietante na medida em que não há perspectiva de melhoria, pelo menos a curto prazo.*

As estimativas da OCDE e da Comunidade Européia indicam que as taxas de desemprego se manterão, na melhor das hipóteses, nos níveis atuais, e isso mesmo apenas se se confirmar um crescimento de 3% do produto interno bruto nos próximos 18 meses. O maior crescimento na taxa de desemprego ocorreu na República Federal da Alemanha, com um aumento de 54% em um ano, totalizando 1 milhão e 700 mil pessoas. Seguem-se a Holanda (+44,4%), Luxemburgo (+44,4%), Inglaterra (+36,6%), França (+25%), Bélgica (+21,9%), Dinamarca (+20,6%), Itália (+16,9%) e Irlanda (+15,7%).

O maior contingente de desempregados, porém (um pouco mais de 3 milhões de pessoas), se localiza na Inglaterra, seguindo-se a Itália, com 2,1 milhões, a França com 2 milhões e a República Federal da Alemanha com 1,7 milhão de pessoas. A Bélgica mantém um recorde de 12,9% de desempregados sobre a população ativa, enquanto esse índice, na Inglaterra, é de 11,3%. Embora o fenômeno tenha-se tornado, no ano passado, mais agudo na Alemanha, ele é mais resistente e antigo na Bélgica e na Inglaterra. Neste país, por exemplo, a população desempregada dobrou desde 1979 e representa hoje 1/3 de toda a Comunidade.

O agravamento do desemprego na Europa se deve a dois fatores básicos, segundo os técnicos da CEE: a entrada no mercado de trabalho de uma população ativa de jovens e mulheres estimada em 2,3 milhões de pessoas e o reduzido aumento da oferta de novas colocações, em conseqüência da recessão provocada, em grande parte, pelos dois choques do petróleo.

Os jovens de menos de 20 anos representam, hoje, cerca de 41% de todo o contingente de desempregados na Europa, embora apenas 20% da população ativa total.

Mais do que os jovens, as mulheres que passaram a reivindicar emprego vêm pesando consideravelmente no mercado de trabalho.

Segundo o estudo da CEE, no decorrer da década de 70, a população ativa feminina em idade de trabalhar, entre 25 e 29 anos, que passou a reivindicar emprego, passou de 45 para 57% do total da mão-de-obra ativa da CEE.

Nota-se também que não aumentou muito o número de mulheres mais jovens (até 24 anos) e mais velhas (depois de 60 anos) se registrando como desempregadas. Isso, porém, não atenuou o fenômeno. De fato, a taxa de desemprego feminino nos últimos cinco anos aumentou 13% na Itália, 15% na Bélgica, 8% na França, embora tenha caído de 6,5 para 4% na Inglaterra.

Ao crescimento da população ativa de mais de 2 milhões de pessoas em 1981 contrapõe-se uma quase-estagnação de novas ofertas de emprego. Praticamente apenas o setor de serviços vem criando novos empregos, por força de uma política que visa basicamente absorver a população ociosa. O emprego na agricultura continua declinando lentamente, ao contrário do que ocorre na indústria. Entre 1976 e 1981 a indústria têxtil perdeu 8,8 milhões de empregos, a metalúrgica 8,2 milhões, a automobilística e construção naval 6,3 milhões de empregos. O setor mais atingido, porém, foi o ♦

Comentário

Desemprego na Europa

OCDE – níveis do desemprego

	1980	1981	1982
América do Norte	8,40	9,00	10,75
OCDE européia	11,40	11,25	16,00
Quatro maiores países europeus	5,90	7,75	8,75
Total da OCDE	21,40	25,00	28,25

Fonte: OECD Economic Outlook, *Dec. 1981.*

siderúrgico, com uma redução de 1/3 dos empregos, desde 1974, com ênfase especial na Grã-Bretanha, na França e na Bélgica.

Na luta contra o desemprego, os países da comunidade adotaram sistemas de auxílio que podem ser classificados em três categorias:

- *os auxílios tributáveis, dedutíveis do imposto de renda, com uma percentagem fixa sobre o lucro bruto. Dinamarca, Holanda e Luxemburgo adotam este sistema;*

- *os auxílios não-tributáveis, também com um percentual fixo sobre o lucro bruto (Bélgica) ou lucro líquido (RFA);*

- *auxílios optativos mas não-tributáveis. Este sistema é aplicado na França, na Itália, na Irlanda e na Grã-Bretanha.*

Estima-se que um operário solteiro desempregado receba em média 60% de sua remuneração líquida anterior, e para o casado 50 a 60% na Inglaterra e França, mas ultrapassa a 80% na Dinamarca, na Irlanda, em Luxemburgo e na Holanda.

As pessoas casadas com dois filhos recebem em média 66% do último salário de empregado. Em geral, os auxílios são maiores para as pessoas de salários mais baixos.

Para os jovens desempregados, os governos oferecem cursos especiais de extensão nas próprias escolas ou mesmo dentro das próprias empresas. Também se busca adaptar o ensino às necessidades do mercado. A Alemanha chega a dedicar 50% do total aplicado na luta contra o desemprego sob a forma de estágios e reciclagem dos estudantes. Todos os sistemas de auxílio, com exceção do preparo de estudantes, são considerados soluções pouco eficazes. Bélgica, França, Irlanda, Holanda e a Grã-Bretanha distribuem às empresas auxílios para a criação de empregos.

Alguns países estão adotando medidas mais drásticas, como a Bélgica e a França, que reduziram a jornada semanal de trabalho. A Inglaterra, como outros países, está estimulando a aposentadoria antecipada. Entre todos os países destaca-se o exemplo da França, que mais recentemente vem tentando definir uma política econômica global com base na luta contra o desemprego e, nesse sentido, está propondo que a próxima reunião da OCDE, em maio, se concentre no debate desse tema.

Outros países, como a Holanda, acham que, pelo menos por enquanto, será preciso continuar convivendo com alguma taxa de desemprego, tentando impedir que se dê a esse problema importância maior do que realmente tem. ♦

Ditado por Alberto Tamer *(correspondente de* Conjuntura *em Londres)*

nº 3

TESES EPGE

T 03 EPGE JOÃO LUIZ MASCOLO TESES

UM ESTUDO ECONOMÉTRICO DA PECUÁRIA DE CORTE NO BRASIL.

162 p.

Veja e compre nas Livrarias da FGV

Ou peça pelo Reembolso Postal: A FGV/Editora - Divisão de Vendas - Caixa Postal 9052 - CEP 20.000 - Rio de Janeiro - RJ



Novos exemplares: edição 1980

O Correio da Unesco Encadernado

10 n.ºs simples e 1 n.º duplo / cada coleção Cr$ 1.500

Se você é comprador assíduo ou, melhor ainda, assinante recente de **O Correio da Unesco,** não perca a oportunidade para completar sua coleção dessa revista que deixa você "por dentro do mundo". Estão à venda, pela Fundação Getulio Vargas, reedições e números atrasados em coleções anuais encadernadas, com capa dura revestida de percaline verde e gravação a ouro. Foram muitos os pedidos das coleções até 1979, que logo se esgotaram. Mas já há disponível a de 1980. Reserve logo seu exemplar.

Uma bela sugestão de presente para qualquer ocasião.

Mande hoje mesmo o cupom abaixo, preenchido à máquina ou com letra de forma.

Não mande dinheiro agora.

Você só paga quando receber as coleções na agência dos Correios mais próxima do seu endereço.

Se prefere não recortar a revista, mande carta ou xerox.

À FGV Editora
Divisão de Vendas
Caixa Postal 9.052
20.000 - Rio de Janeiro - RJ

Caso não tenha feito ainda sua assinatura de **O Correio da Unesco** ou queira presentear com ela um amigo, este é o momento de matar dois coelhos de uma só cajadada. Basta enviar vale postal ou cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, no endereço acima.

FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Solicito enviar-me pelo Reembolso Postal..... coleção(ões) encadernada(s) de **O Correio da Unesco de 1980.**

Nome _____

End. _____

Cep _____ Cidade _____ Estado _____

_____

Assinatura

DELFIN
CADERNETA DE POUPANÇA

DELFIN S.A.
Crédito Imobiliário

Sede: Av. Paulista, 1159 - 17º andar, São Paulo
Inscrição nº 8 no Banco Nacional da Habitação
Carta Patente nº A-2868/66 de 24/01/1967 do
Banco Central do Brasil
C.G.C. 61.648.853/0001-29

FILIADA A

INTERNATIONAL UNION OF BUILDING SOCIETIES AND SAVINGS ASSOCIATIONS

BALANCETE LEVANTADO EM 26 DE FEVEREIRO DE 1982

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	57.565.820.992,00	**CIRCULANTE E EXIGÍVEL À LONGO PRAZO**	54.347.507.692,53
Disponivel	1.772.679.206,48	Recursos de Terceiros	53.333.131.214,21
Aplicações Imobiliárias	53.214.699.658,93	Credores Diversos e Provisões	1.014.376.478,32
Bens e Outros Créditos	2.578.442.126,59		
PERMANENTE	1.996.398.004,19	**NÃO EXIGÍVEL**	4.570.174.766,26
Investimentos	21.519.179,92	Capital Social	1.623.107.922,00
Imobilizado	1.974.878.824,27	Reservas e Fundos	2.696.433.016,36
		Lucros Acumulados	250.633.827,90
CONTAS DE RESULTADO	1.475.766.024,44	**CONTAS DE RESULTADO**	2.120.302.561,84
TOTAL DO ATIVO	61.037.985.020,63	**TOTAL DO PASSIVO**	61.037.985.020,63

HERMÍNIO MARQUES BONAFÉ
Téc. Cont. CRC-SP 74.592 "S" RJ
C.P.F. 391.109.158-34

DELFIN
CADERNETA DE POUPANÇA

DELFIN RIO S.A.
Crédito Imobiliário

Sede: Rua Humaitá, 275 - Rio de Janeiro
Inscrição nº 2 no Banco Nacional da Habitação
Carta Patente nº A-69/1340 de 28/04/1969 do
Banco Central do Brasil
C.G.C. 33.923.848/0001-41

FILIADA A

INTERNATIONAL UNION OF BUILDING SOCIETIES AND SAVINGS ASSOCIATIONS

BALANCETE LEVANTADO EM 26 DE FEVEREIRO DE 1982

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	50.868.239.496,94	**CIRCULANTE E EXIGÍVEL À LONGO PRAZO**	50.044.213.964,39
Disponivel	1.575.209.662,43	Recursos de Terceiros	47.135.718.407,78
Aplicações Imobiliárias	42.947.396.912,45	Credores Diversos e Provisões	2.908.495.556,61
Bens e Outros Créditos	6.345.632.922,06		
PERMANENTE	2.455.000.129,18	**NÃO EXIGÍVEL**	3.256.597.129,51
Investimentos	39.407.504,76	Capital Social	1.073.997.822,00
Imobilizado	2.415.592.624,42	Reservas e Fundos	1.840.520.731,56
		Lucros Acumulados	342.078.575,95
CONTAS DE RESULTADO	991.635.652,95	**CONTAS DE RESULTADO**	1.014.064.185,17
TOTAL DO ATIVO	54.314.875.279,07	**TOTAL DO PASSIVO**	54.314.875.279,07

JOAQUIM DE JESUS AQUINO DOURADO
Téc. Cont. CRC-RJ 17.956.4 "S" SP 1319
C.P.F. 098.956.477-00

Sistema financeiro

Permanecerão como centro de atenções, quer por parte do Governo, quer por parte dos outros agentes econômicos, as preocupações relativas ao comportamento do setor externo, uma vez que os desequilíbrios das contas deste setor tem-se constituído, de forma restrita, no principal fator condicionante na escolha de um curso adequado de decisões tanto do Governo, quanto do setor privado. Particularmente, no sistema financeiro, o comportamento da taxa de juros, da expansão monetária e creditícia, entre outros, são fatos que dependerão muito do que eventualmente ocorrer no mercado externo e não apenas das programações já concluídas internamente.

A evolução da taxa de juros e das contas monetárias poderão implicar alterações da estrutura do mercado financeiro. Assim, o início de 1982 confirma a ampliação das operações passivas e ativas extrabancárias, cujo crescimento em 1981 foi excepcional. Observe-se, por exemplo, que o incremento dos haveres não-monetários tem registrado taxas reais e nominais inéditas na história do mercado financeiro.

O mercado de haveres não-monetários

Em janeiro, o saldo dos haveres não-monetários atingiu Cr$8,8 trilhões, traduzindo-se em crescimento de 10,7% no mês e 178,8% nos últimos 12 meses.

Com isto, a participação dos haveres não-monetários no total dos haveres existentes atinge 79,2%. A magnitude do mercado não-monetário tem sido reflexo da expansão da dívida pública interna, bem como pelo fato de que a expansão da captação de recursos através de instrumentos a prazo tem superado, e de muito, as operações comerciais de crédito ao setor privado. A questão crucial, no momento, é se no decorrer do ano, permanecerão condições favoráveis ainda, para que haja expansão significativa dos saldos destes haveres. Ao que tudo indica, mesmo que as taxas de juros permaneçam elevadas, o crescimento dos haveres não-monetários não poderá apresentar expansão idêntica ou superior à ocorrida em 1981.

Naquele ano, conquanto o nível de renda não tenha apresentado crescimento, a expansão dos ativos financeiros deu-se em grande parte pelo aumento da intermediação financeira, cujo decréscimo no ano anterior foi devido à fixação da correção monetária e das taxas de juros em percentuais tão abaixo do nível da inflação. Para este ano, não se pode prever forte aumento do nível de renda; aumentos das taxas reais de juros seriam absurdos, o estoque de ativos não-monetários já se encontra por demais elevado (a relação entre estes haveres e o nível do produto – 30% – nunca foi registrada antes); por conseguinte, a captação de recursos via instrumentos não-mone-

Tabela 1 – Sistema financeiro – haveres totais

Fim de período	Monetários (Cr$ milhões)							Não monetários (Cr$ bilhões)	Haveres financeiros (Cr$ bilhões)	
	Papel-moeda em poder do público	Depósito a vista					Total	Total	Total	Total exceto dívida pública federal
		Banco do Brasil	Bancos comerciais	Caixa Econ. Federal	Caixas estaduais	Total				
1981 – Jan.	263.188	156.168	814.004	31.051	29.246	1.030.469	1.293.657	3.157	4.451	3.546
Out.	388.621	257.060	1.195.747	45.638	45.942	1.544.387	1.933.008	6.913	8.846	6.350
Nov.	398.572	292.767	1.315.394	50.210	48.438	1.706.809	2.105.381	7.351	9.456	6.719
Dez. p	500.463	295.851	1.569.265	52.877	55.011	1.973.004	2.473.467	7.953	10.426	7.338
1982 – Jan. p	499.902	307.010	1.389.979	60.028	57.635	1.814.652	2.314.554	8.803	11.117	7.701
Variação (%) em 12 meses	89,9	96,6	70,8	93,3	97,1	76,1	78,9	178,8	149,8	117,2

p – provisório.

Fonte: *Boletim do Banco Central do Brasil.*

Tabela 2 — Sistema financeiro — haveres não-monetários, em detalhe

A. Total e depósito de poupança — Cr$ milhões

Fim de período	Total geral	Depósito de poupança				
		Caixa Econ. Federal	Caixas econ. estaduais	Soc. créd. imob.	APE's	Total
1981 — Jan.	3.157.258	488.793	194.987	364.957	61.771	1.110.508
Out.	6.912.665p	965.503	373.080p	838.154p	121.819p	2.298.556
Nov.	7.350.718p	980.794p	385.522p	863.352p	124.089p	2.353.757
Dez. p	7.952.646	1.004.409	397.667	925.728	132.853	2.460.657
1982 — Jan. p	8.802.642	1.186.336	464.234	1.099.634	124.951	2.875.155
Variação (%) em 12 meses	178,8	142,7	138,1	201,3	102,3	158,9

B. Depósitos a prazo fixo — Cr$ milhões

Fim de período	Banco do Brasil*	Bancos comerciais	Bancos de investimento	Bancos estaduais de desenvolvimento*	Total
1981 — Jan.	743	222.076	446.449	15.485	684.753
Out.	75.209	423.163	765.823p	65.588	1.329.783p
Nov.	85.336	466.630p	787.064p	74.868	1.413.898p
Dez.	92.136	493.899	825.900	79.485	1.491.422
1982 — Jan. p	95.627	521.957	827.600	81.024	1.526.208
Variação (%) em 12 meses	12.770,4	135,0	85,4	423,2	122,9

* Compunham a antiga coluna "outros".

C. Títulos públicos — Cr$ milhões

Fim de período	Dívida federal					Dívida estadual e municipal
	ORTN		LTN		Total	
	BCB	Público	BCB	Público		
1981 — Jan.	166.604	460.546	68.223	209.052	904.425	159.868
Out.	478.835	1.210.908	127.037	679.126	2.495.906	355.535
Nov.	506.219	1.326.515	154.333	749.599	2.736.666	386.514
Dez. p	655.266	1.330.720	303.306	799.070	3.087.930	413.092
1982 — Jan. p	609.625	1.542.015	365.181	899.763	3.416.584	413.092
Variação (%) em 12 meses	265,9	234,8	435,3	330,4	277,8	158,4

tários só poderá crescer marginalmente no ano de 1982.

Comportamento em janeiro

Não obstante, o crescimento nominal dos haveres não-monetários em janeiro foi bastante acentuado. Porém diversos fatores explicam tal comportamento. Primeiramente, há de se considerar que em janeiro são creditados nas contas de depósitos de poupança os juros e correção monetária relativos ao último trimestre de 1981, o que explica o crescimento do saldo daqueles depósitos, da ordem de 16,8% em janeiro. Note-se que a correção monetária mais juros aplicados aos depósitos foi de 19%. Não se pode inferir, entretanto, que o volume de saques tenha superado o de depósitos, uma vez que os juros e correção monetária incidem de forma integral apenas sobre uma parte dos depósitos (menor saldo do trimestre para as contas que não sofreram retiradas, contas que já cumpriram o prazo de carência, etc.). A participação dos depósitos de poupança no total dos haveres não-monetários é de 32,7%; portanto as variações daqueles saldos afetam ponderavelmente a evolução desses haveres.

A expansão da dívida pública, no primeiro mês do ano, foi deliberada, em contrapartida à expansão exagerada do ativo das autoridades monetárias. Pelas razões já expostas, a expansão do saldo de títulos do Governo em circulação tende a diminuir. Com isto, o Banco Central deverá promover maior movimentação de sua carteira, através dos *go-arounds* ou de operações tradicionais, de compra e venda de títulos no mercado secundário, restando ao mercado primário a função de rolar a dívida existente.

Sistema financeiro

D. Letras – Cr$ milhões

Fim de período	De câmbio	Imobiliárias		
	Financeiras	BNH	Soc. créd. imob.	Total
1981 – Jan.	281.208	1.751	14.745	16.496
Out.	408.028	2.806	22.051p	24.857p
Nov.	434.758	2.808	22.317p	25.125p
Dez. p	471.306	4.617	23.622	28.239
1982 – Jan. p	542.881	4.617	24.105	28.722
Variação (%) em 12 meses	93,1	163,7	63,5	74,1

p – provisório.
Fonte: *Boletim do Banco Central do Brasil.*

Tabela 3 – Empréstimos totais do sistema financeiro ao setor privado – Cr$ milhões

Fim de período	Sistema monetário			Sistema não monetário	Total geral
	Banco do Brasil	Bancos comerciais	Total		
1981 – Jan.	1.221.020	1.808.771	3.029.791	3.314.328	6.344.119
Out.	1.728.875	3.176.353	4.905.228	6.293.276p	11.198.504p
Nov. p	1.791.812	3.359.869	5.151.681	6.556.904	11.708.585
Dez. p	2.025.289	3.555.900	5.581.189	6.753.120	12.334.309
1982 – Jan. p	2.002.722	3.750.075	5.752.797	7.545.973	13.298.770
Variação (%) em 12 meses	64,0	107,3	89,9	127,7	109,6

p – provisório.
Fonte: *Boletim do Banco Central do Brasil.*

Tabela 4 – Empréstimos do sistema não monetário – detalhamento por emprestadores finais – Cr$ milhões

A. Financeiras e bancos de investimento

Fim de período	Financeiras			Bancos de investimento		
	Oficiais estaduais	Privadas	Total	Estaduais	Privados	Total
1981 – Jan.	22.422	310.259	332.681	19.243	664.897	684.140
Out.	32.857	463.753	496.610	34.024	1.217.765	1.251.789
Nov. p	36.075	509.170	545.245	36.032	1.289.621	1.325.653
Dez. p	38.587	544.625	583.212	37.545	1.343.785	1.381.330
1982 – Jan. p	40.465	572.628	613.093	39.418	1.385.199	1.424.617
Variação (%) em 12 meses	80,5	84,6	84,3	104,8	108,3	108,2

A necessidade de controle de expansão da base monetária, levando o Banco Central a promover colocações maciças de papéis no mercado, implicou elevações das taxas de juros para os financiamentos de posições por um dia (overnight) no mercado aberto, onde as taxas chegaram a alcançar médias de mais de 11% ao mês (equivalente a 250% ao ano).

Banco do Brasil perde RDB

A captação de recursos através de RDB do Banco do Brasil, em janeiro, praticamente nem pode ser comparada com os últimos meses de 1981. Ao contrário, em termos reais essa modalidade de depósitos a prazo sofreu queda em janeiro e provavelmente nos primeiros meses do ano continuará a apresentar comportamento idêntico, uma vez que ainda não se iniciaram as colheitas, e grande parte da atuação do banco está ligada ao setor agrícola.

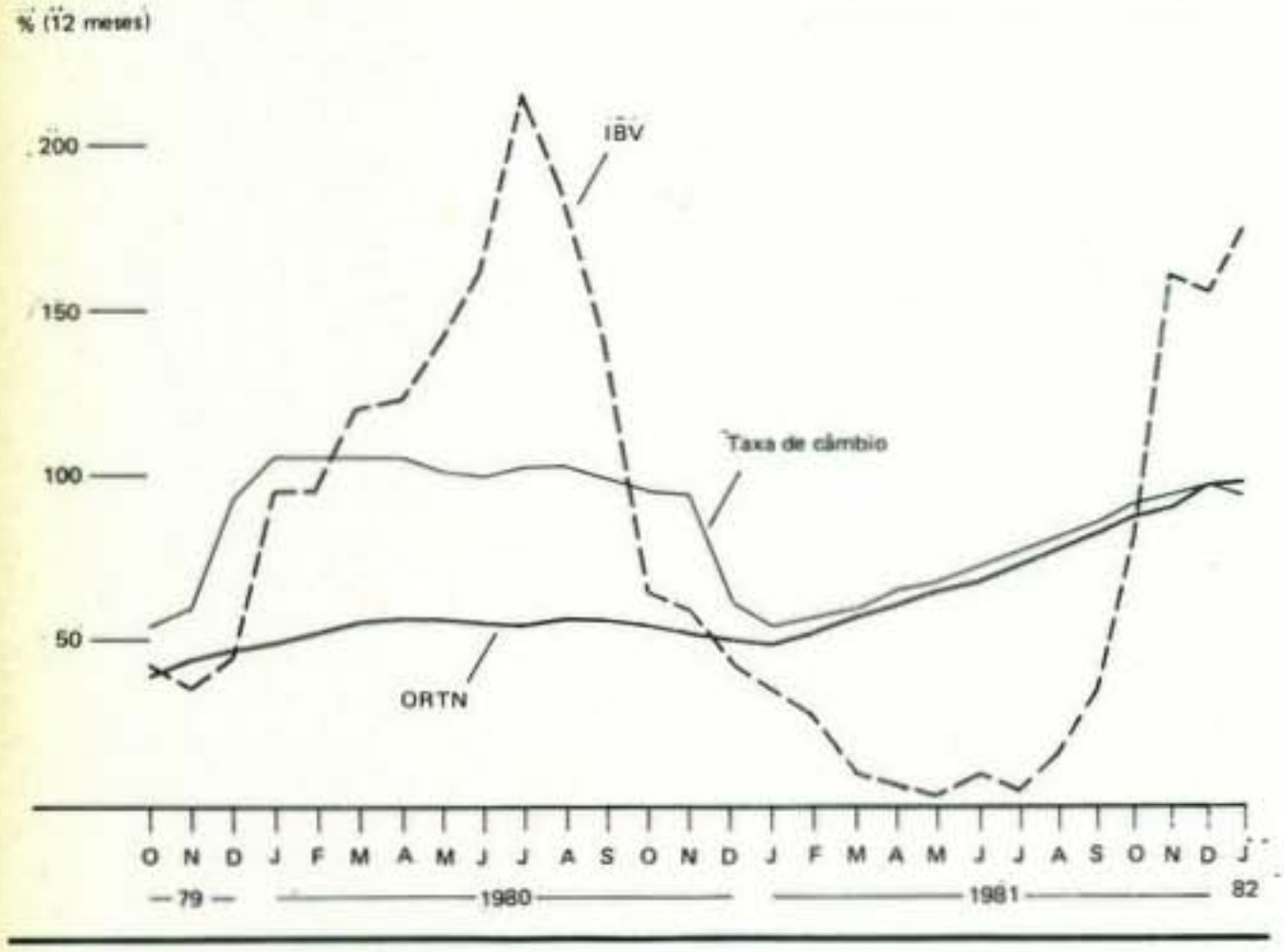
Até recentemente, o setor privado não demandava com grande freqüência empréstimos ou financiamentos com cláusula de correção monetária pós-fixada, fosse em função dos níveis das taxas de juros, fosse em função da maior prodigalidade de créditos e repasses a custos financeiros baixos. Com a reversão deste quadro, o mercado de debêntures tem-se firmado bastante, e suas taxas de juros têm subido, chegando a níveis de 15% ao ano mais correção monetária. Entretanto, uma restrição deste segmento do mercado que dificulta sua maior expansão é a ausência de um mercado secun-

Sistema financeiro

B. Bancos de fomento – Cr$ milhões

Fim de período	BNDE Total líquido	Bancos estaduais de desenvolvimento	PIS (CEF)	BNCC
1981 – Jan.	414.991	200.705	12.845	20.184
Out.	751.284	384.529	17.625	56.319
Nov. p	798.704	406.294	19.017	58.594
Dez. p	831.137	429.290	23.505	70.164
1982 – Jan. p	889.691	459.431	18.459	70.318
Variação (%) em 12 meses	114,4	128,9	43,7	248,4

Comparação, em período de 12 meses, das variações do IBV, ORTN e da taxa de câmbio



dário amplo; praticamente só participam do mercado de debêntures os investidores institucionais, instituições financeiras e outras pessoas jurídicas. Ademais, ao mercado de debêntures, ainda falta uma infra-estrutura de apoio técnico mais efetivo, a exemplo de outros mercados como o de ações e outros títulos de renda fixa.

Custo do dinheiro

O problema fundamental relacionado ao crédito não é o da disponibilidade de recursos, e sim o alto custo do dinheiro. Segundo alguns levantamentos efetuados, as taxas efetivas de juros, computando-se o imposto sobre as operações de financeiras e as chamadas "reciprocidades", situam-se na faixa de 147% ao ano nas operações dos bancos de investimento; 266% ao ano para os descontos de duplicatas nos bancos comerciais, e 268% ao ano nas operações de crédito direto ao consumidor. Há de se notar que o nível elevado das taxas de juros não é devido apenas ao custo elevado da captação e ao imposto sobre as operações financeiras; o *spread* apropriado pelos intermediadores financeiros é significativo. Isto origina grande defasagem entre o custo dos empréstimos externos (aproximadamente 130% ao ano) e o dos empréstimos internos. Não se pode portanto atribuir apenas à conjuntura internacional o elevado custo do crédito interno. As restrições institucionais que procuram evitar as reciprocidades praticamente têm obtido pouco sucesso. Ante a dificuldade de se controlarem os procedimentos de negociação dos empréstimos, fica impraticável comprovar por exemplo a vinculação entre saldos médios de clientes, contratos de seguro, etc. com os empréstimos deferidos pelas instituições.

C. Instituições de poupança e habitação — Cr$ milhões

Fim de período	Sociedades de crédito imobiliário			Assoc. poupança e empréstimo	Caixas econômicas		BNH Total líquido
	Oficiais	Privadas	Total		Federal	Estadual	
1981 — Jan.	29.830	500.925	530.755	180.584	526.406	206.171	204.866p
Out.	61.406	989.619	1.051.025p	357.968	1.045.993	445.744p	434.390p
Nov. p	65.133	995.446	1.060.579	361.767	1.073.307	458.785	448.959
Dez. p	66.389	1.014.635	1.081.024	373.405	1.100.623	471.825	458.219
1982 — Jan. p	78.073	1.237.268	1.315.341	439.996	1.294.502	477.395	543.130
Variação (%) em 12 meses	161,7	147,0	147,8	143,7	145,9	131,6	165,1

p — provisório. Fonte: *Boletim do Banco Central do Brasil.*

Tabela 5 — Letras do Tesouro Nacional (LTN)

A. Mercado primário

Período	Colocações em leilão (Cr$ milhões)		Taxas no último leilão do mês			Saldo c/o público s/LTN total (%)
	Brutas	Líquidas*	91 d.	182 d.	365 d.	
1981 — Jan.	64.000	18.500	47,50	45,55	40,50	75,4
Out.	184.000	66.000	64,05	57,75	47,80	84,2
Nov.	230.000	98.000	64,05	56,90	47,69	82,9
Dez.	360.000	198.000	60,41	53,44	45,29	72,5
1982 — Jan.	300.000	163.000	57,92	53,37	45,57	71,1

* Corresponde a colocações brutas menos resgates.

B. Mercado secundário

Período	Transações diárias		Coeficiente de rotatividade em dias[2]	Taxas médias de desconto (% a.a.) (por maturidade)	
	Vendas líquidas do BCB[1] (Cr$ milhões)	Taxa média de financiamento (% a.a.)			
1981 — Jan.	3.069	61,84	0,69	59,21	61,84
Out.	1.769	85,37	2,02	65,44	62,77
Nov.	3.242	80,06	1,25	72,42	66,94
Dez.	–5.159	89,82	1,03	69,83	63,51
1982 — Jan.	–5.330	99,00	0,83	68,68	60,95

[1] Corresponde ao fluxo de vendas totais menos as compras efetuadas.

[2] Resulta da razão entre duas vezes a dívida total em LTN e as transações totais por dia.

Fonte: *Boletim do Banco Central do Brasil* (dados brutos).

O mercado de crédito direto ao consumidor desde algum tempo vem decrescendo paulatinamente. Diversos fatores têm atuado em conjunto e ao mesmo tempo neste sentido atualmente: por um lado, o nível das taxas de juros, de outro as restrições à expansão dos empréstimos das financeiras. Com isto, mesmo que em alguns meses sazonalmente se tenham registrado crescimentos significativos, provavelmente, o mercado de crédito ao consumidor, em média, decrescerá em termos reais, ou quando muito apresentará crescimento irrisório relativamente a outros segmentos do mercado financeiro em 1982, a exemplo do ano passado. Medida pouco eficaz se revela a ampliação do prazo de financiamentos de 12 para 24 meses, ao tempo em que se registra elevado custo real destes financiamentos. Para o mutuário, uma avaliação mais cuidadosa dessas condições o levará a postecipar sua compra ou, no mínimo, a concluir que quanto menor o prazo do financiamento menores se tornam os encargos financeiros do empréstimo. A aceitação de uma taxa elevada por um período de dois anos é bastante arriscada, caso a expectativa seja de que as taxas declinarão neste período.

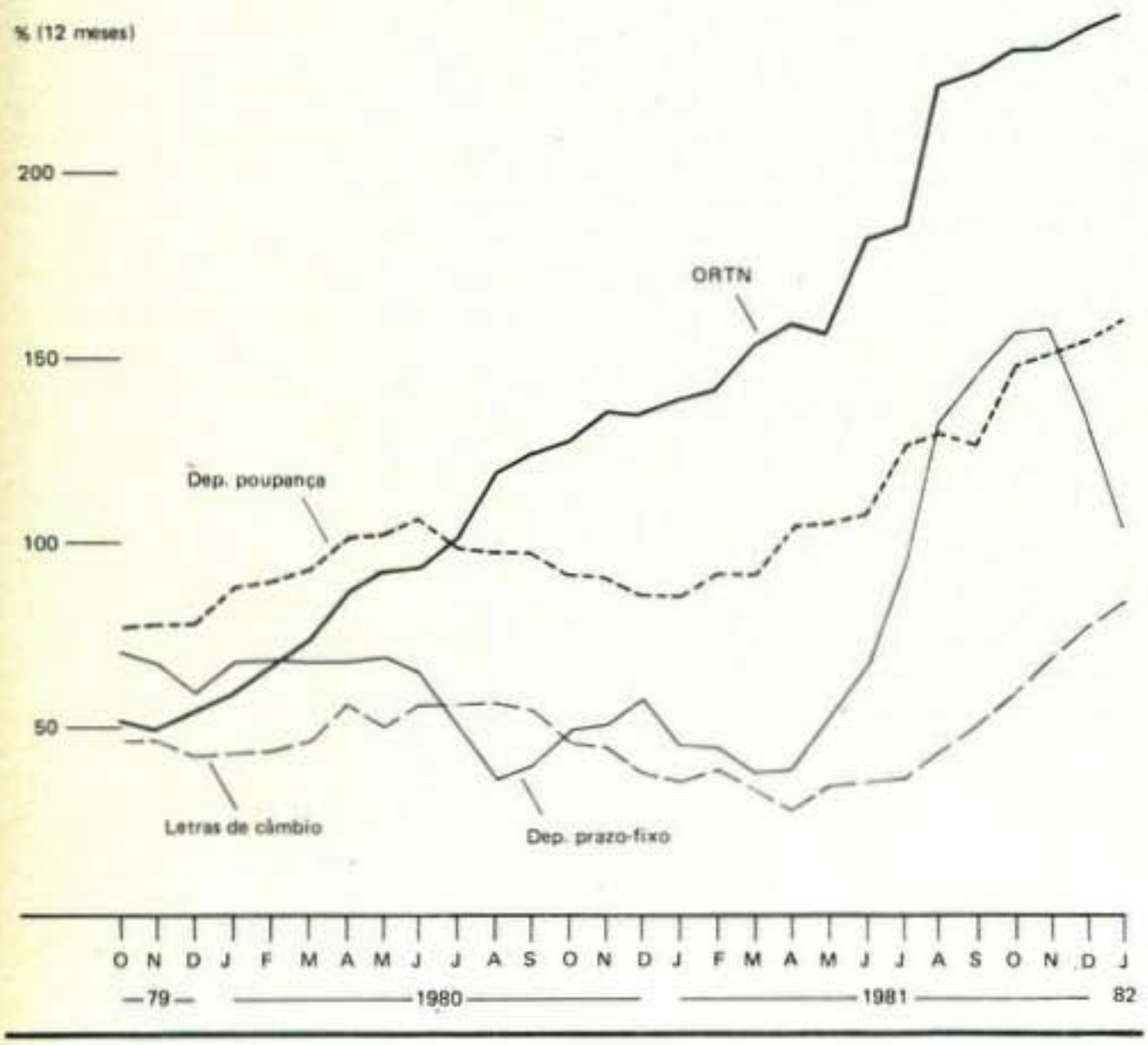
Sistema financeiro

Tabela 6 — Mercado de letras de câmbio — Cr$ milhões

Período	Operações ativas		Operações passivas		Taxas praticadas em % a.m. no Rio de Janeiro[3]	
	Aplicações líquidas[1]	Saldo (fim de período)	Aceites líquidos[2]	Saldo (fim de período)	Para o mutuário	Para o poupador
1981 — Jan.	8.791	314.776	6.639	281.208	8,92	5,25
Out.	28.841	491.776	26.227	408.028	10,35	5,87
Nov. p	17.976	509.752	26.730	434.758	9,73	5,45
Dez. p	35.496	345.248	36.548	481.306	9,89	5,52
1982 — Jan. p					9,95	5,82
Variação (%) em 12 meses					—	—

[1] Saldo líquido de aplicações menos liquidações. [2] Saldo líquido de aceites menos resgates.
[3] Taxas de crédito ao consumidor (veículos novos) e letras de câmbio de 360 dias.
p — provisório. Fonte: *Boletim do Banco Central do Brasil.*

Variações percentuais, em períodos de 12 meses



De outro lado, o aumento do limite de expansão dos empréstimos das financeiras para 80% não altera significativamente a situação vigente no ano anterior.

Enquanto no ano passado era facultado às financeiras a opção pelo aumento de até 50% sobre os valores líquidos emprestados, ou até 70% em termos brutos, computando-se os juros, para este ano, as operações sujeitas a teto estão restritas apenas à expansão máxima de 80%, computando-se obrigatoriamente os juros. Em face dos elevados juros, a expansão daquele percentual não chegará a significar melhores condições para o setor.

Poupança e habitação — mutuários apertados

Mesmo subestimando-se a correção monetária em 12 meses correspondente a jul. 82, a prestação da casa própria, para um financiamento de 3.500 UPC, deverá

Tabela 7 — Valores sujeitos a correção monetária

A. Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN)

Meses	Cr$	Variações (%)		
		Em 12 meses	No ano	No último mês
1981 — Mar.	825,83	56,66	16,86	6,50
Abr.	877,86	60,59	24,22	6,30
Mai.	930,53	64,16	31,67	6,00
Jun.	986,36	68,28	39,57	6,00
Jul.	1.045,54	72,85	47,95	6,00
Ago.	1.108,27	77,54	56,82	6,00
Set.	1.172,55	82,01	65,92	5,80
Out.	1.239,39	86,78	75,38	5,70
Nov.	1.310,04	91,31	85,37	5,70
Dez.	1.382,09	95,57	95,57	5,50
1982 — Jan.	1.453,96	96,88	5,20	5,20
Fev.	1.526,66	96,88	10,46	5,00
Mar.	1.602,99	94,11	15,98	5,00

B. Unidade Padrão de Capital (UPC)

Trimestre	Cr$	Variações (%)		
		Em 12 meses	No ano	No trimestre
1980				
II — Abr./jun.	546,64	55,96	27,48	12,06
III — Jul./set.	604,89	55,06	41,07	10,66
IV — Out./dez.	663,56	54,75	54,75	9,70
1981				
I — Jan./mar.	738,50	51,38	11,29	11,29
II — Abr./jun.	877,86	60,59	32,30	18,87
III — Jul./set.	1.045,54	72,85	57,57	19,10
IV — Out./dez.	1.239,39	86,78	75,38	18,54
1982				
I — Jan./mar.	1.453,96	96,88	17,31	17 ,31

Fonte: *Boletim do Banco Central do Brasil.*

ultrapassar Cr$90 mil. Considerando-se a parda de poder aquisitivo da classe média, e ainda o nível de desemprego, os encargos com moradia, fora de dúvida, serão graves problemas nos orçamentos domésticos, uma vez que para assumir tal encargo a renda média familiar disponível deveria se situar em torno de Cr$270 mil, supondo-se gastos como moradia em 1/3 de renda. Obviamente os dados do último censo estão a comprovar que, da população economicamente ativa, este nível de renda é privilégio de poquíssimas famílias. Se atualmente o número de financiamentos com prestações em atraso já é elevado, após julho a situação poderá agravar-se.

Em função disto, de acordo com o que se veicua pela imprensa, o BNH prepara um conjunto de medidas com vistas a alterar a sistemática de reajustes das prestações devidas ao SFH a partir de julho próximo. Assim, os reajustes seriam subdivididos, para reduzir o impacto da correção sobre o valor das prestações.

Há de se notar, entretanto, que a defasagem entre a renda real dos mutuantes do SFH e os seus encargos é um problema difícil, se não impossível, de ser equacionado no âmbito do próprio SFH. Distribuir os impactos da correção ao longo do tempo, significa postergar por período curto de tempo o problema, uma vez que a maioria dos mutuantes aufere renda nominal fixa, reajustável duas vezes por ano, quando não apenas uma vez. A não aplicação do reajuste integral da correção sobre as prestações implica subsidiar os financiamentos, uma vez que sobre as operações passivas do sistema incide correção integral. Aplicar uma correção parcial sobre as fontes de recursos acarretaria afluxo de recursos deste setor para outros mais rentáveis. E assim por diante. Portanto, a solução para este problema implica alterações de outras variáveis, que a curto prazo dificilmente serão modificadas.

Tabela 8 – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Cr$ milhões

Período	Fluxos no período				Saldos em fim de período			
	Arrecad. bruta	Ressarcimentos	Arrecad. líquida	%	Arrecad. bruta	Ressarcimentos	Arrecad. líquida	%
	1	2	3	2/1	4	5	6	5/4
1981 – Jan.	18.127	11.949	6.178	65,9	425.631	228.836	196.795	53,8
Out.	33.685	29.888	3.797	88,7	673.988	389.285	284.703	57,8
Nov.	29.594	23.535	6.059	79,5	703.582	412.820	290.762	58,7
Dez.	25.554	14.588	10.966	57,1	729.136	427.408	301.728	58,6
1982 – Jan.	35.439	27.478	7.961	77,5	764.575	454.886	309.689	59,5
Variação (%) em 12 meses	95,5	130,0	28,9		79,6	98,8	57,4	

p – provisório. Fonte: *Boletim do Banco Central do Brasil.*

Problemas de estoque

Além desta situação, o mercado imobiliário poderá enfrentar outros distúrbios. Segundo relatório da Equipe Levantamentos e Pesquisa, referente ao ano passado, os maciços lançamentos de edifícios residenciais em 1980 – quando da pré-fixação da correção monetária bastante aquém da evolução dos preços – superaram o nível da procura, aumentando os estoques de moradias à venda e reduzindo seus preços.

Segundo o relatório, o número de edifícios de apartamentos lançados em São Paulo, em 1981, bateu o recorde: 603 (em 1980 foram lançados 427), dos quais 446 – compreendendo 33.459 novas unidades habitacionais à venda – somente na capital, correspondendo a um aumento de 42% no número de edifícios e 88% de aumento de unidades no ano. Em 1981, encontravam-se 1.012 edifícios em fase de vendas, contra 738 em 1980, com as vendas nos lançamentos registrando um índice de 28,41%, abaixo dos 33,11% do ano anterior. Os pre-

Tabela 9 – Mercado de ações – evolução dos principais indicadores

A. Volumes negociados – jan. 82

Operações	BVRJ		BVSP	
	Cr$ mil	Títulos mil	Cr$ mil	Títulos mil
A vista	10.560.439	1.966.205	10.369.246	3.101.493
A termo	567.149	105.465	420.620	199.808
A futuro	52.797.091	6.432.500	1.671.743	358.660
Opções	–	–	8.799.909	3.981.550
Total	63.924.679	8.504.170	21.261.518	7.641.511
Variação no último mês (%)	–23,24	–31,88	79,04	–29,94

B. Principais variações dos papéis negociados – fev. 82

Para mais	%
BVRJ:	
Sífico do Brasil PP	54,00
Petrobrás PN	49,00
Petrobrás PP	46,00
Unipar PA	45,00
BVSP:	
Copene PPA	81,00
Guararapes OPC23	58,00
Real Inv. PN	58,00
Paranapanema PP	56,00

Para menos	%
BVRJ:	
Brasiljuta PP	9,00
Telerj PE	8,00
BVSP:	
Bandeirantes PP	28,00
Bardella PP	28,00
Artex PP	15,00
Sudameris	14,00

ços por metro quadrado subiram apenas 80,38% no ano, alcançando em dezembro o metro quadrado um valor médio ponderado de Cr$46.111.

No setor de revendas de apartamentos em São Paulo, a oferta cresceu apenas 2,25% em relação a 1980, e os edifícios comerciais tiveram em 1981, o mais baixo nível da oferta dos últimos oito anos.

No que se refere aos loteamentos, os lançamentos foram reduzidos a 1/3 dos de 1980.

Na cidade do Rio de Janeiro foram lançados 452 edifícios residenciais, traduzindo-se em 31,39% a mais que em 1980, equivalendo a 13.627 unidades – 53,2% a mais do que em 1980. Os índices de vendas no lançamento decresceram de 48,43% para 37,89% em 1980 e no ano seguinte, respectivamente. O preço médio do metro quadrado aumentou 78,8%, alcançando Cr$43.731.

Tabela 10 — Mercado de ações — evolução dos principais indicadores

A. Índices

Período	IBV	Bovespa	IPBV
1981 — Fevereiro	11.630	8.821	1.006
Março	10.997	8.109	996
Abril	11.234	7.939	933
Maio	13.045	8.859	1.004
Junho	15.220	10.181	1.167
Julho	16.270	10.538	1.291
Agosto	17.975	11.519	1.345
Setembro	20.157	13.187	1.533
Outubro	23.933	15.312	1.701
Novembro	30.268	18.945	2.074
Dezembro	26.473	17.120	1.963
1982 — Janeiro	31.412	19.997	2.201
Fevereiro	37.234	23.271	2.677
Variação no último mês (%)	18,53	16,37	21,63
Variação em 12 meses (%)	220,15	163,81	166,10

B. Volumes negociados – fev. 82

Operações	BVRJ		BVSP	
	Cr$ mil	Títulos mil	Cr$ mil	Títulos mil
A vista	9.616.823	1.728.798	13.873.797	3.635.654
A termo	151.920	63.110	377.532	133.421
A futuro	49.119.275	5.210.250	2.313.474	218.320
Opções	–	–	8.091.885	4.181.850
Total	58.888.018	7.002.158	24.656.688	8.169.245
Variação no último mês (%)	–7,88	–17,66	15,97	6,91

Preocupações e programas do Governo

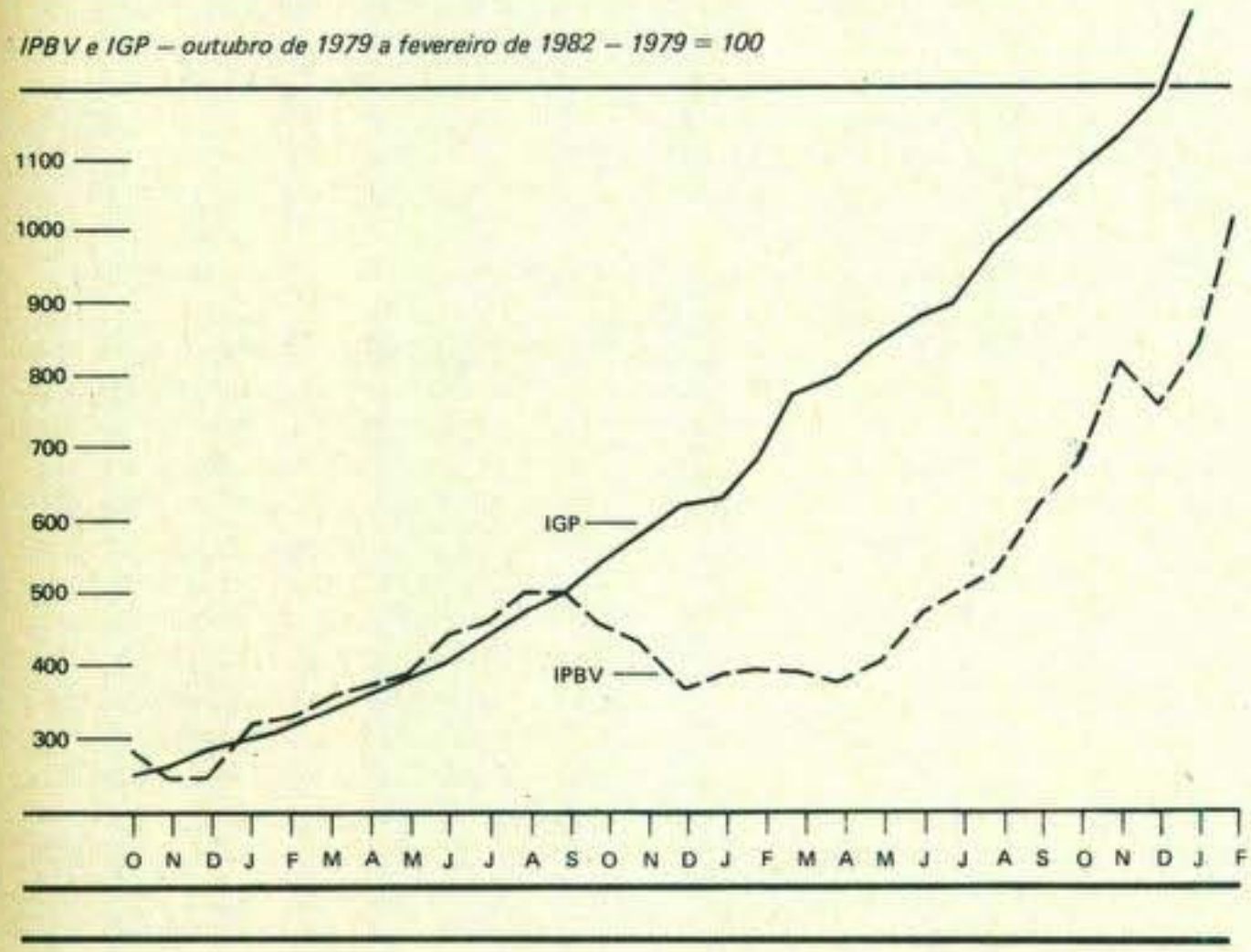
Para 1982, as aplicações de instituições oficiais (BNH, caixas econômicas) serão concentradas prioritariamente na área de interesse social, beneficiando compradores que demandam moradias de até 2.250 UPC. Embora o retorno destas aplicações seja menor do que os financiamentos acima deste limite, o que resulta em piores resultados financeiros para essas instituições, a construção de maior número de unidades habitacionais beneficiará maior número de pessoas, o que vem ao encontro da política do Governo.

Cerca de 10 mil empresas estão em débito com o BNH, ao deixarem de recolher em tempo os recursos do FGTS das contas de seus empregados. Perante essa situação, que perdura desde a criação do FGTS em 1966, foi expedida portaria do Ministério do Interior fixando 84 prestações como parcelamento do débito das empresas. O FGTS, juntamente com os depósitos de poupança constituem a principal fonte de recursos com que conta o setor habitacional. A perda de posição relativa do FGTS não pode ser atribuída ao volume de saques ou falta de abertura de novas contas, e sim ao acréscimo de dívidas de empresas que deixam de recolher o FGTS aos bancos depositários.

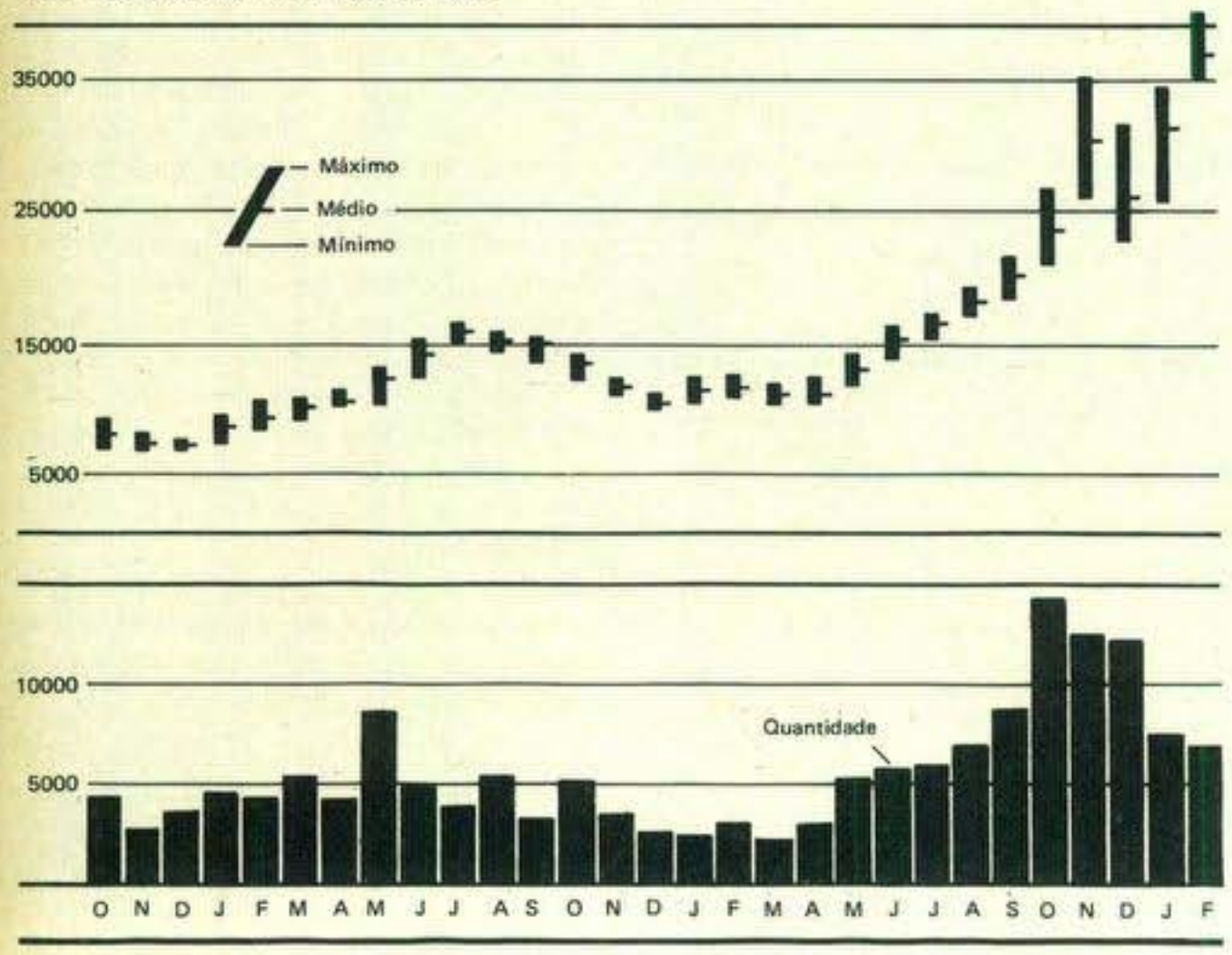
Com a finalidade de manter o titular da conta do FGTS atualizado quanto aos valores dos recolhimentos, a Lei n.º

Sistema financeiro

IPBV e IGP – outubro de 1979 a fevereiro de 1982 – 1979 = 100



IPBV – outubro 1979 a fevereiro de 1982



5.107 obriga o banco depositário a apresentar o extrato atualizado da conta individual. No caso do titular da conta não ser atendido quanto a essa exigência legal, deverá procurar a empresa, que também possui o referido extrato e, se também não for atendido, o empregado procurará seu sindicato para fim de mover ação contra o empregador, conforme o previsto no artigo 14 do regulamento do FGTS.

Mercado de ações

As duas principais bolsas do País iniciaram o ano de 1982 mantendo a tendência primária de alta, verificada em todo o exercício de 1981.

Os indicadores médios de rentabilidade mostram que as ações num período de 12 meses superaram, com boa margem, a inflação ocorrida.

O IBV, indicador que mede a rentabilidade da Bolsa do Rio, apresentou em janeiro, uma valorização de 175,76% com relação ao mês do ano anterior. O Bovespa, indicador da Bolsa de São Paulo, no mesmo período evoluiu em 127,81%.

Melhor *performance* foi apresentada em fevereiro, quando o IBV atingiu em sua máxima 40.119 pontos, apresentando uma rentabilidade anual da ordem de 220,15%, enquanto o Bovespa batia mais um recorde, com a máxima atingindo 24.738 pontos, e apresentava, em 12 meses, uma valorização de 163,81%.

C. Principais variações dos papéis negociados – fev. 82

Para mais	%
BVRJ:	
Unipar On	74,00
Unipar PN	65,00
Bco. Econômico	57,00
Nova América	42,00
BVSP:	
Sudameris PN	101,49
Real Part. PNBI	82,59
Telesp PE	56,00
Real Part. ONI	83,00

Para menos	%
BVRJ:	
Telerj Oe	8,00
BVSP:	
Real Invest. PN	56,00
Cimepar PPB C14	15,00
Gabriel Calfat PP	14,00
Eluma PP	11,00

Foram negociados, no Rio de Janeiro, um total de 8.504 milhões de títulos, no valor de Cr$63.925 milhões, significando uma queda de 31,88% e 23,24%, respectivamente. Já em São Paulo, foram transacionados 7.642 milhões de títulos, cedendo 29,94% num total de Cr$21.262 milhões com uma evolução de 79,04%.

Em fevereiro, o volume negociado no Rio montou Cr$58.888 milhões, representados por 7.002 milhões de títulos. As variações com relação ao mês anterior foram, respectivamente, de –7,88% e –17,66%. Em São Paulo, no mesmo período, a quantidade evoluiu em 6,91% enquanto o volume transacionado 15,97%, montando, respectivamente, 8.169 milhões de títulos e Cr$24.657 milhões.

Em tempo:

PREVIDÊNCIA PRIVADA – Suspende o exame de novos pedidos de autorização (Resolução CNSP n.º 16, DOU *de 7.1.82)*

Suspende, a partir da data acima, pelo prazo de dois anos, o exame de novos pedidos de autorização para funcionamento de entidades abertas de previdência privada, com ou sem fins lucrativos ressalvados aqueles já constantes de processos em curso na superintendência de seguros privados.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO – Recursos oriundos de entidades integrantes do SBPE (Resolução BNH n.º 126, DOU *de 7.1.82)*

Estabelece que BNH receberá em depósito, nos prazos e condições fixados neste ato, recursos oriundos de entidades integrantes do SBPE. Os referidos depósitos serão recebidos, apenas, durante os seis primeiros dias úteis de cada mês, terão correção monetária e taxa variável de juros, em função do prazo do depósito.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS – Aplicação integral (EM – CND n.º 5, DOU *de 2.2.82)*

Estabelece, entre outras coisas, que no exercício de 1982 (ano-base 1981), as empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal, bem como suas subsidiárias, deverão aplicar 100% das parcelas dedutíveis do imposto sobre a renda, a títulos de incentivos fiscais, exclusivamente no Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR e no Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, não sendo permitidas aplicações em outros fundos.

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – Parcelamento de dívidas (Portaria MI n.º 2, DOU *de 15.1.82)*

Estabelece que, a partir da data, fica prorrogado por dois anos, o prazo para as empresas solicitarem ao BNH o parcelamento de suas dívidas para com o FGTS.

MERCADO DE CAPITAIS – Autorização para emissão de série especial de ORTN (DL n.º 1911, DOU *de 30.12.81)*

Estabelece que, com a finalidade de cobrir o débito da previdência oficial junto à rede bancária pública e privada, foi autorizada a emissão de uma série especial de ORTN até o valor total de Cr$ 180 bilhões com juros de 5% ao ano e prazos de resgate de cinco, seis e sete anos.

BOLSA DE VALORES – Admissão de corretoras não associadas (Resolução BCB n.º 723, DOU *de 21.1.82)*

Dispõe sobre normas que, entre outras coisas, facultam às bolsas de valores, desde que previsto em seu estatuto social, admitir que corretoras não associadas, membros de outras bolsas de valores, possam operar diretamente em seus pregões, para execução de ordens de seus clientes.

MERCADO DE CAPITAIS – Alteração do regulamento de títulos de renda fixa (Resolução BCB n.º 722, DOU *de 21.1.82)*

Dispõe sobre alteração do regulamento que disciplina os compromissos de recompra ou compra e de revenda ou venda de títulos de renda fixa negociados no mercado de capitais. ♦

COMPANHIA NACIONAL DE TECIDOS
NOVA AMÉRICA

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO CGC-MF-Nº 33.007.592/0001-22

RELATÓRIO DA DIRETORIA:

Senhores Acionistas,

Do que foi o exercício de 1981, mais do que as palavras que pudermos alinhar, parece-nos dizerem melhor o balanço e demais peças que submetemos à apreciação de V.Sas. e de outros interessados no desenvolvimento desta Companhia.

É, todavia, difícil silenciar sobre as dificuldades que surgem a cada passo, a cada hora, perturbando a boa orientação da conduta empresarial – é a inflação que asfixia; é a ascensão dos preços dos insumos; é o anulatório custo do dinheiro; é o mercado que se aperta e que se esconde...

Grande tem sido a batalha e é por isso que agradecemos o empenho e a dedicação de nossos colaboradores, o apoio de nossos fornecedores e de nossos clientes, a alta compreensão de toda a rede bancária. E, com entusiasmo e otimismo, permanecemos firmes no nosso ideal de trabalhar e de servir.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1982

A DIRETORIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 1981

(Em Milhares de Cruzeiros)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	EX./1981	EX./1980
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	549.999	110.585
Clientes	4.520.857	2.649.778
(–) Duplicatas Descontadas	(396.686)	(409.369)
(–) Provisão p/Devedores Duvidosos	(126.380)	(81.430)
Adiantamentos a Fornecedores	30.507	11.434
Incentivos Fiscais – CAIF	–	315
Obrigações a Receber	5.240	1.443
Títulos Vinculados a Empréstimos	87.661	90.531
Contas a Receber	24.494	17.599
Depósitos Compulsórios B. Brasil	66	9.971
Estoques	5.203.711	1.461.101
Despesas Diferidas	50.294	29.164
Coligadas ou Controladas	71.852	23.064
	10.021.618	3.914.190
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Clientes	66.810	64.577
Banco Brasil c/Obrigações	–	1
Depósitos e Cauções	168	168
Empréstimos Compulsórios – Eletrobrás	126.948	71.501
Acionistas c/Exigências Fiscais	181	28
Investimentos por Incentivos Fiscais	2.097	2.154
Coligadas ou Controladas	124.050	92.348
	320.257	230.780
ATIVO PERMANENTE		
Imobilizado Técnico	3.180.197	1.637.537
Participações em Coligadas ou Controladas	943.689	589.104
Participações em Outras Sociedades	171.470	80.203
Incentivos Fiscais – CI	20.560	10.513
Despesas Diferidas	87.565	118.213
	4.403.482	2.435.571
TOTAL DO ATIVO	14.745.358	6.580.542

PASSIVO

	EX./1981	EX./1980
PASSIVO CIRCULANTE		
Bancos c/Garantida	104.008	46.549
Fornecedores	1.731.063	1.104.206
Instituições Financeiras – Nacionais	1.249.197	478.236
Instituições Financeiras – Estrangeiras	1.585.947	356.280
Adiantamentos c/Matéria Prima	148.888	75.081
Adiantamentos c/Exportação	1.421.705	215.655
Finame c/Financiamento	6.432	6.599
Obrigações Fiscais	223.479	121.182
Contribuições Sociais	39.101	33.954
Diretores e Acionistas	14.343	19.172
Contas a Pagar	130.821	91.162
Adiantamentos de Clientes	69.925	54.665
Comissões a Pagar	11.695	11.111
Provisão para Imposto de Renda	101.154	111.734
Dividendo nº 105	72.735	40.473
Dividendos Não Reclamados	6.434	7.094
Coligadas/Controladas	–	913
	6.916.933	2.774.074
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Instituições Financeiras – Nacionais	832.223	496.754
Instituições Financeiras – Estrangeiras	1.365.968	557.182
Finame c/Financiamento	11.115	17.016
	2.209.307	1.070.954
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital	1.159.826	741.923
Reservas de Capital	2.138.808	855.876
Reservas de Lucros	1.150.604	563.581
Lucros Acumulados	1.169.879	574.132
	5.619.117	2.735.514
TOTAL DO PASSIVO	14.745.358	6.580.542

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIO DE 1981.

	Ex./1981	Ex./1980
RECEITA BRUTA DAS VENDAS	9.743.051	6.460.834
Deduções: Impostos e Outros	(1.311.396)	(890.646)
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS	8.431.655	5.570.187
Custo dos Produtos Vendidos	(5.142.648)	(3.846.661)
LUCRO BRUTO	3.289.007	1.723.525
Despesas c/Vendas	(268.008)	(181.786)
Despesas Financeiras	(1.674.563)	(903.396)
Amortização Variação Cambial Excedente	(118.411)	(91.306)
Despesas Administrativas	(428.427)	(264.167)
Honorários da Diretoria	(27.960)	(16.519)
Equivalencia Patrimonial	(189.566)	63.163
LUCRO OPERACIONAL	582.069	329.512
Receitas Não Operacionais	18.405	11.810
Despesas Não Operacionais	(23.700)	(13.207)
Resultado da Correção Monetária	(317.138)	(18.199)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	259.635	309.915
Provisão p/Imposto de Renda	(101.154)	(111.734)
Participação da Administração	(13.980)	(16.519)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	144.501	181.661
Por ação do capital social	Cr$ 0,321	Cr$ 0,404

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO DE 1981

	CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS					LUCROS ACUMULADOS	TOTAL PATRIMONIO
		CORREÇÕES MONETÁRIAS			Bonificações em Ações	Ajuste Inicial Imobilizações Financeiras	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Fundo Reserva Especial		
		Para Aumento de Capital	Imobilizado Técn.L.4357	Imobilizado Técn.Especial								
Saldo em 31/12/79	402.000	191.659	138.928	226.434	599	187.702	26.820	–	73.964	36.982	362.864	1.647.957
Aumento Capital c/Reserva – AGO 31/3/80	189.000	(189.000)										
Aumento Capital c/Subscrição – AGO 31/3/80	295.500											295.500
(–) Parte a Realizar	(144.576)											(144.576)
Correção lançamento 30/6/80							19.076				(19.076)	
Transferência – Bonificações Ações Coligadas							(8.757)				8.757	
Transferência-Dividendos Coligadas							(1.334)				1.334	
Complemento Provisão I. Renda											(11.540)	(11.540)
Incentivos Fiscais s/I.Renda-Ex.79								11.281				11.281
Correção Patrimônio ORTN		301.433	70.541	114.973	304	95.306	8.494		37.555	18.777	181.084	828.473
Lucro Líquido de Exercício											181.661	181.661
Destinações Legais e Estatutárias: Reservas							44.086		9.083	4.541	(57.711)	
Dividendos:(Cr$ 0,2175 p/Ação Ord. e Cr$ 0,3262 p/Ação Pref. com/Pro-Rata)											(73.242)	73.242
Saldo em 31/12/80	741.923	304.093	209.470	341.407	904	283.008	88.386	11.281	120.603	60.301	574.132	2.735.514
Aumento Capital c/Reserva-AGO 31/3/81	301.500	(301.500)										
Incentivos Fiscais s/I.Renda								14.176				14.176
Dividendos – Coligadas							(11.025)				11.025	
Reversão parte Provisão I.Renda Ex. 81											13.313	13.313
Entradas Subscrições-AGO 31/3/80	116.402											116.402
Correção Patrimonio ORTN*		1.057.096	200.190	326.281	864	270.470	114.733	14.939	115.260	57.630	567.250	2.724.715
Lucro Líquido do Exercício											144.501	144.501
Destinações Legais e Estatutárias: Reservas									7.225	3.612	(10.837)	
Dividendos:(Cr$ 0,2967 p/Ação Ord. e Cr$ 0,4450 p/ Ação Pref. com Pro-Rata)											129.506	129.506
		1.059.689	409.661	667.689	1.768	553.479	192.094	40.397	243.088	121.544		
	1.159.826	2.138.808				1.150.604					1.169.879	5.619.117

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
ADHEMAR ALVES BEBIANNO
ALDIR DOS SANTOS GUIMARÃES
FRANCISCO JOSÉ ALVES
HERMANO FORTUNATO PINTO
JORGE CASTILHO MARCONDES
MANOEL GARCIA (Presidente)

DIRETORIA
ADHEMAR ALVES BEBIANNO, Diretor-Industrial
MARCELLO BEBIANNO SIMÕES, Diretor-Técnico
MANOEL GARCIA, Diretor-Administrativo
GILBERTO CABRERA BEBIANNO, Diretor-Comercial

NERVAL DE OLIVEIRA NUNES FILHO
Técn.Cont.-CRC-7111-8-RJ.

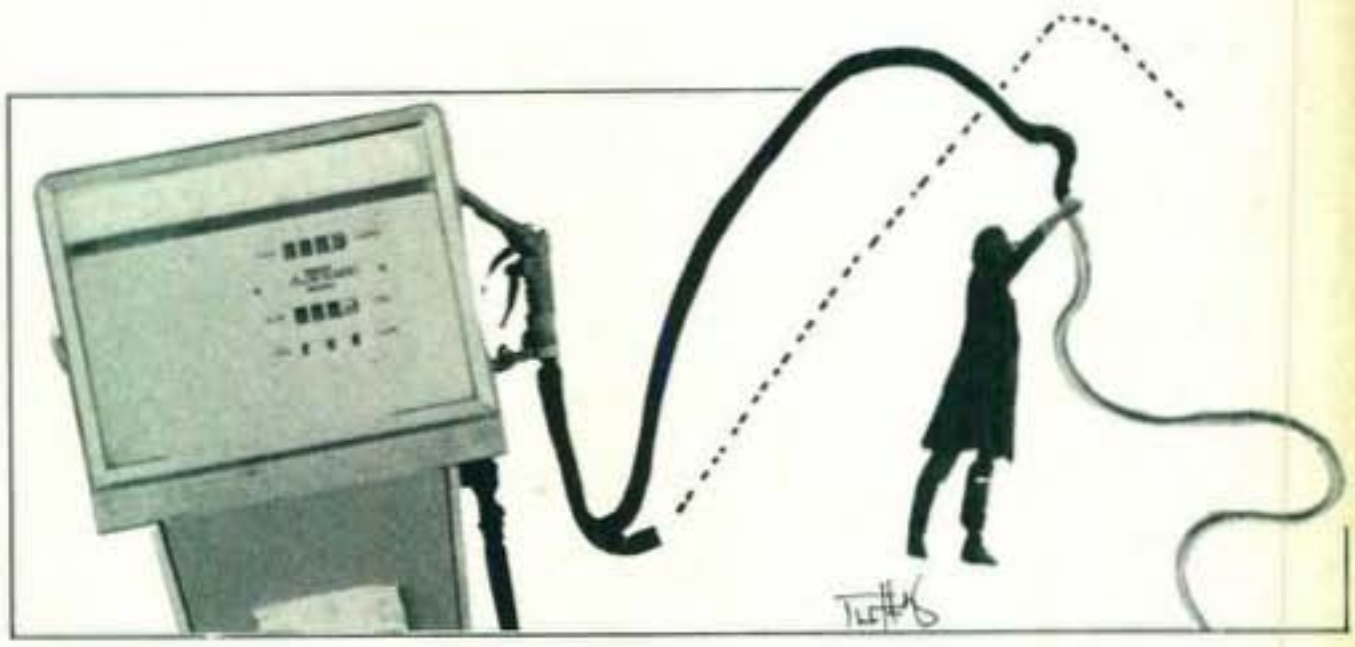
México: petróleo não paga dívidas

Nem sempre o fato de ser exportador de petróleo é condição suficiente para assegurar a estabilidade econômica. Num mundo em que os países importadores de petróleo lutavam com o aumento de preço de um produto quase insubstituível a curtíssimo prazo, os países exportadores do petróleo também lutavam com as conseqüências do influxo de recursos provenientes dos aumentos dos preços deste hidrocarboneto tão importante.

Um dos exemplos mais interessantes de como uma dádiva pode tornar-se em uma carga é dado pelo caso do México.

Depois de uma solicitação de ajuda do FMI em set. 76, para pôr as contas externas em ordem, o México parecia estar em ótimas condições de aproveitar suas amplas reservas de petróleo para lançar um esforço de desenvolvimento prolongado e duradouro.

No entanto, o México acaba de promover uma maxidesvalorização do peso e vai necessitar cerca de US$20 bilhões de empréstimos externos este ano para fechar o balanço de pagamentos. A dívida externa está estimada em US$64 bilhões (cerca de US$48 bilhões são do setor público; o restante representa a dívida do setor privado). Isto torna o México o maior devedor dos países em desenvolvimento. Quando se considera que o PIB do México é 80% do PIB do Brasil, e a sua população é 58% da população brasileira, a magnitude relativa da dívida mexicana se torna mais visível.



Mazela latino-americana: sempre a mesma

É ilustrativa uma análise sobre como o México — o quarto maior produtor de petróleo no mundo — chegou à situação em que se encontra atualmente, pois através dos dois governos (o de Echeverría e o de Lopez Portillo) uma única variável estratégica surge como a provável responsável pelas dificuldades que o México enfrenta: o déficit do setor público.

De 1958 até o fim da década dos 60, a economia mexicana demonstrou uma estabilidade de preços que se rivalizava com a da Alemanha e dos Estados Unidos. Como o México se encontrava em uma configuração de crescimento ordenada durante os anos 60, o país estava bem posicionado para o surto de crescimento que ocorreu a partir de cerca de 1968 na economia mundial, e que efetivamente terminou com o primeiro choque do petróleo em 1973.

Assim, quando a economia mundial se encontrava em alto ritmo de expansão, o Governo Echeverría assumiu grandes projetos de infra-estrutura que só renderiam os seus dividendos anos adiante. O setor público foi estimulado com o propósito político de aumentar o poder do Estado na arbitragem dos conflitos econômicos que caracterizam países em desenvolvimento.

Outrossim, os grandes projetos estatais reforçaram a imagem do Governo Echeverría como líder de um regime populista. As necessidades políticas desta atitude talvez se devessem em parte aos distúrbios sociais de 1968.

Conseqüentemente, o déficit público aumentava sistematicamente de 1970 até 1976. Com efeito, uma das decisões tomadas neste período se revelou bastante fortuita. Em 1971/72, o Presidente Echeverría decidiu estimular a prospecção de petróleo através da Pemex. Porém, em outras áreas as decisões não foram tão felizes. O Governo mexicano havia superestimado a capacidade de expansão da economia mundial, e isto se tornaria um erro de cálculo fatal.

Além disso, o populismo de Echeverría não era sempre bem visto pelos elementos políticos mais conservadores, e já se notava uma tendência de fuga de capital. Quando se tornou evidente que uma reforma tributária seria necessária para assegurar o nível de receita consistente com os gastos governamentais, um plano foi elaborado para efetuá-la. Porém, o governo desistiu da reforma — aparentemente em vista das tensas relações com o setor privado e, mais ainda, pela expectativa de que a reforma provocaria uma fuga de capital tamanha que seria necessária a desvalorização do peso. Em vez de aumentar os impostos, o governo optou pela dívida externa.

Bomba de retardo

Os gastos públicos por sua vez pressionavam a taxa da inflação. Tornava-se mais difícil portanto manter uma paridade estável do peso. Estimava-se que o peso havia chegado a um nível de sobrevalorização pior que o de 1967 – o pior período anterior. Dada a dificuldade que o México tem de controlar a fuga de capital, as pressões sobre o balanço de pagamentos só podiam aumentar. A situação chegou ao cume em 1976. O peso estava cotado oficialmente em torno de P12,50/US$1,00, enquanto a paridade compatível com o mercado livre era calculada em torno de P17,50/US$1,00 – ou seja, uma sobrevalorização de cerca de 40%. Parte dos recursos externos tomados para financiar os projetos do Governo estava sendo usada para apoiar o próprio peso, retardando ainda mais os projetos e pressionando a oferta monetária.

Dada a natureza insustentável desta situação, o Governo mexicano decidiu apelar ao FMI para implantar um programa de estabilização. Foi preparada uma carta de intenção do Governo mexicano em que se estipulava a necessidade de manter uma taxa de crescimento em torno de 7%, assegurar o nível de emprego e estimular a poupança interna para reduzir a dependência de empréstimos externos. Dadas estas três condições, o México aplicaria as decisões necessárias para um programa de estabilização endossado pelo FMI.

Como essas condições não seriam compatíveis com um programa do Fundo, havia-se estabelecido desde então um conflito fundamental que teria, futuramente, de causar o abandono de qualquer programa de estabilização. A política populista de Echeverría seria seriamente comprometida se fossem cortados os salários e os subsídios estatais. Era inevitável portanto que o programa do Fundo acarretasse custos políticos para o Governo, enquanto o não cumprimento do programa teria iguais efeitos no campo econômico. Seria necessário achar um meio-termo que no fim acabaria por não satisfazer ambas as partes. Estabeleceu-se um acordo que representaria um equilíbrio, ainda que instável, entre os elementos políticos e econômicos da equação mexicana.

Relações difíceis com o FMI

O tratado com o Fundo visava basicamente reduzir o déficit fiscal de 9,6% do PIB em 1976 para 6% em 1977 e 4% em 1978. Com a inflação provocada pela desvalorização do peso para estancar a fuga de capital, o corte de gastos do Governo em termos reais seria grande.

O controle monetário provocaria, como provocou, escassez de crédito ao setor privado. E o aval do FMI foi uma faca de dois gumes, pois com o endosso daquela instituição, os bancos privados se sentiam mais confiantes em relação aos riscos e aumentavam os empréstimos para o México – mas substituindo assim, o peso.

Pôde-se, portanto, continuar com uma política fiscal relativamente expansiva (ou menos contracionista), enquanto a política monetária era apertada.

A necessidade de manter os subsídios à indústria, embora conflitante com o espírito do acordo com o Fundo, era função de variáveis políticas. Assim, e apesar dos rígidos controles monetários impostos, os gastos públicos se mantiveram em 7,5% do PIB em 1977 (versus 6% visto no programa) e em 6,4% do PIB em 1978 (versus o 4% visto no programa).

De fato, em 1978 o Governo mexicano efetivamente tentou reativar a economia. As restrições aos gastos públicos foram adiadas e os controles de crédito, afrouxados. Nisso, a oferta monetária aumentou 31,7% em 1978, em resposta à inflação de 42% no ano anterior. A instabilidade inerente no acordo começara a surgir pelo lado mais fraco do acordo – isto é, entre responder a pressões internas e responder a pressões do FMI, é claro que o Governo Mexicano optaria pela primeira alternativa.

Porém, havia um outro elemento de instabilidade na equação mexicana, que era proveniente dos controles de crédito interno e estrutura do mercado internacional de capitais. A grande disponibilidade de liquidez na economia mundial e uma demanda de crédito fraca nos países industrializados levaram os bancos internacionais a procurarem novos clientes.

Os candidatos mais lógicos eram os países em desenvolvimento cujas economias ofereciam condições de crescimento, por causa de fatores como recursos naturais, estágio de desenvolvimento da indústria nacional e uma situação política estável – ou seja, os candidatos à "graduação".

O interesse dos banqueiros: miopia?

Certamente, o México, com um setor industrial em expansão, dotado de uma política aberta em relação ao capital estrangeiro, uma história de estabilidade política e necessitando de reformas estruturais para o futuro crescimento, oferecia tudo que um banqueiro poderia querer. Ainda por cima, o país era exportador de petróleo. Conseqüentemente, o México nem precisava solicitar crédito. Os banqueiros ofereciam.

México

México — alguns indicadores econômicos — 1970-79

Discriminação	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Percentagens de variação anual										
Índice nacional de preços ao consumidor	5,0	5,4	5,0	12,1	23,7	15,0	15,8	29,1	17,4	20,0
Índice de preços ao atacado na Capital	6,0	3,7	2,8	15,7	22,5	10,5	22,2	41,2	15,8	–
Oferta monetária dezembro/dezembro	10,5	8,3	21,2	24,2	22,0	21,3	30,9	26,6	31,7	35,0
PIB real	6,9	3,4	7,3	7,6	5,9	4,1	1,7	3,2	6,6	8,0
Como percentagem do PIB										
Déficit consolidado do setor público	1,9	2,5	4,5	6,0	6,3	8,6	9,6	7,5	6,4	7,0
Investimento fixo bruto	19,7	18,0	19,1	20,4	21,3	22,4	21,9	20,3	22,0	23,2
Déficit em conta corrente	2,8	2,8	1,9	2,4	3,9	5,3	4,0	2,0	3,0	3,0
Dados do balanço de pagamentos (em US$ bilhões)										
Conta corrente (déficit)	–0,9	–0,7	–0,8	–1,2	–2,5	–3,7	–3,0	–1,6	–2,5	–4,2
Erros e omissões (saída de capitais)	0,5	0,2	0,2	–0,4	–0,1	–0,5	–2,5	–0,5	0,1	–
Dívida pública externa líquida (fim do ano)	4,3	4,5	5,1	7,1	10,0	14,4	19,6	22,9	26,3	29,8
Importação de mercadorias	2,3	2,3	2,7	3,8	6,1	6,6	6,0	5,8	8,1	12,1
Exportação de mercadorias	1,3	1,4	1,7	2,1	2,9	2,9	3,3	4,5	5,8	8,9
Parte correspondente à exportação de petróleo	–	–	0,1	0,2	0,3	0,4	0,6	1,0	1,8	3,8
Cotação peso/dólar (média anual)	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5	15,4	22,6	22,7	22,7
Greves legalmente reconhecidas (até agosto)	–	36	30	57	452	104	102	173	–	–

Fonte: *Comércio Exterior*, México, ago. 1981.

Com o aumento do preço de petróleo em 1980, a situação parecia melhorar temporariamente. Como quarto produtor de petróleo no mundo, o México estava bem colocado para poder usufruir os benefícios do aumento do preço.

Qualquer comentário com banqueiros em relação à instabilidade inerente nas contas mexicanas encontrava a resposta de que o país tinha petróleo, portanto a instabilidade era efêmera.

Porém, quanto ao aumento do petróleo de 1980 era seguir-se uma resposta financeira na forma de aumento da taxa de juros internacional, as vantagens provenientes do petróleo foram consumidas pelo serviço da dívida.

Naturalmente, o aumento da taxa de juros causava uma deterioração das margens brutas das firmas privadas, enquanto pressionava os orçamentos das empresas estatais. No primeiro grupo, a resposta adequada é um aumento de preços; no segundo, maior oferta monetária ou uma diminuição de gastos. Ambas as alternativas se tornam difíceis, porque resultam numa situação penosa, seja do lado da estabilidade econômica, ou da estabilidade política.

Complicações recentes

O governo optou por um corte nas despesas governamentais e controles quantitativos nas importações para reduzir as pressões no balanço de pagamentos. Enquanto isso, procurava-se manter a paridade do peso através de intervenção no mercado. Com efeito, dado o endividamento externo do setor privado, e o fato que nem todas as dívidas tinham a garantia do Governo, o recurso à maxi-desvalorização se tornava muito arriscado do ponto de vista de risco de crédito. A queda dos preços de petróleo, que começou em 1981, alimentou a instabilidade econômico-política através de uma redução da taxa de crescimento das exportações, e em julho o governo elaborou um plano de austeridade fiscal para se ajustar à nova situação. A contínua queda observada nos preços de petróleo, até recentemente, resultou em mais uma forte desvalorização do peso contra o dólar. Resta agora saber qual será a taxa de inflação que resultará desta decisão. No momento, prevê-se uma taxa em torno de 50% a 60% para 1982.

As lições que se pode extrair da situação mexicana são várias. Porém, torna-se mister observar, antes, que não foi a economia mexicana a única a se colocar numa situação de conflito entre objetivos políticos e econômicos. Em maior ou menor grau, as nações desenvolvidas também saíram lesadas por tentar manter políticas fiscais e monetárias díspares. O melhor exemplo são os Estados Unidos, onde o debate acirrado em torno do déficit fiscal de 1982 e a política monetária austera do Fed se desenrola.

Lições da crise

Do nível macroeconômico, as tribulações da economia mexicana apontam uma lição fundamental – as políticas fiscal e monetária não se podem divorciar. Os objetivos de crescimento, pleno emprego e do balanço de pagamentos requerem uma coordenação complementar e não antagonismos. A decisão de ter um déficit fiscal não independe da forma de financiamento do déficit. Para recorrer aos impostos, é necessário cuidar da base fiscal, isto é, os lucros. Para recorrer ao mercado financeiro, é necessário medir o impacto sobre os custos do setor privado. Qualquer aumento da taxa de juros implica a modificação do *hurdle rate* para novos investimentos. O recurso ao crédito externo para o setor privado tem de ser avaliado em termos da vulnerabilidade do setor nacional em relação ao ambiente externo.

Portanto, as políticas fiscal e monetária não representam meios *alternativos* para se atingir certos objetivos, e sim meios *complementares*. Aparentemente, existe somente uma área bastante estreita em que se podem adotar "contrapolíticas" sem que se criem dificuldades em relação aos objetivos a serem atingidos.

No caso do México, criou-se uma instabilidade crônica, a partir do momento em que se declarou o desejo de uma estabilização em que se pudesse garantir uma taxa de crescimento consistente com pleno emprego. A divergência da política fiscal e da política econômica testemunha essa instabilidade. A estabilização significa isso mesmo – estabilizar, tanto na área governamental quanto no setor privado.

Uma outra lição, tanto da área macro quanto na microeconomia, é a importância de se avaliar os custos correntes de obtenção de uma renda futura ou o benefício esperado, no caso de projetos públicos. A simples projeção linear das tendências atuais é demasiado elementar em uma economia complexa.

Quanto mais complexo um sistema, mais difundidas as repercussões das decisões. Pequenos desequilíbrios são absorvidos por mais e maiores setores, e levam mais tempo para chegar à superfície. Porém, quando chegam, são sempre mais difíceis de controlar por estarem divididos entre vários setores. O crescimento também tem o seu preço.

Como ficam os particulares

No setor micro, a lição do caso mexicano é ampla. Em primeiro lugar, a firma privada tem de analisar as perspectivas de crescimento não somente da posição de um crescimento escalar. O crescimento de um organismo é uma função sutil. Não se cresce em peso sem ter um aumento proporcional na altura, sem provocar desequilíbrios. O grande erro de muitas empresas no mundo de 1968 até 1973 foi a expansão unidirecional – maior volume. Os cuidados em outras áreas foram negligenciados. Em geral, os estoques cresciam na mesma proporção que a produção. Os lucros aumentavam na mesma proporção que a produção. A capacidade se expandia de uma forma escalar. Quando houve necessidade de uma retração mundial, todos os países se achavam com excesso de capacidade nas mesmas linhas de produção (fato este que talvez explique o recrudescimento do protecionismo).

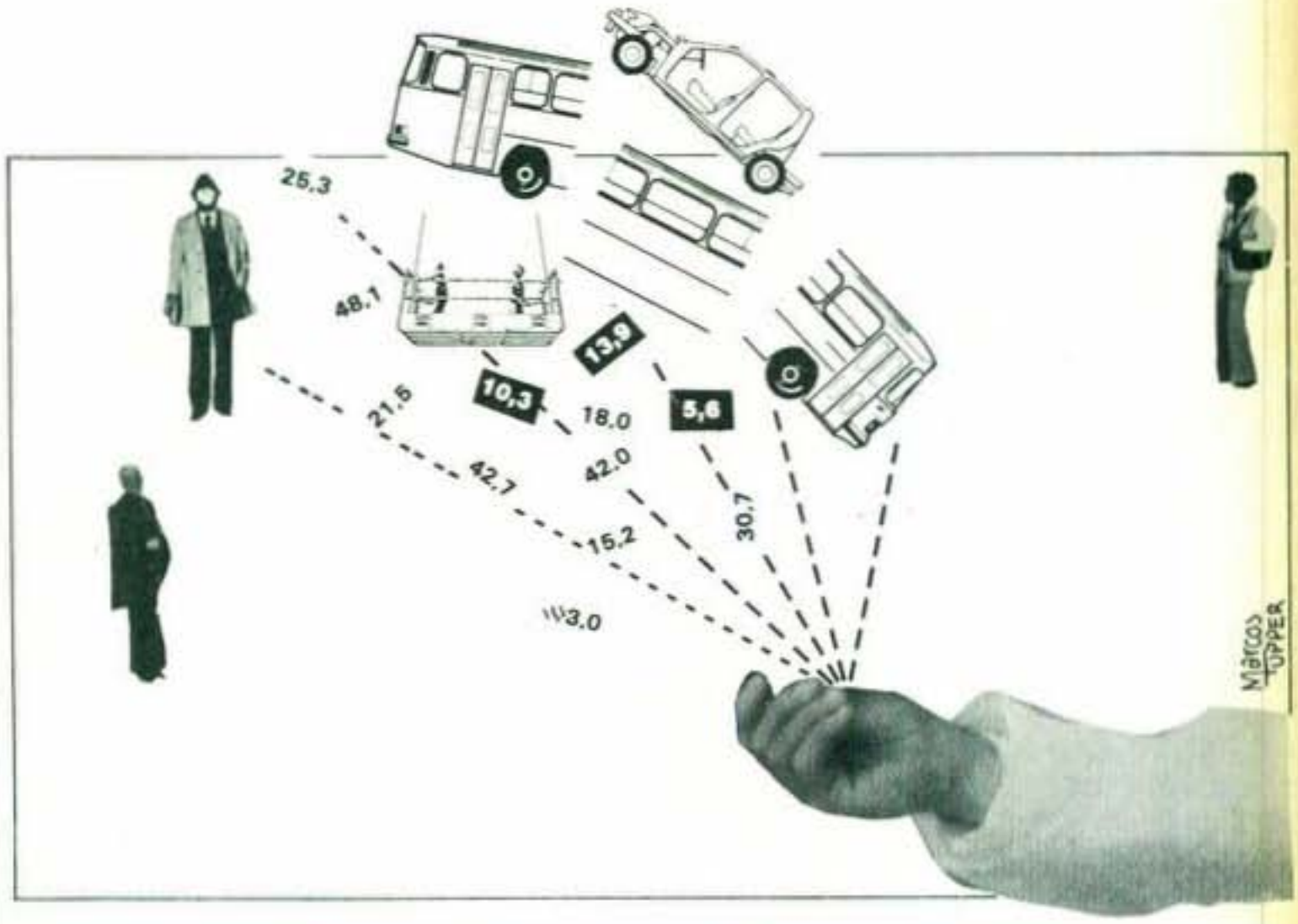
Somente os novos produtos (particularmente na área da informática) têm demonstrado uma vitalidade muito grande, justamente por possuírem uma dinâmica multidirecional no nível da empresa – os lucros crescem ora por causa de diminuição de custos, ora por descobertas tecnológicas, ora por aumento de preço. Para a firma privada, é necessário reconhecer que o crescimento tem seu custo. Não é um processo indolor repleto de felicidade. A simples alavancagem financeira (seja qual for a fonte) não é uma estratégia de crescimento e sim uma tática para melhor se posicionar.

Finalmente, destaca-se a importância de um desenvolvimento financeiro que acompanhe o desenvolvimento da economia como um todo, e o aumento da produção. Quando os mercados financeiros são extremamente estreitos em termos da variedade de produtos disponíveis, qualquer entrada no mercado de um grande investidor necessariamente fará um *crowding-out* dos menores ou através de preço ou de volume. Sem outros mecanismos de financiamento, o empresário é obrigado buscar recursos fora do país, reduzir a produção ou aumentar os preços. Um mercado financeiro mais amplo e que refletisse melhor o crescimento industrial talvez pudesse ter evitado o aumento desenfreado do endividamento externo do setor privado mexicano. ♦

James Wygand

O autor é Diretor-Presidente do escritório de Consultoria James Wygand Associates Ltd.

Proteção à indústria



A ação do Estado para proteger a indústria doméstica contra a competição externa constitui uma prática largamente utilizada, com variados graus de intensidade e sob as mais diferentes formas, pela maioria dos países. No plano teórico, diversos argumentos econômicos e não econômicos foram invocados para justificar essa proteção, muito embora todos eles estejam longe de obter a aprovação unânime quer dos analistas, quer das instituições voltadas para a promoção do comércio internacional. O argumento econômico mais popular e de maior interesse para os países em desenvolvimento – o da indústria nascente *– postula uma proteção para indústrias potencialmente competitivas, mas que necessitam de um apoio na sua fase de implantação. Naturalmente, a lógica do argumento implica a redução (eventualmente, a retirada) da proteção, tão logo essas indústrias atinjam a fase de maturidade.*

Dentre os instrumentos convencionais de proteção, a tarifa aduaneira é certamente o que menos desperta resistências, não só devido às menores distorções que introduz no sistema de preços, como também pelo fato de contribuir para a receita tributária do governo.

No Brasil, desde 1957, quando foi instituído o sistema de cobrança ad valorem *do imposto, este passou a se constituir no principal mecanismo de proteção à indústria nacional.*

Não existem critérios precisos para determinar uma estrutura tarifária "ótima", em cada momento de tempo, nem como ela deve ser ajustada à dinâmica das transformações do aparelho produtivo e das conveniências da política comercial. Assim, seria desejável que fosse mantido um permanente esforço de avaliação e adequação da configuração das alíquotas do imposto.

Não obstante, é notória a precariedade do embasamento estatístico em que se fundamentaram as numerosas alterações que se processaram na estrutura tarifária brasileira nos últimos anos, algumas delas bastante profundas, como foram, por exemplo, o rebaixamento generalizado das alíquotas nominais em 1967 e a majoração seletiva de 1974.

Sem a pretensão de preencher essa lacuna, mas tão-somente objetivando fornecer elementos para ajuizar um aspecto da questão, este artigo se propõe, essencialmente, a apresentar uma estimativa dos níveis de proteção efetiva proporcionada à indústria pela estrutura de tarifas legais; e sugerir que, em muitos casos, a proteção efetiva implícita nos custos de transporte já assegura um grau de proteção suficientemente importante para permitir a fixação de percentuais da tarifa em níveis mais baixos. Adicionalmente, pretende-se construir uma intuição a respeito do impacto da crise do petróleo sobre a distribuição dos gastos com transporte incorporados ao preço dos produtos importados.

Proteção à indústria

O tamanho da proteção

Do ponto de vista metodológico, a análise se baseia no conceito de proteção efetiva, *que difere da proteção nominal, representada pela alíquota legal, pelo fato de se referir ao processo produtivo e não apenas ao produto final. A vantagem do método está em levar em conta que a fabricação de determinados produtos envolve o emprego de insumos importáveis, os quais, quando taxados, acarretam a redução da proteção proporcionada pela tarifa nominal à remuneração dos fatores de produção empregados nesse processo – e que constitui o valor adicionado. Trata-se, portanto, de um conceito mais abrangente e mais útil para avaliar uma dada estrutura tarifária.*

Por seu turno, os custos de transporte – frete e seguro – podem ser especificados como um percentual do preço FOB do produto importado. E, da mesma forma que a tarifa nominal, essa "alíquota" nominal dos custos de transporte pode ser transformada em uma alíquota efetiva, que comporta uma interpretação análoga à da proteção tarifária efetiva.

Naturalmente, os dois tipos de proteção efetiva podem ser combinados em um conceito de proteção efetiva total, dada pelas alíquotas da tarifa e dos custos de transporte. Em última instância, é essa margem global que protege o processo produtivo doméstico em relação aos competidores externos.

Não obstante a proteção dada pelos custos de transporte à indústria doméstica (do mesmo modo que as barreiras "artificiais", representadas pelas tarifas, quotas, etc.), só recentemente essa forma de proteção "natural" passou a ser estudada mais sistematicamente. Três motivos principais contribuíram para sua relativa negligência nas análises do protecionismo. Primeiro, o fato de que somente há pouco tempo tornaram-se disponíveis os dados sobre incidência dos custos de transporte; segundo, a circunstância de que se trata de uma variável fora do controle dos formuladores da política econômica; e terceiro, a crença de que tinham pequena expressão em relação a outras barreiras ao comércio.

A partir do momento em que foi surgindo uma base estatística adequada – essencialmente, os dados de comércio exterior discriminados por países e por produtos nas bases CIF e FOB – apareceram vários estudos mostrando não somente que existem grandes variações dos custos de transporte entre grupos de mercadorias e entre diferentes procedências, como também que esses custos produzem, em alguns casos, um impacto protecionista de magnitude superior ao proporcionado pela tarifa. Além disso, embora os custos de transporte não devam, estritamente, ser considerados um instrumento de política econômica, eles podem ser utilizados para "calibrar" a estrutura tarifária de modo a gerar níveis desejados de proteção total. O que se requer, portanto, é a determinação da importância quantitativa da proteção dada pelos custos de transporte às várias categorias de indústria.

Aplicação numérica

O cálculo da proteção efetiva proporcionada pela tarifa, pelos custos de transporte, ou por ambos, a uma determinada atividade, é operacionalmente simples, e consiste no emprego de uma fórmula que relaciona as alíquotas nominais, discutidas anteriormente, com os coeficientes técnicos de produção os quais indicam o peso relativo de cada insumo na composição dos respectivos produtos finais.

Uma fórmula simples (v. nota técnica no final) resume o grau da proteção tarifária efetiva.

Deve-se admitir aqui a procedência de algumas restrições à aplicação dessa fórmula, tanto ao nível conceitual quanto no plano empírico, as quais, no entanto, antes de invalidarem o exercício, apenas sugerem uma certa cautela na interpretação dos resultados obtidos.

Embora os percentuais de proteção efetiva dos três tipos tenham sido calculados para 154 categorias industriais da classificação adotada pela Fundação IBGE, devido a óbvias razões de espaço as estimativas foram agrupadas segundo cinco grandes classes de indústrias, que aparecem na tabela.

O principal resultado revelado por essas estimativas é que a proteção proporcionada à indústria brasileira pelos custos de transporte está longe de ser irrelevante, apesar de substancialmente menor que a correspondente à tarifa. Em 1978, por exemplo, a proteção dos custos de transporte, considerando-se o total da produção industrial, era de 17%, 10 vezes menor que a tarifa. Cálculos semelhantes realizados para os Estados Unidos acusaram 13% para 1958 e 14% para 1963.

Proteção à Indústria

*Estimativas dos valores médios e extremos da proteção efetiva devida à tarifa e ao custo de transporte**

Discriminação	Bens de consumo		Bens de capital		Bens intermediários	
	1973	1978	1973	1978	1973	1978
Proteção efetiva tarifária						
Média	159,62	302,14	41,79	39,92	82,03	147,32
Coeficiente de variação	1,39	0,99	0,79	0,71	0,93	1,05
Mediana	120,41	240,40	43,98	38,35	63,78	101,67
Maior valor	1.232,48	1.075,88	98,75	89,25	299,96	628,17*
Menor valor	–13,68	–19,18	–19,85	–14,55	–21,76	–35,73*
Proteção efetiva implícita no custo de transporte						
Média	24,52	17,55	5,41	–0,42	19,45	10,39
Coeficiente de variação	1,61	3,2	0,68	0,10	1,37	1,42
Mediana	11,58	7,45	6,10	–0,07	11,03	10,87
Maior valor	170,48	289,46	9,99	7,49	115,65	44,26
Menor valor	–29,24	–53,35	–2,34	–8,44	–4,52	–17,14
Proteção efetiva total						
Média	202,77	371,93	47,64	33,18	112,23	169,01
Coeficiente de variação	1,33	1,06	0,73	0,89	1,06	0,97
Mediana	139,71	265,23	51,46	29,10	77,14	122,75
*Maior valor***	1.402,05	1.755,45	110,73	82,36	549,75	606,28
*Menor valor***	–48,06	–15,54	–17,66	–22,23	–27,48	–44,79

Discriminação	Insumos básicos		Outros		Total	
	1973	1978	1973	1978	1973	1978
Proteção efetiva tarifária						
Média	67,34	124,36	19,33	240,95	87,64	175,47
Coeficiente de variação	0,96	1,06	9,8	1,50	1,64	1,30
Mediana	49,06	72,02	34,91	101,67	83,87	89,99
Maior valor	293,92	455,85	247,38	1.243,44	1.232,48	1.243,44
Menor valor	–29,26	–42,35	–499,01	–9,91	–499,01	–42,35
Proteção efetiva implicita no custo de transporte						
Média	29,91	36,26	–9,63	2,60	19,54	17,53
Coeficiente de variação	1,19	1,54	–9,35	10,89	2,14	2,51
Mediana	20,26	18,94	10,20	5,65	11,58	7,49
Maior valor	124,23	198,73	89,93	35,02	170,48	289,46
Menor valor	–9,64	–74,22	–267,48	–64,82	–267,48	–74,22
Proteção efetiva total						
Média	108,68	197,18	7,21	244,04	117,78	213,40
Coeficiente de variação	1,00	1,07	43,74	1,48	1,64	1,27
Mediana	75,97	130,87	47,54	113,56	80,50	134,48
*Maior valor***	479,86	814,53	371,16	1.226,75	1.402,05	1.755,45
*Menor valor***	–37,90	–42,51	–984,65	–11,25	–948,65	–44,79

* *As taxas de proteção efetiva encontram-se multiplicadas por 100.*

** *Na proteção total, os valores extremos não correspondem necessariamente a produtos que tenham apresentado valores extremos em algum dos dois tipos de proteção.*

Nota: As proteções tarifárias e do custo de transporte não somam a total, pelo fato de que a primeira incide sobre o preço CIF e a segunda sobre o preço FOB, enquanto a total normaliza a proteção pelo preço FOB.

Proteção à indústria

Vista por um ângulo diferente, a proteção efetiva devida aos custos de transporte representou 8% da proteção total à indústria brasileira em 1978, enquanto que nos Estados Unidos essa participação alcançou 73% em 1958 e 92% em 1965.

Obviamente, a disparidade entre os percentuais observados nos dois países decorre das menores barreiras tarifárias existentes nos Estados Unidos, do que resulta uma proteção proporcionalmente mais importante dos custos de transporte.

Quando desagregada por categorias de uso, a proteção dos custos de transporte revelou-se, em 1978, mais elevada nos insumos básicos (36%, ou 15% da proteção total à categoria) e bens de consumo (17,5%, ou 12% da proteção total). Note-se que os bens de capital foram ligeiramente desprotegidos pelos custos de transporte. Por essa razão, e e também por ter recebido a menor proteção tarifária (40%), esta categoria foi a que se apresentou menos protegida, naquele ano.

Os bens de consumo, com uma proteção total superior a 370% (mais de 10 vezes a correspondente aos bens de capital) foi a categoria mais protegida, e isso, fundamentalmente, devido à proteção tarifária extraordinariamente elevada. Nos Estados Unidos, aquele percentual, em 1965, era de 27%.

Como era de se esperar, os dados mostram uma grande variabilidade das proteções efetivas dos três tipos, no total da produção industrial e intercategorias de uso. Esse fato pode ser visualizado pelos coeficientes de variação e também pelos valores extremos incluídos na tabela.

As diferenças, após a crise petrolífera

A tabela permite observar, ainda, a evolução dos conceitos de proteção efetiva entre dois anos separados pela crise do petróleo. Esse ponto é importante porque, sendo o transporte supostamente uma atividade intensiva no uso do petróleo, poder-se-ia esperar uma alteração no padrão da proteção implícita nos custos de transporte.

Surpreendentemente, o que se constata é uma ligeira redução da proteção: considerando-se o total da produção industrial, o percentual passou de 19,5% para 17,5%. Fora os insumos básicos (que acusaram a elevação mais expressiva, de 29,9% para 36,3%) e a categoria "outros", as demais tiveram sua proteção diminuída. Naturalmente, o aumento da proteção aos insumos básicos é consistente com a redução da proteção às categorias intensivas no seu uso.

Apesar da diminuição da proteção dos custos de transporte, a proteção total aumentou de 80% no período, como conseqüência da substancial elevação das tarifas legais, em 1974, que implicou a duplicação da tarifa efetiva para todas as categorias, à exceção da categoria "outros" (que aumentou 12 vezes) e de bens de capital, que diminuiu.

Como se observa, o impacto direto da crise do petróleo per se sobre o nível de proteção à indústria brasileira foi no sentido de diminuí-la.

Porém, as medidas de política comercial (tarifas) utilizadas para fazer frente aos problemas gerados após 73 tiveram o efeito de elevar substancialmente o nível da proteção total.

Do ponto de vista de implicações da análise, fica a constatação de que os custos de transporte têm uma influência suficientemente forte para merecer estudos sistemáticos e aprofundados.

Além disso, mesmo não possuindo a desejável flexibilidade dos instrumentos de política econômica, os custos de transporte podem perfeitamente ser levados em conta na introdução de um maior grau de racionalidade em nossa estrutura tarifária.

Nota técnica: *A fórmula matemática de proteção tarifária efetiva (g_j) é:*

$$g_j = \frac{t_j - \sum_i a_{ij}\ t_i}{1 - \sum a_{ij}}$$

onde t_j e t_i são, respectivamente, a tarifa nominal que incide sobre as importações do projeto j e a cobrada sobre o insumo i, utilizado na sua fabricação, e a_{ij} representa o coeficiente técnico do insumo i, no produto j. Para o cálculo da proteção dos custos de transporte e a total, a fórmula permanece essencialmente a mesma, apenas substituindo-se t_j e t_i pelas correspondentes alíquotas nominais dos custos de transporte e total.

Helson C. Braga
Da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Cecex) e da Escola de Administração Fazendária (Esaf/MF).

Edson P. Guimarães
Da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Cecex).

Energia: reflexos e respostas

O déficit crônico nas transações reais do balanço de pagamentos, além de reflexo da postura comercial brasileira na última década, expressa o resultado de uma política de promoção de altas taxas de crescimento do produto, mercê da prática persistente de captação de poupança externa a juros internacionais, a princípio atraente e, em seguida, coadjuvante séria de boa parte da turbulência econômica e política dos países em desenvolvimento.

Como se recorda, a partir do primeiro choque de preços do petróleo e especialmente após o segundo, quando os valores definidos em contrato se elevaram em mais de 158%, o concurso perverso de uma crescente inflação mundial transformou as contas externas brasileiras em principal fator limitativo ao desenvolvimento do País. Os desdobramentos da crise energética, expressos em forte e rápido agravamento das transações correntes dos países descapitalizados, além da deterioração das condições de captação no mercado financeiro internacional, levaram à realimentação viciosa do endividamento, via crescimento vertical das importações e da conta serviços.

Direções das respostas brasileiras

Definida essa ambiência crítica em que se insere a prática do modelo de aporte externo pelo Brasil, mas sobretudo a vicissitude em dotá-lo de crescimento mais rápido, observa-se progressiva mudança na composição das exportações; antes, de acentuada prevalência de produtos primários, elas alcançam gradativamente, e de modo firme, índices mais altos de agregação econômica, possíveis, em que pese ao crescente protecionismo inibidor do comércio internacional, graças ao estágio relativamente avançado do processo de substituição de importações e ao esquema de apoio financeiro montado pelo Estado. Essa inflexão importante do lado das exportações, com a ascensão de produtos industrializados, e em particular dos manufaturados, encontra paralelo no achatamento real das importações exclusive petróleo (muito embora a custos sociais altos em 1981), e no trabalho empreendido para reduzir a principal despesa cambial do País (em média, 35% do valor das importações globais nos últimos cinco anos), notadamente a partir de 1979 (tabela 1).

De fato, desde então, após o período em que estivera mais interessada em retornos rápidos, a Petrobrás tem investido maciçamente em exploração e desenvolvimento da produção (tabela 2), registrando-se para esta, crescimento de 28,6%, entre 1979-81, enquanto as importações de óleo decresciam, em volume, cerca de 16% no mesmo período. Assim, apesar da despesa cambial na categoria ainda ter-se elevado em função de um aumento aproximado de 17% no preço da tonelada importada, o balanço comercial pôde apresentar-se superavitário ao final do exercício de 1981, consumando uma etapa crítica do processo de ajustamento das contas externas, do qual o setor energético é uma das prioridades. Foram essenciais para essa linha adotada, a aplicação de uma escala diferenciada de preços aos derivados, alterações na estrutura técnica de refino, beneficiando o diesel, e os esforços dos programas alternativos e de conservação.

Tabela 1 – Petróleo bruto: produção interna e importação

Período	Produção interna (10^3 m^3) A	Importação			A : B
		Volume (10^3 m^3) B	Valor (US$ 10^6) C	Valor Médio US$/$m^3$	
1974	10.565	40.261	2.812	69,85	26,2
1975	10.286	41.683	2.748	65,92	24,7
1976	10.005	47.828	3.460	72,34	20,9
1977	9.657	47.330	3.663	77,40	20,4
1978	9.637	52.275	4.089	78,23	18,4
1979	9.928	58.197	6.264	107,63	17,1
1980	10.890	50.564	9.370	185,31	21,5
1981	12.770	49.026	10.599	216,19	26,0

Fonte: Petrobrás.

Tabela 2 – Investimento em exploração e produção – Cr$ milhões

Período	Valor
1979	28.019
1980	69.890
1981	230.711

Opções de segurança

As dificuldades encontradas para aumentar a segurança do fornecimento de óleo ao Brasil estiveram relacionadas à fragilidade ocidental a esses suprimentos, tanto maior, quando se recorda, até recentemente, a pequena expressão das reservas petrolíferas não cartelizadas, ou do volume de extração fora das áreas de agitação política do Golfo Pérsico. Esse fato certamente sempre reduziu a margem de manobra para pulverização das fontes, além de tornar ainda mais dependentes os países em desenvolvimento, porque em condições desiguais para disputar o fornecimento marginal de óleo ao Ocidente.

Assim, a pequena elasticidade desse mercado foi conducente à tentativa de incrementos dos termos de troca com as próprias fontes detentoras dos mais altos índices de extração para venda ao mundo livre, o que de certo modo favoreceu a concentração do suprimento e elevou o coeficiente de risco e dependência. Na verdade, até bem pouco tempo, aos países não auto-suficientes, outra alternativa não restava, senão procurar tirar partido do próprio montante das despesas com importação de petróleo, com vistas ao estabelecimento de uma base de comércio mais remuneradora.

As dificuldades inerentes ao equilíbrio da balança comercial para esses países têm no petróleo sua questão angular, não só pelo alto valor nominal das compras do produto, mas especialmente pelo esquema adotado na composição do suprimento. Sua eventual concentração, entretanto, nem sempre é desfavorável à política de ajustes do movimento de comércio no curto prazo.

O funcionamento do mercado e a evolução recente

Historicamente, o mercado oligopolístico de óleo tem adotado política de preços pendular e constituição segmentada para os produtores. Entre estes, os que detêm grandes reservas de hidrocarboneto não se mostram interessados pela prática de sucessivos reajustes de preços, cujos níveis sejam conducentes a aumentos pronunciados de escala na pesquisa substitutiva e, por essa via, a reduções ainda mais significativas do consumo mundial.

Reconhecidamente, dentro da própria área de combustíveis fósseis, o esforço de pesquisa viabiliza o aumento de reservas com a mesma dotação estimada de recursos petrolíferos, através de tecnologias de produção mais avançadas e hoje ainda comparativamente dispendiosas.

Como resultado prático de médio prazo, dá-se o enfraquecimento das forças políticas de determinação do preço e a minimização dos elementos de rigidez da oferta de óleo, indispensáveis à sua estrutura cartelizada. Precedentes ainda esparsos, porém significativos, dos efeitos políticos de contenção dos preços em função de avanços tecnológicos nos trabalhos de exploração *off shore*, por exemplo, podem ser sentidos hoje com a produção britânica do Mar do Norte, cujo volume expressivo (próximo a 2 milhões b/d) já é capaz de pressionar a cotação dos óleos africanos mais caros.

Por outro lado, os investimentos em instalações de refino têm-se mostrado capazes de deslocar o consumo para proporções crescentes de óleo mais pesado, de menor cotação, promovendo perturbação baixista em toda a escala de preços.

A alta rentabilidade das atuais bases do mercado apóia-se, portanto, na manutenção do petróleo como fonte de energia de menor custo, a que a relativa estabilidade dos preços serve como suporte. Paralelamente, ajustes meramente corretivos para as cotações subtraem-lhes os efeitos realimentadores sobre a inflação mundial e fornecem condições mais favoráveis de investimento para a massa de recursos financeiros gerada pela comercialização de petróleo, em grande parte, como se sabe, aplicada no Ocidente. Essas considerações poderiam levar à aparente conclusão de que a conveniência de reajustes menores por parte dos produtores induziria ao uso normal do petróleo como fonte primária de energia. Contudo, a tendência prevalecente do mercado de óleo parece ser a de retração do consumo, até como decorrência natural das incertezas geradas pelos choques de preço. Nos últimos dois anos os programas de conservação e substituição de energia têm produzido considerável recuo dos índices de consumo mundial, também influenciados pela recessão generalizada das economias ocidentais. Estatisticamente, a participação do petróleo na estrutura energética do mundo tem decrescido, a par de indicadores positivos para a expansão da capacidade produtiva não cartelizada, o que evidencia a redução firme do consumo tanto pelo lado da conservação como em resposta aos primeiros esforços da pesquisa substitutiva.

As fortes variações do preço relativo até 1981, constituem suficiente motivação para a formação de estoques elevados do lado dos consumidores, um elemento importante para a caracterização da fase especial por que passa o mercado desde o início daquele ano. Com juros internacionais altos e o conseqüente encarecimento dos estoques a recomendar sua utilização imediata, a demanda de petróleo teve, nesses juros, um fator adicional de desaquecimento.

Como decorrência natural desse quadro, o evento mais marcante na área de decisões da OPEP em 1981: a unificação dos preços no último trimestre do ano (reunião da OPEP de 29.10.81 em Genebra) em torno de US$34/barril para o preço de referência (o leve árabe, ou saudita) e o estabelecimento de uma margem de variações segundo a qualidade do óleo sob contrato, ou a proximidade das fontes às áreas de consumo. Na prática, entretanto, o acordo entre os produtores não impediu que os compradores se tornassem mais seletivos, aproveitando a possibilidade de descontos maiores em face das proporções do excedente mundial. Mais tarde, a própria OPEP homologaria os preços já praticados pela realidade do mercado, numa medida em parte destinada a evitar fricções da atividade produtiva cartelizada. Nesse período de aproximadamente um ano, o papel desempenhado por estoques elevados transcendeu o significado de oferta suplementar e concorreu para exacerbar as características de mercado vendedor no médio prazo, graças à sincronia com os elementos macroeconômicos relevantes ao condicionamento dos negócios com petróleo: baixa atividade econômica mundial, posição do dólar no mercado de divisas, resultados dos programas de substituição e conservação, etc.

Esse aspecto de "simultaneidade" é de fato, hoje, o maior fator de pressão sobre o nível das cotações mundiais, responsável pela sensibilidade dos movimentos de baixa em 1982 e a relativa tranqüilidade das projeções de despesa cambial dos consumidores mais dependentes.

A despeito, no entanto, do congelamento dos preços e de sua queda nominal, é preciso lembrar que o fortalecimento do dólar continua a contribuir marginalmente para que a despesa com petróleo dos países em desenvolvimento lhes seja crescentemente adversa.

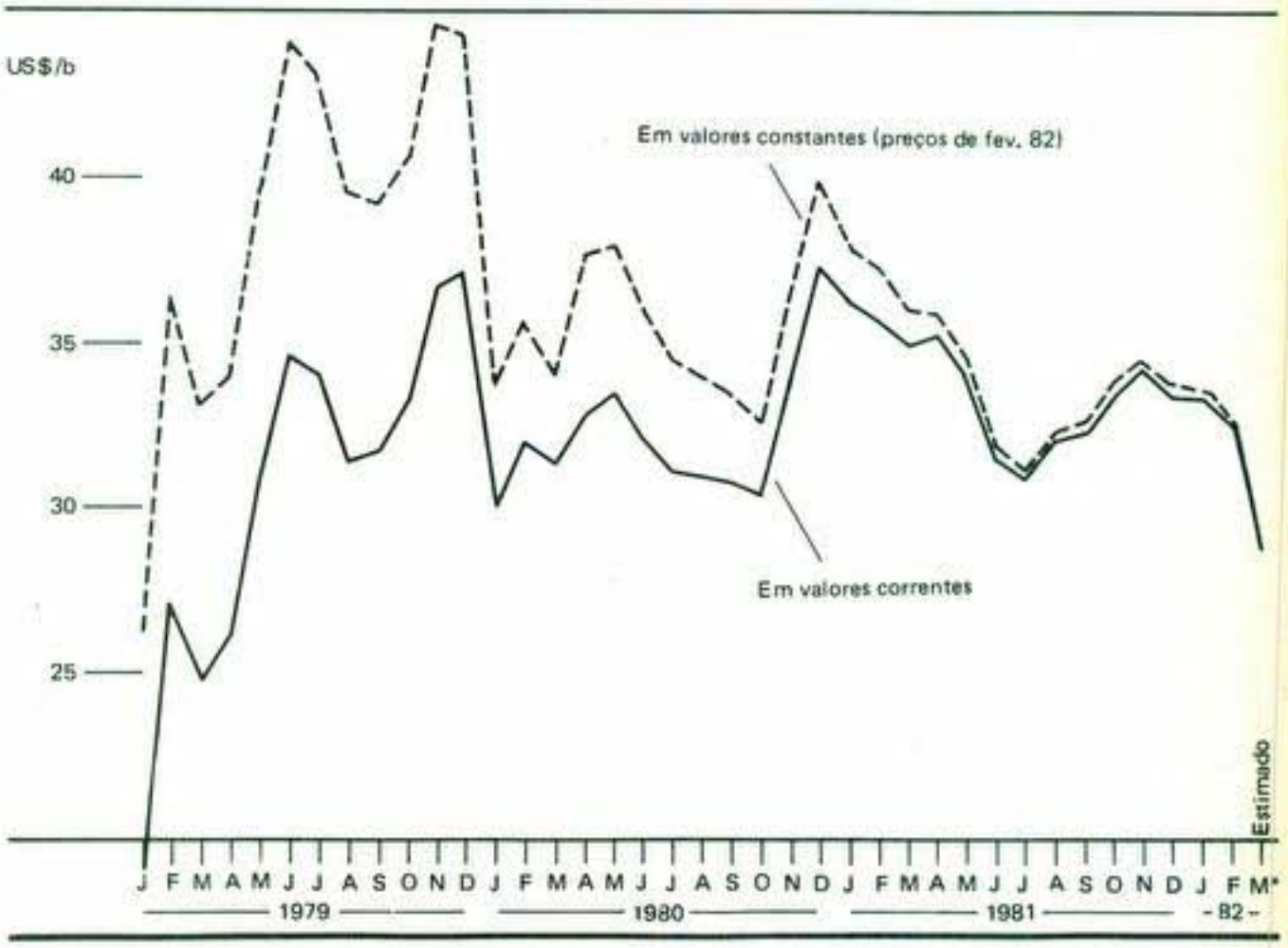
Perspectivas diante da queda de preços

O mercado de óleo, submetido a choques de preço de difícil assimilação, parece ter adquirido com muito retardo a consciência de seu movimento cíclico. A manutenção de nível alto para a produção saudita, numa tentativa isolada e inteligente de preservação da estrutura cartelizada, encontrou o mundo ocidental em meio a uma recessão de sérias proporções. A escala alcançada, entretanto, pelos trabalhos de conservação, substituição e aumento da produção fora da OPEP reduzira expressivamente sua participação no consumo mundial, com prejuízos aparentemente permanentes do seu poder político. Observa-se sobretudo uma postura de defesa organizada contra as incertezas geradas pelos choques de preços, a partir do volume de prospecção em áreas novas (como ao longo de toda a costa africana), dos investimentos em desenvolvimento da produção, ou ainda, dos programas de crescimento industrial com maior eficiência e menor consumo de combustível.

O concerto de medidas tomadas no âmbito do setor energético, coordenadas pelas projeções de baixa expansão energética, e sob a inspiração do temor a um novo caos econômico mundial, chega a incluir um plano da AIE para a formação de estoques estratégicos com esquema programado de desova.

Por outro lado, a produção da OPEP, reduzida hoje a perto de 20 milhões b/d (contra 30 milhões em 1979) encontra-se provavelmente muito próxima do limite de redução, especialmente se levadas em conta as suas necessidades imediatas de caixa e o atendimento aos programas de investimento iniciados nos

Óleo cru - tipo Arábico leve (US$/barril)



tempos de polpudos superávits. Acrescente-se a isso a expectativa de iminente retomada nos níveis da produção iraniana e do Iraque, envolvidos em conflito, de desgaste dificilmente mantido sem uma contribuição mais expressiva da receita com petróleo; além dos indícios de que os estoques permanecem altos, em vista da ausência de resposta dos movimentos do mercado *spot* ao rigor dos fatores sazonais de consumo, como o inverno do hemisfério Norte. Pelo contrário, as pressões baixistas do mercado de contratos advêm hoje das operações favorecidas do *spot* (v. gráfico).

Todas essas razões, enfim, parecem apontar para um período de estabilidade razoavelmente duradouro do comércio petrolífero. Considerando que, ao final desse período, o tempo mínimo de maturação dos investimentos em petróleo e alternativas esteja em vias de cumprimento, as possibilidades de equilíbrio das forças de mercado são de fato reais.

Para o Brasil em particular, já se pode notar maior margem de manobra com relação à composição do suprimento. A tabela 3 mostra claramente que a participação dos fornecimentos da área crítica vem decrescendo significativamente, passando de 92%, em 1979, para 63% no ano passado. Também é interessante constatar o crescimento dos volumes de importação de óleo provenientes da África e América do Sul como parte da política que submete as aquisições de petróleo a uma orientação global de balanço de pagamentos, especialmente ao trabalho de conquista de novos mercados e a consolidação da tendência de diversificação da pauta brasileira de exportações. Não é possível negar que essa diversificação, a par da dinamização desejada do setor externo, vem contribuindo para reduzir apreciavelmente a dependência das flutuações dos preços internacionais de *commodities*, extremamente vulneráveis, tanto a fatores circunstanciais e de clima, como à atratividade das aplicações financeiras regidas pelas taxas de juros externos. De outra parte, essa situação conduziu à seletividade dos gastos com importação e, ao cabo do processo, terá produzido uma economia mais resistente a choques externos, além de contribuir para o desenvolvimento de tecnologias nacionais em setores básicos.

Tabela 3 – Petróleo bruto: perfil de importação brasileira

Origem	Volume em 1.000m³		
	1979	1980	1981
África	1.910	3.406	7.683
América do Norte	–	736	2.620
América do Sul	1.926	3.124	4.745
Oriente Médio	53.595	41.621	30.979
Ásia e Oceania	766	1.677	2.999
Total	58.197	50.564	49.026

Fonte: Petrobrás.

Tabela 4 – Petróleo bruto: importações brasileiras

Período	Volume milhões/b	Valor US$ milhões	Média diária mil b/dia	US$/b
1981	308.374	10.599	845	34,40
1982p	308.374	10.084	845	32,70

p. previsão.
Fonte: Petrobrás.

Tabela 5 – Derivados de petróleo: exportações brasileiras

Período	Volume 1.000m³	Valor US$ milhões	US$ m³
1979	1.706	323	189,33
1980	2.173	509	234,23
1981[1]	4.726	1.125	238,04

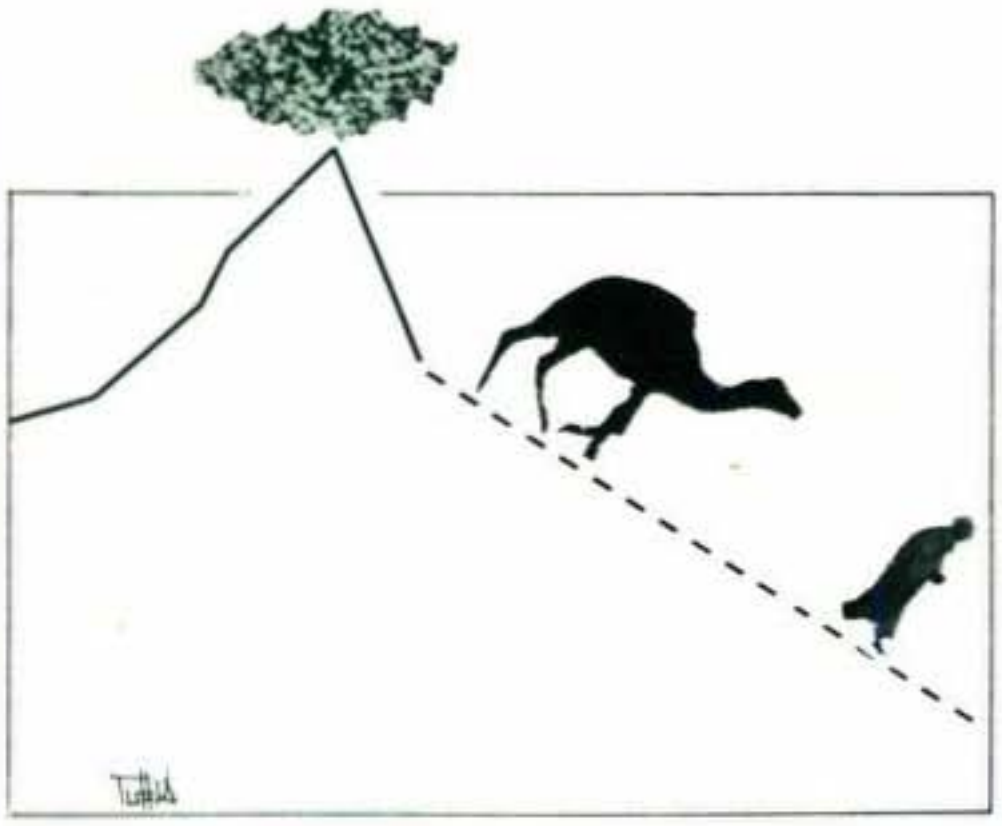
[1] Dados preliminares.
Fonte: Petrobrás.

As indicações do mercado internacional autorizam a previsão de que o preço do barril importado em 1982 poderá situar-se abaixo dos níveis de dezembro do ano passado (US$33,70). Na verdade, considerando as pressões baixistas e a possibilidade de utilização do mercado *spot*, é admissível um preço médio de ingresso em 1982 da ordem de US$32,7 /barril, o que perfaz despesa cambial de US$10.084 milhões com petróleo em bruto (tabela 4).

Essa previsão considera a estabilização do volume importado como possibilidade mais viável de redução da despesa, em termos líquidos, considerada a exportação de derivados e a tendência observada a partir de 1979 (tabela 5). ♦

Fernando A. de Moraes Rêgo Caldas

Petróleo, dólares e déficits



A tirania da OPEP está chegando mesmo ao fim?

*Ainda é cedo para se saber, mas a resposta parece positiva a julgar pelo que ocorre no mercado paralelo do petróleo (*spot*) e pelas espetaculares reduções de preços anunciadas pelos países produtores. De Londres, Alberto Tamer, correspondente de* Conjuntura, *mostra como os países da OPEP estão assustados com suas próprias cifras estatísticas. De fato, diz Tamer, a produção de petróleo do cartel caiu no ano passado aos níveis mais baixos desde 1969, totalizando 22,5 milhões b/d, o que pode ser comparado com recorde de 31,3 milhões b/d, em 1977, por exemplo. Com a exceção da Indonésia, todos os países do cartel registraram sensível queda da produção, como o Iraque (–66%), Líbia (–39%), Kwait (–33%), Nigéria (–30%) e Argélia (–21%).*

Em contraste, vários países fora da OPEP aumentaram a produção, como foi o caso do México (19,4%), a Inglaterra (8%) etc. Além disso, a análise estatística está demonstrando que os países consumidores estão cobrindo parte de sua demanda com estoques armazenados em fins de 1979 e primeiro semestre de 1980. Realmente, o consumo mundial tem caído bastante. Em 1981 esta queda foi calculada em 7,4%, o que significa descer de 46,5 milhões b/d (janeiro) para 44,6 milhões b/d em dezembro último. A própria produção da OPEP caiu 16,4%, descendo de 24,6 milhões b/d (jan. 81) a 22,4 milhões b/d, em dezembro. Paralelamente, o aumento da produção entre os "grandes" que não integram o cartel – Estados Unidos, Inglaterra, México, Omã etc. – foi de apenas 3,2%.

Como seria 82

Observando-se com mais atenção o comportamento do bimestre jan.-fev., chega-se à conclusão de que a demanda de petróleo caiu ainda mais do que se previa. Diz nosso correspondente, em Londres: "Alguns técnicos acreditam que essa demanda não passou de 46,5 milhões b/d, para uma estimativa, conservadora, de 47 milhões. A opinião unânime dos observadores é de que a demanda de petróleo deverá registrar uma queda de 2 milhões b/d em 1982, ou seja, uns 4% abaixo da demanda de 1981. Análises feitas pela Texaco e pela Esso prevêem que o consumo deverá se situar entre 44,7 milhões e 46,7 milhões b/d. Mas tais cifras são oferecidas na presunção de que a economia dos países da OCDE retome o caminho do crescimento no segundo semestre de 1982."

Por sua vez, os técnicos da OPEP acreditam que os países consumidores deverão refazer seus estoques já no segundo semestre, o que permitiria elevar o nível de produção do cartel a 21 milhões b/d. Mas como conciliar essa visão otimista com a decisão da Inglaterra e do México de baixar seus preços e manter seus níveis de produção? Em Londres – conclui Tamer – muita gente admite que as previsões de um preço de US$28 por barril de petróleo no mercado spot *ainda é otimista (para os produtores). Já se fala abertamente em US$26 e US$27, desde que imprevisíveis fatores políticos no Oriente Médio – aliás nem tanto – alterem as regras do mercado.*

Spot desabando

Aliás, não são apenas grandes consumidores – como Inglaterra e Estados Unidos – que ampliam sua produção. Aqui no Brasil, a Petrobrás informou nos primeiros dias de março que havia batido o recorde de produção com 270.939 barris, o que representa 27% do consumo nacional, maior percentual do petróleo produzido no País em toda a história da

Petróleo e déficits

empresa. O recorde anterior ocorrera também no início do mês de fevereiro, quando foram extraídos num só dia – 2 fev. – um total de 267.210 barris. Dados preliminares da empresa também revelaram no início de março que em fev. 82 foram produzidos 253 mil b/d, o que significa um crescimento de 15% em relação ao mesmo mês de 1981.

Assim, as cifras alinhadas ajudam a explicar por que os preços do mercado spot *vêm desabando. Ou seja: passaram de pouco menos de US$35 (meados de janeiro) a US$28 no final de fevereiro. Como, aliás, previu* Conjuntura *de janeiro último, ao escrever que os últimos falcões da OPEP estavam finalmente rendendo-se às imposições do mercado. De fato, agora mais do que nunca os países do cartel parecem perceber que sua política de preços está ameaçando sua galinha de ovos de ouro.*

Mas isso não é toda a verdade – adverte nosso correspondente londrino. E se pergunta: – Até que ponto a desenfreada corrida das taxas de juros nos Estados Unidos não estaria justificando menores preços para o petróleo? De fato, se o mercado está pagando mais pelo dólar, os membros da OPEP também estariam ganhando mais com o dólar que recebem por barril de petróleo.

A carta *do Morgan Guaranty Trust Company of New York mostra o contraste entre a firmeza do dólar e a debilidade de uma respeitável cesta de moedas industrializadas (tabela 1). Quase no final de janeiro deste ano, o franco suíço estava perdendo 5.8 pontos percentuais para o dólar, a lira italiana 5.5, o marco alemão 5.5, o franco francês 6.6, o franco belga 6.3, a libra 5.4, o iene japonês 6.8 e o menos atingido, o dólar canadense, 1.8. Em outras palavras, cada uma dessas moedas representam países que pagam o seu petróleo em dólar e são praticamente os grandes consumidores da OPEP. Assim, embora paguem menos pelo petróleo, estão pagando muito mais pelo dólar. Da mesma forma, os produtores, embora estejam realizando cortes em seus preços, estão recebendo dólares mais valorizados.*

Onde entra a cupidez

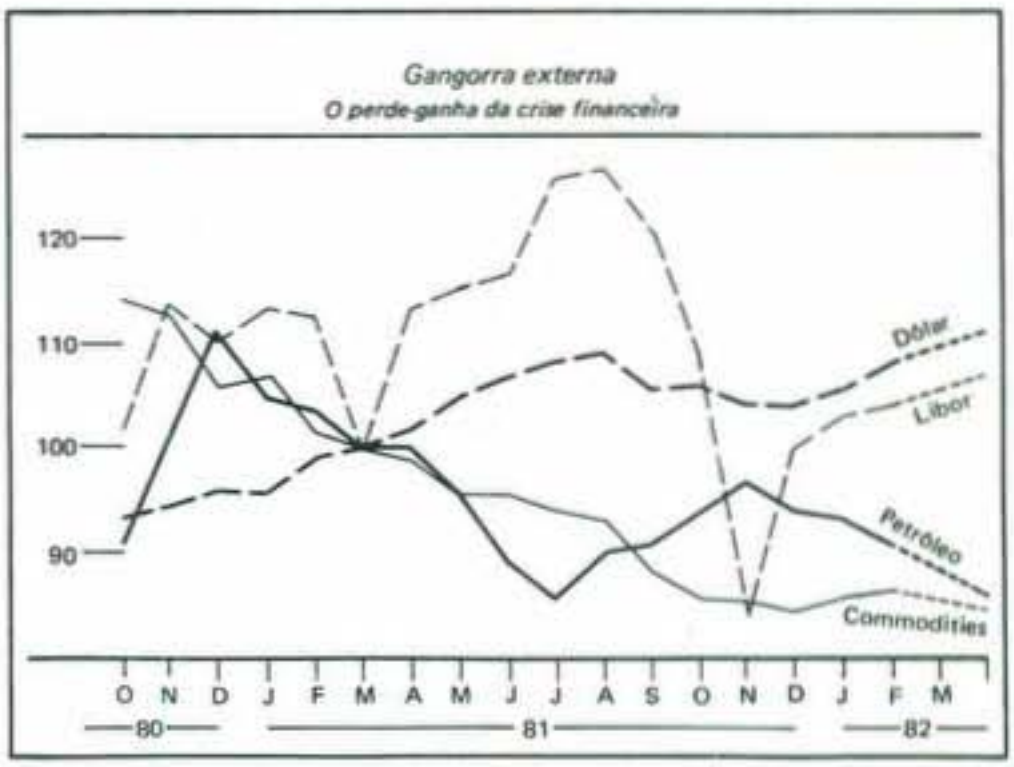
Mas independentemente do que ocorre no mercado financeiro, onde o dólar volta a ser empurrado pelas taxas de juros, algumas variáveis do affaire *petróleo deverão influenciar bastante o futuro dos preços, a curto e médio prazos. Entre elas:*

a) a continuada queda do consumo, sob a pressão conjunta da recessão, das fontes alternativas e da forma com que as economias ocidentais aprenderam a economizar o combustível;

b) a ampliação da oferta de dois países da OPEP arruinados pela guerra e pela crise econômica: Irã e Iraque.

O Irã, principalmente, com sua estrutura econômica em frangalhos, não tem outra saída senão elevar sua oferta de petróleo a 4 milhões de barris, o que representa mais de 3 milhões de barris adicionais. O Iraque, por sua vez, pressionado pelas conseqüências da guerra e pelas despesas com uma enorme gama de obras de infra-estrutura, busca reconquistar compradores para cerca de 3,2 milhões de barris diários, o que significa um acréscimo de cerca de 7 milhões de barris apenas na área iraque-iraniana.

Segundo a bem informada Arab Oil and Gas, *mesmo que a Arábia Saudita – agora temerosa de um colapso nos preços – venha a impor um drástico corte em sua produção diária, a retomada dos fornecimentos do Irã e Iraque ameaça a política de preços altos da OPEP. A própria Líbia, que sempre estimulou a linha dura do cartel, já está pagando um preço excessivo por sua cupidez: suas exportações caíram de 2,1 milhões de barris diários (1979) a*



1,1 milhão em 1981, segundo as cifras da Arab Oil. *Como regressar aos altos níveis de exportações sem passar pelo doloroso caminho das menores cotações? – se perguntam muitos analistas.*

Daí a nova posição da Arábia Saudita dentro da OPEP: evitar que os integrantes do cartel entrem em pânico e baixem seus preços atabalhoadamente. Mas não há dúvida de que, quaisquer que sejam os resultados de futuras reuniões da OPEP, a repentina abundância de petróleo constituirá fator de peso a gravitar no futuro dos preços. Aliás, o silêncio com que os países exportadores acolhiam as indicações de grandes dificuldades para os consumidores começa a ser substituído por acusações e protestos. Nesse sentido poderia ser sintomática a acusação do Ministério do Petróleo do Iraque, segundo a qual a atual situação do mercado "é uma conspiração da Agência Internacional de Energia", cuja finalidade seria a de abalar a estrutura dos preços da OPEP. O ministério iraquiano está consciente de que o único caminho que resta aos membros do cartel é reduzir sua produção, mas se perguntam os analistas:

"Como conciliar um tal desejo com a meta da retomada das exportações iraquianas?"

Cuidados nos prognósticos

Mas, de Londres, nosso correspondente Alberto Tamer adverte contra uma "euforia nessa matéria". Diz o despacho de Tamer:

"As informações sobre a queda dos preços do petróleo devem ser analisadas com extrema cautela, a fim de evitar-se uma euforia prematura que ainda não se justifica. Como se sabe, o petróleo é comercializado em dólares, moeda cujos valores vêm aumentando nos últimos meses, anulando de uma certa forma os efeitos benéficos daquela redução.

Desde os primeiros meses de 1981, os preços nominais do petróleo vêm registrando uma tendência declinante, tendo passado de US$34,80, em janeiro, para US$34 em dezembro, o que significou a primeira queda desde 1979, quando os preços pularam de US$18,67 para US$30,87 o barril. O aumento médio do preço nominal do petróleo foi de 11%, no ano passado, mas em termos de poder de compra esse índice foi maior, devido à valorização de 9% do dólar em relação à maioria das moedas.

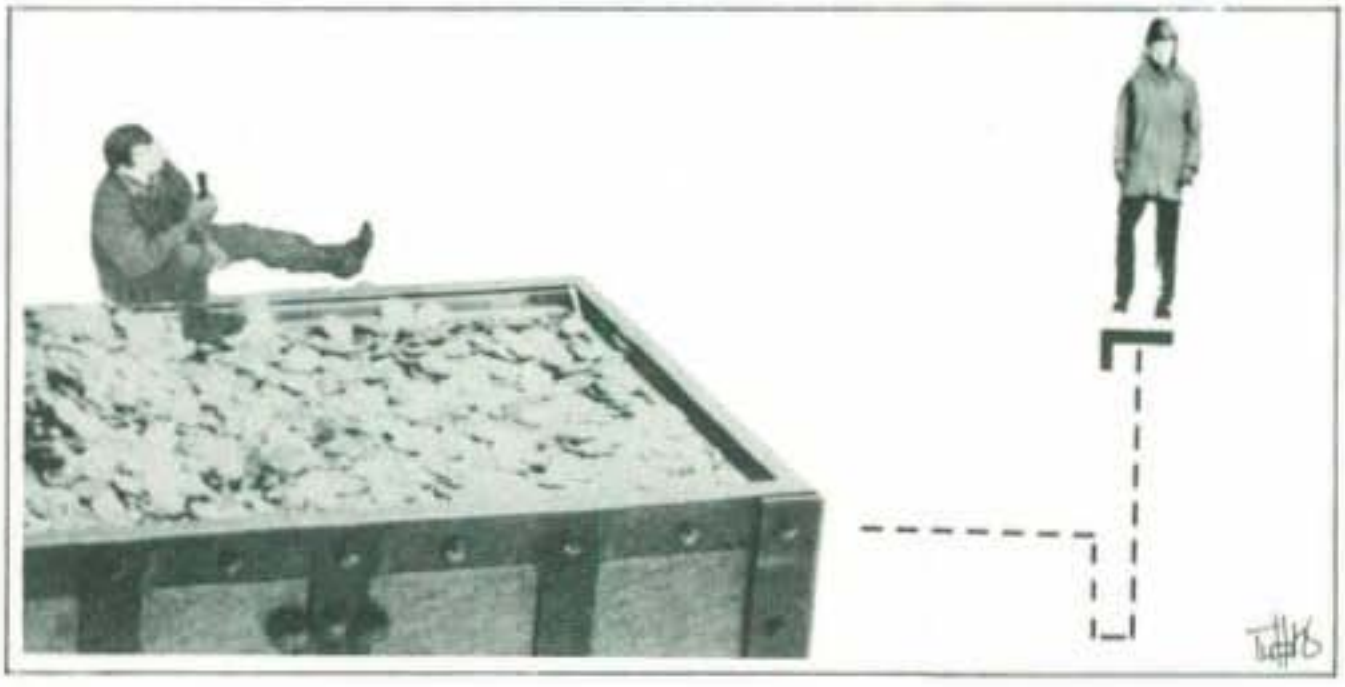
Assim, apesar de queda de 17% na produção do petróleo, representando um volume de 4 a 5 milhões b/d, somente na área da OPEP, a receita efetiva dos países que integram o cartel aumentou.

E isso, mesmo apesar da inflação que elevou os custos dos produtos importados. Também não se deve esquecer a receita que esses países continuam obtendo com a aplicação dos petrodólares (mais de US$200 bilhões), o que lhes permite uma renda quase tão elevada quanto a própria venda do petróleo. Isso lhes permite manter ainda um poder de barganha que não deve ser subestimado pelos países consumidores, que deveriam contar mais com o aumento da produção do México e do Mar do Norte do que com o enfraquecimento da Arábia Saudita (US$160 bilhões em reservas), Kuwait (US$76 bilhões) etc., apesar da desunião que reina no cartel.

Aliás, o que se deve tirar desse terceiro choque às avessas reside mais na queda da participação da OPEP no mercado do que na própria redução do preço. Realmente, o fato novo, de maior importância para os países consumidores, é que a participação da OPEP no mercado caiu de 62% (1980) a um pouco mais de 50%, em 1981, enquanto a parcela dos produtores que não integram o cartel passou de 38 a 47%, sem contar a União Soviética e a China. Essa menor participação da OPEP explicaria o gesto ousado da Grã-Bretanha, reduzindo o preço do petróleo de US$4 o barril de uma só vez; e poderá explicar, também, a preocupação dos principais países exportadores diante do desafio do México, do Alasca e da Grã-Bretanha.

Evidentemente, os consumidores poderão aproveitar-se sempre das divisões internas da OPEP para forçar novas quedas de preços. A Arábia Saudita, com as maiores reservas mundiais de petróleo e dólares, poderá continuar pressionando para consolidar sua posição política no Oriente Médio, num choque frontal com a Líbia e o Irã. O fator decisivo, porém, é o aumento da participação dos países ocidentais na produção de petróleo, que deverá agora crescer com as novas descobertas na África e no México. Este sim, poderá alterar o equilíbrio do poder entre consumidores e produtores. Aliás, não é por acaso que o presidente da OPEP sugeriu o reinício do diálogo entre produtores e consumidores . . ." ◆

EUA: mayflower ou mayday



Do nosso correspondente — Por qualquer prisma que consideremos, o ano de 1981 foi para a economia americana um ano especial. Em 20 jan., o Presidente Ronald Reagan tomou posse, tendo como promessa básica a cumprir a de guiar a nação americana de volta aos dias de crescimento, sem inflação, do passado. Para alcançar objetivo tão complexo, um programa econômico resumível em quatro pontos simples: menor presença do governo; menores impostos sobre o setor privado; menos regulamentações sobre atividades produtivas privadas; e expansão mais lenta da oferta de moeda.

Como arcabouço teórico a sustentar seu programa, a novíssima Economia do Lado da Oferta (*supply-side economics*), com sua mensagem ao mesmo tempo simples, simplista para alguns, e inovadora. Para incentivar investimentos privados, uma redução geral de impostos, tanto para indivíduos como para empresas, seria necessário. Simultaneamente, uma redução de gastos governamentais não-militares criaria mais espaço para atividades produtivas do setor privado, o que atuaria em reforço à expansão dos investimentos. O aumento de produção decorrente elevaria a base fiscal, de forma que a arrecadação total não sofreria com a queda das alíquotas de impostos.

Como conseqüência, o total de gastos governamentais não necessitaria cair juntamente com impostos, o que permitiria então um aumento nos gastos militares.

Um corte nos gastos

A idéia de cortes nos impostos sem redução concomitante no total de gastos chocou alguns setores conservadores, sempre preocupados com o equilíbrio do orçamento. Reagan, entretanto, levou adiante seu programa, obtendo vitórias decisivas consecutivas no Congresso. Inicialmente, através do *Budget Reconciliatory Act*, conseguiu um corte de gastos não-militares da ordem de US$35 bilhões. Mais tarde, em novembro, obteve um corte adicional de US$4 bilhões.

O mesmo sucesso verificou-se na redução de impostos. Como candidato, sua plataforma eleitoral apregoava uma redução de 10% no imposto sobre a renda individual, a ser aplicada a 1 jan. de cada ano, a partir de 1981, por três anos. Como Presidente, propôs ao Congresso inicialmente que a redução de 10% seria a partir de 1 jul., uma vez que uma redução retroativa de impostos não teria efeito incentivador sobre investimentos. Finalmente, o temor de que um déficit exagerado no orçamento atuasse de forma negativa sobre a taxa de juros, já então motivo de preocupação para os gestores da política econômica, levou à proposta final, aprovada pelo Congresso, de redução de 5%, a partir de 1.10.81. A este corte, seguir-se-ão dois adicionais de 10%, em 1.7.82 e 83, totalizando uma redução de 23% em 1984 relativamente aos valores de 1980.

Tabela 1 — Escalonamento da redução de impostos

Ano	Redução acumulada em termos de valores de 1980	Redução	Data de aplicação
1981	1,25%	5%	1.º de outubro
1982	11%	10%	1.º de julho
1983	19%	10%	1.º de julho
1984	23%	—	—

Fonte: *Business Week*, 28.12.1981.

ATENÇÃO: NA ASSINATURA BIANUAL VOCÊ LEVA MAIS VANTAGEM. COMPARE COM O PREÇO N.º AVULSO

ASSINE TAMBÉM AS OUTRAS REVISTAS DA FGV

CE
Conjuntura Econômica

Mensal, do IBRE - Instituto Brasileiro de Economia. Análise da economia nacional, perfil das contas nacionais, índices de preços em diversos setores e as últimas pesquisas na área econômica.

Nº Avulso: Cr$ 500,00
Assinatura Anual: Cr$ 4.500,00
Bianual: Cr$ 8.400,00

RBE
Revista Brasileira de Economia

Trimestral, do IBRE - Instituto Brasileiro de Economia. Uma informação segura sobre o comportamento econômico nacional e o desenvolvimento do pensamento econômico internacional.

Nº Avulso: Cr$ 500,00
Assinatura Anual: Cr$ 1.500,00
Bianual: Cr$ 2.800,00

RDA
Revista de Direito Administrativo

Trimestral, até 1946 editado pelo DASP e desde então pela FGV. Ensaios, descrições e comentários sobre o aspecto doutrinário e formal do Direito Público, sobretudo no ramo administrativo. Pareceres, textos de leis e ampla bibliografia. (Encadernada).

Nº Avulso: Cr$ 1.000,00
Assinatura Anual: Cr$ 3.000,00
Bianual: Cr$ 5.600,00

ABP
Arquivos Brasileiros de Psicologia

Trimestral, do ISOP - Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais. Estudos nacionais e estrangeiros sobre psicologia social, psicanálise, teoria, técnicas, pesquisas e diagnóstico em psicologia, perfis profissiográficos.

Nº Avulso: Cr$ 500,00
Assinatura Anual: Cr$ 1.500,00
Bianual: Cr$ 2.800,00

AO LADO DA SIGLA DA REVISTA INDIQUE O NÚMERO DE ASSINATURAS (01, 02, 09 etc.)

NÃO MANDE DINHEIRO AGORA.

AUTORIZO O REGISTRO DO MEU NOME COMO ASSINANTE DAS REVISTAS ABAIXO ASSINALADAS:

NOME COMPLETO

ENDEREÇO OU CAIXA POSTAL

CEP CIDADE

ESTADO PAÍS

PROFISSÃO OU ATIVIDADE PRINCIPAL

ASSINATURA

QUANTIDADE DE ASSINATURAS			JÁ FOI ASSINANTE? DE QUAIS REVISTAS?
	1 ANO	2 ANOS	
CE			
RBE			
RDA			
ABP			
RCP			
RAE			
FE			
RAP			
COR			
INF			

NÃO PREENCHA ESTA PARTE.

OP CPA Nº ASSINANTE DIA PER TA SEQ EST PAIS AT FP TV

NF NÚMERO VALOR

NÃO ESCREVA NA ÁREA SOMBREADA
USO EXCLUSIVO DA FGV

RCP
Revista de Ciência Política

Quadrimestral, do INDIPO-Instituto de Direito Público e Ciência Política.
Ensaios, documentos históricos, relatórios, análises e debates sobre sociologia política e as instituições do Estado, além de bibliografia específica.

Nº Avulso: Cr$ 500,00
Assinatura Anual: Cr$ 1.250,00
Bianual: Cr$ 2.100,00

RAP
Revista de Administração Pública

Trimestral, da EBAP - Escola Brasileira de Administração Pública. Visão prospectiva da problemática administrativa e temas afins, com análise crítica das teorias e práticas da administração pública.

Nº Avulso: Cr$ 500,00
Assinatura Anual: Cr$ 1.500,00
Bianual: Cr$ 2.800,00

RAE
Revista de Administração de Empresas

Trimestral, da EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.
A administração em todos os seus detalhes: de temas sofisticados até procedimentos de compra/venda de insumos e materiais, e técnicas de mercado.

Nº Avulso: Cr$ 500,00
Assinatura Anual: Cr$ 1.500,00
Bianual: Cr$ 2.800,00

COR
O Correio da Unesco

Mensal, editada pela FGV em convênio com a Unesco e o IBECC. Artigos sobre artes, educação, ciências, comunicação e cultura, assinados por renomados especialistas mundiais, em magníficas ilustrações.

Nº Avulso: Cr$ 180,00
Assinatura Anual: Cr$ 1.800,00
Bianual: Cr$ 3.240,00

FE
Forum Educacional

Trimestral do IESAE - Instituto de Estudos Avançados em Educação. Estudos e pesquisas do IESAE, legislação específica em vigor, sínteses comentadas das resoluções e pareceres do Conselho Federal de Educação.

Nº Avulso: Cr$ 500,00
Assinatura Anual: Cr$ 1.500,00
Bianual: Cr$ 2.800,00

INF
Informativo

Mensal, do INDOC - Instituto de Documentação.
A vida da FGV em revista, nas áreas de administração, documentação, ensino e pesquisa. E mais: seções sobre literatura, ciências sociais e relações internacionais.

Nº Avulso: Cr$ 120,00
Assinatura Anual: Cr$ 1.200,00
Bianual: Cr$ 2.160,00

ATENÇÃO: NA ASSINATURA BIANUAL VOCÊ LEVA MAIS VANTAGEM. COMPARE COM O PREÇO N.º AVULSO

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
ISR Nº 52 125/81
DR/RIO

PREENCHA, DESTAQUE E PONHA NA CAIXA DOS CORREIOS MAIS PRÓXIMA.
NÃO MANDE DINHEIRO AGORA!

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL

(Não é necessário selar este cartão)

O selo será pago pela

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS / Editora
Rio de Janeiro - RJ

20425

Economia americana

Déficit

O grande astro da cena econômica americana em 1981, entretanto, acaba sendo o déficit orçamentário do governo e sua associada, a taxas de juros. Acusados de responsáveis pela presente recessão e, pior, de incompatíveis com qualquer possibilidade de recuperação econômica sólida a partir de 1982, os altos níveis da taxa de juros geraram uma guerra surda, ainda não resolvida, entre funcionários do Tesouro e do Sistema de Reserva Federal, órgão aproximadamente equivalente ao Banco Central Brasileiro. Para o Tesouro, uma redução da velocidade de expansão de oferta de moeda é certamente necessária, porém a Reserva Federal estaria excedendo na tarefa, gerando, como conseqüência, valores inaceitáveis de taxas de juros. O crescimento real do Produto Nacional Bruto em 1981 acabou fixando-se em 1,9%, com flutuações erráticas ao longo do ano. O primeiro trimestre registrou um crescimento anual equivalente de +8,6%, enquanto o quarto trimestre viu este número cair para −5,2%, valores que espelham a amplitude das flutuações observadas. O resultado bastante negativo observado neste último trimestre reforçou expectativas de que uma séria recessão irá dominar a economia em 1982.

Tabela 2 – EUA: taxas anuais de crescimento real do PNB (1981)

Trimestre	Crescimento
1.º	+ 8,6%
2.º	− 1,6%
3.º	+ 1,4%
4.º	− 5,2%

Fonte: *New York Times*, 21.1.82.

Desemprego

Acompanhando a queda no produto, o desemprego elevou-se para 8,9% no último trimestre de 1981, número bastante superior aos 7,4% registrados um ano antes.

Este último ponto aumentou a importância do comportamento da taxa de juros para o sucesso global da política econômica de Reagan. Todo o apoio político e popular ainda desfrutados pelo Presidente estarão certamente comprometidos caso permaneça o atual panorama.

As perspectivas nesta área não são promissoras. A recessão tornou próximá do impossível qualquer conjectura de equilíbrio orçamentário em 1984, como o Candidato Reagan havia prometido. Na verdade, as estimativas do déficit orçamentário são próximas do aterrador.

Para 1982, US$109 bilhões e, acumulado, para o período 1982-84, US$400 bilhões, valor nunca antes imaginado, mesmo considerando-se o tamanho atual da economia. Dentro deste quadro de expectativas, poucos consideram provável qualquer queda nas taxas de juros a curto prazo. A própria Administração, em 6 nov. passado, abriu mão do equilíbrio do orçamento como objetivo de política econômica a ser alcançado. O abandono deste objetivo representou uma surpresa e desgosto para um número razoável de políticos conservadores, sempre dedicados a apregoar a necessidade do governo gastar apenas seus próprios recursos, como qualquer cidadão. A maior surpresa, entretanto, verificou-se quando membros do Conselho de Assessores Econômicos da Presidência abertamente afirmaram não existir nenhuma ligação concreta entre déficits no orçamento e aumentos nas taxas de juros. Mudanças como estas na opinião econômica dentro do governo certamente refletem as dificuldades de orientação frente aos dilemas de política econômica enfrentados pela Administração.

Inflação

Porém, em uma área importante os resultados obtidos revelaram-se melhores que as previsões oficiais. A inflação, preços ao consumidor, caiu em 1981 para 9,5%, contra uma previsão oficial de 10,5%. Após dois anos consecutivos na chamada faixa dos dois dígitos, este foi certamente um resultado promissor. A estabilização dos preços de petróleo, juntamente com menores aumentos nos preços de produtos agrícolas e habitação e um ritmo menor nos aumentos salariais parecem ter sido os elementos responsáveis básicos por este resultado. Efetivamente na continuação deste ritmo decrescente de inflação repousam as últimas esperanças de sucesso da política econômica de Reagan. Uma queda da inflação poderia puxar para baixo as taxas de juros, o que, simultaneamente, aumentaria as possibilidades de redução do déficit orçamentário e de expansão das despesas privadas de investimento, elemento fundamental para uma retomada auto-sustentada do crescimento.

Economia americana

Também no setor externo, balança comercial, os resultados foram preocupantes. As altas taxas de juros provocaram uma valorização do dólar frente às moedas européias, o que acabou por gerar um déficit na balança comercial de US$29,6 bilhões, 20% superior ao registrado em 1980. Tal resultado negativo foi obtido em um ano definido como de recessão, fato não observado na economia americana há aproximadamente 20 anos.

O futuro

Na área de regulamentação, Reagan iniciou de forma espetacular, suspendendo, logo em seus primeiros dias de governo, todo um conjunto de regulamentações propostas por Carter em seu período final de administração. Finalmente, na política relativa a grandes corporações, dois fatos importantes em 1981. O primeiro, o acordo com o gigante da telefonia, American Telephone and Telegraph (AT & T), encerrando um processo contra ela movido por Washington desde 1974. Se aprovado pela Justiça, o acordo deixará intacta a estrutura financeira, produtiva e de pesquisa da companhia. Permitirá ainda que ela entre na área de processamento de dados e outras consideradas de tecnologia de ponta.

Em troca, a AT & T deverá abrir mão de suas subsidiárias telefônicas regionais. O segundo fato, a retirada do processo movido contra a IBM desde 1969.

Ambos refletem de forma clara a posição adotada pela Administração Reagan no que diz respeito às grandes corporações: nada existe de intrínseco a elas que seja motivo para preocupações.

Em resumo, os resultados econômicos observados em 1981 não são róseos. As perspectivas para 1982 não são claras. Membros do governo mantêm a previsão de retomada do crescimento a partir do segundo trimestre. O enorme déficit do orçamento, com a pressão conseqüente sobre as taxas de juros, pouco contribui para as expectativas otimistas. A prevalecer o estado depressivo da economia, espalha-se o temor que os Estados Unidos estejam prestes a enfrentar a maior crise econômica desde a Grande Depressão, com o desemprego superando os 10% em 1982.

É de se esperar que aumente o número de vozes dentro e fora do governo a pressionar por um aumento nos impostos e redução substancial de gastos militares, e mesmo uma redução adicional de gastos não-militares. Reagan, entretanto, parece firme em seu programa *supply-side economics*. Sua posição é, de certa forma, condicionada pelas eleições de 2.11.82; eleitores não gostam nem de novos impostos, nem de promessas quebradas. ♦

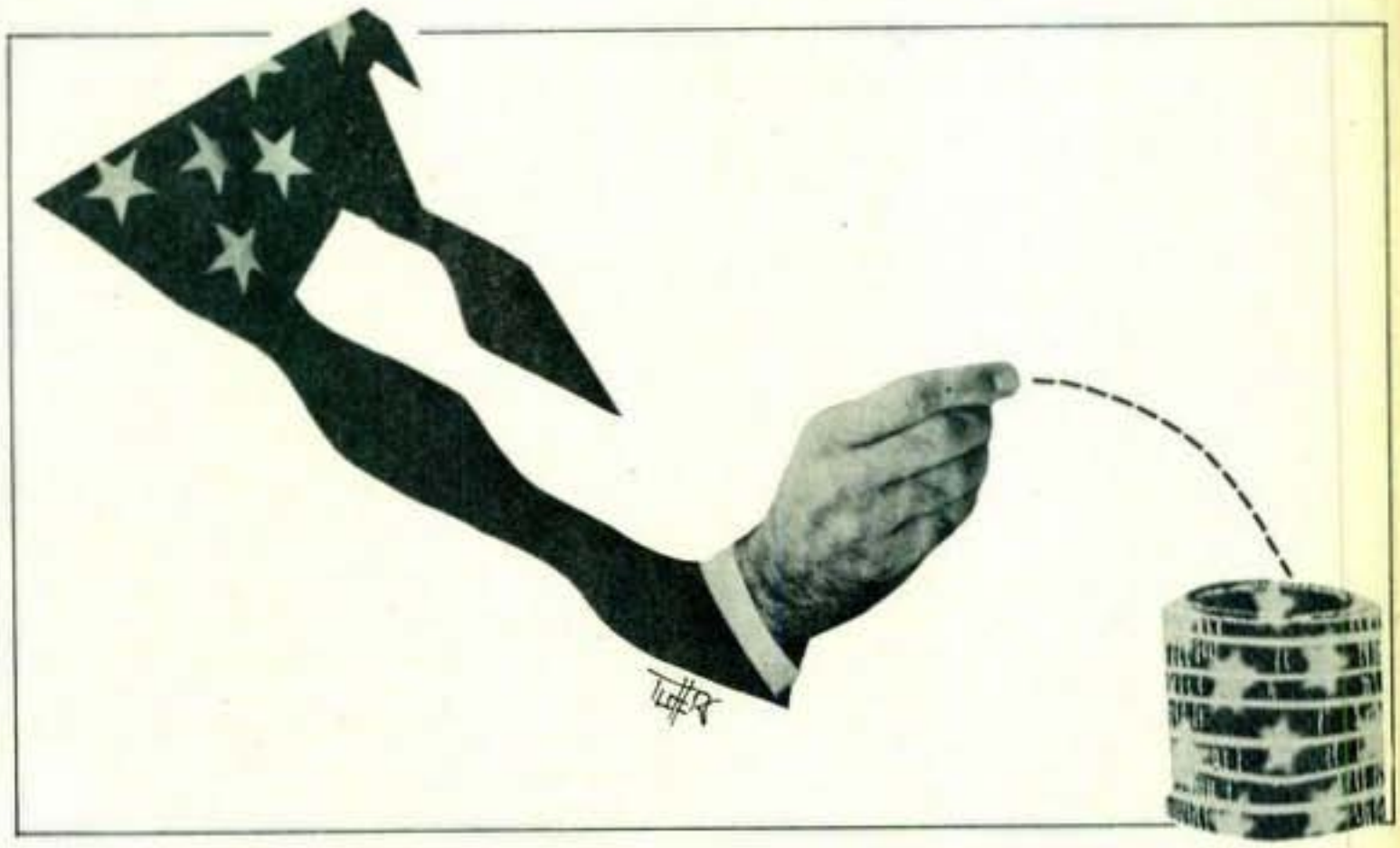
Luiz Ávila – de Nova Iorque



Fique por dentro do momento econômico nacional, conheça as últimas pesquisas de âmbito mundial sobre teoria econômica, renove suas idéias e seus métodos, lendo e assinando *RBE – Revista Brasileira de Economia*.

Nas Livrarias da FGV ou através de pedidos à FGV/Editora – Divisão de Vendas, Caixa Postal 9052 – 20.000 – Rio de Janeiro – RJ

A grande aposta de Reagan



Uma monumental aposta. Esta parece ser uma boa descrição para a proposta orçamentária relativa ao ano fiscal de 1983 (1.10.82 a 30.9.83) recém-enviada ao Congresso Americano pelo Presidente Ronald Reagan. Em profundo rompimento com a tradição conservadora do Partido Republicano, que sempre havia sido fiel ao princípio do orçamento equilibrado, Reagan propõe um conjunto de medidas que, caso adotadas, irão gerar déficit estimado em US$91,5 bilhões em 1983. Tal montante é inferior em apenas US$7,1 bilhões ao déficit previsto para 1982, que será o maior já registrado na economia americana.

Como candidato e como Presidente, Reagan não havia, até agora, alterado sua promessa de atingir equilíbrio no orçamento em 1984. A proposta orçamentária para 1983 elimina definitivamente esta possibilidade. As estimativas oficiais de déficits para os anos 1984-87 são de, respectivamente: US$82,9; 71,9; 66 e 53,2 bilhões. Equilíbrio orçamentário tornou-se agora um objetivo a ser alcançado após 1988!

Os sérios problemas de 1981, recessão, desemprego e taxas de juros, em nada afetaram a posição de Reagan. Ao contrário, em sua visão, reforçaram a necessidade de manter inalterado seu programa econômico. Os problemas de 1981 teriam sido causados pelo acúmulo de erros de política econômica ao longo de mais de uma década. Se os problemas foram grandes a razão está na aplicação tardia de seu programa, e não em qualquer erro em sua concepção.

*O programa original, baseado na chamada doutrina da economia do lado da oferta (*supply-side economics*), é portanto mantido intacto. A crença de que um corte generalizado de impostos, tanto para indivíduos como para corporações, associado à retirada do maior número possível de regulamentações sobre atividades econômicas, redução de despesas governamentais não militares e apoio a uma política monetária estável levariam a economia americana a um novo ciclo de prosperidade, livre de inflação, permanece como a base sustentadora das decisões da Administração Reagan na área econômica.*

As elevadas taxas de juros observadas ao longo de 1981 foram, sem dúvida, o principal problema. Causadoras, ou pelo menos agravadoras, do estado recessivo que se prolonga até o presente momento, seu comportamento será decisivo para o sucesso ou fracasso definitivo do programa econômico de Reagan. Este fato, reconhecido por todos, preocupa amplos setores da sociedade americana. A comunidade financeira, Wall Street, que jamais aceitou um dos pontos "revolucionários" da

A aposta de Reagan

supply-side economics, *cortes em impostos sem redução simultânea do total de gastos, aumentou sua descrença em relação ao programa como um todo. A possibilidade de conciliar redução na taxa de juros com o financiamento dos déficits propostos é por ela vista com franco ceticismo. Reagan, entretanto, aposta na queda da taxa de juros acompanhando o presente declínio observado nos índices inflacionários.*

A segunda etapa de redução do imposto sobre renda pessoal terá efeito a partir de 1 jul. próximo. Uma recuperação da atividade econômica, estimulada por este corte de impostos, é esperada por analistas econômicos. Entretanto, a necessidade do governo de financiar seu gigantesco déficit tem preocupado estes mesmos analistas. Caso efetivamente uma recuperação econômica se inicie a partir do segundo semestre, é bastante provável que um novo movimento ascendente de taxas de juros se verifique. A maior demanda de crédito, conseqüência da expansão dos negócios, iria encontrar um mercado de crédito pressionado ao mesmo tempo pela necessidade do governo em financiar seu déficit e pela política monetária restritiva imposta pelo Fed. O efeito imediato deste possível novo aumento de taxas de juros seria naturalmente o de tornar difícil o desenvolvimento da recuperação. Sua morte no nascedouro seria o mais provável.

Os déficits propostos parecem imcompatíveis com qualquer política econômica fadada a funcionar. O sentimento de que tudo se tornou uma grande aposta generalizou-se. O cacife está, entretanto, tornando-se elevado demais e muitos parceiros de Reagan estão pensando seriamente em abandonar a mesa de jogo.

Para um número crescente de participantes do debate político econômico é imperioso que se reduzam os déficits.

Para isto propõem ou uma elevação de impostos, ou uma redução adicional de gastos públicos.

Considerando-se os cortes já efetuados e os ora propostos no Orçamento 83, novas reduções nos gastos não militares são de difícil obtenção. Sobram cortes em despesas militares, até agora intocadas, apesar da crescente pressão para que uma redução de despesas também nesta área seja efetivada. Reagan, entretanto, não parece disposto a ceder, uma vez que não vê nenhum problema em seu programa.

A questão no ar é: qual será a reação do Congresso ao Orçamento proposto? Ele pode aceitar passivamente a proposta do Presidente e esperar para ver os resultados, ou simplesmente recusar-se a tomar parte no jogo econômico, rejeitando o Orçamento proposto e assim gerando uma séria crise política.

Pontos principais do Orçamento 83

Gastos: *US$ 757,6 bilhões, representando um aumento de 4,5% em relação aos US$ 725,3 bilhões estimados para o ano fiscal de 1982. O perfil de gastos remetido ao Congresso reflete a preocupação de Reagan em diminuir a presença governamental na economia.*

Uma série longa de cortes e redução do crescimento de gastos públicos não militares é proposta. Os mais notáveis são os relativos a selos para alimentos, ajuda a estudantes, assistência médica, habitação, treinamento profissional, transporte público e seguro desemprego. Segundo Reagan, caso suas medidas de contenção sejam adotadas, o déficit para 1983 será reduzido em US$ 56 bilhões, e, para o período 1983-85, em US$ 239 bilhões.

Receitas: *US$ 666,1 bilhões, aumento de 6,3% sobre os US$ 627,7 bilhões estimados para 1982. Propõe medidas para elevar a arrecadação como um valor mínimo de imposto de renda de corporações e taxas sobre diversos serviços governamentais. O conjunto de redução de impostos*

Evolução do orçamento: 1982-83, EUA – em bilhões de dólares, anos fiscais

	1982	1983
Gastos militares	*187,5*	*221,1*
Social security	*154,6*	*173,5*
Outros benefícios	*102,9*	*95,6*
Outros gastos civis	*129,9*	*98,7*
Juros	*83,0*	*96,4*
Saúde	*67,4*	*72,4*
Total	*725,3*	*757,6*

Fonte: Escritório de Administração e Orçamento, EUA (publicado no New York Times, *7.2.82).*

Comentário

A aposta de Reagan



aprovado no ano passado é, entretanto, mantido intacto.

Déficit: *US$91,5 bilhões, queda de 7,2% em relação ao recorde de US$98,6 bilhões estimados para 1982.*

Gastos militares: *US$221,1 bilhões, aumento de 18% em relação a 1982.*

Gastos civis: *US$536,5 bilhões, queda de US$1,3 bilhão em valor absoluto, a primeira queda em despesas não militares em mais de 20 anos. Os principais programas de gastos civis e as alterações propostas são descritas a seguir.*

Seguridade social *(social security): US$173,5 bilhões, aumento de 12%.*

Saúde: *US$72,4 bilhões, aumento de 7%. Apesar do aumento, a proposta reflete a preocupação do governo em conter gastos na área médica. No período 1978-81, estes gastos cresceram a uma taxa média de 16,7% ao ano.*

Dois programas compõem a totalidade de gastos sob estes títulos: Medicaid, assistência médica a famílias de baixa renda; e Medicare, assistência médica a idosos. Para o primeiro é proposta uma redução no nível absoluto de gastos, de US$17,8 para US$17 bilhões. Para o segundo, Medicare, Reagan propõe um aumento de 12%, de US$49,5 para US$55,3 bilhões.

Juros: *US$96,4 bilhões, pagamento líquido de juros sobre a dívida pública, aumento de 16% sobre os US$83 bilhões estimados para 1982.*

Como medida final para a redução do déficit, Reagan propõe uma série de ações administrativas internas, como venda de terras públicas, venda de concessões para pesquisa e exploração de petróleo e maior eficiência da máquina administrativa federal. No total, estas medidas reduziriam o déficit em US$15 bilhões.

Hipóteses: *para obtenção dos valores do Orçamento foram supostos para 1983 (dezembro a dezembro) os seguintes valores: crescimento real, 5,2%; inflação, 6%; desemprego médio, 7,9%; taxas médias de Letras do Tesouro de três meses, 10,5% ao ano. A hipótese sobre expansão da oferta de moeda ainda não foi publicada.* ♦

Luiz Ávila,
de Nova Iorque.

Revista de Administração de Empresas

Artigos – sobre práticas gerenciais, as relações Estado/empresa privada, e vários outros temas afins, por mestres na matéria.
Notas e comentários – das questões mais palpitantes em torno de insumos e materiais, técnica mercadológica, processamento de dados etc.
Informe trimestral – sobre as pesquisas mais recentes no campo administrativo-econômico-financeiro.
Resenha bibliográfica – das últimas publicações mais destacadas do setor



Nas Livrarias da FGV ou através de pedidos à FGV/Editora – Divisão de Vendas, Caixa Postal 9052 – 20.000 – Rio de Janeiro – RJ

BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S.A.

GASTÃO VIDIGAL (FUNDADOR)
Fundado em 1938
CARTA PATENTE Nº 1.346 - C.G.C. nº 61.065.821
COMPANHIA ABERTA

CONSELHO CONSULTIVO
Lucas Nogueira Garcez - Presidente

Adolpho de Oliveira Franco
Aluizio Rebello de Araujo
Alvaro Augusto de Bueno Vidigal
Antonio Fernando de Bulhões Carvalho
Caio de Alcântara Machado
Eduardo Caio da Silva Prado
Eduardo Lacerda de Camargo
Gastão de Mesquita Neto
Geraldo Dannemann
José Ermírio de Moraes Filho
Luiz Eduardo Compello

RESUMO DO BALANCETE PATRIMONIAL EM 29 DE JANEIRO DE 1982
COMPREENDENDO MATRIZ EM SÃO PAULO E AGÊNCIAS NO PAÍS

ATIVO (Em Cr$ 1.000,00)		PASSIVO (Em Cr$ 1.000,00)	
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	153.700.303	PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	156.796.609
Disponibilidades	10.596.177	Depósitos	74.947.980
Operações de Crédito	51.599.124	Relações Interbancárias e Interdepartamentais	15.813.851
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	15.085.616	Obrigações por Empréstimos	41.250.093
Créditos Diversos	44.180.162	Obrigações por Recebimentos - Tributos e Encargos Sociais	4.273.657
Valores e Bens	32.239.224	Outras Obrigações	20.511.028
ATIVO PERMANENTE	33.433.670	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Investimentos (em ações e outros)	26.297.177	Capital, Reservas e Contas de Resultado	30.337.364
Imobilizado	4.967.855		
Diferido (gastos a amortizar em semestres futuros)	2.168.638		
	187.133.973		187.133.973

São Paulo, 12 de fevereiro de 1982
(a) Gastão Eduardo de Bueno Vidigal
Presidente do Conselho de Administração

Diretor Presidente
(a) Gastão Vidigal Baptista Pereira

Diretores Vice-Presidentes
(a) Gastão Augusto de Bueno Vidigal
(a) Geraldo Machado
(a) Wilton Paes de Almeida Filho
(a) Mario Gonçalves Luz
(a) Luiz Carlos Vescovi Piaster

Diretores Gerentes
(a) Ruy Marques
(a) Antonio Luiz Teixeira de Barros Junior
(a) Luiz de Paula Figueira Junior
(a) Milton Centini
(a) Paulo Francisco da Costa Aguiar Toschi
(a) Sylvio Fortuna

Diretores
(a) Caio Pompéia Ribeiro
(a) José Ferraz Ferreira Filho
(a) Léo do Amaral
(a) José Walter Corradi
(a) Carlos Alfredo Sozio
(a) Virgilio Bigote Fernandes
(a) Ovidio Armelin

(a) Alpheu Lázaro Rodrigues
Técnico em Contabilidade CRC-SP 129.636

BANCO FINASA

DE INVESTIMENTO S.A.
CARTA PATENTE Nº 8.182/80 - C.G.C. Nº 60.864.440

CONSELHO CONSULTIVO
Lucas Nogueira Garcez - Presidente

Antonio Augusto de Azevedo Sodré
Antonio Carlos de Bueno Vidigal
Arne R. Vissar
Casimiro Antonio Ribeiro
Eduardo Andrade Gonçalves
Ernst Gunther Ligkau
H. Horácio Cherkassky
Hélio Dias de Moura
João Uchôa Borges
José E. Mindlin
Justo Pinheiro da Fonseca
Paulo Ayres de Almeida Freitas Filho
Roberto Costa de Abreu Sodré
Roberto da Silva Porto

RESUMO DO BALANCETE PATRIMONIAL EM 29 DE JANEIRO DE 1982
COMPREENDENDO MATRIZ EM SÃO PAULO E AGÊNCIAS

ATIVO (Em Cr$ 1.000,00)		PASSIVO (Em Cr$ 1.000,00)	
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	53.498.705	PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	49.047.853
Disponibilidades	18.364	Depósitos a Prazo	22.627.236
Financiamentos e Repasses	41.120.821	Recursos para Financiamentos e Repasses	24.029.950
Títulos e Valores Mobiliários	3.943.474	Outros Recursos	2.390.667
Outros Créditos e Valores	8.416.046	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	197.762
ATIVO PERMANENTE	4.809.684	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Investimentos (em ações e outros)	3.909.039	Capital, Reservas e Contas de Resultado	9.062.774
Imobilizado	893.019		
Diferido (gastos a amortizar em semestres futuros)	7.626		
	58.308.389		58.308.389

São Paulo, 12 de fevereiro de 1982
(a) Gastão Eduardo de Bueno Vidigal
Presidente do Conselho de Administração

Diretor Presidente
(a) Gastão Vidigal Baptista Pereira

Diretores Vice-Presidentes
(a) Regis Soulas
(a) Casimiro Antonio Ribeiro
(a) Raul Carlos Pereira Barretto
(a) Tito Enrique da Silva Neto

Diretores Gerentes
(a) José Geraldo Scarano
(a) Ary da Silva Graça Filho
(a) Edgar Azevedo Uchôa
(a) José Eduardo de Oliveira Lima
(a) Peregrino Vieira da Cunha Neto

Diretores
(a) José Vieira Lima Filho
(a) Carlos Elia Haidamus
(a) Márcio Luiz Tournillon Ramos
(a) Octavio Souto Vidigal
(a) Luiz Fonseca de Souza Meirelles Filho

(a) Roberto Kasmanas
Técnico em Contabilidade CRC-SP 35.582

FINASA

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
CARTA PATENTE Nº 37 - C.G.C. Nº 61.594.784

CONSELHO CONSULTIVO
Virgilio Alves de Carvalho Pinto - Presidente

Antonio Carlos Vidigal
Dario Ferreira Guarita Filho
Pedro Paulo Leite de Barros

RESUMO DO BALANCETE PATRIMONIAL EM 29 DE JANEIRO DE 1982

ATIVO (Em Cr$ 1.000,00)		PASSIVO (Em Cr$ 1.000,00)	
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	30.398.864	PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	25.977.364
Disponibilidades	88.443	Títulos Cambiais	24.620.847
Financiamentos, Refinanciamentos e Repasses	26.818.703	Outros Recursos	1.356.517
Outros Créditos e Valores	3.491.718	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO PERMANENTE	2.388.812	Capital, Reservas e Contas de Resultado	6.810.312
Investimentos (em ações e outros)	1.905.244		
Imobilizado	470.521		
Diferido (gastos a amortizar em semestres futuros)	13.047		
	32.787.676		32.787.676

São Paulo, 12 de fevereiro de 1982
(a) Gastão Eduardo de Bueno Vidigal
Presidente do Conselho de Administração

Diretor Presidente
(a) Gastão Vidigal Baptista Pereira

Diretores Vice-Presidentes
(a) Gastão Augusto de Bueno Vidigal
(a) João Uchôa Borges

Diretores Gerentes
(a) Pedro Carvalho de Andrade
(a) Ruy Baptista Pereira Filho

Diretores
(a) Miguel Divaldo Gutierrez
(a) José Roberto Vaz Barcellos
(a) Oswaldo de Assis Filho

(a) Sergio Antonio Bertussi
Técnico em Contabilidade CRC-SP 77.837

Economias regionais 12.ª sondagem



Com base na Sondagem Conjuntural junto à indústria de transformação, o Centro de Estudos Industriais (Ibre/CEI) realizou levantamento a respeito do desempenho do setor secundário, de cada região do País, no quarto trimestre de 1981. Os resultados a seguir divulgados constituem um resumo dos relatórios feitos pelas diversas instituições co-participantes da pesquisa, * e se referem a constatações e previsões feitas por 2.634 empresas.

Deve-se observar, no entanto, limitações do inquérito quanto à representatividade da amostra a nível regional, tendo em vista que parte das empresas, com estabelecimentos em várias unidades da Federação, apenas apresentam informações consolidadas relativas a seus estabelecimentos industriais.

Sumário

O último trimestre caracteriza-se, normalmente, pela expansão da demanda de bens de consumo, em virtude dos festejos natalinos e do pagamento do 13.º salário (tal incremento efetivamente se concretizou em todas as regiões).

Para o período jan.-mar. do corrente ano, apenas os empresários do Centro-Oeste prevêem absorção adicional de mão-de-obra (os das demais regiões prognosticam estabilidade).

Nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste, os industriais prevêem alguma desaceleração na taxa de expansão dos preços dos manufaturados no primeiro trimestre de 1982. Os do Sudeste, por sua vez, estimam que os preços de tais produtos experimentem crescimento a taxas ao nível médio daquelas ocorridas no quarto trimestre de 1981.

Programas de investimento em 1981

Na tabela 4 comparam-se os resultados referentes à programação de investimentos, feita no início de 1981, e aqueles realizados durante o ano.

Como se depreende da tabela, a redução dos programas de investimento foi superior à aplicação acima dos volumes previstos (o Centro-Oeste constituiu-se em exceção) e, em algumas regiões, ao efetivamente investido. Isto se pode constatar, principalmente, no Sudeste, onde as assinalações de redução de investimentos atingiram o nível de 51%, enquanto que apenas responsáveis por 11% das vendas investiram mais do que pretendiam inicialmente e 30% aplicaram os recursos orçados no princípio do ano passado.

Cabe ressaltar que cerca de 1/5 dos que respondem pelo faturamento industrial do Centro-Oeste não planejavam investir em instalações; porém, vieram a fazê-lo no decorrer de 1981. ♦

Tabela 1 – Sondagem inter-regional junto à indústria de transformação – prognósticos referentes à evolução das atividades industriais no 1.º trimestre de 1981 e de 1982

Regiões	Anos	Produção			
		Expansão (%)	Estabilidade (%)	Queda (%)	Saldo (%)
Norte	1981	35	38	27	+ 8
	1982	27	54	19	+ 8
Nordeste	1981	32	39	29	+ 3
	1982	31	46	23	+ 8
Sudeste	1981	26	50	24	+ 2
	1982	38	45	17	+21
Sul	1981	37	39	24	+13
	1982	26	51	23	+ 3
Centro-Oeste	1981	45	37	18	+27
	1982	51	36	13	+38
Brasil	1981	29	44	27	+ 2
	1982	34	45	21	+13

Fonte: Ibre/DCS/CEI/Sondagem Conjuntural.

Panorama geral

Região Norte

Os resultados globais da Amazônia superaram, de modo geral, as expectativas dos empresários: expansão da procura e da produção e estabilidade do contingente de mão-de-obra no período out.-dez. — desempenho esse fortemente influenciado pelo incremento da demanda de bens de consumo final (que corresponde a cerca de 3/4 das vendas da indústria de transformação na Amazônia). À época da pesquisa, o grau de utilização dos equipamentos por parte da indústria de tal região era de 69%.

No início de janeiro, problemas de insuficiência de capital de giro limitavam mais intensamente os planos de expansão da produção das seguintes indústrias: impressão de material escolar, para propaganda e para usos comercial ou industrial (87%), artigos de ourivesaria, joalheria e bijuteria (86%), aparelhos, instrumentos e material fotográfico e de ótica (74%), beneficiamento de couros e peles (74%), produtos de material plástico para construção (73%), refrigerantes (64%), beneficiamento de borracha natural (60%), sabões, detergentes e glicerinas (57%) e metais não-ferrosos (51%).

Àquela época, os seguintes ramos ressentiam-se de escassez de insumos:

- metais não-ferrosos (cassiterita), 49% de assinalações;
- relógios (contingenciamento de importação de componentes), 41%;
- pescado (peixe e camarão), 26%;
- eletronicodomésticos (semicondutores, capacitores, peças plásticas etc.), 19%;
- produtos de material plástico para embalagens (limitação de cotas de importação), 19%;
- massas alimentícias e biscoitos (farinha de trigo), 13%.

Tabela 2 — Sondagem inter-regional junto à indústria de transformação — utilização média da capacidade instalada

Regiões	Jan. 81 (%)	Abr. 81 (%)	Jul. 81 (%)	Out. 81 (%)	Jan. 82 (%)
Norte	76	74	75	72	69
Nordeste	82	66	70	75	75
Sudeste	84	79	77	74	73
Sul	78	77	75	73	72
Centro-Oeste	67	79	67	58	71
Brasil	82	78	76	74	74

Fonte: Ibre/DCS/CEI/Sondagem Conjuntural.

Tabela 3 — Sondagem inter-regional junto à indústria de transformação — prognósticos relativos à evolução da mão-de-obra empregada no 1.º trimestre de 1981 e 1982

Regiões	Anos	Mão-de-obra			
		Expansão (%)	Estabilidade (%)	Queda (%)	Saldo (%)
Norte	1981	24	58	18	+ 6
	1982	21	65	14	+ 7
Nordeste	1981	17	65	18	— 1
	1982	13	69	18	— 5
Sudeste	1981	14	72	14	0
	1982	13	78	9	+ 4
Sul	1981	21	66	13	+ 8
	1982	16	68	16	0
Centro-Oeste	1981	19	73	8	+11
	1982	44	47	9	+35
Brasil	1981	19	67	14	+ 5
	1982	15	73	12	+ 3

Fonte: Ibre/DCS/CEI/Sondagem Conjuntural.

Responsáveis por 43% do faturamento do ramo embarcações queixavam-se, no princípio do ano, de escassez de mão-de-obra qualificada.

Insuficiência de demanda foi mais sentida em: abate de animais, conservas de carne e gorduras comestíveis de origem animal (93%), chapas e placas de madeira (86%), relógios (58%), e madeira bruta, laminados de madeira e madeira resserrada (51%).

Deve-se, ainda, ressaltar que, devido à vazante dos rios, em out.-dez., a indústria madeireira enfrentou dificuldades para o transporte de toras.

Região Nordeste

Não se confirmaram, no quarto trimestre, os prognósticos dos empresários da indústria nordestina de transformação quanto ao incremento da demanda e da produção. As opiniões variaram desde aumentos até quedas, em grande parte devido a demanda interna desses produtos (tais vendas representam 88% do faturamento do setor secundário da região). Com relação à procura externa, observou-se, pelo terceiro trimestre consecutivo, acentuado declínio (não pre-

visto pelos industriais). Não obstante, foram realizadas contratações adicionais de pessoal.

No início de jan.82, o grau médio de utilização dos equipamentos mantinha-se ao mesmo nível de out.81 (75%). Àquela época, persistiram, para responsáveis por, respectivamente, 13% e 11% das vendas da indústria de tal região, problemas quanto à insuficiência de capital de giro e de matérias-primas.

Queixas relativas à insuficiência de recursos para giro foram identificadas, principalmente, nos seguintes ramos: produtos veterinários (100% de assinalações), estruturas de madeira e artigos de carpintaria (98%), equipamentos para agricultura e indústrias rurais — exceto tratores (96%), abate de animais, conservas de carne e gorduras comestíveis de origem animal (81%), sabões, detergentes e glicerinas (77%), ferro e aço (75%), móveis de madeira, vime e junco (75%), carrocerias para veículos automotores (71%), beneficiamento de couros e peles (44%), laticínios (42%), impressão de material escolar, para propaganda e para usos comercial ou industrial (41%), artigos de colchoaria (40%), e tecidos de fibras artificiais e sintéticas e filamentos contínuos artificiais (38%).

Os seguintes ramos industriais ressentiam-se, no início de janeiro, de escassez de matérias-primas:

- conservas alimentícias — exceto de carne e pescado (coco-da-baía, tomate), 81%;
- óleos e gorduras vegetais para alimentação (cacho de dendê, caroço de algodão, babaçu, tucum, mamona), 76%;
- açúcar (cana-de-açúcar), 64%;
- beneficiamento de fibras têxteis vegetais (algodão), 60%;
- embalagens metálicas, 52%;
- preparação do fumo em folha (tabaco *in natura*), 40%;
- beneficiamento de couros e peles (couro bovino e peles de cabra e carneiro), 40%;
- sabões, detergentes e glicerinas (sebo bovino e óleo de babaçu), 22%.

Àquela época, responsáveis por, respectivamente, 50% e 16% das vendas de móveis de metal e de máquinas operatrizes e aparelhos industriais queixavam-se de escassez de mão-de-obra especializada.

Demanda insuficiente limitava, no princípio do ano, os planos de expansão da produção de resinas, fibras e fios artificiais e sintéticos (100% de assinalações), laminados plásticos (100%), máquinas operatrizes e aparelhos industriais (65%), tecidos de fibras artificiais e sintéticas e filamentos contínuos artificiais (62%), elementos químicos e produtos químicos básicos (56%), e móveis de metal (44%).

Responsáveis por 21% das vendas de bebidas não-alcoólicas ressentiam-se, na época do inquérito, de escassez de embalagens.

Região Sudeste

As informações a respeito da demanda e da produção industrial do Sudeste variaram, pelo segundo trimestre consecutivo, desde aumentos até quedas. Mais uma vez, constataram-se dispensas de pessoal (o que vem ocorrendo há quatro inquéritos). No início de janeiro, o grau médio de utilização dos equipamentos pela indústria dessa região era de 73%.

Àquela época, demanda insuficiente constituía-se no principal fator limitador da expansão da produção de vários segmentos industriais: outros produtos intermediários de minerais não-metálicos (100% de assinalações), máquinas de costura, refrigeradores, máquinas de lavar e secar roupa (100%), eletrodomésticos (100%), caminhões, ônibus e semelhantes (100%), bicicletas e motocicletas (100%), conservas alimentícias — exceto de carne e pescado (100%), máquinas operatrizes e aparelhos industriais (98%), produtos metalúrgicos para uso doméstico (97%), material elétrico (inclusive para veículos) e lâmpadas (97%), eletronicodomésticos (97%), produtos de material plástico para construção (96%), peças e acessórios (exclusive elétricos) para veículos automotores (94%), adubos, fertilizantes e corretivos do solo (94%), produtos de material plástico para embalagens (90%), massas alimentícias e biscoitos (90%), embalagens metálicas (88%), equipamentos para comunicações (85%), metais não-ferrosos (83%), equipamentos industriais para instalações hidráulicas, térmicas, de ventilação e refrigeração (81%), material eletrônico (81%) e tratores e máquinas de terraplenagem (78%), dentre outros.

Problemas quanto à insuficiência de capital de giro foram detectados, principalmente, em: móveis estofados (85%), carrocerias para veículos automotores (52%), equipamentos para instalações industriais e comerciais, para movimentação e elevação de pessoas ou carga (45%), óleos e gorduras vegetais para alimentação (30%), produtos de minerais não-metálicos para uso doméstico (29%), açúcar (24%), abate de animais, conservas de carne e gorduras comestíveis de origem animal (21%), material eletrônico (18%) e embarcações (17%).

Tabela 4 – Sondagem inter-regional junto à indústria de transformação – programas de investimento em 1981

Regiões	Planejavam investir				Não planejavam investir	
	Planos superados (%)	Planos realizados (%)	Planos reduzidos (%)	Planos cancelados (%)	Não foram realizados investimentos (%)	Foram realizados investimentos (%)
Norte	15	46	18	4	14	3
Nordeste	13	42	27	2	10	6
Sudeste	11	30	51	2	4	2
Sul	22	32	38	2	4	2
Centro-Oeste	33	14	23	10	2	18
Brasil	13	31	47	2	5	2

Fonte: Ibre/DCS/CEI/Sondagem Conjuntural.

Os empresários dos seguintes ramos ressentiam-se, no princípio de janeiro, de escassez de insumos:

- máquinas motrizes não-elétricas e equipamentos para transmissão industrial (forjados qualificados, tubos), 34% de assinalações;
- produtos de minerais não-metálicos para uso doméstico, 32%;
- tintas, esmaltes, solventes e semelhantes, 21%;
- metais não-ferrosos (cassiterita), 13%.

Apenas os industriais do ramo fios naturais queixaram-se de escassez de mão-de-obra especializada (constatada em empresas que respondem por 19% das vendas).

Região Sul

As informações a respeito da evolução das atividades fabris da região variaram, pelo terceiro trimestre consecutivo, desde ampliações até reduções. Não se observou, igualmente, uniformidade de opiniões a respeito da evolução da demanda externa (que representa 15% das vendas) nem do efetivo empregado. O fortalecimento da procura interna já era esperado, de modo geral, pelos empresários. No início do corrente ano, o grau médio de utilização dos equipamentos atingia 72%.

A nível de segmentos industriais, problemas de escassez de recursos para giro foram assinalados, à época do inquérito, em: máquinas e aparelhos para produção e distribuição de energia elétrica (97%), tratores e máquinas de terraplenagem (95%), impressão de material escolar, para propaganda e para usos comercial ou industrial (68%), açúcar (65%), tecidos de fibras artificiais e sintéticas e filamentos contínuos artificiais (53%), equipamentos para agricultura e indústrias rurais – exceto tratores (43%), beneficiamento de couros e peles (43%), embalagens metálicas (42%), artefatos de trefilados (30%), móveis de madeira, vime e junco (26%), fios naturais (18%) e abate de animais, conservas de carne e gorduras comestíveis de origem animal (18%).

Escassez de matérias-primas foi identificada, preponderantemente, nos seguintes ramos:

- caminhões, ônibus e semelhantes, 100% de assinalações;
- preparação do fumo em folha (tabaco *in natura*), 96%;
- adubos, fertilizantes e corretivos do solo, 66%;
- óleos, gorduras, ceras de origem vegetal ou animal, em bruto (soja), 43%;
- beneficiamento de fibras têxteis vegetais (algodão em caroço), 36%;
- abate de animais, conservas de carne e gorduras comestíveis de origem animal (suínos e eqüinos), 35%;
- conservas alimentícias, exceto de carne e pescado (aspargo e morango), 28%.

Demanda insuficiente limitava, no princípio de janeiro, os planos de expansão da produção das seguintes indústrias: ferro e aço (100% de assinalações), equipamentos industriais para instalações hidáulicas, térmicas, de ventilação e refrigeração (100%), aparelhos e utensílios elétricos para fins industriais, comerciais e técnicos (100%), carrocerias para veículos automotores (100%), produtos de material plástico para embalagens (100%), tecidos de algodão (100%), brinquedos (100%), instrumentos e aparelhos não-elétricos, e outros materiais para uso médico-cirúrgico, odontológico e de laboratório (97%), material elétrico (inclusive para veículos) e lâmpadas (96%), máquinas operatrizes e aparelhos industriais (94%), produtos farmacêuticos (86%), produtos metalúrgicos para uso doméstico (83%), calçados (70%) e tecidos de fibras artificiais e sintéticas e filamentos contínuos artificiais (47%).

Somente os industriais do ramo confecção de peças interiores do vestuário, roupas e agasalhos assinalaram, na presente pesquisa, problemas quanto à escassez de mão-de-obra especializada (para responsáveis, pelo menos, por 1/4 do faturamento).

Ressalte-se que, no início de janeiro, importante empresa produtora de cimento não ampliava as atividades, tendo em vista a necessidade de reparos em equipamentos.

Região Centro-Oeste

Preliminarmente, deve-se ressaltar que os resultados globais da indústria de transformação localizada no Centro-Oeste do País são fortemente influenciados pelo desempenho dos ramos material de construção (cimento e diversos produtos de minerais não-metálicos para construção) e abate de animais, conservas de carne e gorduras comestíveis de origem animal — o peso das vendas de cada um desses segmentos no valor total do faturamento da indústria de transformação da região é, respectivamente, de 31% e 37%.

Apesar de a demanda de produtos da indústria de transformação do Centro-Oeste ter superado as expectativas, os empresários reduziram, de modo geral, a produção e liberaram mão-de-obra no período em análise. O grau médio de utilização dos equipamentos elevou-se de 58% (out. 81) para 71% (jan. 82).

A nível de segmentos industriais, as informações a respeito da produção de cimento dividiram-se entre aumentos e quedas, e as relativas à demanda e ao contingente de mão-de-obra indicaram incremento. O expressivo aumento da procura de diversos produtos de minerais não-metálicos para construção induziu a ampla expansão das atividades do ramo. O ligeiro incremento da demanda de produtos do ramo abate de animais, conservas de carne e gorduras comestíveis de origem animal, e a ponderável queda da produção reduziram bastante os estoques — mais uma vez, os empresários dispensaram empregados no trimestre em questão.

Tabela 5 — Sondagem inter-regional junto à indústria de transformação — taxas nominais de expansão dos investimentos previstos para 1982

Regiões	Taxas de crescimento nominal 1982/1981 (previsão)	Significância* (%)
Norte	66	66
Nordeste	58	37
Sudeste	120	62
Sul	69	62
Centro-Oeste	4	29
Brasil	102	50

* Relação percentual entre o valor das vendas das empresas que responderam ao quesito e o valor das vendas da totalidade de informantes que participaram desta sondagem.
Fonte: Ibre/DCS/CEI/Sondagem Conjuntural.

No início de janeiro, os segmentos material elétrico (inclusive para veículos) e lâmpadas, produtos farmacêuticos e confecção de peças interiores do vestuário, roupas e agasalhos apontavam insuficiência de capital de giro como principal motivo limitador da expansão de produção. Demanda insuficiente era assinalada em: carrocerias para veículos automotores, estruturas de madeira e artigos de carpintaria, e beneficiamento de couros e peles.

Setores industriais — situação regional

Bens de consumo final

As vendas de bens de consumo final, na Região Norte, representam 73% do faturamento da indústria de transformação local. O fato de a utilização média dos equipamentos ter diminuído de 74% em out. 81, para 66%, em jan. 82, é atribuído, em grande parte, à concessão de férias coletivas por diversas empresas. À época da pesquisa, persistiam problemas relativos à escassez de matérias-primas (15% de assinalações).

No Nordeste, confirmaram-se, pelo segundo trimestre consecutivo, as previsões dos empresários com relação ao incremento da demanda e das atividades fabris (constatou-se, inclusive, redução dos estoques de tais produtos). No início de janeiro, responsáveis por, respectivamente, 24% e 16% das vendas ressentiam-se de escassez de matérias-primas e de insuficiência de capital de giro.

As informações a respeito da produção de bens de consumo final, na Região Sudeste, dividiram-se entre aumentos (22% de assinalações), estabilidade (48%), e queda (30%). O novo incremento da demanda desses produtos acarretou, mais uma vez, a redução dos estoques. Ainda assim, prevaleceram, pelo terceiro trimestre consecutivo, indicações de dispensa de pessoal — cabe ressaltar que o faturamento de tal setor corresponde a 30% das vendas globais da indústria de transformação localizada no Sudeste.

O incremento da demanda interna e externa (que representa 1/5 das vendas), na Região Sul, induziu a retomada do ritmo das atividades, não se constatando, entretanto, absorção adicional de mão-de-obra no período em pauta. No princípio de janeiro, a utilização média das instalações atingia o nível de 80%. Ressalte-se que as vendas de bens de consumo final correspondem a 42% do faturamento da indústria de transformação sulista.

Economias regionais

Não obstante o significativo incremento da demanda, os empresários do Centro-Oeste reduziram a produção e dispensaram empregados. O grau médio de utilização dos equipamentos elevou-se de 47% (out. 81) para 68% (jan. 82) — as vendas de bens de consumo final representaram 63% do faturamento da indústria de transformação da região.

Bens de capital

Frustraram-se, no Nordeste, as previsões dos fabricantes de bens de capital quanto a um bom desempenho do setor no quarto trimestre (observaram-se declínios da demanda e da produção, e conseqüente redução do contingente de mão-de-obra). No princípio de janeiro, responsáveis por, respectivamente, 49% e 36% do faturamento queixavam-se de insuficiência de demanda e de recursos para giro. Àquela época, a ociosidade dos equipamentos atingia 36%.

No Sudeste, a demanda de bens de produção (15% das vendas da indústria da região) retraiu-se pelo quarto trimestre consecutivo, inibindo, novamente, as atividades industriais, e acarretando expressivas demissões de empregados (o saldo das assinalações quanto à variação do contingente de mão-de-obra, em out.-dez. 81, evoluiu negativamente: −39%). A freqüência de reclamações, no início de janeiro, acerca de insuficiência de procura como principal fator limitador da expansão da produção alcançava 84%. O grau de ociosidade das instalações atingia, àquela época, a 37%.

Mais uma vez, as indústrias do Sul do País reduziram a produção em virtude do significativo declínio da demanda interna (o que ocorre há quatro trimestres sucessivos) de seus produtos, o que levou os empresários a realizarem dispensas de pessoal. As informações a respeito da procura externa (que corresponde a 13% do faturamento) variaram desde aumentos até quedas. Em jan. 82, o grau de ociosidade das instalações mantinha-se em 36%.

Tendo em vista as expectativas de elevação das encomendas em carteira advindas da execução de projetos como Carajás, Cerrados e Proálcool, os fabricantes de bens de capital formulam, de modo geral, prognósticos de algum crescimento das atividades em jan.-mar. 82 (após cinco trimestres de sucessivas reduções da produção).

Material para construção

As informações dos empresários nortistas a respeito da produção e da demanda externa de material para construção (que corresponde a quase 1/4 das vendas do setor) variaram desde aumentos até quedas; as relativas à procura interna indicaram expansão.

A maior demanda desses produtos, no Nordeste, induziu a expansão das atividades industriais. No princípio de janeiro, empresas que respondem por 31% das vendas ressentiam-se de insuficiência de capital de giro.

No Sudeste, as assinalações relativas à procura variaram desde incrementos até reduções; as referentes à produção indicaram declínio. Sucessivamente pelo quinto trimestre, observaram-se dispensas de operários por parte das indústrias do setor.

No Sul, também não se constatou uniformidade de opiniões a respeito da evolução da demanda de material para construção; as informações referentes à produção e ao nível de emprego indicaram declínio. À época da pesquisa, o grau médio de utilização das instalações era de 76%.

Expansão da procura, da produção e absorção adicional de mão-de-obra foram informadas pelos empresários do Centro-Oeste. O setor em pauta apresentava, no início do corrente ano, elevado nível de utilização média das instalações (93%). Note-se que as vendas de materiais para construção correspondem a 32% do faturamento da indústria de transformação da região.

Bens de consumo intermediários

Confirmaram-se os prognósticos dos empresários da Região Norte quanto ao incremento da demanda de seus produtos, induzindo a expansão das atividades industriais. À época do inquérito, intensificaram-se problemas referentes à insuficiência de recursos para giro (26% de assinalações).

No segmento nordestino (cujas vendas representam 2/3 do faturamento da indústria de transformação regional), constatou-se retração tanto da demanda interna quanto da externa (15% das vendas do setor), acarretando a diminuição da produção no período em pauta.

Não se verificou, entre os empresários do Sudeste, uniformidade de informações quanto à evolução da demanda e das atividades fabris, constatando-se novas demissões de pessoal (pelo quarto trimestre consecutivo). Destaque-se que as vendas de bens de consumo intermediário correspondem a 47% do faturamento da indústria de transformação da região.

Economias regionais

As empresas sulinas, produtoras de bens intermediários (cujas vendas representam 1/3 do faturamento regional) mais uma vez reduziram a produção (o que vem ocorrendo desde o primeiro trimestre de 1981). Constatou-se ligeiro incremento da procura interna em out.-dez.; quanto à demanda externa (que corresponde a 13% das vendas) observou-se evolução não uniforme no período. À época do inquérito, o grau médio de utilização dos equipamentos era de 66%.

Há cinco trimestres, verifica-se, sucessivamente, no Centro-Oeste, o incremento da demanda de bens de consumo intermediário. As informações a respeito da produção indicaram estabilidade (os prognósticos eram de que ocorresse significativo aumento) e as relativas à mão-de-obra, dispensa. ♦

** Co-participaram com a Fundação Getulio Vargas na elaboração deste estudo as seguintes entidades: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Instituto de Planejamento do Ceará (Iplance), Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (Ceplab-Seplantec), Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (Condepe), Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (Idec), Fundação Instituto de Planejamento de Alagoas (Fiplan), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade-SP), Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Instituto Técnico de Economia e Planejamento (Fundação ITEP-SC), Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS), Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), Secretaria de Planejamento do Estado da Paraíba (Fiplan/PB).*



Livros de

ECONOMIA

editados pela FGV

Inflação, moeda & modelos macroeconômicos - o caso do Brasil *de Carlos Lemgruber*
141 páginas

Eugênio Gudin visto por seus contemporâneos
160 páginas

O problema do café no Brasil *de Antonio Delfim Netto*
259 páginas

Análise econômica do fenômeno demográfico no Brasil *de Edy Luiz Kogut*
114 páginas

Os efeitos das minidesvalorizações na economia brasileira *de Eduardo Matarazzo Suplicy - 2.ª ed.*
254 páginas

Multinacionais - os limites da soberania *de Getulio Carvalho - 3.ª ed.*
387 páginas

O Nordeste Brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional *de João Gonçalves de Souza*
409 páginas

CUPOM DE PEDIDO

À FGV Editora / Caixa Postal 9.052 / Rio de Janeiro
Solicito enviar-me, pelo Reembolso Postal, os livros abaixo indicados:

☐ Multinacionais ☐ Eugênio Gudin ☐ Os efeitos das minidesvalorizações
☐ Análise econômica ☐ O Nordeste Brasileiro ☐ O Problema do café no Brasil
☐ Inflação, Moeda & Modelos Macr.

Nome _____

End _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

_____
assinatura

Banco da Amazônia S.A./BASA

Avenida Presidente Vargas, 800 – Belém, Pará
Companhia Aberta – DEMEC/RCA – 200 – 76/311 – 08/11/76
Carta Patente N.º 3.369/00001 – CGC N.º 04.902.979/0001-44

BALANCETE PATRIMONIAL EM 29 DE JANEIRO DE 1982

A T I V O	Em Cr$1.000,00	P A S S I V O	Em Cr$1.000,00
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**147.597.047**	**PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	**141.099.403**
DISPONIBILIDADES	4.629.095	DEPÓSITOS	24.190.751
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	61.941.157	Depósitos a Vista	23.669.678
Empréstimos e Títulos Descontados	48.733.151	Depósitos a Prazo	525.885
Financiamentos Rurais	13.264.327	(Despesas a Apropriar)	(4.812)
Créditos em Liquidação	525.000	RELAÇÕES INTERBANCÁRIAS E INTERDEPARTAMENTAIS	66.049.187
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(576.103)	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.741.716
(Rendas a Apropriar)	(5.218)	Cobrança Efetuada, em Trânsito	796.177
RELAÇÕES INTERBANCÁRIAS E INTERDEPARTAMENTAIS	71.690.160	Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras	2.413.625
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.714.005	Correspondentes em Moeda Nacional	12.858
Correspondentes no exterior em Moedas Estrangeiras	5.205.076	Ordens de Pagamento	1.554.252
Correspondentes em Moeda Nacional	14.878	Contas Interdepartamentais – País	59.530.559
Contas Interdepartamentais – País	64.756.201	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	43.733.445
CRÉDITOS DIVERSOS	9.110.736	Redescontos e Empréstimos no Banco Central	12.000
Banco Central – Recolhimentos e Depósitos	3.726.997	Obrigações por Empréstimos no País	32.362.749
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	2.645.187	Obrigações por Empréstimos Externos	11.490.843
Cambiais e Documentos a Prazo, em Moedas Estrangeiras	24.327	Obrigações em Moedas Estrangeiras	55.685
Outros Créditos em Moeda Nacional	2.643.922	(Despesas a Apropriar)	(187.832)
Outros Créditos em Moedas Estrangeiras	70.303	OBRIGAÇÕES POR RECEBIMENTOS – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS	1.417.072
VALORES E BENS	225.899	OUTRAS OBRIGAÇÕES	5.708.948
Títulos de Renda Fixa	36.758	Provisão para Pagamentos	1.682.369
Valores em Moedas Estrangeiras	5.555	Obrigações Diversas em Moeda Nacional	4.006.403
Outros Valores e Bens	183.586	Obrigações Diversas em Moedas Estrangeiras	20.244
		(Despesas a Apropriar)	(68)
ATIVO PERMANENTE	**3.659.542**		
INVESTIMENTOS	352.514	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.628.713
Outros Investimentos	352.514	Capital Social	3.352.830
IMOBILIZADO	3.221.972	Reservas de Capital	4.061.731
Imóveis de Uso	3.091.048	Reservas e Retenção de Lucros	1.936.735
Imobilizações em Curso	331.306	Lucros ou Prejuízos Acumulados	277.417
Outros Bens de Uso	653.159	**CONTAS DE RESULTADO**	**528.473**
(Provisão para Depreciação)	(853.541)	Contas Credoras	3.472.634
DIFERIDO	85.056	(Contas Devedoras)	(2.944.161)
Despesas de Organização e Expansão	123.911		
(Provisão para Amortização)	(38.855)		
	151.256.589		**151.256.589**

Belém (Pará), 19 de fevereiro de 1982

UBALDO CAMPOS CORREA – Presidente; BENTO SOUZA PORTO – Diretor; GERALDO GURGEL DE MESQUITA – Diretor; JOSÉ EDGAR DE MOURA COSTA STONE – Diretor; ORION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU – Diretor; RAIMUNDO NONATO CASTELO CORDEIRO – Diretor; BERNARDINO FERNANDES DE SÁ – Contador – CRC-PA – Reg. 1131 – CPF 000.154.822-00.

Safras de verão

Passados quase três anos do início do que se chamou "prioridade agrícola", o País se prepara, no momento, para a colheita de mais uma safra de verão. Ao que tudo indica, o resultado final deste ano será mais volumoso que a produção do ano passado apesar das adversidades climáticas que afetaram importantes zonas de produção.

O processo através do qual as autoridades governamentais buscaram instrumentalizar o setor primário, atribuindo-lhe grande responsabilidade na difícil tarefa de contribuir para o desaquecimento dos preços internos e para o equilíbrio das contas externas, começou em maio 79. A observação das medidas adotadas com este fim, desde então, revela que a nova postura governamental não se diferenciou substancialmente de seu posicionamento em períodos anteriores. Isto porque os instrumentos empregados – crédito, basicamente – permaneceram os mesmos. Assim, não se conseguiria, no período, extirpar velhas mazelas da agricultura brasileira; tão-somente tentar-se-ia ampliar a produção sobre as mesmas bases do passado recente.

A tabela 1 permite visualizar a evolução da produção brasileira de grãos (incluindo os cereais, o feijão e as sementes oleaginosas) nos últimos sete anos. Nela estão arroladas as safras frustradas de 1978 e 1979, e pode-se verificar que as safras obtidas posteriormente, em 1980 e 1981, representaram, praticamente, um retorno à taxa de crescimento da produção apresentada no início deste período, em 1976 e 1977. À semelhança destes últimos anos, o comportamento favorável do clima influenciou sobremaneira a consecução do bom resultado da safra 1979/80, e mesmo da safra 1980/81.

A maior atenção às lavouras produtoras de alimentos para o abastecimento interno, porém, rendeu bons frutos, como pode ser visto nos casos do arroz (de que se esperavam 9,5 milhões de t em 1981, numa safra que se frustrou) do feijão e do milho.

A tabela 2 apresenta as correções efetuadas nos preços mínimos de diversos produtos, até a instituição do preço básico, em jul. 81. Destacam-se os números referentes ao feijão e à soja. A primeira leguminosa foi contemplada com valores satisfatórios, denotando a preocupação governamental com seu fornecimento à população. Quanto à soja, cujo principal estímulo provém das cotações do mercado internacional, os seus preços institucionais tiveram pequenos incrementos.

Cabe registrar a alteração promovida para esta safra, em que foi atendida antiga reivindicação dos produtores, com a atualização do preço mínimo, desde sua fixação até sua entrada em vigor, quando da colheita. O reajuste, promovido através da evolução do INPC, resultou em preços básicos um pouco superiores aos preços mínimos da safra anterior, se houvessem sofrido igualmente reajuste, até o momento.

Quanto à safra 1981/82 da região Centro-Sul, atualmente em fase de colheita, os ganhos de área de algumas das principais culturas foram compensados por reduções em outras, resultando numa estagnação da extensão da área total de cultivo (tabela 3). Tais movimentos deveram-se, em sua maior parte, à configuração do mercado de cada produto, no período imediatamente anterior ao plantio, embora tenha pesado a política agrícola para o setor, notadamente no caso do milho, cujo *valor básico de custeio* foi considerado bastante favorável pelos produtores.

Embora não seja possível, no momento, avaliar com grande precisão o tamanho da safra, parece certo que os 55 milhões t de grãos e de oleaginosas esperados pelo Governo federal dificilmente se concretizarão. Com efeito, a estiagem, que afetou os estados sulinos, deixou marcas visíveis nos campos, mas suas seqüelas sobre a produtividade das diferentes culturas só serão conhecidas no final da colheita. Cabe registrar que o resultado apresentado na tabela 1, de 53,833 milhões t, situa-se próximo ao ponto médio do intervalo previsto pela Comissão do Financiamento da Produção, do Ministério da Agricultura (53,877 milhões t), sendo o extremo superior exatamente o total esperado pelo Governo.

Em nível de cada lavoura, segue-se o desempenho de cada safra.

Algodão

Devido à grande discrepância entre as estimativas de área plantada da cotonicultura (no Paraná, por exemplo, a Secretaria da Agricultura divulgou, em janeiro, uma expansão de 18% no plantio, enquanto a CFP calculou apenas 2%), o resultado final da safra é incerto. Preliminarmente, pode-se considerar razoável uma ligeira redução no volume produzido pelo Centro-Sul, que passaria de 1,351 milhão t da safra 1980/81, para 1,315 milhão t (ou cerca de 920 mil t de caroço de algodão).

Considerando-se que se espera, para 1982, um aumento no consumo interno de algodão, e que os estoques das indústrias estão relativamente reduzidos, possivelmente os preços do produto superarão o preço básico. Deve-se ter em conta, porém, o desfalque provocado pela estiagem, estimando-se que cerca de 20% da safra do Paraná, maior estado produtor, tenham sido perdidos.

Safras de verão

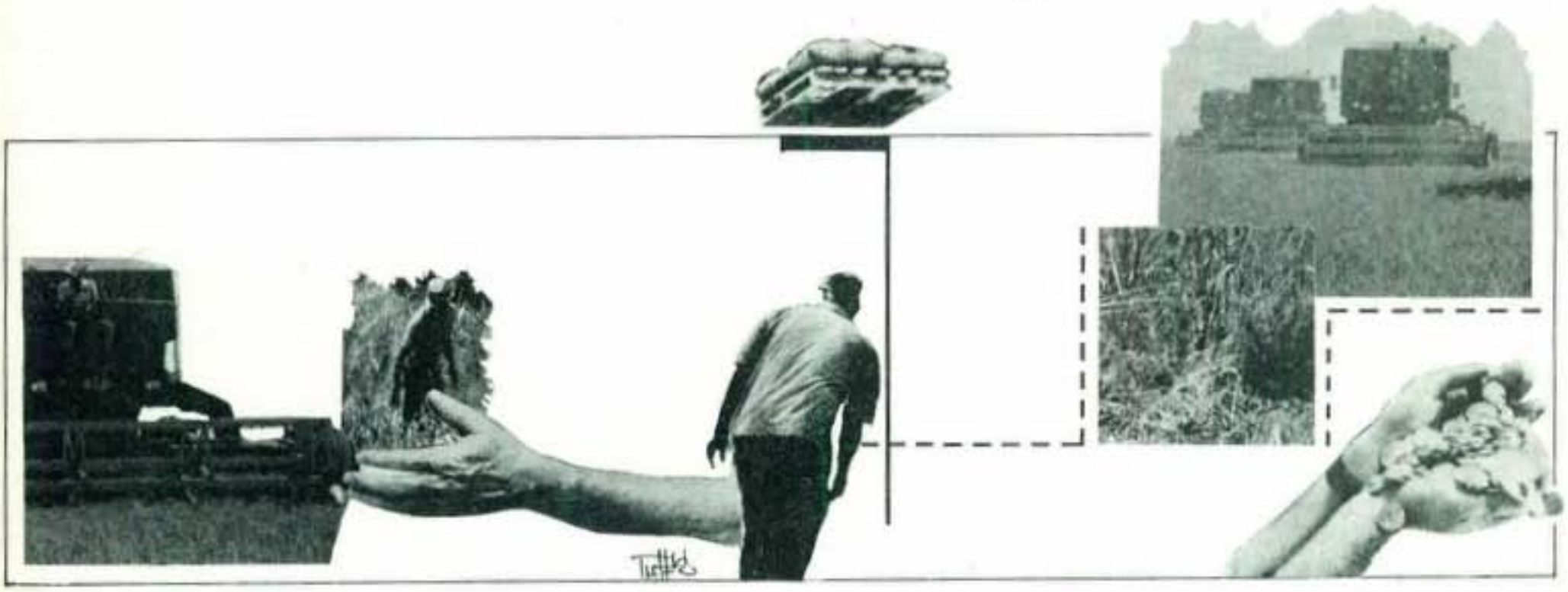


Tabela 1 – Brasil: Evolução da produção das principais culturas de grãos e sementes oleaginosas – 1975/1982 (1 mil t)

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982*
Amendoim	442	510	321	325	462	483	355	375
Arroz	7.782	9.757	8.994	7.296	7.595	9.776	8.261	9.180
Aveia	42	39	37	54	58	76	90	90
Caroço de algodão	1.224	884	1.330	1.099	1.131	1.006	1.038	1.050
Centeio	19	13	8	7	10	10	20	20
Cevada	25	62	95	144	98	75	101	150
Colza	–	–	–	–	–	3	12	25
Feijão	2.282	1.840	2.290	2.194	2.186	1.968	2.339	2.587
Girassol	–	–	1	3	5	20	23	41
Linhaça	11	14	10	6	7	–	20	20
Mamona	354	217	224	317	325	281	278	325
Milho	16.335	17.751	19.256	13.569	16.306	20.372	21.826	23.660
Soja	9.893	11.227	12.513	9.541	10.240	15.156	15.231	13.835
Sorgo	202	277	435	227	121	180	212	175
Trigo	1.788	3.216	2.066	2.691	2.927	2.702	2.207	2.350
Total	40.399	45.807	47.580	37.473	41.471	52.108	52.013	53.883

* Estimativas.
Fonte: IBGE e CFP.

Tabela 2 – Brasil: Produtos selecionados – evolução nominal dos preços mínimos – 1977 a 1982

	1976/77	1977/78	Δ %	1978/79	Δ %	1979/80	Δ %	1980/81	Δ %	1981/82**	Δ %
Algodão	78,00	100,20	28,5	135,00	34,7	201,90	49,5	475,20	135,4	685,00	44,1
Arroz	100,00	130,00	30,0	182,00	40,0	320,00	75,8	720.00	125,0	1.000,00	38,9
Feijão preto	214,80	276,00	28,5	369,00	33,7	612,00	65,8	2.520,00*	311,7	3.150,00	25,0
Milho	63,60	78,00	22,6	108,00	38,5	185,40	71,7	474,00	155,7	735,00	55,1
Soja	96,00	112,20	16,9	150,00	33,7	315,00	110,0	660,00	109,5	945,00	43,2

* Primeiramente fixado em Cr$1.800/60 kg.
** Dados ainda reajustáveis pelo INPC.
Fonte: CFP.

Safras de verão

Tabela 3 – Centro-Sul: área plantada das principais safras de verão – 1980/81 e 1981/82 (1 mil ha)

	1980/81	1981/82	Δ%
Algodão	797	887	11,3
Arroz	4.948	4.467	–9,8
Feijão	2.072	2.242	8,2
Milho	9.982	10.411	4,3
Soja	8.690	8.458	–2,7
Total	26.489	26.465	–

Fonte: CFP.

As exportações da fibra também deverão aumentar, pois o preço do produto brasileiro as favorece e entrou em vigor um programa de redução do crédito-prêmio.

Arroz

Como resultado de um longo período de preços baixos, a área cultivada na safra 1981/82 com o cereal, no Centro-Sul, reduziu-se aproximadamente 10%. Como a safra anterior, no entanto, foi bastante afetada por problemas climáticos no Centro-Oeste (e, também, no Meio Norte, que colhe mais tarde), a atual colheita deverá propiciar um resultado maior do que a precedente.

A redução do plantio deveria ser compensada pela recuperação dos níveis de produtividade, nesta safra. Não se sabe, atualmente, em que nível isto ocorrerá, pois os arrozais do Sul foram prejudicados pela estiagem em diversas áreas e, no Centro-Oeste e em Minas Gerais, houve forte incidência de cigarrinhas, praga originária das pastagens junto às quais o arroz é cultivado. É possível que, só no Rio Grande do Sul, principal produtor, as perdas cheguem a 250 mil t, pois órgãos estaduais ligados à agricultura avaliam-nas em torno de 10% da safra.

Caso não ocorram problemas na safra do Norte/Nordeste, o abastecimento do produto não deverá ser afetado, apesar de uma inevitável redução dos estoques governamentais. Um nova quebra, porém, poderia levar à efetuação de importações do grão, para a manutenção dos preços em níveis favoráveis aos consumidores.

Feijão

Processo bastante distinto viveu o cultivo do feijão, com um grande aumento na área plantada, a quase-certeza da obtenção de uma safra vultosa e uma certa indefinição quanto ao plantio da segunda safra.

Quase dois anos de preços elevados atribuíram à leguminosa uma atratividade inusitada, também fundamentada em incentivos governamentais ao plantio. O fecho deste período é a situação atual, em que só nas últimas semanas o preço médio recebido pelos produtores aproximou-se do preço básico, de Cr$3.709,80 e os estoques do Governo não param de crescer.

Também afetado pelo clima, embora em outra época, e, ao contrário dos demais, pela pluviosidade excessiva do início da semeadura, o produto desta safra não tem sido de boa qualidade, auxiliando a comprimir ainda mais o preços.

Espera-se um abastecimento regular do produto, pelo menos nos próximos meses, pois a safra da seca ainda não está perfeitamente delineada.

Milho

A fácil mecanização do cultivo do milho, os altos rendimentos dele provenientes e a existência de uma sólida demanda das indústrias produtoras de rações para os setores de aves e de suínos respondem pelo destaque conseguido pelo cereal, nos últimos anos.

Ao contrário do feijão, outra lavoura em expansão, o plantio do cereal tem apresentado, também, mudanças qualitativas, sendo introduzido, cada vez mais, em grandes propriedades, em substituição à soja. Tal fato verificou-se, mais uma vez, nesta safra, em que o milho apresentou uma razoável ampliação de suas áreas de cultivo.

Até recentemente, tinha-se como certa a obtenção de uma safra recorde do produto; mas as perdas provocadas pela falta de chuvas no Sul, responsável por 55% da produção do País, estão estimadas em torno de 11%. Este percentual, se concretizado, reduzirá em 860 mil t a produção regional. O Governo federal considera, no entanto, que, com um consumo avaliado em 23 milhões t e estoques remanescentes de 1,7 milhão t, a situação do mercado do produto será perfeitamente normal, em 1982.

Soja

Pela segunda vez, a soja teve sua área de cultivo reduzida, no País. Basicamente, a concorrência do milho (que seria ainda maior, não fosse a seca no início do plantio, em setembro, que beneficiou a soja) e a menor disponibilidade de recursos para custeio e investimento (prejudicando a conquista de novas terras) respondem pelo recuo da leguminosa.

A previsão da Comissão de Financiamento da Produção, antes da estiagem, indicava para a soja uma safra de até 15,1 milhões t. Com as quebras, é possível que o resultado final chegue a 13,7 milhões t, ou, aproximadamente, 11% a menos do que o obtido, segundo o IBGE, no ano passado.

Espera-se que a repercussão destes números no mercado internacional auxilie a aquecer as cotações, beneficiando exportadores e produtores brasileiros. Não se sabe, contudo, o que acontecerá no mercado interno, em razão da nova política de liberdade de comercialização que vigorará este ano.

Ao que tudo indica, mesmo com as quebras, a safra 1981/82 poderá superar suas predecessoras. É importante atentar, porém, para o fato de as previsões feitas para o volume total da safra deste ano incorporarem as culturas de inverno, de cujo plantio, a iniciar-se em algumas semanas, não se pode adiantar praticamente nada. A principal delas, o trigo, é considerada pelo Banco Central a lavoura de maior risco do País, o que turva ainda mais avaliações tão prematuras.

Sabe-se, todavia, que enquanto persistirem os dois principais problemas que o Governo federal se propõe a combater — o da taxa inflacionária e o da balança comercial — a agricultura continuará inserida num contexto de "priorização". ♦

Fernando Roberto F. Almeida
(economista do IBRE/GIA)

PETERS & SUMMERS

ANÁLISE ESTATÍSTICA E PROCESSO DECISÓRIO

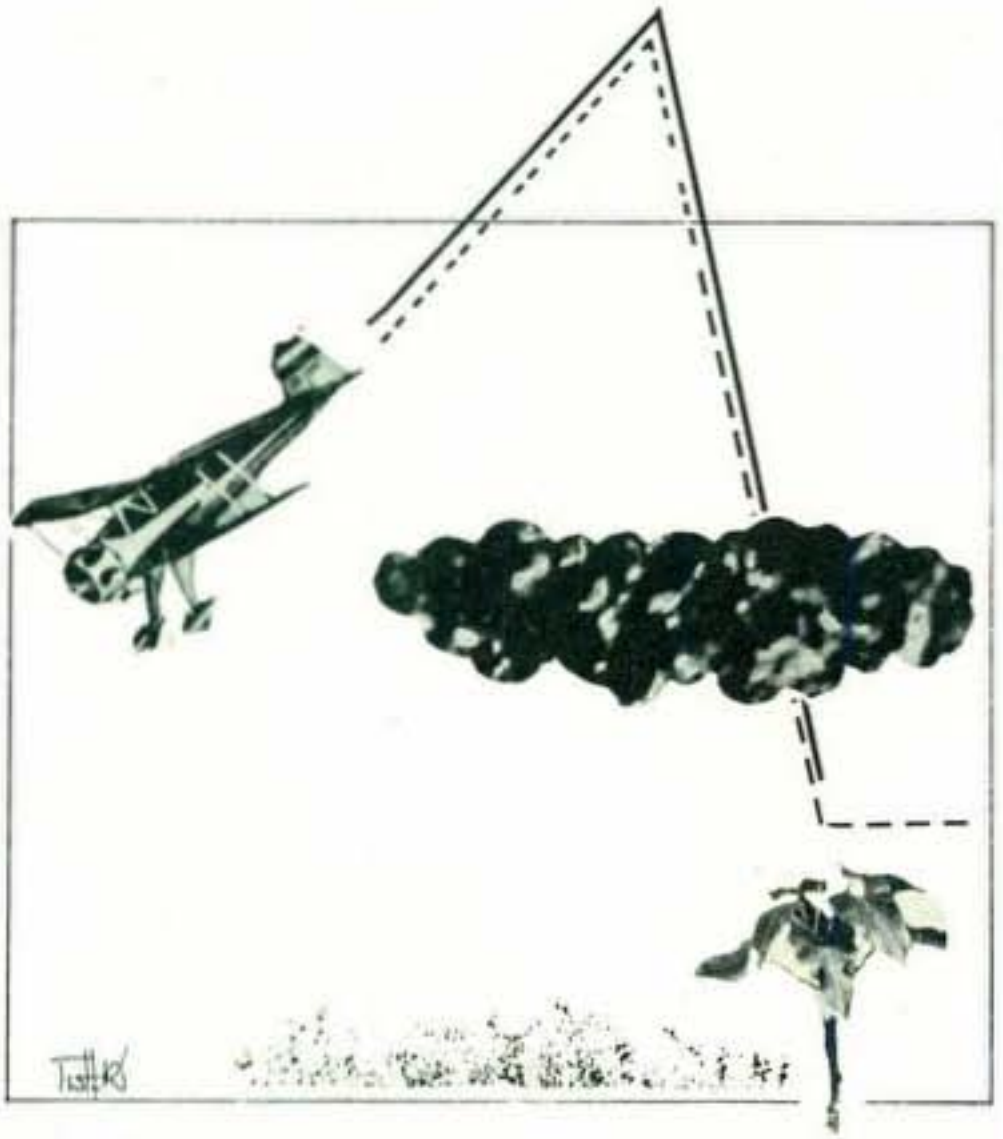
2.ª EDIÇÃO
684 p.

Fornece uma base sólida em teoria das probabilidades estatísticas e supre as necessidades de aprofundamento em matemática formal e estatística para estudantes em nível de graduação e pós-graduação.
Contém glossário dos símbolos gregos e romanos usados em estatística, numerosas tabelas, exemplificação abundante, emprego de populações ideais e simulação de amostragem, além das soluções de vários exercícios para auxiliar o autodidata.
Um livro essencial à atividade do administrador moderno, ao professor e a todos os que se interessam pelo estudo da estatística aplicada à administração.

Nas livrarias da FGV
Rio - Praia de Botafogo 188
Graça Aranha, 26 - Lojas C e H
São Paulo - Nove de Julho, 2029
Brasília - CLS 104, Bloco A, Loja 37

Ou pelo Reembolso Postal
A FGV/Editora - Divisão de Vendas
Caixa Postal 9052
20.000 - Rio de Janeiro - RJ

Fertilizantes: ascensão e queda



O consumo aparente de fertilizantes pela agricultura brasileira chegou aos 2,622 milhões t em 1981, o que representa uma queda de 35,5% em relação a 1980 e de 23,7% sobre 1979, segundo uma pesquisa preliminar realizada pelo Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas do Estado de São Paulo.

A mesma pesquisa revela que a produção nacional chegou a 1,421 milhão t de NPK (nitrogênio, fósforo, e potássio), o que significa uma redução de 24,1% sobre os níveis de 1980. Mas as importações sofreram uma diminuição ainda mais substancial – 45,2% para o mesmo período – em virtude da substituição de matérias-primas e fertilizantes importados pelos produtos nacionais.

Para se ter uma idéia da queda no consumo se menciona o exemplo das importações de potássio – matéria-prima da qual o Brasil é totalmente dependente – que totalizaram apenas 759,1 mil t em 1981, inferiores 41,9% às importações de 1980.

O balanço da indústria também revela que a produção nacional de fertilizantes nitrogenados atingiu 342,4 mil t, sendo 10,9% inferior à de 1980.



Na área das importações houve uma queda de 37%, com um total de compras externas de 317,4 mil t. Uma redução também importante ocorreu no setor dos fosfatados (–27,5%) mas a produção nacional de nitrogenados exibiu um crescimento em relação a 1980.

Até aqui, a agricultura brasileira vinha se beneficiando da ampliação do uso de fertilizantes. Segundo uma subsidiária da Petrobrás – a Petrofértil – a taxa média anual de crescimento do consumo de fertilizantes no País passou de 11% – período de 1959 a 1969 – a 16% na década de de 70.

Uma análise da Associação Nacional para Difusão de Adubos – ANDA – revelou que no período de 1973 a 1979 a aplicação de nutrientes subiu de 40 para 70 kg/ha, sendo maior o uso de fertilizantes nas culturas de soja e trigo. Mas apesar desse incremento e em comparação com as demais regiões do mundo, nosso consumo de fertilizantes – 70 kg/ha, em 1979 – ainda está abaixo dos 203 kg alcançados na Europa Ocidental, dos 87 kg da América do Norte e mesmo dos 76 kg da Ásia. Freqüentemente os especialistas alertam para uma evidente correlação entre baixa produtividade e o reduzido uso de fertilizantes.

Em meados da década de 70 o consumo brasileiro cresceu bastante e os estudos projetivos chegaram a mencionar uma produção nacional de 3.018 milhões t em 1983, o que representaria uma percentagem de nacionalização estimada em 48%. Mas o total alcançado em 1981 – 1,4 milhão t – evidencia que as projeções não serão confirmadas pelo consumo. As cifras totais – que incluem o produto importado — previstas em 6,2 milhões t em 1983 também estarão longe da realidade. ♦

BNH Banco Nacional da Habitação

C.G.C. 33.633.686/0001-07

Agências: Aracaju, Belém, B. Horizonte, Brasília, C. Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, J. Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, P. Alegre, Recife, R. Branco, R. Janeiro, Salvador, S. Luis, S. Paulo, Teresina, Vitória.

BALANCETE PATRIMONIAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 1981

A T I V O		P A S S I V O	
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**1.832.767.284.400,75**	**CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	**1.638.129.941.500,59**
DISPONIBILIDADES	1.741.880.049,44	DEPÓSITOS	1.517.275.802.154,21
Caixa e Bancos	1.741.880.049,44	Depósitos do FGTS	1:377.587.064.815,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.699.766.199.282,75	Depósitos do FAL	69.666.918.951,61
Financiamentos e Refinanciamentos	1.719.906.601.615,20	Outros Depósitos	70.021.818.387,40
Créditos em Liquidação	2.142.136.058,62	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	44.007.378.226,18
Provisão p/Créd. de Liquidação Duvidosa	(22.282.538.391,07)	Empréstimos no Exterior	44.007.378.226,18
CRÉDITOS DIVERSOS	44.114.917.760,39	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	74.329.089.873,03
Créditos por Aplicações Especiais	15.755.327.428,73	Letras Imobiliárias	2.808.415.701,30
Adiantamentos por Conta do FGDLI	22.790.789.809,26	Compromissos de Garantia de Operações	53.002.668.163,28
Rendas de Títulos Públicos a Receber	832.283.548,62	Provisão para Imposto de Renda	5.958.123.428,00
Outros Créditos	4.736.516.973,78	Fundo Especial p/Aplicações Área Int. Social — FAIS	11.846.149.638,77
BENS E VALORES	87.092.871.333,78	Outras Obrigações Especiais	713.732.941,68
Valores Mobiliários	84.585.178.703,04	OBRIGAÇÕES DIVERSAS	2.517.671.247,17
Imóveis Destinados à Venda	2.438.856.239,88	Provisão p/Pagamentos a Efetuar	50.444.075,06
Outros Bens e Valores	68.836.390,86	Obrigações Fiscais e Sociais	183.108.909,50
DESPESAS ANTECIPADAS	51.415.974,39	Credores p/Obrigações Contratuais	759.648.720,10
		Outras Obrigações Diversas	1.524.469.542,51
PERMANENTE	**3.862.190.217,28**	**RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS**	**2.557.316.027,48**
INVESTIMENTOS	663.907.876,63	RENDAS ANTECIPADAS	2.557.316.027,48
Participações Societárias	313.503.384,79		
Incentivos Fiscais	778.062.579,74	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**108.534.732.804,74**
Provisão p/Perdas em Investimentos	(427.658.087,90)	Capital Social	72.000.000.000,00
IMOBILIZADO	3.198.282.340,65	Reservas de Capital	30.888.456.299,22
Imóveis de Uso	3.582.578.044,74	Reservas de Lucros	2.041.147.183,45
Equipamentos e Instalações	1.086.180.951,50	Lucros Acumulados	3.605.129.322,07
Material Permanente	19.386.528,85		
Provisão para Depreciação	(1.489.863.184,44)		
ATIVO DIFERIDO	— 0 —	**CONTAS DE RESULTADO**	**87.407.484.285,22**
Variação Cambial	3.547.692.165,32	Contas Credoras	556.707.622.002,89
(—) Provisão p/Ajuste de Variação Cambial	(3.547.692.165,32)	Contas Devedoras	(469.300.137.717,67)
TOTAL DO ATIVO	1.836.629.474.618,03	TOTAL DO PASSIVO	1.836.629.474.618,03

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1981.

JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA — Presidente; MANOEL TAVARES PEREIRA NETO — Diretor; ISAAC LIMA AZEVEDO — Diretor; LYCIO DE FARIA — Diretor; ZAVEN BOGHOSSIAN — Diretor; ANTONIO LUIZ SAMPAIO CANDAL FONSECA — Diretor; ALPHEU AMARAL — Diretor; MÁRIO CASTORINO FONTES BRITO — Diretor; NEIVAL RODRIGUES FREITAS — Chefe do Departamento de Contabilidade — Contador — CRC — RJ — 14574-3.

BNH Banco Nacional da Habitação

C.G.C. 33.633.686/0001-07

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1981

A T I V O	Em 31.12.81	Em 30.12.80
CIRCULANTE	**217.290.168**	**84.904.993**
DISPONIBILIDADES	5.784.543	2.281.649
Caixa	5.485	1.545
Bancos	5.779.058	2.280.104
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	192.299.409	75.834.489
Financiamentos e Refinanciamentos	188.000.000	72.978.329
Juros de Financiamentos a Receber	4.299.409	2.856.160
CRÉDITOS DIVERSOS	4.329.003	1.678.178
Créditos por Aplicações Especiais	1.193	638
Aplicações no Fundo de Assistência de Liquidez – FAL	1.193	638
Rendas de Títulos Públicos a Receber	2.193.530	761.675
Adiantamentos a Funcionários	120.262	37.922
Adiantamentos a Diversas Entidades	124.551	36.529
Opções por Incentivos Fiscais	1.143.476	301.316
Antecipações de imposto de Renda	444.465	402.081
Outros Créditos	301.526	138.017
BENS E VALORES	14.848.728	4.987.284
Arrecadação em Trânsito	–	112
Valores Mobiliários	14.848.728	4.987.172
Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional	14.848.728	4.987.172
Letras Imobiliárias	–	–
Apólices Reajustáveis do Tesouro Municipal de São Paulo	–	–
DESPESAS ANTECIPADAS	28.485	123.393
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**1.643.640.780**	**739.780.480**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.529.690.454	684.409.108
Financiamentos e Refinanciamentos	1.546.868.422	692.654.543
Concedidos pelo BNH	1.525.497.431	681.936.052
Por Conta do FISANE	387.319	261.937
Por Conta do FUNINSO	590.957	366.259
Repasses de Valores Depositados	20.392.715	10.090.295
Créditos em Liquidação	–	6.889.042
Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.177.968)	(15.134.477)
CRÉDITOS DIVERSOS	28.097.870	20.509.870
Créditos por Aplicações Especiais	15.398.033	8.188.839
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	15.202.415	7.375.305
Aplicações na PREVHAB	195.618	813.534
Adiantamentos por conta do FGDLI	12.699.837	12.321.031
Resgates de Poupança do Público	9.512.200	7.184.702
Resgates de Letras Imobiliárias Vinculadas a Empréstimos Externos	4.617.222	2.475.031
Financiamentos do BNH	4.922.215	4.868.840
Empréstimos do FAL – RD 32/74	4.298.106	3.495.056
Empréstimos de Liquidez – RD 14/68	1.070.402	574.861
Empréstimos do Fundo de Estabilização	413.581	222.018
Despesas de Apoio Administrativo	37.256	36.780
Outros Adiantamentos	61.386	32.866
Provisão p/Cobertura de Riscos de Garantia	(12.232.531)	(6.569.123)
BENS E VALORES	85.852.456	34.861.502
Imóveis para Venda	2.704.034	1.749.550
Valores Mobiliários	83.148.422	33.111.952
Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional	83.148.369	33.100.476
Obrigações da Eletrobrás	31	–
Outros Valores	22	11.476
PERMANENTE	**6.228.733**	**2.538.385**
INVESTIMENTOS	660.008	259.296
Participações Societárias	566.151	200.728
Banco Interamericano de Poupança e Empréstimo – BIAPE	461.106	170.042
Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER	65.845	16.654
Companhias Telefônicas	38.517	13.683
Outras Participações	683	349
Incentivos Fiscais	1.058.471	362.522
Cotas do FINOR	539.207	183.710
Cotas do FINAM	519.264	178.812
(–) Provisão p/Perdas em Investimentos	(964.614)	(303.954)
IMOBILIZADO	5.568.725	2.279.089
Imóveis de Uso	5.866.592	2.543.279
Instalações, Veículos e Outros Equipamentos	1.342.761	420.262
Material Permanente	372.492	239.122
(–) Depreciações Acumuladas	(2.013.120)	(923.574)
ATIVO DIFERIDO	– 0 –	– 0 –
Variação Cambial Especial	1.011.500	2.551.825
Provisão p/Ajuste de Variação Cambial	(1.011.500)	(2.551.825)
ATIVO TOTAL	1.867.159.681	827.223.858

P A S S I V O	Em 31.12.81	Em 31.12.80
CIRCULANTE	**197.877.508**	**55.509.922**
DEPÓSITOS	127.618.409	31.661.870
Depósitos do FAL	83.892.929	22.088.336
Depósitos de Entidades do SFH	34.645.219	4.443.832
Depósitos de Entidades do SFS	2.122.816	1.259.002
Depósitos de Fundos Especiais	510.419	2.364.177
Depósitos da PREVHAB	1.675.192	1.008.651
Depósitos de Outras Entidades	4.771.834	497.872
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	2.820.080	651.942
Empréstimos no Exterior	2.820.080	651.942
BID	375.309	192.353
AID	45.018	22.573
BIRD	2.399.753	437.016
Chemical Bank	–	–
OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	55.480.680	15.519.150
Saques do FGTS para Moradia Própria	38.677.146	8.867.324
Fundo Esp. p/Aplicação na Área de Interesse Social – FAIS	14.930.743	6.159.984
Contribuições à PREVHAB	–	491.842
Outras Obrigações Especiais	1.872.791	–
OBRIGAÇÕES E ENCARGOS DIVERSOS	11.958.339	7.676.960
Provisão para Imposto de Renda	9.747.000	5.770.000
Contribuições Sociais	762.529	236.592
Imposto de Renda na Fonte e Outros Encargos Fiscais	76.095	49.073
Contas a Pagar	779.239	528.883
Provisões p/Investimentos Técnicos	–	764.900
Outras Retenções e Obrigações Diversas	593.476	327.512
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**1.506.021.975**	**691.674.158**
DEPÓSITOS	1.397.960.988	645.032.703
Depósitos do FGTS	1.370.520.537	631.155.766
Depósitos de Entidades Governamentais	67.112	75.853
Depósitos de Companhias Seguradoras	27.373.339	13.801.084
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	42.771.137	20.223.487
Empréstimos no Exterior	42.771.137	20.223.487
BID	4.782.127	2.643.287
AID	5.035.659	2.605.701
BIRD	13.783.351	5.149.499
Chemical Bank	19.170.000	9.825.000
OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	63.990.123	26.417.868
Letras Imobiliárias	2.797.097	1.576.046
Compromissos de Garantia	61.168.900	15.283.500
De Operações de Seguros	29.421	11.073
De Depósitos e Letras Imobiliárias	29.649.312	12.500.028
De Compensação de Variações Salariais	30.794.889	2.397.598
De Desemprego e Invalidez Temporária	695.278	374.801
Outras Obrigações Especiais	24.126	9.559.422
OBRIGAÇÕES E ENCARGOS DIVERSOS	1.299.727	–
Outras Obrigações e Encargos Diversos	1.299.727	–
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**4.966.636**	**1.775.759**
RENDAS ANTECIPADAS	4.966.636	1.775.759
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**158.293.561**	**78.264.019**
CAPITAL SOCIAL	72.000.000	48.000.000
RESERVAS DE CAPITAL	72.949.175	24.859.365
Correção Monetária do Capital Realizado	68.538.094	24.372.256
Aplicação em Incentivos Fiscais	2.629.458	487.109
Reserva Especial DL 1892/81	781.623	–
RESERVAS DE LUCROS	3.094.255	1.373.895
Reserva Legal	3.094.255	1.373.895
LUCROS ACUMULADOS	10.250.132	4.030.759
Lucros a Distribuir	6.797.444	3.129.875
Correção Monetária de Resultados	2.264.583	676.313
Reversão de Provisões	1.188.105	224.571
PASSIVO TOTAL	1.867.159.681	827.223.858

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1981.

JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA – Presidente; MANOEL TAVARES PEREIRA NETO – Diretor; LYCIO DE FARIA – Diretor; ISAAC LIMA AZEVEDO – Diretor; ZAVEN BOGHOSSIAN – Diretor; ANTONIO LUIZ SAMPAIO CANDAL FONSECA – Diretor; ALPHEU AMARAL – Diretor; MÁRIO CASTORINO FONTES BRITO – Diretor; NEIVAL RODRIGUES FREITAS – Chefe do Departamento de Contabilidade – Contador – CRC – RJ – 14574-3.

Dicionário de legislação do ensino.

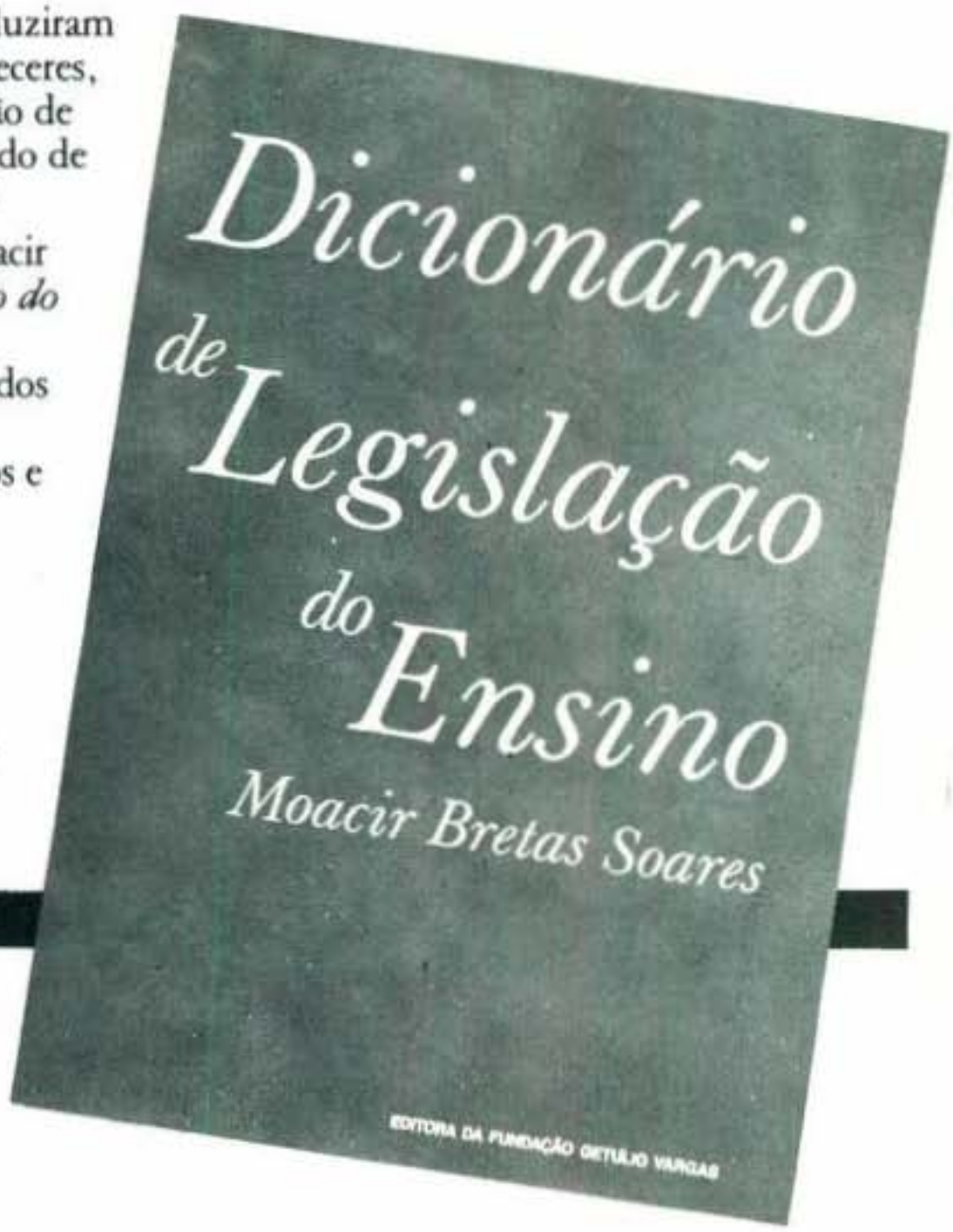
Autor: Prof. Moacir Bretas Soares, técnico em assuntos educacionais de Delegacia do MEC - RIO

As recentes e necessárias reformas do ensino produziram grande acervo de leis, decretos, decretos-leis, pareceres, resoluções e portarias que complicam a elucidação de quaisquer aspectos da Educação, tal o emaranhado de normas legais existentes.

Para poupar tempo aos interessados, o Prof. Moacir Bretas Soares preparou o *Dicionário de legislação do ensino*, completíssima pesquisa de termos e expressões utilizados na área de Educação, reunidos sob a forma de verbetes.

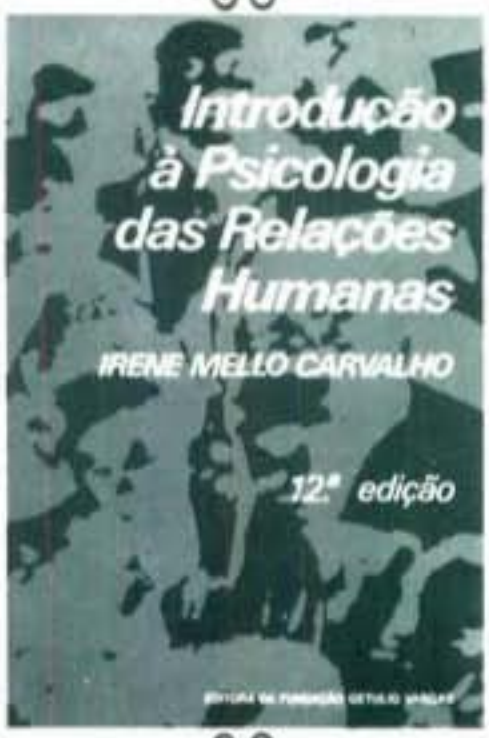
São mais de 500 verbetes relativos aos organismos e programas públicos e privados, responsáveis diretos ou indiretos pelo planejamento, coordenação e execução dos sistemas de ensino.

O *Dicionário de legislação do ensino* é um verdadeiro instrumento de trabalho para dirigentes, professores, estudantes de pedagogia e administração escolar, secretários de escolas e quantos se interessarem pelo tema.



Faça seu pedido pelo Reembolso Postal à
Caixa Postal 9.052, Rio de Janeiro.
Livrarias da FGV Rio - Pr. de Botafogo, 188
São Paulo - Av. Nove de Julho, 2029;
Brasília - CLS 104, Bloco A, Loja 37.

Ao Psicólogo e ao Mestre, com carinho



Introdução à Psicologia das Relações Humanas, de Irene Mello Carvalho, foi escrito para servir à iniciação no domínio das técnicas de conduta. O desenvolvimento temático do livro, por si só, garante sua importância e utilidade: psicologia das relações humanas, comportamento social, interação mental, personalidade, psicologia e trabalho. 12ª edição 144 p.



Provas Objetivas, de Ethel Bauzer Medeiros, destina-se a auxiliar o professor na tarefa de elaborar testes e provas, por meio de uma apresentação simples e direta de todos os instrumentos necessários, de modo que a avaliação seja realmente merecedora de confiança. 6ª edição 178 p.

À FGV
Editora
Divisão de Vendas
Caixa Postal 9052
20.000 - Rio de Janeiro

Autorizo o envio do(s)
livro(s) abaixo assinalado(s).

Anexo cheque nominal à Fundação
Getulio Vargas, pagável no Rio de
Janeiro, n.º _____ , ou val
Postal n.º _____ .

☐ Introdução à Psicologia das Relações Humana
☐ Provas Objetivas

Nome _____

Endereço _____

Cep _____ Cidade _____ Estado _____

O desempenho da Atlântica-Boavista no exercício de 1981.



A Atlântica-Boavista em 1981 auferiu Cr$ 37.321.804 mil em prêmios de seguro.



A Atlântica-Boavista possui o maior patrimônio líquido do mercado segurador brasileiro: Cr$ 33.311.913 mil.



A Atlântica-Boavista obteve um crescimento de suas reservas técnicas e do patrimônio líquido de 140%.



A Atlântica-Boavista garante a tranqüilidade de mais de 7.000.000 de segurados.

Atlântica-Boavista Seguros

ASSOCIADA AO BRADESCO

Apoiando o esporte